

ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2016



ANUÁRIO ESTATÍSTICO

CABO VERDE 2016

Ficha Técnica

Instituto Nacional de Estatística

Cabo Verde, Anuário Estatístico 2016

Conselho de Administração

Presidente

Oswaldo Rui Monteiro dos Reis Borges

Vice-presidente

Celso Hermínio Soares Ribeiro

Diretora Administrativa e Financeira

Maria Gorete Varela de Carvalho

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Av. Cidade de Lisboa, nº 18,

Cx. Postal 116, Praia

Tel.: +238 261 38 27 * Fax: +238 261 16 56

E-mail: inecv@ine.gov.cv

Design e composição

Instituto Nacional de Estatística

Coordenação Técnica

Amândio Jorge Carvalho Furtado

Equipa Técnica

Ana Angelina Fontes Gomes Furtado

Danilton Heleno Oliveira Tavares

José Carlos Garcia Borges

Joseph Brites

Revisão

Camilo Barbosa Levy Medina

Data de Publicação

Novembro 2017

Apoio ao utilizador

Divisão de difusão

E-mail: difusao.ine@ine.gov.cv

Os infográficos foram concebidos a partir de ícones de: www.freepik.com e www.flaticon.com
Fotografia do tema Saúde: www.freepik.com

Entidades Parceiras

Ministério da Administração Interna (MAI)

Ministério da Educação (ME)

Ministério da Saúde e da Segurança Social (MSSS)

Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

Banco de Cabo Verde (BCV)

Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Instituto de Estradas (IE)

Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Direção Nacional do Ambiente (DNA)

Direção Nacional da Energia, Indústria e Comércio (DNEIC)

Direção Geral do Trabalho (DGT)

Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPOR)

Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Agência de Aviação Civil (AAC)

Sinais Convencionais

...	Dado confidencial
-	Dado não disponível
E	Estimativa
P	Dado Provisório
n/a	Não se aplica
n.e	Não especificado

Unidades de Medida

ECV	Escudo de Cabo Verde
GWh	Gigawatt hora
ha	Hectare
Hab./km ²	Habitante por quilómetro quadrado
Km	Quilómetro
Km ²	Quilómetro quadrado
Kw	Quilowatt
KWh	Quilowatt hora
L	Litros
m	Metro
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TM	Toneladas Métricas
Ton.	Toneladas

Nota: - Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Siglas e Abreviaturas

AAC	Agência de Aviação Civil
AD	Aeródromo
AIAC	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral
AIAP	Aeroporto Internacional Aristides Pereira
AICE	Aeroporto Internacional Cesária Évora
AIPNM	Aeroporto Internacional da Praia Nelson Mandela
ANMCV	Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde
ASA	Aeroportos e Segurança Aérea
ASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
BCV	Banco de Cabo Verde
CAE CV-Rev.1	Classificação das Atividades Económicas - Rev.1
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CSMJ	Conselho Superior de Magistratura Judicial
D.A.	Delegação Aduaneira
DGVSR	Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária
DNA	Direção Nacional do Ambiente
DR	Distrito de Recenseamento
ENAPOR	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENI	Empresas em Nome Individual
FAO	Food and Agriculture Organization
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
INE	Instituto Nacional de Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente
MAI	Ministério da Administração Interna
ME	Ministério da Educação
MIOTH	Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação
MSSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social
PIB	Produto Interno Bruto
RNDB	Rendimento Nacional Disponível Bruto
SARL	Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPQ	Sociedade por Quota
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Prefácio

O Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2016, que comemora o 20º aniversário do Instituto Nacional de Estatística (INE), constitui a principal publicação de referência na disponibilização de informação estatística sobre vários temas da realidade cabo-verdiana, à escala municipal e nacional.

O INE, enquanto órgão executivo central de produção e difusão das estatísticas oficiais do Sistema Estatístico Nacional, Lei nº 35/VII/2009 de 2 de março, é o responsável pela edição do AECV. Contudo, a elaboração do AECV-2016 representa um trabalho conjunto que envolve o INE, os demais Órgãos Produtores de Estatísticas Oficiais e as outras instituições públicas.

O AECV-2016 tem como finalidade divulgar os principais dados e indicadores sobre o país, com o objetivo de apoiar na formulação, seguimento e avaliação de políticas, constituindo assim um importante instrumento para subsidiar o processo de tomada de decisões a nível nacional, além de situar Cabo Verde nos quadros de comparação internacional. Neste contexto, a informação estatística que integra o AECV-2016 decorre de diversas operações estatísticas e de fontes administrativas. No entanto, a utilização desta edição não dispensa a consulta às publicações específicas e exaustivas de cada instituição integrante do Sistema Estatístico Nacional.

Com a presente publicação, o INE prossegue a sua missão de produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade sobre a realidade cabo-verdiana. Ao mesmo tempo, pretende introduzir melhorias progressivas quer de conteúdo – incrementando a abrangência e pertinência da informação disponibilizada - quer de configuração – garantindo uma melhor adequação, integração e coerência de dados e indicadores, com o fito de satisfazer cada vez mais e melhor as necessidades dos utilizadores.

O INE deixa aqui o desafio de continuar a trabalhar para que os próximos Anuários Estatísticos sejam elaborados e alinhados de acordo com os objetivos e indicadores definidos nos compromissos nacional (Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – 2017/2021 e Estratégia Nacional de Desenvolvimento Estatístico – 2017/2021), regional (Agenda 2063) e mundial (Agenda 2030), permitindo, desta forma, apoiar, com maior regularidade, os processos de seguimento e avaliação dos indicadores que constam desses compromissos e/ou agendas.

O INE não podia deixar de agradecer a colaboração de diversas instituições nacionais e internacionais pelo apoio e disponibilização atempada de informação estatística. Segue também uma palavra de apreço a todos os profissionais que, de forma direta e/ou indireta, contribuíram para a concretização desta publicação. O Instituto expressa ainda a sua total disponibilidade para acolher e analisar as críticas e sugestões dos utilizadores do AECV-2016.

Oswaldo M. Borges, Ph.D

Presidente do Instituto Nacional de Estatística

Apresentação

O Instituto Nacional de Estatística (INE), dando sequência ao trabalho iniciado com o AECV-2015, apresenta a nova edição do Anuário Estatístico de Cabo Verde (AECV) de 2016, trazendo informação estatística de referência produzida pelos diferentes órgãos produtores de estatísticas que integram o Sistema Estatístico Nacional (SEN), assim como outras instituições que, embora não fazendo parte do SEN, produzem informações estatísticas que, validadas pelo INE devido à sua relevância, foram compiladas e disponibilizadas neste documento.

A presente publicação, redigida segundo as normas do novo Acordo Ortográfico, encontra-se organizada em onze temas, nomeadamente: Território; População e Condições Sociais; Saúde; Educação e Formação Profissional; Economia e Finanças; Indústria, Comércio e Serviços; Comércio Externo; Agricultura e Pesca; Ambiente; Energia; Participação Política. O AECV-2016 apresenta algumas inovações relativamente à edição do ano anterior, acrescentando mais um tema (Energia) e mais subtemas. Além destas diferenças, destacam-se também novidades a nível da organização e disponibilização de conteúdos, assim como a configuração de alguns gráficos e infográficos.

À semelhança da edição anterior, para cada tema, apresenta-se uma breve descrição dos dados os quais, em alguns casos, foram ilustrados com representação gráfica e infografias, de modo a auxiliar o utilizador na leitura, permitindo uma melhor compreensão das informações apresentadas.

As tabelas apresentam dados estruturados em série temporal, com ênfase nas informações mais recentes, privilegiando a desagregação geográfica a nível dos concelhos ou das ilhas e, onde possível, a desagregação a nível do sexo ou do meio de residência.

Organização do conteúdo

No que se refere à organização do conteúdo, evidenciam-se alguns aspetos relevantes:

Território

À semelhança das informações trazidas na edição anterior, este tema expõe dados referentes aos aspetos físicos do território (localização, principais montanhas, etc.), bem como alguns assuntos relacionados com a ocupação humana do território e a composição administrativa do país.

População e Condições Sociais

Este tema integra os resultados das projeções demográficas e indicadores demográficos estruturados, provenientes sobretudo dos Inquéritos Multi-objectivo Contínuo (IMC) e Inquérito às Despesas e Rendimento das Famílias (IDRF), tais como os indicadores referentes à Pobreza e Condições de Vida, ao Emprego e Mercado de Trabalho, Cultura, Desporto e Lazer. Apresenta ainda informações estatísticas sobre a Proteção Social, Justiça e Segurança.

Saúde

Contém dados e indicadores sobre a saúde, agrupados em subtemas, designadamente as Infraestruturas e Recursos afetos aos Serviços de Saúde, Atenção à Mulher e à Criança, Mortalidade, Morbilidade e Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos.

Educação e Formação Profissional

Este tema, que este ano também inclui a Formação Profissional, contém informação estatística referente à educação (Ensino Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário), trazendo como novidade a inclusão de um conjunto de dados e indicadores de dois novos subtemas (Ensino Superior e Formação Profissional).

Economia e Finanças

O tema traz alguns dados e indicadores concernentes às Contas Nacionais, Empresas, Preços, Setor Monetário e Financeiro, Setor Externo e Finanças Públicas.

Indústria, Comércio e Serviços

Contém alguns dados e indicadores provenientes sobretudo do Inquérito Anual às Empresas (IAE) e Inquéritos mensais à movimentação de hóspedes e Inventário Anual de Estabelecimentos Hoteleiros. Este tema integra Indústria, Comércio Interno, Turismo, transportes e Indicadores de acesso e utilização das Tecnologias de Informação e Computador (TIC).

No entanto, esta edição não inclui dados referentes às Contas Satélites do Turismo, incluídos na edição anterior.

Comércio Externo

Este tema apresenta dados e indicadores sobre importação, exportação e balança comercial.

Agricultura e Pesca

Apresenta alguns dados e indicadores procedentes do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 2015, assim como as estimativas de produção e dados da área florestal.

Em relação à Pesca, apresentam-se dados e indicadores referentes à captura das principais espécies, bem como estatísticas sobre a importação e exportação de pescado.

Ambiente

As informações dizem respeito aos aspetos relacionados com a população e o acesso seguro a determinados serviços básicos como água e saneamento. O tema engloba também dados e indicadores relativos às áreas protegidas do país, trazendo também novas tabelas alusivas às convenções e protocolos ambientais, ratificadas pelo país.

Energia

Sendo uma das inovações do AECV-2016, este tema apresenta dados e indicadores de energia, tais como a produção energética do país, a energia elétrica consumida, o acesso à eletricidade e a venda de combustível no mercado interno.

Participação Política

Este item apresenta informações sobre a participação dos cidadãos, com destaque para a participação das mulheres na política (Poder Executivo e Legislativo), bem como a participação dos cidadãos nos principais atos eleitorais (presidenciais, legislativas e autárquicas).

Âmbito temporal

O âmbito temporal desta publicação situa-se entre 2012 e 2016 como sendo o período de apresentação dos dados e indicadores disponíveis até 30 de setembro de 2017. Alguns temas apresentam dados de anos anteriores a 2012. Embora o período de referência não seja uniforme para alguns temas, devido sobretudo à disponibilidade dos dados, envidaram-se esforços no sentido de disponibilizar informação estatística mais recente possível para cada tema. O quadro 1 expõe a disponibilidade dos dados mais recentes por tema.

Quadro 1 – Temas presentes no Anuário e respetiva disponibilidade dos dados

Tema	Dados disponíveis mais recentes
01 - Território	Indiferente
02 - População e Condições de Vida	2016
03 - Saúde	2015
04 - Educação e Formação Profissional	Ensino Básico, Secundário e Superior - 2016; Formação Profissional - 2015
05 - Economia e Finanças	2015
06 - Indústria, Comércio e Serviços	2015/16
07 - Comércio Externo	2016
08 - Agricultura e Pesca	Agricultura – 2016 (resultados do RGA 2015) Pesca - 2016
09 - Ambiente	2016
10 - Energia	2015
11 - Participação Política	2016

Formas de acesso

O AECV-2016, além da versão impressa, pode também ser consultado/importado através da versão digital (PDF), disseminado no portal oficial do INE – de livre acesso (<http://www.ine.cv>), em qualquer ponto do globo e a qualquer hora, tendo assim o utilizador acesso facilitado (desde que tenha uma conexão internet).

Na Biblioteca do INE, é possível consultar, de forma presencial e gratuita, a versão impressa do AECV, assim como diversos documentos publicados tanto pelo INE como por outros organismos nacionais e internacionais.

O Instituto Nacional de Estatística (INE)

Missão

A Missão do Instituto Nacional de Estatística (INE) é produzir e difundir, de forma eficiente, informação estatística oficial de qualidade (fiável, atual e pontual) necessária ao conhecimento objetivo duma sociedade em mudança, que ajude os Cabo-verdianos a conhecer melhor o seu país, a sua população, os seus recursos, a sua economia, a sua sociedade e a sua cultura.

Visão

O INE procura ser reconhecido como uma instituição estatística de referência:

- Como produtor e fornecedor de informação estatística oficial de qualidade;
- Como organização tecnicamente independente e credível;
- Pelo contributo para a promoção da literacia estatística;
- Pelo empenhamento e eficácia na cooperação internacional.

Valores

O INE pauta a sua ação pelos seguintes valores:

- Profissionalismo: A ação dos funcionários é orientada por princípios exigentes de caráter profissional e ético que regulem a atividade estatística oficial nacional;
- Compromisso na Qualidade: dos produtos e serviços estatísticos oficiais, absorvendo a noção de que a atividade de cada um dos técnicos concorre para a produção de produtos e serviços de qualidade, definida pelos critérios pertinência, precisão, atualidade, pontualidade, acessibilidade, clareza, comparabilidade, coerência e abrangência;
- Orientação para os Utilizadores: corresponde à noção de que os utilizadores atuais e potenciais da informação estatística oficial são a razão da existência do INE, o que implica a atribuição de um valor muito elevado às necessidades dos utilizadores e à utilidade de um trabalho conjunto, no sentido de corresponder às suas expectativas;
- Abertura à Sociedade: disposição para prestar uma atenção constante às transformações da sociedade, no sentido de adequar, e sobretudo antecipar, os produtos e serviços estatísticos oficiais às novas necessidades dos utilizadores;
- Eficiência: gestão baseada no princípio da análise custo/benefício, implementando processos técnicos e metodológicos suscetíveis de otimizar efetivamente a utilização de todos os recursos disponíveis;
- Respeito pelos Fornecedores da Informação Primária: elevada consideração pelos inquiridos que fornecem os dados individuais para a produção das estatísticas oficiais, encontrando soluções técnicas que permitam responder às necessidades crescentes de informação estatística oficial de qualidade, minimizando a carga estatística sobre os inquiridos;
- Motivação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos: O INE orienta os processos e as decisões de gestão com base na atribuição duma elevada consideração pela motivação e valorização profissional dos seus técnicos;
- Inovação: O INE valoriza e incentiva a atividade de reflexão cognitiva que desafie convenções, no sentido da melhoria contínua dos métodos, processos, produtos e serviços estatísticos oficiais, de forma a melhorar a eficiência e a eficácia.

Índice

Entidades Parceiras	3
Sinais Convencionais	4
Unidades de Medida	4
Siglas e Abreviaturas	5
Prefácio	6
Apresentação	7
O Instituto Nacional de Estatística (INE)	12
1 O Território de Cabo Verde	32
1.1 Aspetos Físicos do Território.....	33
1.2 Divisão Administrativa do País	36
1.3 Divisão Estatística (Distritos de Recenseamento)	37
1.4 Infraestruturas de Transportes	38
1.4.1 Rede Rodoviária Nacional.....	38
1.4.2 Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais	39
1.4.3 Infraestrutura Portuária Nacional.....	40
1.5 Densidade Populacional.....	40
1.6 As Cidades e Vilas em Cabo Verde	42
2 População e Condições sociais	46
2.1 População	46
2.1.1 Estrutura etária da população	48
2.1.2 Migrações	52
2.2 Mercado de trabalho	54
2.2.1 Desemprego	61
2.3 Condições de Vida dos Agregados Familiares	65
2.4 Pobreza e Desigualdades	69
2.4.1 Despesas de Consumo.....	69
2.4.2 Limiar da pobreza absoluta	72
2.4.3 Indicadores da pobreza absoluta	73
2.4.4 Desigualdade e concentração de despesas.....	78
2.5 Proteção Social.....	80
2.6 Cultura, Desporto e Lazer	86
2.7 Justiça e Segurança.....	97

3	Saúde	108
3.1	Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde	109
3.2	Atenção à Mulher e à Criança	113
3.2.1	Natalidade e Fecundidade	116
3.2.2	Gravidez na Adolescência.....	117
3.2.3	Cobertura Vacinal	119
3.3	Mortalidade	121
3.4	Morbilidade – Doenças Prioritárias (Paludismo, Tuberculose e VIH-SIDA) 126	
3.5	Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos	129
4	Educação e Formação Profissional	134
4.1	Nível de Instrução da População.....	134
4.2	Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	138
4.2.1	Indicadores de Escolarização	142
4.2.2	Transição	145
4.2.3	Abandono e Reprovação.....	146
4.3	Ensino Superior.....	149
4.4	Formação Profissional.....	154
5	Economia e Finanças	164
5.1	Contas Nacionais	164
5.1.1	Contas nacionais anuais	164
5.1.2	Produto Interno Bruto, por Ilha	169
5.2	Empresas.....	171
5.3	Preços.....	176
5.4	Setor Monetário e Financeiro	178
5.4.1	Atividade da rede “Vinti4”	180
5.5	Setor Externo	183
5.6	Finanças Públicas	185
6	Indústria, Comércio e Serviços	196
6.1	Indústria	196
6.2	Comércio Interno.....	200
6.3	Turismo	206
6.3.1	Oferta Turística	206
6.3.2	Procura Turística.....	209
6.4	Transportes.....	215
6.4.1	Transportes Terrestres.....	215

6.4.2	Transportes Marítimos	220
6.4.3	Transportes Aéreos.....	221
6.5	Indicadores de Acesso e Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).....	225
6.5.1	As famílias e o acesso às TIC's	225
6.5.2	População e utilização das TIC's	227
7	Comércio Externo	236
7.1	Importações	236
7.1.1	Importação de Bens	236
7.1.2	Importação de Serviços.....	241
7.2	Exportações	242
7.2.1	Exportações de Bens	242
7.2.2	Exportação de Serviços	247
8	Agricultura e Pesca.....	254
8.1	Agricultura.....	254
8.1.1	População Agrícola.....	255
8.1.2	Estrutura das Explorações Agrícolas.....	258
8.1.3	Produção Agrícola (em sentido estrito)	260
8.1.4	Produção Animal.....	265
8.1.5	Silvicultura.....	267
8.2	Pesca.....	269
9	Ambiente.....	274
9.1	Áreas Protegidas.....	275
9.2	População e Condições Socio-ambientais	276
10	Energia.....	284
10.1	O Setor Energético.....	284
10.1.1	Combustíveis	285
10.1.2	Energia Elétrica.....	287
11	Participação Política	294
11.1	As Mulheres na Política.....	294
11.2	Indicadores de Participação Política.....	295
11.3	Resultados das Eleições	298

Índice de Quadros

Quadro 1 – Temas presentes no Anúario e respetiva disponibilidade dos dados ...	10
Quadro 2 – Convenções e protocolos referentes à temática ambiental ratificadas por Cabo Verde	281

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde	34
Tabela 1.2 – Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu	34
Tabela 1.3 – Localização dos pontos extremos (latitude, longitude e localidades), por ilha	35
Tabela 1.4 – Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)	36
Tabela 1.5 – Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2010).....	37
Tabela 1.6 – Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2016).....	38
Tabela 1.7 – Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2013-2016)	39
Tabela 1.8 – Identificação, classificação, localização e tamanho de pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde	39
Tabela 1.9 – Identificação e localização dos portos de Cabo Verde	40
Tabela 1.10 – Densidade Populacional (Habitantes/Km ²), por ilha (2012-2016)	41
Tabela 1.11 – Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2016)	42
Tabela 1.12 – Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2016)	43
Tabela 2.1 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2012-2016)	46
Tabela 2.2 – Taxa Anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de vida à nascença (2012-2016)	47
Tabela 2.3 – População segundo o sexo, por faixa etária (2012-2016)	48
Tabela 2.4 – Idade média da população, por concelho (2012-2016)	49
Tabela 2.5 – Relação de masculinidade, por concelho (2012-2016)	50
Tabela 2.6 – Índice de Dependência, de Envelhecimento e de Longevidade (2012-2016).....	51
Tabela 2.7 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a “nacionalidade,” por sexo, meio de residência e concelho (2010-2016)	52
Tabela 2.8 – Saldo Migratório, por ilha (2012-2016).....	53
Tabela 2.9 – População de 15 anos ou mais, segundo situação na atividade económica (2012-2016)	54
Tabela 2.10 – População ativa, segundo o meio de residência e Sexo (2012-2016)	54
Tabela 2.11 – Estrutura dos empregados, por setor de atividade (2012-2016).....	55
Tabela 2.12 – Distribuição (%) da população empregada, por grandes grupos de profissões (2012-2016)	55
Tabela 2.13 – Proporção da população empregada, por ramo de atividade, segundo o sexo e meio de residência (2012-2016).....	56
Tabela 2.14 – Taxa de atividade, segundo o sexo, por concelho (2012-2016)	57

Tabela 2.15 – Taxa de atividade, segundo o meio de residência, por concelho (2012-2016).....	58
Tabela 2.16 – Taxa de atividade, segundo o meio de residência e sexo, por grupo etário (2012-2016).....	59
Tabela 2.17 – Taxa de ocupação, segundo o sexo, por concelho (2012-2016)	60
Tabela 2.18 – Taxa de desemprego, por concelho (2012-2016).....	61
Tabela 2.19 – Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos), por concelho (2012-2016)	62
Tabela 2.20 – Taxa de desemprego, segundo o sexo e meio de residência, por concelho (2012-2016)	63
Tabela 2.21 – Taxa de desemprego, segundo o grupo etário, sexo e meio de residência, por concelho (2016)	64
Tabela 2.22 – Proporção dos agregados familiares que declararam a rede pública (água canalizada) como principal fonte de abastecimento de água (2010, 2013-2016).....	65
Tabela 2.23 – Proporção de agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete) (2010, 2013-2016).....	66
Tabela 2.24 – Proporção dos agregados familiares com acesso a sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos ou fossa séptica) no alojamento (2012-2016)	67
Tabela 2.25 – Proporção de agregados familiares com acesso à eletricidade, segundo o sexo do representante, meio de residência e concelho (2012-2016)	68
Tabela 2.26 – Despesa de consumo total anual, despesa média anual, por agregado familiar, e despesa média anual, por pessoa, no agregado (2001-2002, 2015).....	69
Tabela 2.27 – Despesa de consumo total anual, despesa anual média, por agregado familiar e despesa anual média, por pessoa, no agregado, segundo concelho (2015)	70
Tabela 2.28 – Despesa de consumo total anual, despesa anual média, por agregado familiar e despesa anual média, por pessoa, no agregado, segundo concelho (2015)	71
Tabela 2.29 – Evolução da estrutura das despesas médias anuais, por agregado, e o coeficiente orçamental (1988-1989, 2001-2002, 2015).....	72
Tabela 2.30 – Evolução dos limiares absolutos e relativos da pobreza, Cabo Verde (2015).....	72
Tabela 2.31 – Efetivos da população e da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo meio de residência e ilha (2015).....	74
Tabela 2.32 – Efetivos da população e da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo meio de residência e concelho (2015).....	75
Tabela 2.33 – Efetivos da população, da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo características do representante dos agregados (2015).....	76
Tabela 2.34 – Efetivos da população, da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo características demográficas dos agregados (2015)	77

Tabela 2.35 – Indicadores da pobreza absoluta global e incidência da pobreza extrema a nível nacional, segundo meio de residência (2001, 2007, 2015).....	78
Tabela 2.36 – Índice de GINI (2001-2002, 2007 e 2015).....	79
Tabela 2.37 – Índice de GINI (2015)	79
Tabela 2.38 – Inscritos no INPS, por categoria (2012-2016)	80
Tabela 2.39 – Inscritos com direitos abertos no INPS, por ilha (2012-2016)	81
Tabela 2.40 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2012-2016) ..	81
Tabela 2.41 – Inscritos no INPS, segundo sexo, por categoria/tipo (2012-2016)....	82
Tabela 2.42 – Custos (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2012-2016)	83
Tabela 2.43 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas, segundo a ilha de origem do beneficiário (2013-2016)	84
Tabela 2.44 – Valor médio (em ECV) das pensões por tipo e sexo dos beneficiários (2012-2016).....	85
Tabela 2.45 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo aptidão linguística, por concelho (2015).....	86
Tabela 2.46 – Proporção da população de 12 anos ou mais, que tem hábito de leitura, segundo o sexo, por concelho (2015)	87
Tabela 2.47 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo os meios de comunicação utilizados para aceder à informação, por concelho (2015).....	88
Tabela 2.48 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo frequência de realização, por tipo de atividades de lazer (2015)	89
Tabela 2.49 – Número de indivíduos empregados, por combinação de tipo de profissão e tipo de atividade da ocupação principal (2015)	89
Tabela 2.50 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal individual (em ECV) em atividades de lazer, por concelho (2015).....	90
Tabela 2.51 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal (em ECV) individual em atividades culturais, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015).....	91
Tabela 2.52 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal individual em atividades desportivas (em ECV), por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)	92
Tabela 2.53 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a prática de desporto ou atividade físico-desportiva, nos últimos três meses, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)	93
Tabela 2.54 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo modalidades praticadas, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)	94
Tabela 2.55 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo finalidade da prática de desporto ou atividade físico-desportiva, por meio de residência, sexo e concelho (2015)	96
Tabela 2.56 – Ocorrências de crimes, por 100 000 habitantes (2011-2015).....	97
Tabela 2.57 – Proporção de autores de crimes, segundo faixa etária, por concelho (2015).....	98
Tabela 2.58 – Número de processos-cíveis pendentes e entrados, por tribunal (2015-2016).....	99
Tabela 2.59 – Número e percentagem de processos-cíveis julgados, por tribunal (2015-2016).....	100

Tabela 3.1 – Distribuição das infraestruturas de saúde, segundo as principais estruturas sanitárias, por concelho (2011-2015).....	110
Tabela 3.2 – Razão de médicos e enfermeiros (*) por 10 mil habitantes, por concelho (2015)	111
Tabela 3.3 – Número de camas hospitalares, segundo as estruturas sanitárias, por concelho (2011-2015)	112
Tabela 3.4 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina antitetânica, por concelho (2015)	113
Tabela 3.5 – Número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiros) nas estruturas de saúde (2011-2015).....	115
Tabela 3.6 – Número de nascimentos, partos assistidos e percentagem de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde – médicos e enfermeiros (2011-2015).....	115
Tabela 3.7 – Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2012-2016).....	116
Tabela 3.8 – Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10-19 anos) segundo as delegacias de saúde, por concelhos (2015).....	117
Tabela 3.9 – Taxa de cobertura de consulta pré-natal e pós-parto (2011-2015)....	118
Tabela 3.10 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina por concelho (2015)	119
Tabela 3.11 – Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por concelho (2011-2015)	120
Tabela 3.12 – Taxa de mortalidade materna (2011-2015).....	121
Tabela 3.13 – Taxa de mortalidade infantil e suas componentes (neonatal precoce, neonatal tardia, pós Neonatal) e mortalidade nos menores de 5 anos (2011-2015)	122
Tabela 3.14 – Mortalidade infantil (em proporção), segundo principais causas (2011-2015).....	122
Tabela 3.15 – Óbitos infantis e suas componentes (neonatal precoce, neonatal tardio e pós-neonatal), por concelho (2015)	123
Tabela 3.16 – Mortalidade (Óbitos e Taxa de Mortalidade), segundo os sexos, por concelho (2011-2015)	124
Tabela 3.17 – Óbitos e taxa de mortalidade, segundo o sexo, por principais causas de mortalidade (2015)	125
Tabela 3.18 – Óbitos e taxa de mortalidade, segundo o sexo, por grupos etários (2015).....	125
Tabela 3.19 – Número de casos, Incidência (por 100.000), Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associado ao Paludismo (2011-2015)	126
Tabela 3.20 – Incidência (por 100.000), prevalência (por 100.000), Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associado à tuberculose (2011-2015).....	126
Tabela 3.21 – Taxas de incidência e prevalência, por 100.000 associado à tuberculose, por concelho (2015)	127
Tabela 3.22 – Taxa de deteção e de mortalidade do VIH (2011-2015).....	128
Tabela 3.23 – Infecção VIH casos notificados, por grupo etário e sexo (2015)	128
Tabela 3.24 – Postos de venda de medicamentos e farmácias (pública e privada) e unidades de saúde, por concelho (2011-2015).....	129
Tabela 3.25 – Despesas públicas (em milhões ECV e proporção) realizadas com medicamentos, por concelho (2015)	130

Tabela 4.1 – Nível de instrução da população, por sexo, meio de residência e concelho (2012-2016)	136
Tabela 4.2 – Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo, por meio de residência e concelho (2012-2016)	137
Tabela 4.3 – Estabelecimentos de educação/ensino, segundo o nível de ensino (2012-2016).....	139
Tabela 4.4 – Profissionais/professores, segundo o nível de ensino (2012-2016) .	140
Tabela 4.5 – Alunos matriculados, por nível de ensino (2012-2016)	141
Tabela 4.6 – Taxa escolarização (Bruta e Líquida), segundo o nível de ensino, por concelho (2012-2016)	142
Tabela 4.7 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2012-2016)	143
Tabela 4.8 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2012-2016).....	143
Tabela 4.9 – Paridade na taxa bruta de escolarização, por concelho (2012-2016)	144
Tabela 4.10 – Taxa de transição do ensino básico para o secundário (2012-2016)	145
Tabela 4.11 – Taxa de abandono, segundo o nível de ensino e sexo, por concelho (2012-2016).....	147
Tabela 4.12 – Taxa de reprovação, segundo o nível de ensino e sexo, por concelho (2012-2016).....	148
Tabela 4.13 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2010-2015)	150
Tabela 4.14 – Docentes no ensino superior, segundo a natureza institucional (2010-2015).....	150
Tabela 4.15 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2010-2015).....	151
Tabela 4.16 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2010-2015)	151
Tabela 4.17 – Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país	151
Tabela 4.18 – Estudantes inscritos no ensino superior, por áreas de estudo, no país (2010-2015).....	152
Tabela 4.19 – Diplomados no ensino superior, por áreas de estudo, no país (2011-2015).....	153
Tabela 4.20 – Paridade no ensino superior em Cabo Verde (2010-2015)	153
Tabela 4.21 – Número de ações de formação e número de formandos, por concelho (2011-2016).....	155
Tabela 4.22 – Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2011-2016).....	156
Tabela 4.23 – Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2012-2016) ..	156
Tabela 4.24 – Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2011-2016).....	157
Tabela 4.25 – Número de ações e formandos, por nível de formação (2016)	157
Tabela 4.26 – Número de entidades formadoras, ações e formandos (2011-2016)	157

Tabela 4.27 – Número de ações e de formandos, por famílias profissionais (2011-2016).....	158
Tabela 4.28 – Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2011-2016)	159
Tabela 5.1 – Produto Interno Bruto, a preços correntes, em milhões de ECV (2012-2016).....	165
Tabela 5.2 – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2012-2016)	166
Tabela 5.3 – Produto Interno Bruto encadeado em volume (preços constantes de 2007), em milhões de ECV (2012-2016)	166
Tabela 5.4 – Estrutura do PIB, por sector de atividade (2012-2016)	166
Tabela 5.5 – Taxa de variação do PIB nominal e real (2012-2016)	167
Tabela 5.6 – Composição percentual do VAB nominal (2012-2016).....	167
Tabela 5.7 – Formação Bruta de Capital fixo, em percentagem do PIB (FBCF /PIB) e Despesas de consumo final, em percentagem do PIB (CF /PIB), (2011-2015)..	168
Tabela 5.8 – Rendimento Disponível Bruto (RNDB), Rendimento Disponível Bruto per capita e Poupança Nacional (2011-2015).....	168
Tabela 5.9 – PIB por Ilha (em milhões ECV) (2011-2015).....	169
Tabela 5.10 – PIB <i>per capita</i> (em ECV), por ilha (2011-2015).....	170
Tabela 5.11 – Empresas segundo tipo de organização de contabilidade e volume de negócios, por ilha (2011-2015).....	171
Tabela 5.12 – Número de empresas, por ilha (2011-2015).....	171
Tabela 5.13 – Pessoal ao serviço das empresas, por ilhas (2011-2015).....	172
Tabela 5.14 – Empresas segundo tipo de forma jurídica (2011-2015).....	172
Tabela 5.15 – Empresas segundo o escalão de pessoal ao serviço, (2011-2015)	173
Tabela 5.16 – Proporção de empresas em nome individual e de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (2011-2015)	173
Tabela 5.17 – Número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por concelho, (Recenseamento Empresarial 2012).....	174
Tabela 5.18 – Empresas, pessoal ao serviço das empresas e volume de negócios das empresas segundo a CAE CV – Rev.1 (2011-2015).....	175
Tabela 5.19 – Índice de Preços no Consumidor – Base 2007 (2012-2016)	176
Tabela 5.20 – Taxa de inflação – Base 2007 (2012-2016)	177
Tabela 5.21 – Depósitos bancários em milhões de ECV (2012-2016).....	178
Tabela 5.22 – Crédito bancário em milhões de ECV, por ano (2012-2016)	178
Tabela 5.23 – Taxas de juro, médias ponderadas em % (2010-2016).....	179
Tabela 5.24 – Síntese monetária (2012-2016)	180
Tabela 5.25 – Caixas automáticas, por 10 000 habitantes e cartões produzidos (2012-2016).....	180
Tabela 5.26 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automático (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em milhões de ECV (2012-2016).....	181
Tabela 5.27 – Estatísticas financeiras (2012-2016).....	181
Tabela 5.28 – Síntese de meios e instrumentos de pagamento (2012-2016)	182
Tabela 5.29 – Balança de Pagamentos (2012-2016).....	183
Tabela 5.30 – Remessa dos emigrantes, por país de residência em milhões de ECV (2012-2016).....	184

Tabela 5.31 – Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus (2012-2016).....	184
Tabela 5.32 – Receitas públicas - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015).....	185
Tabela 5.33 – Despesas públicas - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015).....	186
Tabela 5.34 – Resumo das operações financeiras do Estado - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015)	186
Tabela 6.1 – Empresas de setor de indústria, por divisão da CAE CV – Rev.1 (2011-2015).....	196
Tabela 6.2 – Pessoal ao serviço nas Empresas de setor de indústria, por Divisão da CAE CV – Rev.1 (2011-2015)	197
Tabela 6.3 – Volume de negócios (em mil ECV) das empresas do setor de indústria, por divisão da CAE CV– Rev.1 (2011-2015)	198
Tabela 6.4 – Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2015)	200
Tabela 6.5 – Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2015) ...	200
Tabela 6.6 – Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2015) ..	201
Tabela 6.7 – Empresas do setor do comércio, segundo escalões de pessoal ao serviço (2015)	201
Tabela 6.8 – Volume de negócios (em milhões de ECV) das empresas de comércio, por grupos da CAE – Rev. 1 e por escalões de pessoal ao serviço (2015)	202
Tabela 6.9 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015).....	202
Tabela 6.10 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015).....	202
Tabela 6.11 – Volume de negócios (em milhões ECV) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015).....	203
Tabela 6.12 – Empresas do setor do comércio, por ilhas (2011-2015)	203
Tabela 6.13 – Pessoal ao serviço nas empresas do sector do comércio, por ilhas (2011-2015).....	204
Tabela 6.14 – Volume de negócios (em milhões de ECV) das empresas de comércio, por ilhas (2011-2015)	204
Tabela 6.15 – Empresas do setor do comércio, por concelhos (2015)	205
Tabela 6.16 – Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2012-2016)	206
Tabela 6.17 – Número de estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2012-2016)	207
Tabela 6.18 – Pessoal ao serviço, por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)	207
Tabela 6.19 – Número de estabelecimentos hoteleiros, por Ilha (2012-2016)	208
Tabela 6.20 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico, por ilha (2012-2016)	208
Tabela 6.21 – Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016).....	209
Tabela 6.22 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2012-2016)	210

Tabela 6.23 – Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2012-2016)	210
Tabela 6.24 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2012-2016)	211
Tabela 6.25 – Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2012-2016)	212
Tabela 6.26 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por Ilha (2012-2016)	212
Tabela 6.27 – Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2012-2016)	212
Tabela 6.28 – Estadia média de hóspedes, por país de residência habitual (2012-2016)	213
Tabela 6.29 – Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)	213
Tabela 6.30 – Taxa de ocupação-cama (%), por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)	213
Tabela 6.31 – Taxa de ocupação-cama (%), por Ilha (2012-2016)	214
Tabela 6.32 – Licença de condução emitida, por tipo de veículos (2012-2015)	215
Tabela 6.33 – Veículos matriculadas, por tipo (2012-2015)	215
Tabela 6.34 – Veículos inspecionados, por ilha (2012-2015)	216
Tabela 6.35 – Número de acidentes de viação, por concelho (2011-2015)	217
Tabela 6.36 – Condutores envolvidos em acidentes de viação, por faixa etária e sexo (2012-2015)	218
Tabela 6.37 – Número de mortos em acidentes de viação, por concelho (2011-2015)	218
Tabela 6.38 – Número de feridos em acidentes de viação, por concelho (2011-2015)	219
Tabela 6.39 – Vítimas de acidentes de viação, por faixa etária e sexo (2012-2015)	219
Tabela 6.40 – Movimento de passageiros nos portos nacionais (2012-2016)	220
Tabela 6.41 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (2012-2016)	221
Tabela 6.42 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2010-2016)	221
Tabela 6.43 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2012-2016)	222
Tabela 6.44 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2012-2016)	223
Tabela 6.45 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2012-2016)	223
Tabela 6.46 – Acidentes aéreos e vítimas	224
Tabela 6.47 – Proporção de agregados familiares com acesso ao serviço telefónico fixo, por meio de residência e concelho (2012-2016)	225
Tabela 6.48 – Proporção de agregados familiares, segundo o acesso/posse de Televisão, TV por assinatura, Computador, Tablet/Ipad e acesso a Internet (no alojamento), por meio de residência e concelho (2012-2016)	226
Tabela 6.49 – Proporção da população com 10 anos ou mais que utilizou um computador (laptop, desktop, Ipad ou tablet) ou que utilizou Internet (a partir de “qualquer dispositivo”) nos últimos três meses, segundo meio de residência e concelho (2016)	227

Tabela 7.1 – Importações de bens, por Classificação por Grandes Categorias Económicas - CGCE (2012-2016)	237
Tabela 7.2 – Empresas importadoras de bens, por ilha (2011-2015)	237
Tabela 7.3 – Importação de bens, segundo as zonas económicas (2012-2016) ..	238
Tabela 7.4 – Importações de bens, por principais países de origem (2012-2016)	239
Tabela 7.5 – Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2012-2016).....	239
Tabela 7.6 – Importações (milhões ECV) por, estância aduaneira (2012-2016) ...	241
Tabela 7.7 – Importação (milhões de ECV) , por tipo de serviços (2012-2016)	242
Tabela 7.8 – Exportações de bens, por classificação das Grandes Categorias Económicas (2012-2016)	243
Tabela 7.9 – Empresas exportadoras de bens, por ilha (2011-2015)	244
Tabela 7.10 – Exportação de bens, segundo zonas económicas (2012-2016).....	244
Tabela 7.11 – Exportações de bens, por principais países de destino (2012-2016)	245
Tabela 7.12 – Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2012-2016)	245
Tabela 7.13 – Exportações (milhões ECV) , por estância aduaneira (2012-2016)	246
Tabela 7.14 – Exportação (milhões de ECV) , por tipo de Serviços (2012-2016) .	247
Tabela 7.15 – Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012-2016).....	248
Tabela 7.16 – Saldo da balança comercial de serviços (2012-2016).....	248
Tabela 8.1 – Proporção dos representantes dos agregados familiares das Explorações Agrícolas Familiares, segundo o sexo, por ilha (1988, 2004 e 2015)	256
Tabela 8.2 – Proporção da população agrícola, segundo o sexo e tamanho médio das famílias agrícolas, por ilha (1988, 2004 e 2015)	257
Tabela 8.3 – Proporção dos representantes dos agregados familiares das Explorações Agrícolas Familiares, segundo o sexo, por ilha (1988, 2004 e 2015)	258
Tabela 8.4 – Explorações agrícolas, segundo o tipo, por ilha (2015).....	259
Tabela 8.5 – Explorações agrícolas familiares, segundo as atividades e respetivas proporções, por ilha (2015)	259
Tabela 8.6 – Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2012-2016).....	260
Tabela 8.7 – Estimativas de produção (em toneladas) , por tipo de culturas frutícolas (2012-2016)	261
Tabela 8.8 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2012-2016).....	262
Tabela 8.9 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro (2012-2016).....	263
Tabela 8.10 – Estimativa de produção e variação média de produção do milho (em toneladas) nos últimos 5 anos, por ilha (2010-2016)	264
Tabela 8.11 – Estimativa do efetivo pecuário, por espécie e ano (2012-2016).....	265
Tabela 8.12 – Estimativa de produção (em toneladas) de carne (2012-2016).....	266
Tabela 8.13 – Estimativa do efetivo, taxa de abate, efetivo abatido e produção de carne (em toneladas), por principais espécies (2016)	266
Tabela 8.14 – Estimativa de produção (em Litros) de leite (2012-2016)	266
Tabela 8.15 – Estimativa de produção (Unidade) de ovos (2012-2016)	267

Tabela 8.16 – Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2012)	267
Tabela 8.17 – Estimativa da produção de biomassa forrageira (2013)	268
Tabela 8.18 – Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais, por ilha (2011-2015).....	268
Tabela 8.19 – Número de embarcações (botes), número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca artesanal, por ilha (2016)	269
Tabela 8.20 – Número de embarcações, número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca industrial/semi-industrial, por ilha (2016)	270
Tabela 8.21 – Capturas nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2012-2016)	270
Tabela 8.22 – Importação de pescado - peso e valor (2012-2016).....	271
Tabela 8.23 – Exportação de pescado - peso e valor (2012-2016).....	272
Tabela 9.1 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)	275
Tabela 9.2 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha) com instrumento de gestão aprovados (2008-2015)	276
Tabela 9.3 – Zonas húmidas de Cabo Verde declaradas Sítios Ramsar	276
Tabela 9.4 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável (2012-2016)	277
Tabela 9.5 – Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2012-2016).....	278
Tabela 9.6 – Proporção da população, segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por sexo, meio de residência e concelho (2016)	279
Tabela 9.7 – Proporção da população que utiliza lenha como principal fonte de energia para cozinhar, por meio de residência e concelho (2012-2016).....	280
Tabela 10.1 – Vendas de combustíveis no mercado interno (2010-2015)	286
Tabela 10.2 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2010-2015)	287
Tabela 10.3 – Produção de energia elétrica, por ilha (2015)	288
Tabela 10.4 – Proporção da população com acesso à energia elétrica, por meio de residência, sexo e concelho (2010, 2013-2015)	289
Tabela 10.5 – Proporção da população residente, com acesso a energia elétrica, segundo origem (2015)	290
Tabela 11.1 – Número e proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (1985-2016).....	294
Tabela 11.2 – Número e Proporção de mulheres no poder executivo (1991-2016)	295
Tabela 11.3 – Indicadores de participação nas eleições legislativas (2016)	296
Tabela 11.4 – Indicadores de participação nas eleições presidenciais, por círculo eleitoral (2016)	296
Tabela 11.5 – Indicadores de participação nas eleições autárquicas, por círculo eleitoral (2016)	297
Tabela 11.6 – Resultado das eleições para a Presidência da República (2016)...	298
Tabela 11.7 – Resultado das eleições legislativas (2016)	299
Tabela 11.8 – Resultado da eleição para as Câmaras Municipais, segundo os partidos/grupos políticos, por círculo eleitoral (2016).....	300


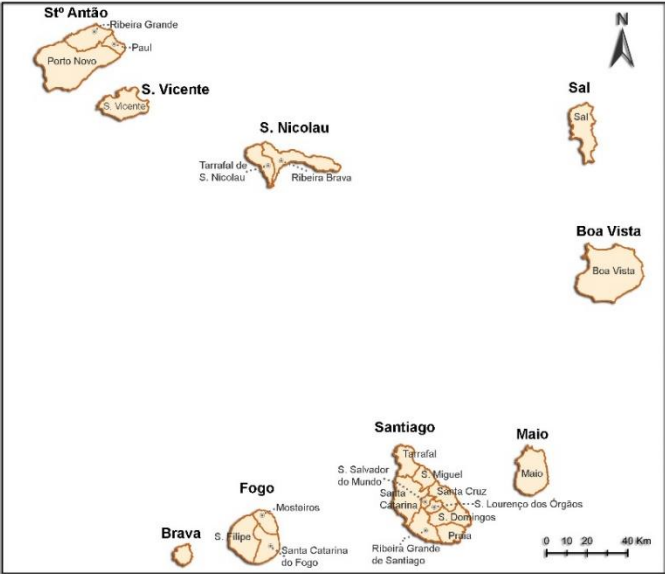
Índice de Gráficos

Gráfico 1.1 – Densidade Populacional (habitantes/Km2) por ilha (2016)	41
Gráfico 2.1 – Pirâmide etária da população residente (Censo 2010 e Projeções 2016).....	48
Gráfico 2.2 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2014)	84
Gráfico 2.3 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo modalidades desportivas mais praticadas (2015).....	95
Gráfico 3.1 – Taxa bruta de mortalidade (2011-2015)	121
Gráfico 4.1 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2015)	152
Gráfico 5.1 – Variação acumulada (%) do VAB, em volume, dos ramos de atividade (2015-2016)	165
Gráfico 6.1 – Proporção do volume de negócios do setor de indústria (2015), segundo as principais divisões da CAE CV – Rev.1.....	199
Gráfico 6.2 – Hóspedes segundo residência habitual (2016).....	209
Gráfico 6.3 – Proporção de veículos matriculados, por tipo (2015).....	216
Gráfico 6.4 – Acidentes de viação e veículos envolvidos (2012-2015)	217
Gráfico 7.1 – Importação de bens em milhões de ECV (2012-2016)	236
Gráfico 7.2 – Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2015-2016)	240
Gráfico 7.3 – Exportação de bens (milhões de ECV) (2012-2016)	242
Gráfico 7.4 – Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2015-2016)	246
Gráfico 8.1 – Estimativas de produção (em mil toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2012-2016).....	261
Gráfico 8.2 – Estimativas de produção (em mil toneladas), segundo as principais culturas frutícolas (2012-2016).....	262
Gráfico 8.3 – Produção (em mil toneladas) de culturas de sequeiro, por ano (2012- 2016).....	263
Gráfico 8.4 – Estimativas de produção média (em tonelada) de milho, nos últimos 5 anos, por ilha (2012-2016)	264
Gráfico 8.5 – Estimativas de produção (em toneladas) de milho, por ilha (2016) .	264
Gráfico 8.6 – Estimativa da proporção do efetivo pecuário, por espécies.....	265
Gráfico 8.7 – Valor (em milhões de ECV) das importações e exportações de pescado (2012-2016)	272
Gráfico 10.1 – Vendas de combustíveis no mercado interno (2010-2015).....	286
Gráfico 10.2 – Energia elétrica produzida (em %), segundo origem (2015).....	287
Gráfico 10.3 – Produção de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2010-2015)	288

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Enquadramento/localização de Cabo Verde.....	32
Figura 3.1 – Rede de infraestruturas de saúde.....	109
Figura 3.2 – Médicos e enfermeiros e indicadores da saúde reprodutiva (2015) ..	114
Figura 4.1 – Indicadores do ensino básico e secundário	138
Figura 5.1 – PIB a preços correntes (milhões de ECV), por Ilha (2015).....	169
Figura 6.1 – Indicadores da oferta e procura turística (2016)	206
Figura 6.2 – Movimento de carga/mercadorias e passageiros nos portos nacionais (2016)	220
Figura 10.1 – Principais indicadores de energia em Cabo Verde (2015)	285

Cabo Verde

Nome Oficial	República de Cabo Verde	
Superfície (Terrestre)	4 033 km ²	
Bandeira		
Composição das ilhas	10 Ilhas e 5 principais ilhéus	
Data Descoberta	1460	
Data Independência	5 de Julho de 1975	
Divisão Administrativa	22 Concelhos (distribuídos pelas seguintes ilhas)	
Santo Antão	Ribeira Grande Paul Porto Novo	
S. Vicente	S. Vicente	
S. Nicolau	Ribeira Brava Tarrafal de S. Nicolau	
Sal	Sal	
Boa Vista	Boa Vista	
Maio	Maio	
Santiago	Tarrafal Santa Catarina Santa Cruz Praia	
	S. Domingos S. Miguel S. Salvador do Mundo S. Lourenço dos Órgãos Ribeira Grande de Santiago	
	Mosteiros S. Filipe Santa Catarina do Fogo	
	Brava	
Cidade Capital	Praia	
População (2016)	531 239	
Esperança de Vida à Nascença (2016)	Homens	71,8 (Anos)
	Mulheres	80,0 (Anos)
Língua Oficial	Português	
Língua Nacional	Crioulo (Cabo-verdiano)	
Moeda	Escudos Cabo-Verdianos (ECV)	
PIB a Preços de mercado (2015)	158.699	(Milhões de ECV)
PIB per capita (2015)	302 380	(ECV)



Território

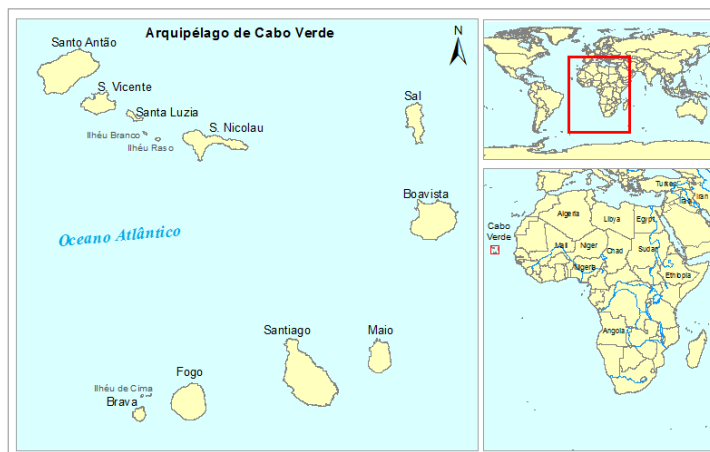




1 O Território de Cabo Verde

Neste tópico, expõe-se os principais dados/indicadores sobre os aspetos físicos do território, sobre a divisão administrativa, sobre as infraestruturas de transporte, assim como informações sobre a ocupação humana (ocupação e densidade populacional).

Figura 1.1 – Enquadramento/localização de Cabo Verde



Cabo Verde, pequeno país arquipelágico, formado por dez ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo e Brava) e cinco¹ principais ilhéus (Branco, Raso, Luís Carneiro, Grande e de Cima),

totalizando uma superfície aproximada de 4.033 km², situado entre os paralelos 14° 23' e 17° 12' de latitude Norte e os meridianos 22° 40' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.

Ilhas atlânticas, de origem vulcânica, distam cerca de 500 km do promontório do Senegal, donde lhe adveio o nome. Em termos geomorfológicos, distinguem-se, essencialmente, dois grupos de ilhas: um grupo formado por ilhas montanhosas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Santiago, Fogo e Brava), onde predominam as paisagens montanhosas e relevos bastante acidentados, com altitudes que alcançam 2.829 metros e o grupo formado por ilhas planas (Sal, Boa Vista e Maio), caracterizadas pela quase inexistência de relevos montanhosos, onde marcam presença as extensas praias de areia branca, banhadas pelo azul-turquesa do atlântico.

Afigurando-se como o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W – ilha de Santo Antão), as ilhas do arquipélago de Cabo Verde apresentam-se dispostas em forma de ferradura e, devido à sua localização geográfica (integra o grupo dos países do Sahel), apresenta um clima árido e semiárido, quente e seco, com temperatura média anual a rondar os 25° C, com fraca pluviosidade, onde podem ser identificadas duas estações, que definem o clima das

¹ - Mencionaram-se aqui estes 5 ilhéus, mas existem outros que, devido às suas menores dimensões, não foram referidos.



ilhas: o tempo das brisas (estação seca - dezembro a junho) e o tempo “das águas” (estação das chuvas, que, normalmente, decorre entre agosto e outubro, sendo o mês de julho, de transição).

Descoberto entre 1460 e 1462, por navegadores ao serviço da coroa portuguesa, o arquipélago esteve sob a soberania de Portugal por um período de aproximadamente 500 anos, tendo as ilhas servido de palco de uma grande miscigenação e cruzamento de influências, dando origem a uma cultura, um modo de estar e ser cabo-verdiano.

A 5 de Julho de 1975, o país tornou-se independente e, desde então, tem feito um percurso visando o desenvolvimento, tendo efetuado diversas conquistas em diferentes frentes, o que lhe permitiu estar hoje colocado entre os Países de Rendimento Médio.

1.1 Aspetos Físicos do Território

O arquipélago de Cabo Verde, fruto da sua origem vulcânica e da sua natureza insular, é composto por dez ilhas, sendo nove habitadas. A ilha de Santiago, sendo a maior, com 991 Km² representa cerca de 24,6% do território nacional, seguindo-se a ilha de Santo Antão (19,3% do território). A menor é a de Santa Luzia, com cerca de 35 Km² (0,9%).

O ponto mais alto do arquipélago encontra-se na Ilha do Fogo, onde o pico do vulcão atinge a altitude de 2.829 metros.

A Ponta de Chão de Mangrande, na ilha de Santo Antão, afigura-se como o ponto mais ocidental do continente africano (17°02'40.9"N 25°21'39.5"W).



Tabela 1.1 – Localização e altitude máxima das principais elevações (montanhas) de Cabo Verde

Ilhas	Designação (Monte)	Situação Geográfica		Orientação Predominante	Altitude (m)
		Latitude	Longitude		
Santo Antão	Tope da Coroa	17° 02' 05" N	25° 18' 00" W	Noroeste-Sueste	1 979
S. Vicente	Monte Verde	14° 52' 01" N	24° 65' 31" W	Norte-Sul	774
S. Nicolau	Monte Gordo			Noroeste-Sueste	1 304
Sal	Monte Grande			Nordeste-Sudoeste	406
Boa Vista	Santo António			378
Maio	Monte Penoso			Leste-Oeste	436
Santiago	Pico de Antónia	15° 02' 52" N	23° 38' 42" W	Nordeste-Sudoeste	1 392
Fogo	Pico do Fogo	14° 56' 52" N	24° 21' 11" W		2 829
Brava	Fontainhas	14° 50' 54" N	24° 42' 54" W	Leste-Oeste	976

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946

Tabela 1.2 – Comprimento e largura máximos e superfície, por ilha/ilhéu

Ilha/Ilhéu	Comprimento máximo (m)	Largura máxima (m)	Superfície Km ²
Santo Antão	42 750	23 970	779
S. Vicente	24 250	16 250	227
Santa Luzia	12 370	5 320	35
Ilhéu Branco	3 975	1 270	3
Ilhéu Raso	3 600	2 770	7
S. Nicolau	44 500	22 000	343
Sal	29 700	11 800	216
Boa Vista	28 900	30 800	620
Maio	24 100	16 300	269
Santiago	54 900	28 800	991
Fogo	26 300	23 900	476
Brava	10 500	9 310	64
Ilhéu Grande	2 350	1 850	2
Ilhéu Luís de Carneiro	1 950	500	0
Ilhéu de Cima	2 400	750	1

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946



Tabela 1.3 – Localização dos pontos extremos (latitude, longitude e localidades), por ilha

Ilhas	Latitude				Longitude			
	Pontos Extremos		Pontos de Referência		Pontos Extremos		Pontos de Referência	
	Norte	Sul	Extremo Norte	Extremo Sul	Este	Oeste	Extremo Este	Extremo Oeste
Santo Antão	17° 12' N	16° 55' N	Ponta do Sol	Ponta Cais dos Fortes	24° 58' W	25° 22' W	Ponta de Salina	Ponta do Chão de Mangrande
S. Vicente	16° 55' N	16° 46' N	Ponta Marigou	Ponta Sul	24° 52' W	25° 06' W	Ponta Calhau	Ponta Machado
Santa Luzia	16° 48' N	16° 44' N	Ponta dos Piquinhos	Ponta da Lage do Espia	24° 41' W	24° 48' W	Ponta Mãe Grande	Ponta Branca
S. Nicolau	16° 41' N	16° 29' N	Baixa do Espechim	Ponta da Vermelharia	24° 01' W	24° 26' W	Ponta Calheta	Ponta Branca
Sal	16° 51' N	16° 35' N	Ponta Norte	Ponta do Sinó	22° 52' W	23° 00' W	Ponta de Morrinho Vermelho	Ilhéu de Rabo de Junco
Boa Vista	16° 14' N	15° 58' N	Ponta do Sol	Ponta Tarrafe	22° 40' W	22° 58' W	Ilhéu do Baluarte	Ponta Varandinha
Maio	15° 20' N	15° 07' N	Porto Cais	Ponta Jampala	23° 06' W	23° 15' W	Rosto de Vento	Ponta Banconi
Santiago	15° 20' N	14° 54' N	Ponta Moreira	Ponta Temerosa	23° 26' W	23° 48' W	Ponta S. Lourenço	Ponta da Janela
Fogo	15° 04' N	14° 49' N	Fio do Monte Vermelho	Ponta do Pescadeiro	24° 31' W	24° 17' W	Ponta do Vale de Cavaleiros	Praia da Casinha
Brava	14° 54' N	14° 48' N	Ponta Incenso	Ponta Nhô Martinho	24° 40' W	24° 46' W	Ponta Rei Fernando	Ponta Prainha

Fonte: Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946



1.2 Divisão Administrativa do País

Herdada do período colonial, a divisão administrativa do país tem conhecido algumas alterações ao longo dos anos, em especial após a independência. É de se referir que, em 1975 (ano da independência), em termos da divisão administrativa, o país encontrava-se estruturado em 14 concelhos, tendo sido criado o concelho dos Mosteiros em 1991, São Domingos em 1993, São Miguel em 1996. Em 2005, foram criados 6 novos municípios, designadamente: Ribeira Brava e Tarrafal de São Nicolau (fruto da divisão do concelho de São Nicolau); São Salvador do Mundo; São Lourenço dos Órgãos; Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo, perfazendo, assim, os atuais 22 concelhos que compõem o país.

Tabela 1.4 – Divisão administrativa de Cabo Verde (1975-2005)

	1975	1991	1993	1996	2005
	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande	Ribeira Grande
	Paul	Paul	Paul	Paul	Paul
	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo	Porto Novo
	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente	S. Vicente
	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	S. Nicolau	Ribeira Brava
	Sal	Sal	Sal	Sal	Tarrafal S. Nicolau
	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Boa Vista	Sal
	Maio	Maio	Maio	Maio	Boa Vista
	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Tarrafal	Maio
	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Santa Catarina	Tarrafal
	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Cruz	Santa Catarina
	Praia	Praia	Praia	Praia	Santa Cruz
	Fogo	Mosteiros	S. Domingos	S. Domingos	Praia
	Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel	S. Domingos
		Brava	S. Filipe	Mosteiros	S. Miguel
	----	----	Brava	S. Filipe	S. Salvador do Mundo
	----	----	----	Brava	S. Lourenço dos Órgãos
	----	----	----	----	Ribeira Grande de Santiago
	----	----	----	----	Mosteiros
	----	----	----	----	S. Filipe
	----	----	----	----	Santa Catarina do Fogo
	----	----	----	----	Brava
N.º Concelhos	14	15	16	17	22

Nota: Os nomes dos concelhos, destacados a negrito, indicam a sua criação nessa data.



1.3 Divisão Estatística (Distritos de Recenseamento)

No contexto do Sistema Estatístico Nacional (SEN), e perseguindo fins meramente estatísticos, o Instituto Nacional de Estatística (INE) recorre à codificação das unidades administrativas do território, estabelecendo, a partir desta hierarquia, unidades territoriais de menores dimensões, edificando a divisão estatística ou os Distritos de Recenseamento (DR) cuja estrutura apresenta uma codificação de 6 dígitos, representando 4 níveis hierárquicos (num 1º nível as ilhas, 2º nível os Concelhos, 3º nível as Freguesias e, por fim, os DR's).

Atualmente, para fins estatísticos, o país encontra-se dividido em 948 DR's, encontrando-se a ilha de Santiago com cerca de 51,9%, seguido de S. Vicente (15,5%), Santo Antão (9,2%), sendo Brava a ilha com menor proporção de DR's (1,4%).

Tabela 1.5 – Número de Distritos de Recenseamento (DR), por ilha e concelho (2010)

Ilha	Concelho	N.º DR's
Santo Antão	Ribeira Grande	38
	Paul	12
	Porto Novo	38
S. Vicente	S. Vicente	147
S. Nicolau	Ribeira Brava	21
	Tarrafal de S. Nicolau	17
Sal	Sal	52
Boa Vista	Boavista	22
Maio	Maio	18
Santiago	Tarrafal	47
	Santa Catarina	84
	Santa Cruz	44
	Praia	217
	S. Domingos	23
	S. Miguel	32
	S. Salvador do Mundo	15
	S. Lourenço dos Órgãos	13
	Ribeira Grande Santiago	17
	Fogo	Mosteiros
S. Filipe		49
Santa Catarina do Fogo		11
Brava	Brava	13

Fonte: Base de dados geoespacial do INE



1.4 Infraestruturas de Transportes

Em termos de rede rodoviária (entenda-se as estradas classificadas como Estrada Nacional-EN), em 2016, o país registava cerca de 1.130 Km de extensão, 36,9% das quais na ilha de Santiago, 19,1% na Ilha de Santo Antão, apresentando a ilha da Brava a menor proporção (2,6%). Nota-se que a distribuição da rede rodoviária apresenta uma certa proporcionalidade, em função do tamanho da superfície de cada Ilha.

Em relação às infraestruturas aeroportuárias, o país conta, atualmente, com quatro (4) aeroportos internacionais, situados nas ilhas de Santiago, Boa Vista, Sal e São Vicente. As demais ilhas, excetuando-se as da Brava, Santo Antão e Santa Luzia, têm um aeródromo para voos domésticos.

Quanto a infraestruturas portuárias, todas as ilhas dispõem das mesmas, com exceção de Santa Luzia, que não é habitada.

1.4.1 Rede Rodoviária Nacional

Tabela 1.6 – Extensão (em Km) e classificação da rede rodoviária nacional, por ilha (2016)

Ilha	Extensão (km)	Classe/Categoria (em Km)			
		1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	Rurais
Santo Antão	216,29	83,59	0,00	117,42	15,28
S. Vicente	60,33	8,58	25,85	20,38	5,52
S. Nicolau	102,20	25,96	5,00	71,25	0,00
Sal	29,43	21,83	0,00	7,60	0,00
Boa Vista	71,48	7,04	0,00	64,44	0,00
Maio	48,43	0,00	0,00	48,43	0,00
Santiago	417,39	167,41	0,00	222,30	27,68
Fogo	155,65	82,27	1,25	72,13	0,00
Brava	29,01	0,00	0,00	22,65	6,37
Total	1 130,20	396,68	32,09	646,59	54,85

Fonte: Instituto das Estradas (IE)



Tabela 1.7 – Extensão (em Km) da rede rodoviária nacional, por ilha (2013-2016)

Ilha	2013	2014	2015	2016
Santo Antão	213,98	213,98	216,29	216,29
S. Vicente	54,81	54,81	60,33	60,33
S. Nicolau	94,10	94,10	102,20	102,20
Sal	21,83	21,83	29,43	29,43
Boa Vista	51,92	51,92	71,48	71,48
Maio	48,43	48,43	48,43	48,43
Santiago	389,71	389,71	417,39	417,39
Fogo	144,29	144,29	155,65	155,65
Brava	10,15	10,15	29,01	29,01
Total	1 029,21	1 029,21	1 130,20	1 130,20

Fonte: Instituto das Estradas (IE)

1.4.2 Infraestruturas Aeroportuárias Nacionais

Tabela 1.8 – Identificação, classificação, localização e tamanho de pista (comprimento e largura) dos Aeroportos e Aeródromos de Cabo Verde

Ilha	Designação	Classificação	Localização		Pista (em metros)	
			Latitude	Longitude	Comprimento	Largura
S. Vicente	Aeroporto Internacional Cesária Évora	Internacional	16° 50' 01" N	25° 03' 17" W	2 000	45
S. Nicolau	Aeródromo de Preguiça (S. Nicolau)	Doméstico	16° 35' 17" N	24° 17' 03" W	1 400	30
Sal	Aeroporto Internacional Amílcar Cabral	Internacional	16° 44' 15" N	22° 57' 00" W	3 000	45
Boa Vista	Aeroporto Internacional Aristides Pereira	Internacional	16° 08' 14" N	22° 53' 19" W	2 100	45
Maio	Aeródromo do Maio	Doméstico	15° 09' 21" N	23° 12' 49" W	1 200	30
Santiago	Aeroporto Internacional Nelson Mandela	Internacional	14° 56' 28" N	23° 29' 05" W	2 100	45
Fogo	Aeródromo de S. Filipe	Doméstico	14° 53' 06" N	24° 28' 48" W	1 350	30

Fonte: Agência de Aviação Civil (AAC)



1.4.3 Infraestrutura Portuária Nacional

Tabela 1.9 – Identificação e localização dos portos de Cabo Verde

Ilha	Concelho	Designação	Localização	
			Latitude	Longitude
Santo Antão	Porto Novo	Porto Novo	17° 01' 1.65" N	25° 03' 31.94" W
S. Vicente	S. Vicente	Porto Grande	16° 53' 27.05" N	24° 59' 46.09" W
S. Nicolau	Tarrafal de S. Nicolau	Porto do Tarrafal	16° 33' 59.35" N	24° 21' 35.77" W
Sal	Sal	Porto da Palmeira	16° 45' 17.33" N	22° 58' 58.73" W
Boa Vista	Boa Vista	Porto de Sal Rei	16° 10' 40.88" N	22° 55' 26.40" W
Maio	Maio	Porto Inglês	15° 08' 30.93" N	23° 13' 9.23" W
Santiago	Praia	Porto da Praia	14° 54' 38.41" N	23° 29' 55.85" W
Fogo	S. Filipe	Porto Vale Cavaleiros	14° 55' 13.40" N	24° 30' 15.20" W
Brava	Brava	Porto da Furna	14° 53' 16.49" N	24° 40' 41.07" W

Fonte: ENAPOR

1.5 Densidade Populacional

Considerando os números da população residente (projeções demográficas 2010 – 2030), no que se refere à densidade populacional, regista-se um aumento paulatino, assinalando um crescimento em cerca de 5% entre 2012 e 2016, tendo este último ano registado o valor de 131,72 habitantes/km², a nível do país.

A nível das ilhas, em 2016, destaca-se a disparidade de valores para cada ilha, tendo a ilha de S. Vicente registado a maior densidade populacional de Cabo Verde (360,63 hab./Km²), seguida da ilha de Santiago (300,73 hab./km²) e Sal (163,28 hab./km²). No contexto nacional, estas ilhas apresentam-se como as mais atrativas e as que têm registado maiores ganhos em termos de população residente. Por outro lado, muitos desafios se lhes apresentam, em especial no que respeita ao ordenamento e gestão do território, devido à forte pressão exercida pelas populações sobre os recursos disponíveis.

A ilha da Boa Vista, a menos densamente povoada, tem registado, nos últimos anos, um rápido crescimento populacional, consequentemente, um significativo aumento da densidade populacional, passando de 18,16 hab./Km², em 2012, para 25,05 hab./Km², em 2016 (aumento de 37,9% entre 2012 e 2016). Entretanto, continua a ser a ilha com a menor densidade populacional do país.



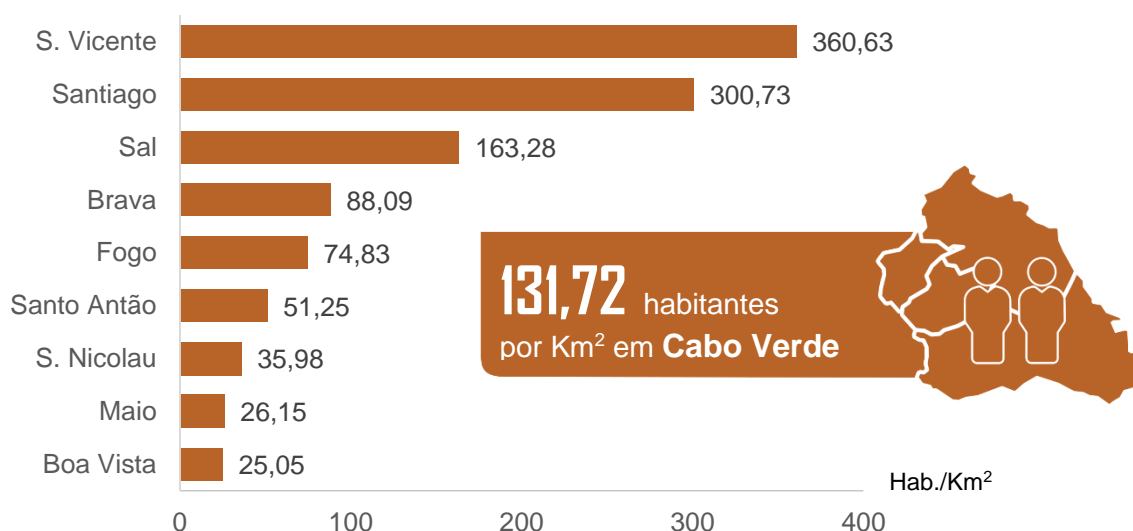
De destacar, ainda, as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Fogo e Brava que apresentaram uma redução da população residente e, conseqüentemente, da densidade populacional, fruto, essencialmente, do processo migratório (interno e externo) que se regista nestas ilhas.

Tabela 1.10 – Densidade Populacional (Habitantes/Km²), por ilha (2012-2016)

	Superfície (Km ²)	Densidade Populacional				
		2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	4 033	125,46	127,00	128,56	130,13	131,72
Santo Antão	779	54,62	53,74	52,88	52,05	51,25
S. Vicente	227	345,04	349,08	353,04	356,89	360,63
S. Nicolau	343	36,99	36,74	36,48	36,22	35,98
Sal	216	134,7	141,92	149,11	156,24	163,28
Boa Vista	620	18,16	19,86	21,57	23,31	25,05
Maio	269	25,78	25,77	25,82	25,95	26,15
Santiago	991	285,23	289,03	292,9	296,81	300,73
Fogo	476	76,85	76,29	75,77	75,29	74,83
Brava	64	91,98	90,99	90,00	89,03	88,09

Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

Gráfico 1.1 – Densidade Populacional (habitantes/Km²) por ilha (2016)



Fonte: Superfície das ilhas – Anuário Estatístico de Cabo Verde 1946
População – INE, Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030



1.6 As Cidades e Vilas em Cabo Verde

Até ao primeiro semestre de 2010, o país contava com 6 cidades (Praia, Mindelo, Assomada, S. Filipe, Porto Novo e Cidade de Santiago de Cabo Verde). Com a entrada em vigor da Lei nº 77/VII/2010 (B.O. nº 32, de 23 de agosto de 2010), passou então a contar com 24 cidades, em que cada concelho abriga uma cidade, com exceção dos concelhos de Ribeira Grande de Santo Antão e Sal, com duas cidades cada um, ou seja, 9 cidades em Santiago, 4 em Santo Antão, 3 na ilha do Fogo, 2 na ilha do Sal, 2 em São Nicolau e 1 em cada uma das restantes ilhas.

Recentemente, com a aprovação do Decreto-lei nº 45/2015, 19 localidades, em todas as ilhas, à exceção de São Vicente, passaram a ostentar a categoria de Vila.

Tabela 1.11 – Identificação e designação das Cidades de Cabo Verde (2016)

Ilha	Concelho	Designação
Santo Antão	Ribeira Grande	Cidade de Ponta do Sol
		Cidade de Povoação
	Paul	Cidade das Pombas
	Porto Novo	Cidade de Porto Novo
S. Vicente	S. Vicente	Cidade de Mindelo
S. Nicolau	Ribeira Brava	Cidade da Ribeira Brava
	Tarrafal de S. Nicolau	Cidade de Tarrafal de S. Nicolau
Sal	Sal	Cidade dos Espargos
		Cidade de Santa Maria
Boa Vista	Boa Vista	Cidade de Sal Rei
Maio	Maio	Cidade do Porto Inglês
	Tarrafal	Cidade de Tarrafal
	Santa Catarina	Cidade de Assomada
	Santa Cruz	Cidade de Pedra Badejo
	Praia	Cidade da Praia
	S. Domingos	Cidade da Várzea da Igreja
	S. Miguel	Cidade da Calheta de S. Miguel
	S. Salvador do Mundo	Cidade de Achada Igreja
Santiago	S. Lourenço dos Órgãos	Cidade de João Teves
	Ribeira Grande de Santiago	Cidade de Santiago de Cabo Verde
	Mosteiros	Cidade da Igreja
	S. Filipe	Cidade de S. Filipe
	Santa Catarina do Fogo	Cidade de Cova Figueira
Brava	Brava	Cidade de Nova Sintra

Fonte: B.O nº 32 – I Série (Lei nº 77/VII/2010)



Tabela 1.12 – Identificação e localização das Vilas de Cabo Verde (2016)

Ilha	Concelho	Designação	
Santo Antão	Ribeira Grande	Vila de Chã de Igreja Vila de Coculi	
	Porto Novo	Vila de Ribeira das Patas	
S. Nicolau	Ribeira Brava	Vila de Fajã de Baixo Vila de Juncalinho	
	Tarrafal de S. Nicolau	Vila de Praia Branca	
Sal	Sal	Vila da Palmeira	
Boa Vista	Boa Vista	Vila de Rabil	
Maio	Maio	Vila da Calheta Vila de Barreiro	
		Tarrafal	Vila de Ribeira das Pratas Vila de Achada Tenda
Santiago	Santa Catarina	Vila de Chã de Tanque Vila de Achada Falcão Vila de Ribeira da Barca	
		S. Miguel	Vila de Achada do Monte
		Fogo	Vila de Ponta Verde Vila de Patim
Brava	Brava	Vila de Nossa Senhora do Monte	

Fonte: B.O n.º 55 - I Série (Decreto– lei n.º 45/2015)



População e Condições Sociais





2 População e Condições sociais

2.1 População

De acordo com os dados do INE sobre as projeções demográficas da população de 2010 a 2030, a população de Cabo Verde, no período 2012-2016, cresceu a um ritmo de 1,23%. Em 2016, foi estimado 531.239 pessoas residentes, tendo verificado um acréscimo de 6.406 habitantes, em relação ao ano 2015 (Tabela 2.1).

A análise por concelho indica que Praia e São Vicente apresentam uma maior concentração da população, representando, em 2016, respetivamente, 29,2% e 15,4% do total da população do país. Os concelhos com menor concentração de população são Tarrafal de São Nicolau e Santa Catarina do Fogo, com igual percentagem (1,0%) -Tabela 2.1 -.

Tabela 2.1 – População residente em Cabo Verde, por concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	505 983	512 173	518 467	524 833	531 239
Ribeira Grande	18 129	17 748	17 375	17 017	16 674
Paul	6 616	6 433	6 261	6 099	5 940
Porto Novo	17 807	17 681	17 556	17 431	17 308
S. Vicente	78 325	79 241	80 140	81 014	81 863
Ribeira Brava	7 431	7 347	7 262	7 182	7 108
Tarrafal de S. Nicolau	5 256	5 254	5 249	5 242	5 233
Sal	29 096	30 655	32 208	33 747	35 268
Boa Vista	11 262	12 313	13 376	14 451	15 534
Maio	6 934	6 932	6 947	6 980	7 034
Tarrafal	18 488	18 424	18 367	18 314	18 264
Santa Catarina	44 052	44 387	44 745	45 123	45 516
Santa Cruz	26 579	26 509	26 436	26 360	26 277
Praia	139 993	143 787	147 607	151 436	155 252
S. Domingos	13 936	13 970	14 004	14 037	14 070
São Miguel	15 271	15 067	14 867	14 671	14 482
S. Salvador do Mundo	8 680	8 670	8 661	8 652	8 642
S. Lourenço dos Órgãos	7 288	7 233	7 179	7 127	7 079
Ribeira Grande de Santiago	8 372	8 385	8 399	8 415	8 437
Mosteiros	9 468	9 428	9 394	9 364	9 336
S. Filipe	21 806	21 587	21 384	21 194	21 018
Santa Catarina do Fogo	5 307	5 299	5 290	5 279	5 267
Brava	5 887	5 823	5 760	5 698	5 638

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030



A taxa de crescimento natural (TCN) sofreu uma diminuição, passando de 1,5%, em 2012, para 1,3%, em 2016. No que concerne à taxa de crescimento médio anual (TCMA), esta manteve o mesmo valor (1,2%) registado em 2015 (Tabela 2.2).

Em 2016, a esperança média de vida para os homens foi de 71,8 anos, enquanto para as mulheres foi de 80,0 anos, apontando para uma diferença média de anos de vida de 8,2 anos (Tabela 2.2).

Tabela 2.2 – Taxa Anual de Crescimento Natural (TCN), Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) e Esperança de vida à nascença (2012-2016)

	Taxa Anual de Crescimento Natural (TCN) (%)	Taxa de Crescimento Médio Anual (TCMA) – (%)	Esperança de vida à nascença (ano)	
			e0 (Masculino)	e0 (Feminino)
2012	1,49	1,21	70,3	79,4
2013	1,46	1,22	70,7	79,5
2014	1,43	1,23	71,1	79,7
2015	1,38	1,23	71,5	79,9
2016				
Cabo Verde	1,33	1,22	71,8	80,0
Ribeira Grande	0,55	-2,01	71,8	80,0
Paul	0,71	-2,61	71,8	80,0
Porto Novo	1,11	-0,70	71,8	80,0
S. Vicente	1,15	1,05	71,8	80,0
Ribeira Brava	0,62	-1,04	71,8	80,0
Tarrafal de S. Nicolau	1,22	-0,17	71,8	80,0
Sal	2,09	4,51	71,8	80,0
Boa Vista	1,59	7,49	71,8	80,0
Maio	0,90	0,77	71,8	80,0
Tarrafal	1,42	-0,27	71,8	80,0
Santa Catarina	1,22	0,87	71,8	80,0
Santa Cruz	1,32	-0,31	71,8	80,0
Praia	1,59	2,52	71,8	80,0
S. Domingos	1,25	0,24	71,8	80,0
S. Miguel	1,09	-1,29	71,8	80,0
S. Salvador do Mundo	1,16	-0,11	71,8	80,0
S. Lourenço dos Órgãos	0,83	-0,69	71,8	80,0
Ribeira Grande de Santiago	1,16	0,26	71,8	80,0
Mosteiros	1,24	-0,30	71,8	80,0
S. Filipe	1,05	-0,83	71,8	80,0
Santa Catarina do Fogo	1,34	-0,23	71,8	80,0
Brava	1,08	-1,05	71,8	80,0

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030

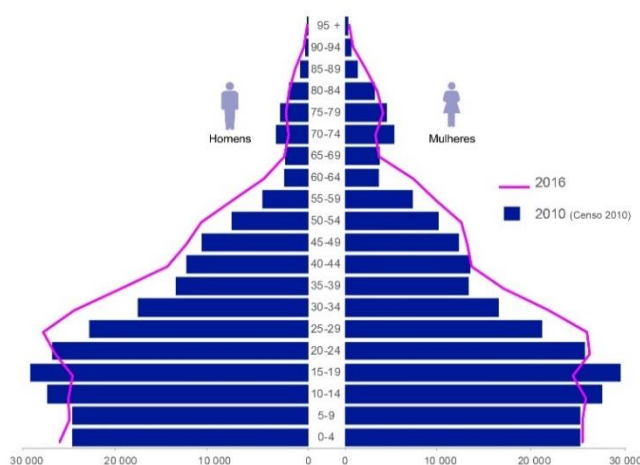


2.1.1 Estrutura etária da população

Na estrutura etária da população, verifica-se que, em 2016, o número de pessoas de 0 a 14 anos de idade foi de 153.975 (29,0% do total da população residente). O grupo dos 15 aos 24 anos conta com 102.475 (19,2% do total) e o dos 25 aos 64 anos foi estimado em 245.732 (46,3%). Em relação aos idosos (pessoas com 65 anos ou mais), o valor estimado para 2016 situa-se à volta de 29.057 indivíduos (5,5% do total) –Tabela 2.3 –.

No que concerne à estrutura da população, por sexo, observa-se que o peso da população feminina foi, durante estes anos, superior ao da população masculina, com exceção dos anos de 2015 e de 2016 (Tabela 2.3).

Gráfico 2.1 – Pirâmide etária da população residente (Censo 2010 e Projeções 2016)



Fonte: INE – Projeções demográficas, 2010-2030

Tabela 2.3 – População segundo o sexo, por faixa etária (2012-2016)

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Total	251 384	254 599	255 033	257 140	258 744	259 723	262 501	262 331	266 287	264 951
0-4 anos	25 441	25 073	25 450	24 816	25 885	24 984	26 298	25 129	26 541	25 355
5-9 anos	26 009	26 136	26 071	26 205	25 881	26 016	25 632	25 764	25 449	25 323
10-14 anos	26 731	26 309	26 278	26 041	25 866	25 782	25 660	25 749	25 599	25 708
15-19 anos	27 983	27 673	27 204	26 838	26 532	25 866	25 600	24 763	25 113	24 275
20-24 anos	28 179	26 813	28 304	26 937	27 957	26 866	27 690	26 718	26 987	26 099
25-29 anos	25 135	22 870	26 032	23 690	26 924	24 544	27 719	25 175	28 267	25 798
30-34 anos	20 789	17 785	21 781	18 639	22 813	19 589	23 857	20 743	24 917	21 693
35-39 anos	15 957	14 437	16 804	14 920	17 990	15 672	18 915	16 274	19 959	16 882
40-44 anos	13 522	13 169	13 740	13 122	13 875	13 023	14 372	13 123	15 053	13 532
45-49 anos	12 289	13 094	12 572	13 192	12 655	13 138	12 733	13 025	12 971	13 016
50-54 anos	9 280	10 631	9 981	11 158	10 679	11 688	10 985	11 903	11 407	12 379
55-59 anos	5 506	7 990	6 108	8 594	6 686	9 032	7 602	9 606	8 118	9 733
60-64 anos	3 152	4 549	3 517	5 224	4 023	6 088	4 419	6 784	4 722	7 284
65-69 anos	2 431	3 627	2 385	3 557	2 242	3 221	2 288	3 259	2 572	3 640
70-74 anos	2 617	4 190	2 287	3 621	2 195	3 474	2 081	3 251	2 095	3 246
75-79 anos	2 730	4 404	2 751	4 421	2 682	4 346	2 644	4 382	2 411	4 048
80-84 anos	2 125	3 191	2 173	3 350	2 152	3 414	2 104	3 359	2 067	3 440
85-89 anos	1 043	1 610	1 137	1 757	1 221	1 853	1 349	2 102	1 425	2 176
90-94 anos	325	617	315	612	344	678	406	735	468	841
95+ anos	140	432	141	445	142	449	147	490	146	483

Fonte: INE – Projeções demográficas, 2010-2030



A idade média da população de Cabo Verde tem rondado os 27 anos, de 2012 a 2014, tendo atingido o valor médio de 28 anos, em 2015, e um ligeiro aumento (28,3) em 2016. A nível dos concelhos, constatou-se que, em 2016, o concelho de Santa Cruz aparece com a menor idade média (26,2 anos), enquanto Ribeira Grande de Santo Antão apresenta a maior (32,9 anos) – Tabela 2.4 –.

Tabela 2.4 – Idade média da população, por concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	27,2	27,5	27,7	28,0	28,3
Ribeira Grande	31,3	31,7	32,1	32,4	32,9
Paul	30,0	30,4	30,8	31,3	31,7
Porto Novo	28,9	29,3	29,6	29,9	30,3
S. Vicente	29,4	29,7	30,0	30,3	30,6
Ribeira Brava	31,4	31,7	32,0	32,3	32,6
Tarrafal S. Nicolau	28,7	29,0	29,3	29,6	29,9
Sal	25,7	25,9	26,2	26,4	26,7
Boa Vista	28,0	28,0	28,0	28,1	28,2
Maio	29,2	29,6	30,1	30,5	30,9
Tarrafal	26,5	26,9	27,3	27,7	28,0
Santa Catarina	26,3	26,6	26,9	27,2	27,5
Santa Cruz	24,8	25,2	25,6	25,9	26,2
Praia	25,9	26,2	26,5	26,8	27,1
S. Domingos	25,9	26,2	26,4	26,7	27,0
S. Miguel	26,7	27,1	27,5	27,9	28,3
S. Salvador do Mundo	26,7	27,0	27,2	27,5	27,7
S. Lourenço dos Órgãos	28,1	28,4	28,7	29,0	29,2
Ribeira Grande Santiago	25,9	26,2	26,6	26,9	27,3
Mosteiros	26,9	27,2	27,4	27,6	27,8
S. Filipe	27,4	27,8	28,1	28,4	28,7
Santa Catarina do Fogo	25,7	25,9	26,0	26,1	26,3
Brava	28,3	28,6	29,0	29,3	29,7

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030



Tabela 2.5 – Relação de masculinidade, por concelho (2012-2016)

Relação de masculinidade	
2012	98,7
2013	99,2
2014	99,6
2015	100,1
2016	
Cabo Verde	100,5
Ribeira Grande	118,1
Paul	133,6
Porto Novo	109,1
S. Vicente	102,8
Ribeira Brava	113,1
Tarrafal de S. Nicolau	108,3
Sal	114,0
Boa Vista	142,9
Maio	97,1
Tarrafal	83,4
Santa Catarina	92,0
Santa Cruz	97,0
Praia	97,8
S. Domingos	98,9
S. Miguel	83,9
S. Salvador do Mundo	95,3
S. Lourenço dos Órgãos	98,9
Ribeira Grande de Santiago	96,6
Mosteiros	92,5
S. Filipe	94,8
Santa Catarina do Fogo	101,8
Brava	96,5

Fonte: Projeções demográficas, 2010-2030



O Índice de Dependência Total tem estado a decrescer de forma contínua, de 2012 a 2016, devido, principalmente, ao número significativo de homens e mulheres em idade de trabalhar, em comparação com a população de crianças e idosos. Em 2012, este indicador era de 57,7% e passou para 52,6%, em 2016 (Tabela 2.6).

Para os Índices de Dependência Jovem e de Dependência de Idosos, o comportamento observado tem sido semelhante ao do Índice de Dependência Total, isto é, ambos têm vindo a decrescer no período de análise (Tabela 2.6).

Tabela 2.6 – Índice de Dependência, de Envelhecimento e de Longevidade (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Índice de Dependência Total	57,7	56,0	54,5	53,5	52,6
Índice de Dependência de Jovens (0-14 anos)	48,5	47,2	46,0	45,1	44,2
Índice de Dependência de Idosos (>=65 anos)	9,2	8,8	8,5	8,4	8,3
Índice de envelhecimento	18,9	18,7	18,4	18,5	18,9
Índice de Longevidade	56,4	59,1	60,8	62,0	60,2

Fonte: INE, Projeções demográficas 2010-2030



2.1.2 Migrações

Em 2016, a população imigrante nascida fora do território nacional, residente em Cabo Verde, foi de 17.899 pessoas, representando 3,4% da população. A população de nacionalidade estrangeira constitui cerca de 2% da população residente. Nas ilhas de Boa Vista e Sal, esta proporção é de 12% e 5%, respetivamente (Tabela 2.7).

Tabela 2.7 – Proporção da população residente em Cabo Verde, segundo a “nacionalidade,” por sexo, meio de residência e concelho (2010-2016)

	Cabo-verdiana	Dupla Nacionalidade*	Estrangeira
2010	95,3	1,7	2,9
2013	96,1	2,0	1,9
2014	96,0	2,6	1,4
2015	96,2	2,2	1,6
2016			
Cabo Verde	95,8	2,4	1,9
Sexo			
Masculino	94,9	2,6	2,5
Feminino	96,6	2,1	1,3
Meio de Residência			
Urbano	94,3	3,2	2,6
Rural	98,8	0,7	0,5
Concelho			
Ribeira Grande	98,7	1,3	0,0
Paul	99,1	0,2	0,6
Porto Novo	97,8	1,7	0,4
S. Vicente	95,7	3,4	1,0
Ribeira Brava	97,3	1,4	1,3
Tarrafal de S. Nicolau	97,7	1,5	0,8
Sal	91,2	3,7	5,1
Boa Vista	86,3	1,7	12,0
Maio	96,9	0,8	2,2
Tarrafal	98,1	1,8	0,1
Santa Catarina	96,5	1,8	1,7
Santa Cruz	98,9	0,5	0,6
Praia	94,1	3,5	2,4
S. Domingos	99,1	0,6	0,3
S. Miguel	99,4	0,5	0,1
S. Salvador do Mundo	99,1	0,8	0,1
S. Lourenço dos Órgãos	99,4	0,3	0,4
Ribeira Grande Santiago	99,4	0,4	0,2
Mosteiros	97,6	1,8	0,6
S. Filipe	97,5	1,6	0,9
Santa Catarina do Fogo	98,8	0,8	0,3
Brava	98,5	0,9	0,6

*Pessoas com nacionalidade Cabo-verdiana e uma outra nacionalidade estrangeira
Fonte: INE, Censo 2010 e Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



O saldo migratório em Cabo Verde continua a ser negativo, isto é, há mais pessoas a saírem (emigrantes) do que a entrarem (imigrantes) no país. No entanto, em termos de tendência, constata-se que este saldo negativo tem vindo a reduzir-se significativamente no período em análise (-57,6%), passando de -1.409, em 2012, para -598, em 2016 (Tabela 2.8).

Tabela 2.8 – Saldo Migratório, por ilha (2012-2016)

	Saldo Migratório (habitantes)
2012	-1 409
2013	-1 212
2014	-1 010
2015	-808
2016	
Cabo Verde	-589
Ribeira Grande	-436
Paul	-202
Porto Novo	-316
São Vicente	-85
Ribeira Brava	-119
Tarrafal S. Nicolau	-73
Sal	818
Boa Vista	852
Maio	-8
Tarrafal	-309
Santa Catarina	-158
Santa Cruz	-430
Praia	1410
S. Domingos	-142
S. Miguel	-349
S. Salvador do Mundo	-110
S. Lourenço dos Órgãos	-108
Ribeira Grande de Santiago	-76
Mosteiros	-144
S. Filipe	-399
Santa Catarina do Fogo	-83
Brava	-121

Fonte: INE, Projeções demográficas, 2010-2030



2.2 Mercado de trabalho

A população ativa diminuiu, em termos absolutos, de 2012 a 2014, passando de 225.819 para 217.158 indivíduos, tendo aumentado no período 2015 a 2016, passando de 222.084 para 246.680 indivíduos. A proporção da população desempregada, em relação à população ativa total (taxa de desemprego), diminuiu entre o período 2012 e 2015. Passou de 16,8%, em 2012, para 16,4%, em 2013, de 15,8%, em 2014, para 12,4%, em 2015, e atingiu 15,0%, em 2016, tendo aumentado na ordem de 2,6 pontos percentuais, em relação a 2015 (Tabela 2.9).

Em 2016, a taxa de desemprego nos homens (12,9%) foi inferior à taxa de desemprego nas mulheres (17,4%). A taxa de desemprego no meio urbano (16,9%) foi superior à registada no meio rural (10,3%) - Tabela 2.9 -.

Tabela 2.9 – População de 15 anos ou mais, segundo situação na atividade económica (2012-2016)

	População Ativa			População inativa	Total (Pop. ativa e Inativa)
	Empregada	Desempregada	Total		
2012	187 904	37 915	225 819	135 041	360 861
2013	185 486	36 388	221 874	147 054	368 928
2014	182 831	34 327	217 158	157 591	374 749
2015	194 485	27 599	222 084	158 910	380 995
2016					
Total	209 725	36 955	246 680	140 466	387 146
Masculino	115 490	17 096	132 586	58 381	190 967
Feminino	94 235	19 859	114 094	82 085	196 179

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

Tabela 2.10 – População ativa, segundo o meio de residência e Sexo (2012-2016)

	Urbano		Rural		Cabo Verde		
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Total
2012	79 051	72 136	41 454	33 180	120 504	105 315	225 819
2013	83 861	71 137	37 266	29 610	121 127	100 747	221 874
2014	84 939	75 486	33 751	22 982	11 869	98 468	217 158
2015	83 760	75 353	36 431	26 540	120 191	101 893	222 084
2016							
População Ativa	92 150	83 489	40 436	30 606	132 586	114 094	246 680
Empregada	78 324	67 655	37 166	26 581	115 490	94 235	209 725
Desempregada	13 826	15 834	3 270	4 025	17 096	19 859	36 955
População inativa	36 005	49 519	22 376	32 566	58 381	82 085	140 466
Total (ativa e Inativa)	128 155	133 008	62 812	63 172	190 967	196 179	387 146

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Em 2016, dos três setores de atividade económica, pode-se observar que o setor terciário é o que mais mão-de-obra absorveu, com uma média de 61,1% dos ativos empregados. Consta-se que houve uma diminuição de 1,5 pontos percentuais, comparativamente ao ano de 2015. Nos setores primário e secundário, foram verificados ligeiros aumentos, em relação a 2015, na ordem de 0,9 e 0,6 pontos percentuais, respetivamente (Tabela 2.11).

Tabela 2.11 – Estrutura dos empregados, por setor de atividade (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Primário	25,5	23,0	16,7	19,8	20,4
Secundário	17,3	16,6	17,8	17,6	18,5
Terciário	57,2	60,4	65,5	62,6	61,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

A categoria de profissão com maior grau de empregabilidade, de acordo com os dados de 2016, é o grupo de “profissões elementares”, com 33,7%, seguido de “serviços pessoais de proteção, segurança e vendedores”, com 21% e “trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices”, com 13,1% (Tabela 2.12).

Tabela 2.12 – Distribuição (%) da população empregada, por grandes grupos de profissões (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Militares	0,1	0,2	0,1	-	-
Legisladores, executivos, diretores e gestores executivos	3,2	2,5	1,8	2,5	3,1
Especialistas das atividades intelectuais e científicas	7,8	8,7	10,4	7,9	8,6
Técnicos profissionais de nível intermédio	5,4	4,9	5,2	4,7	5,2
Pessoal administrativo	3,2	4,0	4,5	4,2	4,5
Serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores	22,7	22,5	23,4	22,4	21,0
Trabalhadores qualificados da agricultura, pesca e floresta	14,0	15,1	8,6	5,7	5,3
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	12,2	13,4	14,0	14,6	13,1
Operadores de instalações, máquinas e montagem	4,4	4,5	5,6	4,2	5,6
Profissões elementares	27,0	24,3	26,3	33,7	33,7

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Tabela 2.13 – Proporção da população empregada, por ramo de atividade, segundo o sexo e meio de residência (2012-2016)

	Distribuição	Participação no mercado de trabalho		Meio residência	
		Masculino	Feminino	Urbano	Rural
2012	100,0	52,6	47,4	64,7	35,3
2013	100,0	54,2	45,8	67,6	32,4
2014	100,0	54,3	45,7	72,8	27,2
2015	100,0	53,5	46,5	70,0	30,0
2016					
Total	100,0	55,1	44,9	69,6	30,4
Agricultura, pecuária, pesca, ...	19,7	65,9	34,1	19,3	80,7
Indústrias extrativas	0,7	68,4	31,6	26,9	73,1
Indústrias transformadoras	8,5	57,0	43,0	86,4	13,6
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	0,7	96,2	3,8	85,6	14,4
Água e saneamento	0,3	51,5	48,5	77,9	22,1
Construção	9,0	96,4	3,6	77,2	22,8
Comércio, reparação de veículos	15,0	36,5	63,5	83,1	16,9
Transportes e armazenagem	4,7	93,2	6,8	79,9	20,1
Alojamento e restauração	7,9	35,6	64,4	87,4	12,6
Atividade de informação e de comunicação	1,5	59,9	40,1	92,4	7,6
Atividades financeiras e de seguros	1,0	45,1	54,9	91,0	9,0
Atividades imobiliárias	0,3	76,5	23,5	83,8	16,2
Atividades de consultoria, científicas e técnicas	1,0	64,3	35,7	92,7	7,3
Administração e serviços de apoio social	3,8	68,1	31,9	90,6	9,4
Administração pública, segurança social obrigatória	8,3	58,7	41,3	74,3	25,7
Educação	7,0	35,6	64,4	77,6	22,4
Saúde humana e ação social	1,5	26,7	73,3	86,3	13,7
Atividades artísticas, de espetáculos e desportivas	0,6	81,0	19,0	92,5	7,5
Outras atividades de serviços	2,4	48,5	51,5	86,9	13,1
Atividades das famílias empregadoras de domésticos	6,0	6,1	93,9	80,0	20,0
Atividades dos organismos internacionais e outras	0,1	48,8	52,0	91,9	8,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



A taxa de atividade, em Cabo Verde, aumentou de 58,3%, em 2015, para 63,7%, em 2016, representando um acréscimo de 5,4 pontos percentuais. Relativamente ao sexo, constata-se que esta taxa é maior nos homens (69,4%) do que nas mulheres (58,4%). O concelho com menor taxa de atividade, em 2016, foi a Brava (30,6%), enquanto a ilha da Boa Vista apresentou o maior valor (82%) - Tabela 2.14 -.

Em termos de meio de residência, verifica-se que, entre 2012 e 2016, a taxa de atividade foi superior no meio urbano do que no meio rural. Em 2016, no meio urbano, esta taxa foi de 67,3%, enquanto no meio rural foi de 56,4%. Na maior parte dos concelhos, a taxa de atividade no meio urbano é superior à registada no meio rural, com exceção dos concelhos de São Vicente, Tarrafal, Santa Cruz e Santa Catarina do Fogo (Tabela 2.15).

A menor taxa de atividade (12,3%) foi registada nos indivíduos da faixa etária igual ou superior a 65 anos de idade (idosos) e a maior encontra-se nos indivíduos com a idade compreendida entre os 30 e os 34 anos (87,2%) - Tabela 2.16 -.

Tabela 2.14 – Taxa de atividade, segundo o sexo, por concelho (2012-2016)

	Sexo		Ambos
	Masculino	Feminino	
2012	69,0	56,6	62,6
2013	67,1	53,5	60,1
2014	65,0	51,2	57,9
2015	64,1	52,7	58,3
2016			
Cabo Verde	69,4	58,2	63,7
Ribeira Grande	57,0	36,5	47,8
Paul	61,8	38,1	51,8
Porto Novo	67,2	43,6	56,2
S. Vicente	71,2	56,2	63,7
Ribeira Brava	61,7	32,2	48,0
Tarrafal de S. Nicolau	62,8	51,0	57,2
Sal	86,1	75,6	81,1
Boa Vista	84,6	78,4	82,0
Maio	74,4	54,2	64,0
Tarrafal	66,5	60,2	63,1
Santa Catarina	59,0	50,8	54,7
Santa Cruz	81,6	66,6	74,1
Praia	70,7	68,3	69,4
S. Domingos	66,4	44,3	55,0
S. Miguel	61,6	51,9	56,2
S. Salvador do Mundo	74,7	58,5	66,2
S. Lourenço dos Órgãos	55,0	33,6	44,0
Ribeira Grande de Santiago	55,1	42,6	48,6
Mosteiros	52,4	21,1	35,9
S. Filipe	67,9	54,8	61,1
Santa Catarina do Fogo	67,4	41,2	54,4
Brava	37,5	24,4	30,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Tabela 2.15 – Taxa de atividade, segundo o meio de residência, por concelho (2012-2016)

	Meio Residência		Cabo Verde
	Urbano	Rural	
2012	65,1	58,1	62,6
2013	63,7	53,3	60,1
2014	64,3	45,3	57,9
2015	62,3	50,1	58,3
2016			
Cabo Verde	67,3	56,4	63,7
Ribeira Grande	47,8	47,8	47,8
Paul	68,8	47,5	51,8
Porto Novo	57,4	54,6	56,2
S. Vicente	63,0	73,0	63,7
Ribeira Brava	57,8	44,3	48,0
Tarrafal de S. Nicolau	59,3	52,7	57,2
Sal	81,9	74,6	81,1
Boa Vista	84,4	74,9	82,0
Maio	64,1	63,8	64,0
Tarrafal	62,6	63,3	63,1
Santa Catarina	60,9	52,3	54,7
Santa Cruz	69,7	76,8	74,1
Praia	69,4	*	69,4
S. Domingos	59,9	53,4	55,0
S. Miguel	55,6	56,6	56,2
S. Salvador do Mundo	66,8	66,1	66,2
S. Lourenço dos Órgãos	46,6	43,7	44,0
Ribeira Grande de Santiago	66,5	45,1	48,6
Mosteiros	39,0	33,0	35,9
S. Filipe	61,7	60,8	61,1
Santa Catarina do Fogo	47,3	57,2	54,4
Brava	43,0	26,4	30,6

*De acordo com a atualização cartográfica realizada em 2013, o concelho da Praia é, no seu todo, urbano.

Fonte: Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Tabela 2.16 – Taxa de atividade, segundo o meio de residência e sexo, por grupo etário (2012-2016)

	Urbano			Rural			Cabo Verde		
	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos
2012	70,1	60,3	65,1	66,9	49,9	58,1	69,0	56,6	62,6
2013	70,0	57,5	63,7	61,3	45,7	53,3	67,1	53,5	60,1
2014	69,8	59,1	64,3	55,5	35,7	45,3	65,0	51,2	57,9
2015	66,6	58,2	62,3	59,0	41,6	50,1	64,1	52,7	58,3
2016									
Total	71,9	62,8	67,3	64,4	48,4	56,4	69,4	58,2	63,7
15-19 anos	22,8	22,5	22,7	29,7	17,7	24,4	25,6	20,8	23,3
20-24 anos	69,9	62,4	66,0	65,5	44,7	55,9	68,2	56,7	62,5
25-29 anos	83,1	73,1	78,1	76,6	61,9	69,8	81,1	70,1	75,7
30-34 anos	92,5	88,5	90,5	83,3	71,1	77,7	90,0	84,1	87,2
35-39 anos	92,0	85,1	88,6	84,7	68,8	77,3	90,1	81,2	85,7
40-44 anos	94,2	82,2	88,6	81,3	69,3	75,4	90,4	78,1	84,6
45-49 anos	87,2	78,3	82,6	85,0	69,8	77,2	86,5	75,6	80,9
50-54 anos	84,0	68,8	76,2	80,4	65,0	71,6	82,9	67,4	74,6
55-59 anos	62,6	57,8	60,1	78,6	58,1	66,9	67,3	57,9	62,3
60-64 anos	60,2	43,5	50,9	68,9	48,7	55,8	62,8	45,5	52,7
65 + anos	14,3	7,5	10,3	20,8	11,5	15,0	17,0	9,3	12,3

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho

Em relação à taxa de ocupação, ou seja, o rácio emprego-população, houve um crescimento de 3,2 pontos percentuais, em 2016, comparativamente a 2015. Este crescimento verificou-se tanto nos indivíduos do sexo masculino (5,1 pontos percentuais) como do sexo feminino (1,2 pontos percentuais). A nível dos concelhos, o da Brava apresentou a menor taxa de ocupação, atingindo o valor de 29,1%, em 2016 (Tabela 2.17).



Tabela 2.17 – Taxa de ocupação, segundo o sexo, por concelho (2012-2016)

	2012			2013			2014			2015			2016		
	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos	Masculino	Feminino	Ambos
Cabo Verde	57,1	47,3	52,1	55,7	45,0	50,3	54,4	43,5	48,8	55,4	46,8	51,0	60,5	48,0	54,2
Ribeira Grande	40,5	24,1	32,9	32,3	22,5	27,8	40,0	22,2	31,7	44,0	23,6	34,4	55,2	33,9	45,6
Paul	52,5	28,1	41,9	56,5	24,3	42,5	47,4	24,9	37,9	53,5	31,9	44,4	56,2	32,6	46,2
Porto Novo	54,7	30,9	43,6	51,7	31,2	41,9	59,6	39,8	50,1	63,7	44,1	54,3	61,8	37,4	50,4
S. Vicente	52,5	41,0	46,6	56,3	40,5	48,6	60,3	42,8	51,8	56,2	49,6	52,9	59,4	47,4	53,4
Ribeira Brava	47,0	30,4	39,0	45,3	27,8	36,6	54,1	32,4	43,9	52,2	29,7	41,5	55,7	26,2	42,0
Tarrafal S. Nicolau	62,6	42,2	52,7	57,4	45,2	51,5	59,4	47,3	53,6	50,7	33,8	42,5	57,6	45,2	51,7
Sal	67,4	60,4	64,1	74,1	64,2	69,4	75,2	63,0	69,4	71,4	56,8	64,5	80,5	67,8	74,4
Boa Vista	64,2	62,5	63,5	80,1	63,5	73,4	72,3	54,7	65,3	67,5	62,7	65,5	78,4	71,5	75,5
Maio	58,9	38,3	48,0	61,9	39,9	50,5	47,9	34,0	40,8	61,6	42,1	51,3	68,0	50,3	58,8
Tarrafal	60,6	60,2	60,4	55,2	53,2	54,0	46,3	42,2	43,9	57,4	59,4	58,6	59,3	55,4	57,1
Santa Catarina	60,2	50,6	55,0	60,3	50,9	55,1	41,1	32,6	36,5	51,1	47,4	49,1	49,0	39,5	44,0
Santa Cruz	67,1	53,8	60,3	54,5	48,1	51,1	54,2	40,1	46,7	54,1	41,5	47,5	74,4	55,5	64,9
Praia	54,7	51,5	53,0	51,5	47,2	49,3	51,8	54,0	53,0	54,8	54,5	54,6	57,4	51,1	54,1
S. Domingos	51,2	35,4	42,9	51,7	32,2	41,6	53,4	33,5	43,0	52,2	36,9	44,2	64,1	40,3	51,9
S. Miguel	67,7	63,1	65,0	62,5	58,3	60,0	42,0	31,5	35,8	33,6	25,8	29,2	58,1	49,3	53,2
S. Salvador do Mundo	71,3	60,7	65,5	65,1	50,2	56,9	65,8	46,9	55,6	65,1	47,0	55,4	71,0	51,8	61,0
S. Lourenço dos Órgãos	57,0	42,7	49,4	44,5	30,6	37,2	39,3	27,9	33,4	47,2	27,5	37,4	53,8	30,9	42,0
Ribeira Grande de Santiago	51,9	37,4	44,0	42,6	29,1	35,5	52,6	40,8	46,3	45,5	32,4	38,6	47,3	36,9	41,9
Mosteiros	64,8	26,6	45,0	67,2	31,3	48,4	57,6	22,8	39,9	58,0	23,9	40,3	48,7	19,1	33,1
S. Filipe	65,4	53,6	59,1	54,4	50,0	52,1	48,6	31,0	39,2	50,1	33,5	41,7	62,0	49,4	55,4
Santa Catarina do Fogo	56,1	25,3	40,7	67,5	37,0	52,5	69,4	35,5	52,1	66,6	42,4	54,5	61,8	37,1	49,5
Brava	49,9	30,0	39,6	41,4	24,8	32,8	49,0	24,1	36,0	43,8	22,1	32,5	36,5	22,7	29,1

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



2.2.1 Desemprego

A taxa de desemprego passou de 16,8%, em 2012, para 15,0%, em 2016, diminuindo 1,8 pontos percentuais. De 2015 a 2016, esta taxa aumentou 2,6 pontos percentuais (Tabela 2.18). No que se refere ao desemprego juvenil (15-24 anos), esta taxa continua a crescer, tendo passado de 28,6%, em 2015, para 41,0%, em 2016, representando um aumento de 12,4 pontos percentuais (Tabela 2.19).

Tabela 2.18 –Taxa de desemprego, por concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	16,8	16,4	15,8	12,4	15,0
Ribeira Grande	21,0	10,1	27,4	11,7	4,5
Paul	24,8	16,5	25,7	9,1	10,9
Porto Novo	19,5	20,6	18,4	10,3	10,3
S. Vicente	28,9	22,1	13,0	14,5	16,2
Ribeira Brava	18,8	23,7	10,8	10,4	12,6
Tarrafal S. Nicolau	15,8	17,7	8,4	7,2	9,7
Sal	17,7	10,9	14,4	7,8	8,3
Boa Vista	14,3	11,9	17,9	15,9	7,9
Maio	8,7	8,2	15,5	10,8	8,0
Tarrafal	7,8	11,6	12,6	8,8	9,4
Santa Catarina	13,4	8,8	15,1	10,3	19,6
Santa Cruz	10,2	12,3	14,6	12,0	12,4
Praia	17,2	22,8	20,0	15,7	22,1
S. Domingos	16,6	17,0	6,5	4,3	5,7
S. Miguel	3,0	4,9	9,9	6,0	5,3
S. Salvador do Mundo	3,0	5,4	5,6	5,6	7,9
S. Lourenço dos Órgãos	9,4	9,6	9,9	8,9	4,5
Ribeira Grande de Santiago	14,3	17,2	8,2	9,3	13,9
Mosteiros	1,5	3,0	8,9	4,4	7,7
S. Filipe	8,2	7,9	8,0	10,9	9,3
Santa Catarina do Fogo	13,0	3,4	5,0	2,1	8,9
Brava	14,0	5,5	17,3	18,5	4,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Tabela 2.19 – Taxa de desemprego juvenil (15-24 anos), por concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	32,1	34,6	35,8	28,6	41,0
Ribeira Grande	38,0	26,2	50,8	30,8	11,1
Paul	58,4	34,3	50,8	26,8	39,8
Porto Novo	30,9	37,0	36,2	26,6	24,6
S. Vicente	49,7	49,9	29,5	32,7	43,3
Ribeira Brava	33,4	41,1	15,8	21,5	44,3
Tarrafal S. Nicolau	34,5	31,5	19,0	13,5	27,3
Sal	37,4	32,0	34,1	12,8	22,8
Boa Vista	25,6	23,8	34,0	28,5	22,6
Maio	20,1	22,0	41,2	30,5	12,9
Tarrafal	14,1	25,4	25,9	16,5	18,7
Santa Catarina	18,8	15,4	31,3	19,1	52,6
Santa Cruz	20,2	29,2	28,7	23,9	29,4
Praia	42,7	49,0	48,2	41,3	62,8
S. Domingos	35,7	43,6	22,7	9,1	17,7
S. Miguel	3,3	6,9	23,1	26,9	15,3
S. Salvador do Mundo	4,5	11,7	12,6	14,5	24,0
S. Lourenço dos Órgãos	25,0	31,1	24,5	11,0	15,2
Ribeira Grande de Santiago	32,2	32,8	19,9	23,8	37,4
Mosteiros	2,0	7,2	21,5	12,4	19,2
S. Filipe	21,0	20,0	17,0	36,3	23,6
Santa Catarina do Fogo	23,2	2,8	8,8	2,5	23,2
Brava	32,4	21,0	50,9	53,0	18,2

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



Relativamente à taxa de desemprego, por sexo, verifica-se que ela é menor nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino. Em 2016, o desemprego, relativamente às mulheres, foi de 17,4% e nos homens 12,9% (Tabela 2.20).

No meio rural, a taxa de desemprego foi de 10,3% e no meio urbano 16,9%. Entretanto, quando analisado por concelho, constata-se que Ribeira Grande de Santo Antão (4,5%), São Lourenço dos Órgãos (4,5%) e Brava (4,6%) são os concelhos que apresentaram a menor taxa de desemprego em 2016, enquanto o concelho da Praia ostentou a maior taxa (22,1%) - Tabela 2.20 -.

Tabela 2.20 – Taxa de desemprego, segundo o sexo e meio de residência, por concelho (2012-2016)

	Sexo		Meio de residência		
	Masculino	Feminino	Urbano	Rural	Total
2012	17,2	16,4	19,1	12,1	16,8
2013	16,9	15,7	19,2	10,0	16,4
2014	16,3	15,2	17,0	12,4	15,8
2015	13,5	11,2	14,2	7,9	12,4
2016					
Cabo Verde	12,9	17,4	16,9	10,3	15,0
Ribeira Grande	3,1	7,3	8,5	3,3	4,5
Paul	9,2	14,6	16,4	8,8	10,9
Porto Novo	8,1	14,2	13,9	5,1	10,3
S. Vicente	16,6	15,7	16,1	17,7	16,2
Ribeira Brava	9,8	18,8	14,4	11,7	12,6
Tarrafal de S. Nicolau	8,4	11,4	9,6	9,8	9,7
Sal	6,5	10,4	8,3	7,8	8,3
Boa Vista	7,3	8,8	7,0	11,2	7,9
Maio	8,7	7,2	10,7	5,6	8,0
Tarrafal	10,9	8,1	12,5	7,3	9,4
Santa Catarina	16,9	22,3	16,4	21,0	19,6
Santa Cruz	8,9	16,6	15,9	10,3	12,4
Praia	18,9	25,1	22,1	*	22,1
S. Domingos	3,4	8,9	7,5	5,0	5,7
S. Miguel	5,7	5,0	5,6	5,2	5,3
S. Salvador do Mundo	4,9	11,4	10,5	7,5	7,9
S. Lourenço dos Órgãos	2,2	8,0	9,4	4,0	4,5
Ribeira Grande de Santiago	14,2	13,5	20,9	11,8	13,9
Mosteiros	7,0	9,3	7,1	8,4	7,7
S. Filipe	8,7	9,9	13,1	6,9	9,3
Santa Catarina do Fogo	8,3	9,9	14,7	7,0	8,9
Brava	2,8	7,1	4,9	4,5	4,6

* De acordo com a atualização cartográfica realizada em 2013, o concelho da Praia foi considerado, na sua totalidade, como sendo urbano.

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



População e Condições Sociais

Tabela 2.21 – Taxa de desemprego, segundo o grupo etário, sexo e meio de residência, por concelho (2016)

	Grupo etário (em anos)				Sexo		Meio de residência		
	15 - 24	15 - 34	35 - 64	65 & +	Masculino	Feminino	Urbano	Rural	Total
Cabo Verde	41,0	24,2	5,2	3,2	12,9	17,4	16,9	10,3	15,0
Ribeira Grande	11,1	8,1	2,4	0,0	3,1	7,3	8,5	3,3	4,5
Paul	39,8	20,3	4,1	0,0	9,2	14,6	16,4	8,8	10,9
Porto Novo	24,6	15,5	5,9	13,0	8,1	14,2	13,9	5,1	10,3
S. Vicente	43,3	23,8	8,4	15,8	16,6	15,7	16,1	17,7	16,2
Ribeira Brava	44,3	27,9	0,9	0,0	9,8	18,8	14,4	11,7	12,6
Tarrafal S. Nicolau	27,3	15,9	4,6	0,0	8,4	11,4	9,6	9,8	9,7
Sal	22,8	12,0	3,7	0,0	6,5	10,4	8,3	7,8	8,3
Boa Vista	22,6	10,6	4,6	0,0	7,3	8,8	7,0	11,2	7,9
Maio	12,9	11,2	6,6	0,0	8,7	7,2	10,7	5,6	8,0
Tarrafal	18,7	15,5	4,0	0,0	10,9	8,1	12,5	7,3	9,4
Santa Catarina	52,6	31,8	4,2	0,0	16,9	22,3	16,4	21,0	19,6
Santa Cruz	29,4	20,3	2,8	0,0	8,9	16,6	15,9	10,3	12,4
Praia	62,8	35,7	6,4	0,0	18,9	25,1	22,1	*	22,1
S. Domingos	17,7	10,7	0,0	0,0	3,4	8,9	7,5	5,0	5,7
S. Miguel	15,3	9,4	1,6	0,0	5,7	5,0	5,6	5,2	5,3
S. Salvador do Mundo	24,0	14,0	0,8	0,0	4,9	11,4	10,5	7,5	7,9
S. Lourenço dos Órgãos	15,2	9,5	0,0	0,0	2,2	8,0	9,4	4,0	4,5
Ribeira Grande de Santiago	37,4	22,5	6,3	0,0	14,2	13,5	20,9	11,8	13,9
Mosteiros	19,2	11,9	4,2	0,0	7,0	9,3	7,1	8,4	7,7
S. Filipe	23,6	16,8	2,6	0,0	8,7	9,9	13,1	6,9	9,3
Santa Catarina do Fogo	23,2	15,3	1,6	0,0	8,3	9,9	14,7	7,0	8,9
Brava	18,2	10,5	0,9	-	2,8	7,1	4,9	4,5	4,6

Fonte: INE, Estatísticas do Emprego e Mercado de Trabalho



2.3 Condições de Vida dos Agregados Familiares

A condição de vida dos agregados familiares, em relação ao abastecimento de água através da rede pública, acesso à eletricidade e saneamento, evoluiu, de forma positiva, no período em análise, conforme a série dos indicadores apresentados nas tabelas. Em termos de abastecimento de água através da rede pública, o concelho de São Domingos é o que apresenta maior retrocesso, passando de 32,7%, em 2013, para 7,6%, em 2016 (Tabela 2.22).

Tabela 2.22 – Proporção dos agregados familiares que declararam a rede pública (água canalizada) como principal fonte de abastecimento de água (2010, 2013-2016)

	2010	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	50,4	58,6	60,6	62,2	64,6
Meio de Residência					
Urbano	66,7	63,7	66,3	66,6	69,5
Rural	43,3	47,6	48,3	52,4	53,6
Concelho					
Ribeira Grande	78,6	83,4	82,6	85,8	83,1
Paul	71,0	73,4	75,4	77,2	81,9
Porto Novo	61,0	74,9	72,4	76,2	75,5
S. Vicente	54,6	60,2	60,4	64,9	65,4
Ribeira Brava	56,3	80,5	82,4	88,0	87,2
Tarrafal de S. Nicolau	75,5	83,6	89,2	88,7	94,0
Sal	46,8	65,0	66,8	68,2	70,1
Boa Vista	28,6	29,7	32,5	30,8	35,5
Maio	70,2	74,2	78,8	79,4	77,5
Tarrafal	60,7	75,0	75,6	83,0	78,4
Santa Catarina	39,5	37,3	44,2	56,8	63,9
Santa Cruz	56,9	67,4	63,5	63,5	66,7
Praia	45,3	55,4	60,4	57,5	63,7
S. Domingos	29,6	32,7	22,4	12,7	7,6
S. Miguel	52,1	53,0	52,6	53,2	50,8
S. Salvador do Mundo	5,7	19,3	27,0	26,2	24,0
S. Lourenço dos Órgãos	56,4	76,2	77,6	69,2	70,1
Ribeira Grande de Santiago	46,4	73,2	64,3	57,6	55,6
Mosteiros	40,7	50,1	51,2	55,9	59,7
S. Filipe	58,1	62,9	66,7	72,3	68,2
Santa Catarina do Fogo	34,0	41,8	46,5	56,4	67,6
Brava	63,3	76,9	85,1	82,3	87,9

Fonte: INE, CENSO 2010; Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Tabela 2.23 – Proporção de agregados familiares com acesso a instalações sanitárias (sanita/retrete) (2010, 2013-2016)

	2010	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	63,6	72,4	74,7	77,4	80,1
Ribeira Grande	66,5	72,1	75,5	76,9	78,7
Paul	55,6	67,3	69,2	71,8	70,4
Porto Novo	52,9	62,3	62,7	67,7	69,8
S. Vicente	77,6	82,0	83,4	85,1	87,4
Ribeira Brava	65,6	73,2	67,9	81,4	83,4
Tarrafal de S. Nicolau	73,6	83,9	88,2	83,7	87,3
Sal	85,8	90,1	91,2	92,5	92,2
Boa Vista	55,8	64,2	66,1	67,1	71,7
Maio	73,1	88,1	91,3	89,4	89,5
Tarrafal	50,3	59,0	57,6	69,7	73,0
Santa Catarina	53,4	61,5	63,8	67,0	72,0
Santa Cruz	34,8	44,4	50,0	53,2	52,4
Praia	69,3	77,7	81,3	84,2	86,5
S. Domingos	35,3	51,8	50,9	55,1	61,7
S. Miguel	34,3	44,1	51,0	49,2	59,3
S. Salvador do Mundo	33,5	45,0	51,4	55,6	62,9
S. Lourenço dos Órgãos	39,1	58,0	61,5	65,6	64,2
Ribeira Grande de Santiago	30,7	45,7	43,5	49,9	53,8
Mosteiros	75,8	85,1	88,2	87,4	92,3
S. Filipe	68,2	78,3	82,1	81,3	81,8
Santa Catarina do Fogo	67,2	82,3	83,3	81,7	87,7
Brava	56,8	81,0	78,9	83,8	85,2

Fonte: INE, CENSO 2010; Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Tabela 2.24 – Proporção dos agregados familiares com acesso a sistema de evacuação de águas residuais (rede pública de esgotos ou fossa séptica) no alojamento (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	73,0	72,3	74,0	76,2	79,9
Ribeira Grande	77,2	71,6	75,2	76,6	78,4
Paul	61,9	65,0	68,9	69,5	69,5
Porto Novo	57,9	63,0	62,4	67,7	69,8
S. Vicente	83,8	82,0	82,8	81,8	87,0
Ribeira Brava	74,7	73,2	67,9	81,4	83,4
Tarrafal de S. Nicolau	84,3	83,6	87,9	83,7	87,3
Sal	88,5	90,1	90,7	92,1	92,2
Boa Vista	57,2	62,8	65,8	67,1	71,2
Maio	87,8	88,1	91,3	89,4	89,2
Tarrafal	60,3	58,8	56,5	69,4	73,0
Santa Catarina	60,5	61,2	63,3	66,7	72,0
Santa Cruz	42,9	44,4	49,3	53,0	52,4
Praia	82,2	77,7	80,5	82,4	86,3
S. Domingos	52,5	51,8	50,9	55,1	61,7
S. Miguel	46,6	44,1	50,1	49,2	59,3
S. Salvador do Mundo	45,6	44,7	49,1	55,3	62,3
S. Lourenço dos Órgãos	50,0	58,0	60,6	65,6	64,2
Ribeira Grande de Santiago	39,8	45,7	41,7	49,9	53,6
Mosteiros	83,1	85,1	88,2	86,8	92,3
S. Filipe	78,4	78,3	81,1	81,3	81,8
Santa Catarina do Fogo	73,5	82,3	83,3	81,7	87,7
Brava	84,1	80,3	78,5	83,8	85,2

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Tabela 2.25 – Proporção de agregados familiares com acesso à eletricidade, segundo o sexo do representante, meio de residência e concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	87,2	86,9	84,5	86,2	89,6
Sexo do representante					
Masculino	87,3	88,0	85,1	86,0	89,8
Feminino	87,1	85,4	83,8	86,4	89,4
Meio de Residência					
Urbano	91,7	90,5	88,7	89,8	93,0
Rural	78,2	79,0	75,7	78,1	82,1
Concelho					
Ribeira Grande	94,6	87,9	87,5	86,7	88,6
Paul	86,9	86,4	85,3	84,9	88,8
Porto Novo	81,8	84,3	85,0	86,1	86,5
S. Vicente	92,8	88,7	86,2	88,7	94,2
Ribeira Brava	89,7	86,3	88,9	90,0	95,6
Tarrafal de S. Nicolau	85,0	82,9	84,6	81,1	91,3
Sal	89,8	89,4	91,2	93,0	94,2
Boa Vista	86,1	86,9	90,1	90,2	89,9
Maio	87,1	87,0	86,6	89,2	86,4
Tarrafal	65,2	60,6	62,3	69,4	74,1
Santa Catarina	81,9	86,9	76,1	77,5	85,4
Santa Cruz	81,1	79,5	75,5	76,3	76,2
Praia	92,7	92,4	89,0	90,1	93,8
S. Domingos	87,5	89,1	79,4	88,8	88,7
S. Miguel	74,3	82,7	75,9	85,1	83,4
S. Salvador do Mundo	84,0	87,6	88,5	73,2	92,9
S. Lourenço dos Órgãos	84,2	90,9	87,4	91,5	87,2
Ribeira Grande de Santiago	72,6	81,1	81,3	73,5	79,3
Mosteiros	84,4	82,9	87,9	85,0	84,3
S. Filipe	76,4	74,7	74,1	79,6	77,9
Santa Catarina do Fogo	69,5	77,8	78,7	82,8	87,3
Brava	97,8	90,8	95,6	92,2	95,1

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



2.4 Pobreza e Desigualdades

O IIIº Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF), realizado em 2015, recolheu informações que permitiram atualizar o nível e as estruturas das despesas de consumo das famílias, assim como estimar os indicadores da pobreza absoluta para 2015 e as tendências no período 2001-2002 e 2015.

2.4.1 Despesas de Consumo

Durante o ano de 2015, as despesas de consumo de bens e serviços dos 127.333 agregados familiares cabo-verdianos foi de cerca de 85 milhões de contos, montante equivalente a uma despesa média anual por agregado de 667.291 escudos e de 166.216 escudos por pessoa, no agregado (Tabela 2.26).

Atendendo às diferenças em termos de dimensão e composição (sexo e idade) dos agregados familiares, e por forma a normalizar as despesas de consumo, determinou-se que a despesa anual individual, em cada agregado, a preços correntes, é fixada em 166.216 escudos, correspondente a montantes médios mensais de 13.851 escudos, por pessoa. Isto significa que, em média, mensalmente, um agregado familiar com quatro pessoas gasta 55.404 escudos em despesas de bens e serviços de consumo (Tabela 2.26).

O nível das despesas de consumo registou um crescimento de 68,4%, passando de 98.719, em 2002, para 166.216 escudos, em 2015, a uma taxa média anual de 4,1% (Tabela 2.26).

Tabela 2.26 – Despesa de consumo total anual, despesa média anual, por agregado familiar, e despesa média anual, por pessoa, no agregado (2001-2002, 2015)

	Despesa de Consumo Total Anual (milhões de ECV)		Despesa anual média por agregado (ECV)		Despesa anual média por pessoas no agregado (ECV)	
	2001-2002	2015	2001-2002	2015	2001-2002	2015
Cabo Verde	46 466	84 968	487 792	667 291	98 719	166 216
Meio de Residência						
Urbano	34 199	65 305	629 773	755 402	131 877	198 614
Rural	12 267	19 663	299 533	480 971	58 037	107 802
Domínios de estudo						
Praia	15 787	29 145	726 694	835 066	152 787	207 464
Resto Santiago	9 972	17 947	349 125	567 032	65 329	120 221
Santo Antão	3 127	5 432	304 541	521 900	61 777	132 542
S. Vicente	9 047	14 445	574 137	658 495	126 623	192 180
Fogo	2 884	3 958	379 688	464 720	69 953	117 022
Outras ilhas	5 648	14 039	497 798	701 352	109 864	196 460

Fonte: INE, IDRF 2001-2002, 2015



Da análise por concelho, são visíveis as assimetrias, quer a nível do meio de residência, quer a nível dos concelhos. O meio rural e os concelhos maioritariamente rurais apresentam níveis de consumo significativamente inferiores aos registados no meio urbano ou nos concelhos maioritariamente urbanos, como se pode verificar na tabela 2.27.

Tabela 2.27 – Despesa de consumo total anual, despesa anual média, por agregado familiar e despesa anual média, por pessoa, no agregado, segundo concelho (2015)

	Despesa de Consumo Total Anual (Milhões de ECV)	Despesa anual média por agregado (em ECV)	Despesa anual média por pessoas no agregado (em ECV)
Cabo Verde	84 968	667 291	166 216
Concelhos			
Ribeira Grande	2 599	560 730	148 448
Paul	623	436 574	111 176
Porto novo	2 210	508 525	123 665
S. Vicente	14 445	658 495	192 180
Ribeira Brava	1 035	528 570	145 262
Tarrafal de São Nicolau	631	479 475	120 478
Sal	7 455	826 767	216 853
Boa Vista	3 096	838 195	265 406
Maio	1 020	511 769	151 527
Tarrafal	2 576	590 216	141 532
Santa Catarina	6 354	631 971	136 304
Santa Cruz	2 871	482 329	97 147
Praia	29 154	829 521	207 501
S. Domingos	1 636	565 111	108 481
S. Miguel	2 030	571 903	131 365
S. Salvador do Mundo	799	458 357	89 691
S. Lourenço dos Órgãos	724	514 790	103 341
Ribeira Grande de Santiago	956	562 501	113 072
Mosteiros	1 066	486 857	119 798
S. Filipe	2 216	431 526	111 129
Santa Catarina do Fogo	677	566 891	135 615
Brava	795	472 912	125 869

Fonte: INE, IDRF 2015

As despesas médias anuais, por pessoa, com produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, com um peso orçamental de 28,1% (46.764 escudos) e as despesas em Habitação, Água, Eletricidade, Gás e outros Combustíveis, com 26,3% (43.783), perfazem mais de metade (54,5%) do orçamento familiar dos cabo-verdianos. Estas,



População e Condições Sociais

em conjunto com as despesas em Transportes, 10,2% (16.963 escudos), concentram 64,7% da despesa média anual por pessoa no agregado (Tabela 2.28). Esta estrutura, similar à de países em vias de desenvolvimento, revela que as despesas de consumo visam a satisfação das necessidades básicas e essenciais para a sobrevivência, em particular, a alimentação e a habitação.

A estrutura das despesas de consumo apresenta comportamentos diferenciados ao nível do meio de residência e, principalmente, entre os quintis das despesas de consumo (Tabela 2.28).

Tabela 2.28 – Despesa de consumo total anual, despesa anual média, por agregado familiar e despesa anual média, por pessoa, no agregado, segundo concelho (2015)

	Cabo Verde	Meio Residência		Quintil das despesas de consumo				
		Urbano	Rural	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil
Alimentação e bebidas não alcoólicas	28,1	26,3	34,4	33,8	35,3	32,1	30,7	23,8
Bebidas alcoólicas	1,5	1,4	1,9	1,4	1,0	1,4	1,4	1,7
Vestuário e calçado	5,0	4,6	6,1	5,8	6,1	5,5	5,2	4,3
Habitação, Água, Eletricidade, Gás e outros Combustíveis	26,3	28,2	20,3	29,3	27,8	28,3	26,8	24,9
Móveis e equipamentos domésticos	4,8	4,9	4,2	3,5	3,4	3,5	3,7	6,0
Saúde	2,9	2,9	2,7	1,8	2,2	2,4	2,6	3,4
Transporte	10,2	9,6	12,3	8,5	7,9	8,3	8,7	12,1
Comunicação	4,9	5,0	4,4	3,9	3,8	4,5	4,8	5,4
Lazer, distração e cultura	4,5	4,8	3,2	2,7	3,3	3,6	4,4	5,2
Educação	2,3	2,5	1,4	1,1	1,3	1,5	2,6	2,7
Hotéis e restaurantes	3,1	3,3	2,4	0,9	1,2	2,1	2,6	4,3
Outros serviços	6,5	6,5	6,7	7,4	6,8	6,7	6,4	6,4

Fonte: INE, IDRF 2015

Entre 1988-1989 e 2015, registaram-se ligeiras mudanças na estrutura orçamental, com a alimentação a perder peso relativo, enquanto rubricas, como saúde, lazer e cultura, educação e, principalmente, transporte ganharam maior expressão no orçamento familiar, passando de 6,5%, em 2001-2002, para 10,2%, em 2015 (Tabela 2.29).



Tabela 2.29 – Evolução da estrutura das despesas médias anuais, por agregado, e o coeficiente orçamental (1988-1989, 2001-2002, 2015)

Despesas segundo divisões COICOP	1988-1989	2001-2002	2015
Alimentação e bebidas não alcoólicas		37,4	28,1
Bebidas alcoólicas	53,9	1,9	1,5
Vestuário e calçado	6,9	5,0	5,0
Habituação, Água e Eletricidade	22,0	25,4	26,3
Móveis e equipamentos domésticos	2,9	5,3	4,8
Saúde	2,4	1,8	2,9
Transporte		6,5	10,2
Comunicação	7,4	3,6	4,9
Lazer, distração e cultura		2,8	4,5
Educação	4,1	0,9	2,3
Hotéis e restaurantes	-	2,6	3,1
Outros serviços	0,5	6,8	6,5
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, IDRF 1988-1989, 2001-2002, 2015

2.4.2 Limiar da pobreza absoluta

O limiar absoluto define-se como sendo o mínimo para se sobreviver, ou seja, o mínimo para satisfazer, por um lado, as necessidades básicas de alimentação e, por outro lado, as outras necessidades não alimentares.

Atendendo às assimetrias a nível de consumo não alimentar, foram estimados dois limiares, um para o meio urbano e outro para o meio rural, quer para a pobreza global, quer para a pobreza extrema.

Os limiares para os anos precedentes foram calculados com base no limiar de 2015 deflacionados com o Índice de Preços no Consumidor (IPC), durante o período.

Tabela 2.30 – Evolução dos limiares absolutos e relativos da pobreza, Cabo Verde (2015)

	2001-2002	2007	2015
Limiar Absoluto Alimentar	22 502	24 692	29 532
Limiar da Pobreza absoluta global			
Urbano	73 817	80 388	95 461
Rural	59 420	65 578	81 710
Limiar da pobreza absoluta extrema			
Urbano	38 431	41 852	49 699
Rural	35 782	39 491	49 205

Fonte: IDRF 2001-2002, QUIBB 2007, IDRF 2015.



2.4.3 Indicadores da pobreza absoluta

Em 2015, Cabo Verde registou uma incidência de pobreza absoluta global na ordem dos 35%, o que significa que 179.909 pessoas são consideradas pobres. Ou seja, vivem com um consumo médio anual, por pessoa, abaixo do limiar da pobreza fixado no meio urbano, no valor de 95.461 escudos (262 escudos diários) e, no meio rural, no valor de 81.710 escudos (224 escudos diários), valor estimado como sendo o mínimo para garantir as necessidades básicas de alimentação e necessidades de bens e serviços não alimentares.

Geograficamente, observou-se que a pobreza é mais acentuada no meio rural, onde é notória uma diminuição da população, em consequência do êxodo para o meio urbano, ao longo dos anos. Atualmente, a população no meio rural representa 35,7% da população total e quase metade da sua população residente (88.524) é considerada como pobre, o que equivale a uma incidência da pobreza na ordem dos 49%. Os pobres do meio rural representam 49,2% do total dos pobres a nível nacional. No meio urbano, a incidência da pobreza fixa-se em 27,8% e atinge 91.384 pessoas (Tabela 2.31).

A pobreza absoluta extrema fixou-se em 10,6%, sendo mais expressiva no meio rural com 20,3% (no meio urbano é de 5,3%) -Tabela 2.31 -.

De acordo com os dados da tabela 2.31, a profundidade da pobreza, em 2015, é de 11,4%. Significa que para se erradicar a pobreza, a nível nacional, é necessário distribuir aos pobres no mínimo 11,4% do valor do limiar da pobreza monetária absoluta, sendo que, no meio rural, é necessário proceder a uma transferência duas vezes superior à do meio urbano (16,8% e 8,4%, respetivamente).



População e Condições Sociais

Tabela 2.31 – Efetivos da população e da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo meio de residência e ilha (2015)

	Total População ²		Pobreza Global				Pobreza Extrema		Contribuição para a Pobreza	
	Efetivos	Distribuição população	Efetivos	Indicadores da Pobreza Global Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos	Incidência (%)	Pobreza Global	Pobreza Extrema
Cabo Verde	511 217	100,0	179 909	35,2	11,4	5,0	54 395	10,6	100,0	100,0
Meio de residência										
Urbano	328 815	64,3	91 384	27,8	8,4	3,5	17 360	5,3	50,8	31,9
Rural	182 402	35,7	88 524	48,5	16,8	7,7	37 036	20,3	49,2	68,1
Ilhas										
Santo Antão	40 987	8,0	18 720	45,7	16,3	7,8	7 018	17,1	10,4	12,9
S. Vicente	75 162	14,7	20 129	26,8	8,2	3,4	4 647	6,2	11,2	8,5
S. Nicolau	12 358	2,4	5 564	45,0	17,1	7,7	2 099	17,0	3,1	3,9
Sal	34 378	6,7	6 562	19,1	5,0	1,7	739	2,2	3,6	1,4
Boa Vista	11 666	2,3	870	7,5	1,6	0,6	151	1,3	0,5	0,3
Maio	6 731	1,3	2 111	31,4	10,3	4,5	747	11,1	1,2	1,4
Santiago	289 792	56,7	106 449	36,7	11,5	5,0	30 986	10,7	59,2	57,0
Fogo	33 827	6,6	16 704	49,4	18,3	8,8	6 822	20,2	9,3	12,5
Brava	6 316	1,2	2 799	44,3	16,4	7,8	1 187	18,8	1,6	2,2

Fonte: INE, IDRFB 2015.

² A extrapolação dos dados no âmbito do IDRFB, não levou em conta o ajustamento da população de acordo com as últimas projeções, porque a mesma tinha como objetivo estimar as despesas e não o efetivo populacional.



População e Condições Sociais

Tabela 2.32 – Efetivos da população e da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo meio de residência e concelho (2015)

	Total População		Pobreza Global				Pobreza Extrema		Contribuição para a Pobreza	
	Efetivos	Distribuição população	Efetivos	Indicadores da Pobreza Global Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos	Incidência (%)	Pobreza Global	Pobreza Extrema
Cabo Verde	511 217	100,0	179 909	35,2	11,4	5,0	54 395	10,6	100,0	100,0
Meio de residência										
Urbano	328 815	64,3	91 384	27,8	8,4	3,5	17 360	5,3	50,8	31,9
Rural	182 402	35,7	88 524	48,5	16,8	7,7	37 036	20,3	49,2	68,1
Concelho										
Ribeira Grande	17 508	3,4	6 532	37,3	10,7	4,4	1 399	8,0	3,6	2,6
Paul	5 608	1,1	2 855	50,9	21,4	11,5	1 800	32,1	1,6	3,3
Porto novo	17 871	3,5	9 333	52,2	20,1	10,1	3 819	21,4	5,2	7,0
S. Vicente	75 162	14,7	20 129	26,8	8,2	3,4	4 647	6,2	11,2	8,5
Ribeira Brava	7 125	1,4	2 514	35,3	12,0	5,2	875	12,3	1,4	1,6
Tarrafal de S. Nicolau	5 233	1,0	3 050	58,3	24,0	11,2	1 223	23,4	1,7	2,2
Sal	34 378	6,7	6 562	19,1	5,0	1,7	739	2,2	3,6	1,4
Boa Vista	11 666	2,3	870	7,5	1,6	0,6	151	1,3	0,5	0,3
Maio	6 731	1,3	2 111	31,4	10,3	4,5	747	11,1	1,2	1,4
Tarrafal	18 199	3,6	5 942	32,6	9,7	3,8	1 403	7,7	3,3	2,6
Santa Catarina	46 615	9,1	17 832	38,3	11,5	4,7	5 922	12,7	9,9	10,9
Santa Cruz	29 556	5,8	17 421	58,9	22,0	10,6	7 943	26,9	9,7	14,6
Praia	140 512	27,5	39 531	28,1	8,1	3,4	6 472	4,6	22,0	11,9
S. Domingos	15 081	2,9	7 687	51,0	16,2	7,1	2 804	18,6	4,3	5,2
S. Miguel	15 455	3,0	6 081	39,3	11,8	5,1	1 675	10,8	3,4	3,1
S. Salvador do Mundo	8 913	1,7	5 010	56,2	19,3	8,9	2 115	23,7	2,8	3,9
S. Lourenço dos Órgãos	7 004	1,4	3 478	49,7	18,0	8,9	1 430	20,4	1,9	2,6
Ribeira Grande de Santiago	8 457	1,7	3 466	41,0	13,3	5,8	1 222	14,4	1,9	2,2
Mosteiros	8 896	1,7	4 017	45,2	13,5	5,2	692	7,8	2,2	1,3
S. Filipe	19 940	3,9	10 880	54,6	22,7	11,7	5 810	29,1	6,0	10,7
Santa Catarina do Fogo	4 991	1,0	1 807	36,2	9,1	3,4	320	6,4	1,0	0,6
Brava	6 316	1,2	2 799	44,3	16,4	7,8	1 187	18,8	1,6	2,2

Fonte: INE, IDRF 2015



População e Condições Sociais

Tabela 2.33 – Efetivos da população, da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo características do representante dos agregados (2015)

	Total População		Pobreza Global				Pobreza Extrema		Contribuição para a Pobreza	
	Efetivos	Distribuição população	Efetivos	Indicadores da Pobreza Global Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos	Incidência (%)	Pobreza Global	Pobreza Extrema
Cabo Verde	511 274	100,0	179 909	35,2	11,4	5,0	54 395	10,6	100,0	100,0
Sexo do representante										
Masculino	230 351	45,1	70 376	13,8	9,7	4,2	20 273	4,0	39,1	37,3
Feminino	280 866	54,9	109 533	21,4	12,7	5,7	34 123	6,7	60,9	62,7
Nível de instrução do representante										
Nunca frequentou	89 888	17,6	43 206	8,5	17,1	8,0	17 681	3,5	24,0	32,5
Básico	261 517	51,2	109 767	21,5	13,4	5,9	31 054	6,1	61,0	57,1
Secundário	103 740	20,3	23 232	4,5	6,4	2,5	4 619	0,9	12,9	8,5
Médio/Superior	48 728	9,5	883	0,2	0,6	0,2	167	0,0	0,5	0,3
Grupo socio económico do representante										
Administração Pública	73 687	14,4	17 126	3,3	7,7	3,6	5 358	1,0	9,5	9,8
Setor Empresarial	118 856	23,2	33 698	6,6	8,4	3,5	7 843	1,5	18,7	14,4
Patrão agrícola	3 801	0,7	1 215	0,2	12,2	5,9	621	0,1	0,7	1,1
Patrão não agrícola	12 468	2,4	2 340	0,5	5,2	1,9	434	0,1	1,3	0,8
TCP agrícola	40 544	7,9	20 796	4,1	16,3	7,1	7 046	1,4	11,6	13,0
TCP não agrícola	80 508	15,7	27 732	5,4	10,5	4,3	6 858	1,3	15,4	12,6
Trabalhador familiar não remunerado	2 508	0,5	1 385	0,3	19,2	9,1	645	0,1	0,8	1,2
Casa de família	18 915	3,7	9 991	2,0	16,7	7,5	3 015	0,6	5,6	5,5
Desempregado	14 324	2,8	6 563	1,3	13,9	5,6	1 395	0,3	3,6	2,6
Inativo	140 360	27,5	57 179	11,2	14,2	6,7	20 394	4,0	31,8	37,5
Estatuto na migração do representante										
Imigrante	24 284	4,7	6 759	1,3	9,2	4,4	2 077	0,4	3,8	3,8
Migrante interno	171 268	33,5	53 926	10,5	9,3	4,0	11 721	2,3	30,0	21,5
Não migrante	313 103	61,2	117 901	23	13	6	39 997	7,8	65,5	73,5

Fonte: INE, IDRF 2015.



População e Condições Sociais

Tabela 2.34 – Efetivos da população, da população pobre, indicadores da pobreza, população na extrema pobreza e a contribuição para pobreza, segundo características demográficas dos agregados (2015)

	Total População		Pobreza Global				Pobreza Extrema		Contribuição para a Pobreza	
	Efetivos	Distribuição população	Efetivos	Indicadores da Pobreza Global Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	Efetivos	Incidência (%)	Pobreza Global	Pobreza Extrema
Cabo Verde	511 217	100,0	179 909	35,2	11,4	5,0	54 395	10,6	100,0	100,0
Meio de residência										
Urbano	328 871	64,3	91 384	17,9	8,4	3,5	17 360	3,4	50,8	31,9
Rural	182 402	35,7	88 524	17,3	16,8	7,7	37 036	7,2	49,2	68,1
Dimensão do agregado familiar										
1 - 2 pessoas	53 500	10,5	4 943	1,0	2,0	0,6	432	0,1	2,7	0,8
3 - 4 pessoas	171 833	33,6	35 702	7,0	5,9	2,4	8 421	1,6	19,8	15,5
5 - 6 pessoas	148 033	29,0	58 423	11,4	12,5	5,4	16 982	3,3	32,5	31,2
7 + pessoas	137 851	27,0	80 840	15,8	20,6	9,6	28 560	5,6	44,9	52,5
Tipologia do agregado										
Unipessoal	15 028	2,9	467	0,1	0,7	0,2	32	0,0	0,3	0,1
Casais isolados	12 468	2,4	1 333	0,3	2,5	0,8	168	0,0	0,7	0,3
Casais isolados com filhos	137 238	26,8	39 427	7,7	8,8	3,8	10 435	2,0	21,9	19,2
Conjugais compositos	136 191	26,6	58 709	11,5	14,1	6,1	17 621	3,4	32,6	32,4
Monoparental nuclear	62 147	12,2	18 877	3,7	9,6	4,3	5 137	1,0	10,5	9,4
Monoparental compositos	145 818	28,5	60 938	11,9	14,0	6,3	20 913	4,1	33,9	38,4
Agregados sem relação de parentesco	2 327	0,5	159	0,0	3,1	1,8	89	0,0	0,1	0,2
Tipologia segundo a existência ou não de crianças (0-17 anos)										
Conjugais com crianças	241 348	47,2	91 694	17,9	12,3	5,3	26 745	5,2	51,0	49,2
Monoparentais com crianças	163 401	32,0	72 306	14,1	15,0	6,9	24 862	4,9	40,2	45,7
Agregados sem crianças	91 440	17,9	15 441	3,0	4,4	1,7	2 756	0,5	8,6	5,1

Fonte: INE, IDRF 2015.



Em termos de evolução, registaram-se decréscimos quer a nível dos indicadores da pobreza absoluta global, quer da pobreza absoluta extrema, com maior incidência no meio rural (Tabela 2.35).

Tabela 2.35 – Indicadores da pobreza absoluta global e incidência da pobreza extrema a nível nacional, segundo meio de residência (2001, 2007, 2015)

	Indicadores da pobreza absoluta global			Incidência da pobreza absoluta extrema
	Incidência (%)	Profundidade (%)	Severidade (%)	
2001				
Cabo Verde	56,8	25	13,8	29,7
Meio de Residência				
Urbano	47,6	20	10,8	19,6
Rural	68,2	31	17,6	42
2007				
Cabo Verde	45,4	16,4	7,9	17,5
Meio de Residência				
Urbano	33,3	10,7	4,9	8,1
Rural	61,4	23,8	11,9	30
2015				
Cabo Verde	35,2	11,4	5,0	10,6
Meio de residência				
Urbano	27,8	8,4	3,5	5,3
Rural	48,5	16,8	7,7	20,3

Fonte: IDRF 2001-2002, QUIBB 2007, IDRF 2015.

2.4.4 Desigualdade e concentração de despesas

O Índice de Gini permite avaliar o grau de concentração das despesas. Constata-se que as desigualdades ou a concentração das despesas têm vindo a diminuir ao longo dos anos. O Índice de Gini diminuiu de 0,53, em 2001-2002, para 0,42, em 2015. Todavia, ainda os 20% das famílias mais ricas (5º quintil), com despesa média anual, por pessoa, de 404.999 escudos, concentraram 48,7% das despesas totais realizadas em 2015, com particular destaque para as famílias do meio urbano com 56,7%. No meio rural, a distribuição das despesas de consumo é mais equitativa e traduz-se por um índice de Gini de 0.37 (Tabelas 2.36 e 2.37).



Tabela 2.36 – Índice de GINI (2001-2002, 2007 e 2015)

	2001-2002	2007	2015
Cabo Verde	0,53	0,47	0,42
Meio de Residência			
Urbano	0,52	0,45	0,41
Rural	0,42	0,38	0,37

Fonte: IDRF 2001-2002, QUIBB 2007, IDRF 2015.

Tabela 2.37 – Índice de GINI (2015)

	Cabo Verde		Meio de residência			
	Despesas médias anuais por pessoas	Distribuição do total da despesas de consumo (%)	Despesas médias anuais por pessoas	Distribuição do total da despesas de consumo (%)	Despesas médias anuais por pessoas	Distribuição do total da despesas de consumo (%)
			Urbano		Rural	
Total	166 216,00	100	198 614,00	100	107 802,00	100
1º Quintil	47 036,00	5,7	49 488,00	3	45 473,00	14,5
2º Quintil	80 855,00	9,7	81 784,00	7,2	79 675,00	18,2
3ª Quintil	118 922,00	14,3	119 621,00	12,3	117 591,00	21,1
4º Quintil	179 587,00	21,6	180 561,00	20,8	176 857,00	24,2
5º Quintil	404 999,00	48,7	414 183,00	56,7	340 487,00	22

Fonte: IDRF 2001-2002, QUIBB 2007, IDRF 2015.



2.5 Proteção Social

O número de pessoas inscritas no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) passou de 190.671, em 2012, para 216.337, em 2016, traduzindo-se num acréscimo de 25.666 pessoas inscritas (correspondente a 13,5%). Comparativamente ao ano de 2015, registou-se, em 2016, um aumento de 4,7%. Constatou-se ainda que o maior peso se centrou nos “familiares de segurados e pensionistas com direito aberto”, com 48,3%, e nos “segurados ativos”, com 38,6% (Tabela 2.38).

Quando analisado por sexo, verifica-se um equilíbrio em relação aos inscritos no INPS. Em 2016, verificou-se um total de 108.270 inscritos masculinos e 108.067 femininos, representando, em termos proporcionais, 50,0% do total, para ambos os sexos (Tabela 2.41).

Tabela 2.38 – Inscritos no INPS, por categoria (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Segurados ativos	74 506	72 686	74 571	76 785	83 441
Trabalhadores por Conta de Outrem - TCO	48 815	47 447	48 513	50 418	53 133
Trabalhadores por Conta Própria	2 054	1 852	1 631	1 609	1 416
Regime da Função Pública	23 637	23 387	24 427	24 428	25 147
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas (REMPE)	n.a	n.a	n.a	330	3745
Pensionistas ativos do INPS	5 952	6 091	6 767	6 474	6 711
Velhice*	2 657	2 773	3 374	3 542	3 687
Invalidez	1 265	1 286	1 308	936	962
Sobrevivência	2 030	2 032	2 085	1 996	2 062
Pensionistas da Reforma Antecipada	71	55	31	10	3
Pensionistas da Função Pública	4 199	4 476	4 597	4 703	5 362
Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta	89 971	94 891	97 956	101 835	104 386
Ascendentes	3 849	4 050	4 285	4 572	4 882
Descendentes	81 440	85 904	88 500	91 922	93 997
Cônjuges	4 682	4 937	5 171	5 341	5 507
Regime das Convenções	15 972	16 206	16 121	16 434	16 434
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	6 634	6 800	6 861	7 152	7 152
Familiares com direito aberto	9 338	9 406	9 260	9 282	9 282
Total	190 671	194 405	200 043	206 241	216 337

*Inclui os pensionistas provisórios e complementares

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



Tabela 2.39 – Inscritos com direitos abertos no INPS, por ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	190 671	194 405	200 043	206 241	216 337
Santo Antão	11 121	11 115	8 008	11 556	12 047
S. Vicente	36 543	37 128	27 424	39 063	41 739
S. Nicolau	5 629	5 482	4 437	5 691	5 712
Sal	18 667	19 033	13 081	21 408	23 819
Boa Vista	6 383	6 618	13 422	7 559	7 799
Maio	2 558	2 761	41 322	2 740	2 773
Santiago	100 321	102 271	69 515	107 110	111 422
Fogo	8 372	8 853	8 351	9 766	9 815
Brava	1 075	1 078	14 405	1 334	1 168
Estrangeiro	2	66	78	14	43

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Tabela 2.40 – Contribuintes ativos inscritos no INPS, por categoria (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Entidades Empregadoras do Regime Geral	4 334	4 302	4 274	4 113	3 907
Regime Especial Micro e Pequenas Empresas	n/a	n/a	n/a	121	1 439
Administração Pública	324	311	286	306	312
Contribuinte Doméstico	713	789	972	1 105	1 184
Trabalhadores por Conta Própria	2 054	1 852	1 631	1 609	1 416

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



Tabela 2.41 – Inscritos no INPS, segundo sexo, por categoria/tipo (2012-2016)

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Segurados	33 481	41 025	33 181	39 505	34 173	40 398	35 433	41 352	38 323	45 118
Regime dos Trabalhadores por Conta de Outrem - TCO	21 010	27 805	21 014	26 433	21 691	26 822	22 751	27 667	23 427	29 706
Sendo do Serviço Doméstico	807	33	866	42	1 021	41	1 137	60	1 227	54
Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas - REMPE	-	-	-	-	-	-	215	115	2 085	1660
Regime dos Trabalhadores por Conta Própria - TCP	1 030	1 024	898	954	796	835	743	866	617	799
Regime da Função Pública - FP	11 441	12 196	11 269	12 118	11 686	12 741	11 724	12 704	12 194	12 953
Sendo do Regime Atual	8 098	8 371	7 629	8 129	7 761	8 645	7 429	8 387	7 198	8 113
Sendo do Regime Novo	3 343	3 825	3 640	3 989	3 925	4 096	4 295	4 317	4 996	4 840
Pensionistas do INPS	2 630	3 322	2 726	3 365	3 063	3 704	3 045	3 429	3 196	3 515
Velhice*	1 424	622	1 019	1754	1 270	2104	1 391	2 151	1 493	2 194
Invalidéz	255	1 010	263	1 023	275	1 033	174	762	172	790
Sobrevivência	951	1 690	1 444	588	1 518	567	1 480	516	1 531	531
Pensionistas da Reforma Antecipada	1	70	1	54	1	30	1	9	1	2
Pensionistas da Função Pública*	1 940	2 259	2 118	2 358	2 148	2 449	2 125	2 578	2 468	2 894
Familiares de segurados e pensionistas com inscrição aberta	47 121	42 850	49 535	45 356	51 078	46 878	52 843	48 992	54 173	50 213
Ascendentes	3 316	533	3 489	561	3 681	604	3 905	667	4 179	703
Descendentes	39 317	42 123	41 340	44 564	42 503	45 997	43 922	48 000	44 859	49 138
Cônjuges	4 488	194	4 706	231	4 894	277	5 016	325	5 135	372
Regime das Convenções	9 775	6 197	9 851	6 355	9 837	6 284	9 906	6 528	9 906	6 528
Pensionistas e Trabalhadores Migrantes	2 260	4 374	2 359	4 441	2 436	4 425	2 610	4 542	2 610	4 542
Familiares com inscrição aberta	7 515	1 823	7 492	1 914	7 401	1 859	7 296	1 986	7 296	1 986
Total	94 948	95 723	97 412	96 993	100 300	99 743	103 353	102 888	108 067	108 270

*Inclui os pensionistas provisórios e complementares
 Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



População e Condições Sociais

Tabela 2.42 – Custos (em milhar ECV) com as principais prestações familiares de segurança social (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Receitas Totais	9 782 602	8 924 120	9 934 129	10 423 365	12 104 330
Receitas de Contribuições	6 731 799	6 659 723	7 466 697	7 874 313	9 207 949
Outras Receitas	3 050 803	2 264 397	2 467 432	2 549 052	2 896 381
Sendo Rendimentos Financeiros	2 405 678	1 950 251	1 889 433	2 153 360	2 220 889
Custos Totais	4 511 053	4 421 946	4 990 193	5 080 362	5 743 296
Custos com Prestações	3 147 453	3 307 364	3 451 391	3 619 508	4 015 598
Doença e Maternidade (DM)	1 741 960	1 705 016	1 530 755	1 787 182	2 092 662
Subsídio Doença	106 927	118 756	115 224	142 399	163 814
Subsídio Maternidade	73 691	72 433	83 164	84 166	88 249
Assistência Médica e Hospitalar	428 151	408 758	373 731	381 901	593 725
Assistência Medicamentosa	598 874	576 123	490 292	556 204	541 076
Apar. Prótese e Ortopedia	108 199	104 521	112 668	142 261	172 315
Transporte e Estadia	425 644	424 425	349 684	455 599	526 693
Despesas Convencionais	474	0	5 992	24 652	6 790
Prestações Diferidas	1 127 153	1 301 588	1 531 761	1 547 627	1 588 515
Velhice	519 766	604 878	828 609	917 640	989 083
Invalidez	441 396	499 010	502 307	403 419	386 725
Sobrevivência	162 203	193 705	196 872	222 924	209 329
Pensões complementares	3 788	3 995	3 973	3 644	3 378
Abono Família e Prestações Complementares	278 340	300 760	388 875	284 699	334 421
Abono Família	243 499	265 359	363 720	243 054	290 274
Subsídio de Aleitação	21 836	22 252	14 019	22 978	27 010
Subsídio a Deficientes	5 406	5 516	4 983	9 881	8 385
Subsídio de Funeral	7 599	7 633	6 153	8 786	8 752
Custos Administrativos	603 891	535 770	545 436	564 994	621 562
Outros Custos	759 709	578 812	993 366	895 860	1 106 136
Resultado operacional	2 584 751	2 491 646	3 077 966	3 555 499	3 748 042
Resultado financeiro	2 355 908	1 867 406	1 422 904	1 549 709	2 087 983
Resultado corrente	4 940 659	4 359 052	4 500 870	5 105 208	5 836 025
Resultado do Exercício	5 271 549	4 502 174	4 943 936	5 343 003	6 361 034
Reservas	41 759 154	46 261 328	51 205 264	56 377 611	62 738 645

P: Dados provisórios

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



População e Condições Sociais

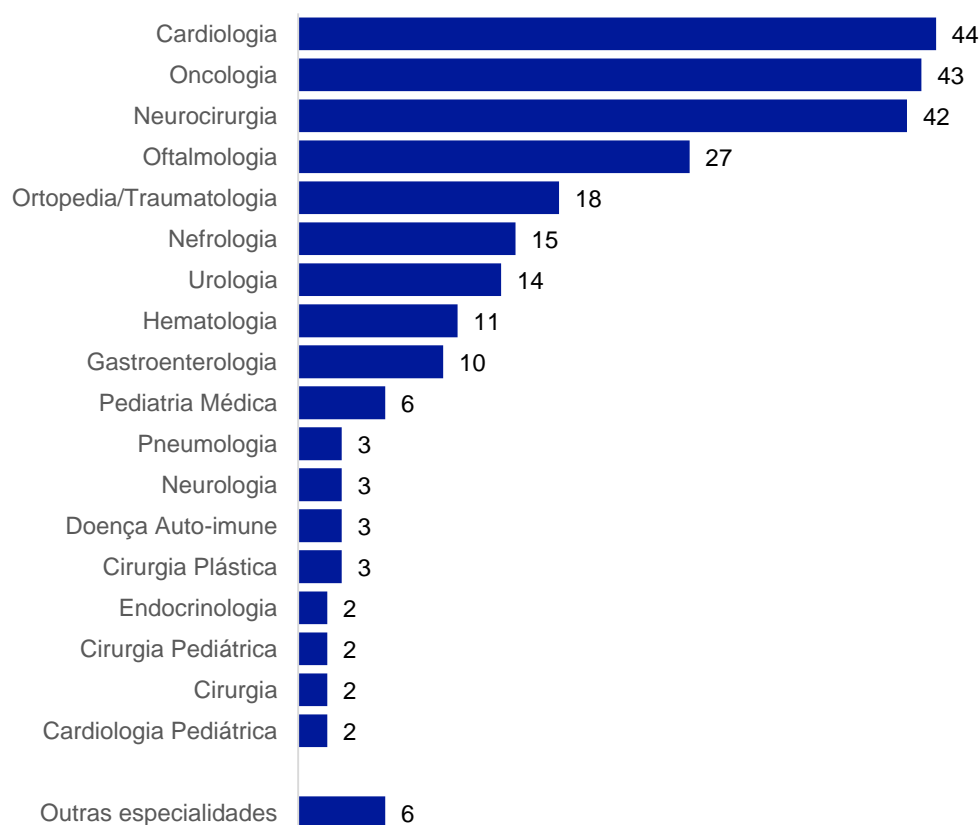
Tabela 2.43 – Beneficiários e acompanhantes das evacuações internas, segundo a ilha de origem do beneficiário (2013-2016)

	2013		2014		2015		2016	
	Evacuados	Acomp.*	Evacuados	Acomp.	Evacuados	Acomp.	Evacuados	Acomp.
Cabo Verde	2 457	482	1 703	572	2 305	792	3 134	1 237
Santo Antão	611	65	322	79	352	110	564	212
S. Vicente	31	5	27	15	80	26	28	16
S. Nicolau	378	18	311	113	294	109	372	147
Sal	511	154	441	177	497	179	587	262
Boa Vista	442	64	243	74	370	122	465	155
Maio	136	47	79	27	135	60	316	131
Santiago	-	-	-	-	26	8	3	0
Fogo	285	102	234	72	434	132	514	208
Brava	63	27	46	15	117	46	285	106

*Acompanhantes

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Gráfico 2.2 – Doentes evacuados para o exterior, segundo especialidade médica (2014)



Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



Tabela 2.44 – Valor médio (em ECV) das pensões por tipo e sexo dos beneficiários (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Pensão de Velhice	20 816	21 301	23 708	24 472	25 988
Feminino	17 140	17 460	20 023	21 110	22 292
Masculino	22 917	23 591	25 999	26 726	28 615
Pensão de Invalidez	37 429	38 338	39 287	39 913	40 731
Feminino	34 514	34 604	33 178	32 763	32 673
Masculino	38 188	39 337	40 636	41 515	42 552
Pensão de Sobrevivência	9 065	9 292	9 310	9 589	9 543
Feminino	9 423	9 965	9 980	10 076	10 139
Masculino	8 177	7 527	7 411	8 019	7 730
Total Geral	20 968	21 321	21 606	22 228	23 120
Feminino	14 881	15 364	15 868	16 475	17 152
Masculino	25 736	26 161	26 543	27 510	28 726

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)



2.6 Cultura, Desporto e Lazer

A língua é um vetor de expressão e transmissão do património cultural imaterial. Em 2015, cerca de 72% da população com idade igual ou superior a 12 anos declarou “ser capaz de comunicar na língua portuguesa”, 16,5% assegurou ter capacidade de comunicar na língua inglesa, 13,5% na língua francesa e apenas 3,0% consegue comunicar na língua espanhola (Tabela 2.45).

À semelhança do desporto, o lazer é um domínio fortemente relacionado com a cultura, incluindo atividades de diversão como jogos, visitas culturais, passeios a locais de interesse histórico, cultural e turístico, bem como espaços de diversão.

A participação em atividades desportivas, no momento do inquérito, foi de 35,3%, revelando uma diferença significativa entre homens e mulheres. Na população masculina, cerca de 46% dos indivíduos de 12 anos ou mais praticam desporto ou alguma atividade física, enquanto na população feminina foi de 24,4% (Tabela 2.51).

Tabela 2.45 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo aptidão linguística, por concelho (2015)

	Compreensão de outra língua que não seja o crioulo	Língua					Outras línguas
		PT	EN	FR	ES	IT	
Cabo Verde	72,8	72,2	16,5	13,5	3,0	0,9	0,9
Ribeira Grande	60,3	60,1	8,1	7,9	0,8	0,4	0,6
Paul	56,1	56,1	8,5	9,7	1,6	0,4	0,0
Porto Novo	62,0	61,8	4,5	4,0	0,6	0,7	0,3
S. Vicente	77,5	77,3	14,2	9,4	1,1	1,1	0,4
Ribeira Brava	73,9	73,9	17,6	8,1	2,4	1,5	2,0
Tarrafal de S. Nicolau	73,3	73,2	16,0	17,1	1,8	2,3	0,8
Sal	92,1	90,4	24,4	22,1	4,7	2,6	5,6
Boa Vista	75,9	74,5	23,7	18,0	6,4	9,3	1,9
Maio	62,6	62,4	8,5	5,5	1,4	0,5	2,5
Tarrafal	60,9	60,9	18,0	14,8	2,4	0,3	0,0
Santa Catarina	34,3	33,6	4,1	4,7	1,1	0,2	0,0
Santa Cruz	83,3	83,3	2,0	1,9	0,0	0,0	0,2
Praia	89,7	89,0	28,4	24,7	6,5	0,4	0,7
S. Domingos	57,7	57,5	17,0	13,6	0,9	0,4	0,7
S. Miguel	52,6	52,5	7,5	1,0	0,2	0,0	0,2
S. Salvador do Mundo	63,7	63,4	8,4	4,2	0,0	0,2	0,2
S. Lourenço dos Órgãos	77,0	76,9	8,9	6,2	0,4	0,0	0,0
Ribeira Grande de Santiago	40,2	39,7	11,6	14,4	2,5	0,0	0,0
Mosteiros	48,1	47,6	4,1	1,9	0,6	0,0	0,0
S. Filipe	62,1	61,4	7,9	3,9	1,8	0,0	0,6
Santa Catarina do Fogo	43,4	43,4	21,2	19,1	2,0	1,0	0,0
Brava	76,5	75,7	7,1	3,7	1,6	0,8	0,0

PT – Língua Portuguesa

ES – Língua Espanhola

EN – Língua Inglesa

IT – Língua Italiana

FR – Língua Francesa

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



População e Condições Sociais

Tabela 2.46 – Proporção da população de 12 anos ou mais, que tem hábito de leitura, segundo o sexo, por concelho (2015)

	Tem Hábitos de Leitura		
	Masculino	Feminino	Total
Cabo Verde	62,2	57,6	59,9
Ribeira Grande	42,6	43,7	43,1
Paul	46,1	44,8	45,5
Porto Novo	52,5	47,3	50,0
S. Vicente	56,4	60,5	58,4
Ribeira Brava	62,6	60,2	61,5
Tarrafal de S. Nicolau	70,0	67,3	68,7
Sal	68,8	59,6	64,6
Boa Vista	56,2	44,5	51,6
Maio	49,9	52,3	51,1
Tarrafal	51,0	53,5	52,4
Santa Catarina	67,6	48,2	57,3
Santa Cruz	36,9	42,4	39,7
Praia	71,6	66,3	68,9
S. Domingos	70,7	61,0	65,7
S. Miguel	62,6	60,7	61,5
S. Salvador do Mundo	75,2	60,2	67,4
S. Lourenço dos Órgãos	63,1	52,5	57,7
Ribeira Grande de Santiago	62,2	51,5	56,7
Mosteiros	51,5	44,8	48,0
S. Filipe	61,0	54,1	57,4
Santa Catarina do Fogo	84,8	68,6	76,8
Brava	69,4	58,4	63,7

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



População e Condições Sociais

Tabela 2.47 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo os meios de comunicação utilizados para aceder à informação, por concelho (2015)

	Meios para aceder a informação					
	Rádio	Televisão	Internet	Jornal	Revista	Outros meios
Cabo Verde	59,5	85,9	45,0	20,2	13,1	0,3
Ribeira Grande	75,9	70,5	33,2	16,3	7,0	0,2
Paul	80,5	82,2	36,8	23,0	19,9	0,2
Porto Novo	80,3	81,9	37,3	8,1	4,2	0,1
S. Vicente	69,7	82,0	42,7	32,7	21,6	0,0
Ribeira Brava	79,4	85,5	33,1	18,1	16,4	0,8
Tarrafal de S. Nicolau	70,7	71,2	23,3	6,7	7,8	0,5
Sal	90,5	94,0	54,1	21,8	6,4	1,0
Boa Vista	59,1	84,1	43,3	20,2	17,0	0,1
Maio	40,5	75,0	13,9	4,1	0,8	0,5
Tarrafal	44,8	90,2	42,6	28,4	5,5	0,2
Santa Catarina	34,0	76,2	44,7	10,1	4,5	1,3
Santa Cruz	42,4	88,5	16,9	4,8	2,6	0,0
Praia	60,1	93,3	58,8	23,3	18,5	0,1
S. Domingos	40,1	83,5	35,3	6,6	1,8	0,0
S. Miguel	33,5	83,0	39,9	9,3	3,8	0,2
S. Salvador do Mundo	21,3	92,0	42,3	7,7	1,4	0,8
S. Lourenço dos Órgãos	46,7	85,4	39,5	34,1	22,9	0,5
Ribeira Grande de Santiago	65,6	87,9	27,7	16,0	8,1	0,0
Mosteiros	46,4	74,8	33,9	10,1	6,1	0,2
S. Filipe	69,5	82,1	47,1	15,5	8,0	0,5
Santa Catarina do Fogo	56,5	77,1	33,3	64,5	73,1	0,4
Brava	45,7	86,6	36,5	11,5	5,3	0,5

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



Tabela 2.48 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo frequência de realização, por tipo de atividades de lazer (2015)

	Frequência de realização						
	Percentagem dos que têm hábito de:	Raramente	Às vezes	Frequente	Sempre	Não realizada	Não sabe/ Não responde
Ouvir rádio	66,6	12,8	24,9	7,8	21,1	33,0	0,3
Ida a espetáculo teatral	10,0	4,5	4,5	0,3	0,8	89,8	0,2
Ida a festival/ <i>show</i> / concertos	30,4	10,7	14,9	2,1	2,7	69,4	0,2
Visita/recebe amigos/familiares	89,7	8,9	39,4	15,8	25,6	10,1	0,2
Ouvir/tocar/estudar música	88,4	9,5	23,3	11,9	43,6	11,4	0,3
Convívio com amigos/colegas	92,9	7,3	27,5	21,7	36,5	6,8	0,3
Ida a restaurantes/bares/boates	34,3	7,1	18,6	4,4	4,2	65,3	0,4
Exercício físico	39,9	2,8	12,9	9,0	15,2	59,9	0,2
Ida ao mar/piscina	25,7	6,4	11,9	3,7	3,7	74,1	0,2
Ida ao cinema	4,7	1,3	2,3	0,3	0,9	95,0	0,3
Assistir televisão	90,8	5,1	16,1	11,1	58,5	8,8	0,4
Passeio com a família	53,7	13,3	25,5	4,7	10,2	45,9	0,4
Ida a missa/culto/catequese	51,0	4,9	15,2	7,7	23,2	48,7	0,3
Ida a museu/biblioteca	13,4	3,2	7,1	1,2	1,9	86,2	0,3
Assistir jogos/atividades desportivas	45,1	6,4	17,3	8,2	13,3	54,5	0,4
Realização de outras atividades de lazer	2,8	0,6	1,2	0,5	0,6	96,7	0,5

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer

Tabela 2.49 – Número de indivíduos empregados, por combinação de tipo de profissão e tipo de atividade da ocupação principal (2015)

	Tipo de Atividade		Total
	Cultural	Não Cultural	
Cultural	1 242	4 387	5 629
Não Cultural	947	187 871	188 818
Total	2 189	192 258	194 447

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



População e Condições Sociais

Tabela 2.50 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal individual (em ECV) em atividades de lazer, por concelho (2015)

	Despesas em atividades de lazer (em ECV)			
	< 500	501 a 3000	3001 a 5000	> 5000
Cabo Verde	68,0	20,7	5,9	5,3
Ribeira Grande	88,2	9,0	1,6	1,2
Paul	78,1	18,5	2,0	1,4
Porto Novo	73,3	22,2	2,0	2,5
S. Vicente	65,7	20,4	6,2	7,7
Ribeira Brava	38,1	51,5	10,0	0,4
Tarrafal de S. Nicolau	70,3	19,7	3,2	6,9
Sal	26,0	36,2	25,1	12,8
Boa Vista	52,2	28,9	8,2	10,8
Maio	74,6	16,7	2,3	6,4
Tarrafal	73,0	19,7	3,5	3,8
Santa Catarina	71,6	19,3	5,1	4,1
Santa Cruz	79,9	18,4	0,6	1,1
Praia	74,1	15,7	4,6	5,6
S. Domingos	67,2	26,4	4,1	2,3
S. Miguel	18,5	59,7	19,5	2,3
S. Salvador do Mundo	61,3	28,1	8,2	2,4
S. Lourenço dos Órgãos	71,8	25,5	2,3	0,4
Ribeira Grande de Santiago	60,0	36,7	1,2	2,1
Mosteiros	72,5	20,2	5,0	2,2
S. Filipe	81,9	12,9	2,9	2,4
Santa Catarina do Fogo	95,0	4,2	0,4	0,4
Brava	65,4	19,0	2,2	13,4

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



População e Condições Sociais

Tabela 2.51 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal (em ECV) individual em atividades culturais, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)

	Despesas em atividades culturais (em ECV)			
	< 500	501 a 3000	3001 a 5000	> 5000
Cabo Verde	95,1	4,5	0,3	0,2
Meio de residência				
Urbano	95,1	4,5	0,2	0,2
Rural	95,2	4,3	0,4	0,2
Sexo				
Masculino	93,8	5,5	0,4	0,3
Feminino	96,3	3,5	0,2	0,1
Grupos etários				
12-14	99,1	0,9	0,0	0,0
15-24	96,6	3,1	0,1	0,2
25-44	91,8	7,2	0,6	0,4
45-64	96,3	3,5	0,2	0,1
65 +	97,7	2,3	0,0	0,0
Concelho				
Ribeira Grande	98,2	1,8	0,0	0,0
Paul	91,9	7,9	0,2	0,0
Porto Novo	98,8	1,2	0,0	0,0
S. Vicente	98,1	1,4	0,2	0,3
Ribeira Brava	39,8	53,6	6,5	0,1
Tarrafal de S. Nicolau	98,9	0,8	0,0	0,3
Sal	98,3	1,7	0,0	0,0
Boa Vista	94,9	4,3	0,0	0,8
Maio	98,0	1,7	0,3	0,0
Tarrafal	75,2	19,1	2,5	3,3
Santa Catarina	96,9	3,1	0,0	0,0
Santa Cruz	99,6	0,4	0,0	0,0
Praia	94,7	5,1	0,1	0,1
S. Domingos	94,3	5,4	0,4	0,0
S. Miguel	64,5	34,9	0,6	0,0
S. Salvador do Mundo	97,0	3,0	0,0	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	99,9	0,1	0,0	0,0
Ribeira Grande de Santiago	98,4	1,6	0,0	0,0
Mosteiros	99,2	0,8	0,0	0,0
S. Filipe	98,4	1,6	0,0	0,0
Santa Catarina do Fogo	98,2	1,6	0,2	0,0
Brava	99,6	0,4	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



Tabela 2.52 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a despesa mensal individual em atividades desportivas (em ECV), por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)

	Despesas em atividades desportivas (em ECV)			
	< 500	501 a 3000	3001 a 5000	> 5000
Cabo Verde	94,9	4,5	0,4	0,2
Meio de residência				
Urbano	93,8	5,4	0,5	0,3
Rural	97,3	2,5	0,2	0,1
Sexo				
Masculino	91,9	7,1	0,5	0,4
Feminino	97,9	1,8	0,3	0,0
Grupos etários				
12-14	99,5	0,5	0,0	0,0
15-24	96,1	3,7	0,2	0,0
25-44	91,4	7,3	0,8	0,5
45-64	95,9	3,7	0,3	0,1
65 +	100,0	0,0	0,0	0,0
Concelho				
Ribeira Grande	97,7	1,4	0,6	0,2
Paul	93,6	6,2	0,0	0,2
Porto Novo	98,7	1,2	0,0	0,1
São Vicente	94,8	4,5	0,4	0,3
Ribeira Brava	90,9	9,0	0,0	0,1
Tarrafal de S. Nicolau	96,1	3,3	0,6	0,0
Sal	77,8	16,7	3,9	1,5
Boa Vista	89,3	10,6	0,0	0,1
Maio	97,7	2,0	0,0	0,3
Tarrafal	94,6	5,4	0,0	0,0
Santa Catarina	95,8	3,8	0,5	0,0
Santa Cruz	99,1	0,9	0,0	0,0
Praia	96,6	3,3	0,0	0,1
S. Domingos	97,8	1,8	0,2	0,2
S. Miguel	95,9	4,1	0,0	0,0
S. Salvador do Mundo	95,9	3,8	0,3	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	98,7	1,3	0,0	0,0
Ribeira Grande de Santiago	96,1	3,9	0,0	0,0
Mosteiros	95,6	4,4	0,0	0,0
S. Filipe	96,5	3,2	0,0	0,3
Santa Catarina do Fogo	99,8	0,2	0,0	0,0
Brava	96,8	2,1	0,4	0,8

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



Tabela 2.53 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo a prática de desporto ou atividade físico-desportiva, nos últimos três meses, por meio de residência, sexo, grupo etário e concelho (2015)

	Pratica desporto ou atividade físico-desportiva	
	Sim	Não
Cabo Verde	35,3	64,7
Meio de residência		
Urbano	38,9	61,1
Rural	28,5	71,5
Sexo		
Masculino	46,3	53,7
Feminino	24,4	75,6
Grupos etários		
12-14	84,2	15,8
15-24	49,9	50,1
25-44	30,1	69,9
45-64	19,6	80,4
65 +	9,9	90,1
Concelho		
Ribeira Grande	32,2	67,8
Paul	36,3	63,7
Porto Novo	32,8	67,2
S. Vicente	49,1	50,9
Ribeira Brava	36,9	63,1
Tarrafal de S. Nicolau	27,5	72,5
Sal	42,6	57,4
Boa Vista	24,2	75,8
Maio	31,9	68,1
Tarrafal	44,6	55,4
Santa Catarina	24,6	75,4
Santa Cruz	29,1	70,9
Praia	34,5	65,5
S. Domingos	35,5	64,5
S. Miguel	37,9	62,1
S. Salvador do Mundo	28,7	71,3
S. Lourenço dos Órgãos	38,9	61,1
Ribeira Grande de Santiago	35,8	64,2
Mosteiros	23,9	76,1
S. Filipe	16,0	84,0
Santa Catarina do Fogo	36,6	63,4
Brava	32,7	67,3

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



População e Condições Sociais

Gráfico 2.3 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo modalidades desportivas mais praticadas (2015)

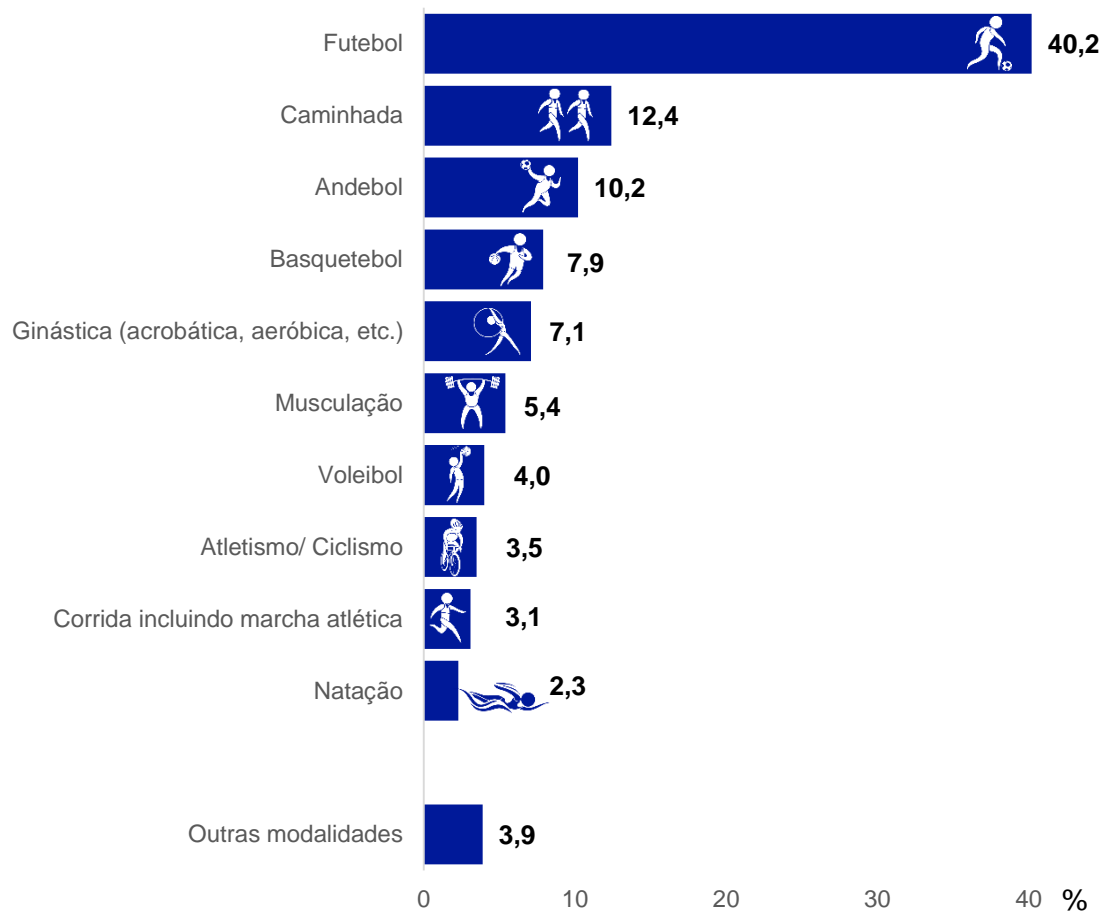




Tabela 2.55 – Proporção da população de 12 anos ou mais, segundo finalidade da prática de desporto ou atividade físico-desportiva, por meio de residência, sexo e concelho (2015)

	Finalidade da prática de desporto ou atividade físico-desportiva			
	Prática de lazer	Desporto escolar	Federado/competição	Outras
Cabo Verde	53,4	48,7	7,1	15,2
Meio de residência				
Urbano	54,8	42,2	7,9	21,7
Rural	49,9	58,9	6,2	6,0
Sexo				
Masculino	61,7	42,0	8,2	13,9
Feminino	35,3	63,4	4,8	17,9
Concelho				
Ribeira Grande	71,0	13,5	7,5	12,9
Paul	54,6	15,9	25,6	7,1
Porto Novo	15,7	15,7	0,9	69,6
S. Vicente	43,8	6,0	2,2	48,3
Ribeira Brava	19,2	30,2	1,0	50,0
Tarrafal de S. Nicolau	19,1	65,9	15,0	0,0
Sal	49,5	42,7	13,4	4,6
Boa Vista	80,8	0,0	19,2	0,0
Maio	15,6	24,4	0,0	60,0
Tarrafal	42,9	51,9	8,0	0,0
Santa Catarina	39,3	60,8	6,7	0,9
Santa Cruz	53,1	63,4	0,0	0,0
Praia	54,7	48,0	2,7	0,0
S. Domingos	62,6	33,1	3,6	0,7
S. Miguel	40,7	51,8	20,9	0,0
S. Salvador do Mundo	30,4	72,0	1,8	1,1
S. Lourenço dos Órgãos	44,6	52,3	2,4	15,7
Ribeira Grande de Santiago	53,0	41,7	10,8	0,5
Mosteiros	36,6	64,0	6,8	0,0
S. Filipe	63,0	24,3	26,5	0,0
Santa Catarina do Fogo	41,7	57,1	1,2	0,0
Brava	45,3	38,8	13,2	6,4

Fonte: INE, Estatística da Cultura, Desporto e Lazer



2.7 Justiça e Segurança

O número de ocorrência de crimes em Cabo Verde passou de 22.152, em 2011, para 25.826, em 2015, o que representa um aumento de 3.674 ocorrências (16,6%). Entre 2014 e 2015, esse crescimento foi de 2.434 ocorrências, o que corresponde a 10,4% (Tabela 2.56).

Tabela 2.56 – Ocorrências de crimes, por 100 000 habitantes (2011-2015)

	Ocorrências	Ocorrências/100.000 hab.
2011	22 152	4 431
2012	24 444	4 831
2013	22 991	4 489
2014	23 392	4 512
2015	25 826	4 921

Fonte: Ministério de Administração Interna (MAI)

A faixa etária dos autores de crime teve uma alteração a partir de 2012. No período antes de 2012, a tipologia do crime não correspondia muito ao que estava tipificado no Código Processual Penal, nem satisfazia em pleno a Polícia Nacional, em termos de definições de estratégias, pelo que se sentiu a necessidade da atualização do mesmo, assim como a sua desagregação.

Quanto à faixa etária (tendo em conta a redefinição das classes etárias), verificou-se que, a partir de 2012, os valores referentes à faixa etária menor de 16 anos poderiam ser melhor calculados. Entendeu-se desagregar a faixa etária (< 16 anos) e redefinir as classes (<12, 12-16), de modo a que os valores melhor espelhassem o fenómeno em análise.

Segundo a tabela 2.57, os principais autores dos crimes são indivíduos com idade compreendida entre 22 e 30 anos (40,5%) e 31 e 45 anos (35,3%).



Tabela 2.57 – Proporção de autores de crimes, segundo faixa etária, por concelho (2015)

	Grupo de idades					
	< 12	12-16	17-21	22-30	31-45	>45
Cabo Verde	0,2	1,8	10,9	40,5	35,3	11,3
Ribeira Grande	0,3	0,7	7,3	26,0	42,0	23,6
Paul	0,8	3,3	3,3	30,3	47,5	14,8
Porto Novo	1,7	1,9	8,1	32,9	39,4	16,0
S. Vicente	0,1	1,6	10,8	48,0	32,3	7,1
Ribeira Brava	0,0	1,6	9,3	21,8	45,6	21,8
Tarrafal de S. Nicolau	0,0	0,0	0,0	17,0	66,0	17,0
Sal	0,2	1,1	6,3	36,0	46,7	9,7
Boavista	0,0	1,5	5,7	44,3	41,2	7,3
Maio	1,1	1,1	9,7	25,8	43,1	19,1
Tarrafal	0,2	1,7	11,3	37,9	27,8	21,1
Santa Catarina	0,0	0,6	13,9	45,7	29,0	10,8
Santa Cruz	0,3	2,4	15,4	39,7	31,1	11,1
Praia	0,1	2,0	12,2	38,2	36,2	11,3
S. Domingos	0,0	0,7	7,2	29,4	45,1	17,6
S. Miguel	0,3	1,5	13,3	44,2	26,4	14,3
S. Salvador do Mundo	0,0	1,3	11,0	34,2	31,6	21,9
S. Lourenço dos Órgãos	0,6	1,2	9,4	31,6	36,8	20,5
Ribeira Grande de Santiago	0,0	3,4	11,2	46,6	31,0	7,8
Mosteiros	0,6	3,5	8,0	34,7	40,2	12,9
S. Filipe	0,0	2,9	9,4	42,2	35,5	10,1
Santa Catarina do Fogo	0,0	1,8	10,8	41,0	33,1	13,3
Brava	1,5	0,9	7,0	40,2	39,0	11,4

Fonte: Ministério de Administração Interna (MAI)

De 2015 a 2016, observou-se que dos 13.703 processos-cíveis entrados no tribunal, 8.589 eram considerados pendentes e 5.114 entrados (representando cerca de 37,3%) - Tabela 2.58 -.



Tabela 2.58 – Número de processos-cíveis pendentes e entrados, por tribunal (2015-2016)

	Pendentes		Entrados		Total
	Efetivo	%	Efetivo	%	
Cabo Verde	8 589	62,7	5 114	37,3	13 703
1º Juízo Cível Praia	333	55,8	264	44,2	597
2º Juízo Cível Praia	616	73,0	228	27,0	844
3º Juízo Cível Praia	508	63,7	289	36,3	797
4º Juízo Cível Praia	396	60,0	264	40,0	660
Juízo de Família e Menores	862	56,2	671	43,8	1 533
Juízo de Trabalho	756	61,5	473	38,5	1 229
1º Juízo Cível S. Vicente	653	68,4	301	31,6	954
2º Juízo Cível S. Vicente	768	74,3	265	25,7	1 033
Juízo Cível Santa Catarina	283	45,9	333	54,1	616
Juízo Cível Santa Cruz	569	87,1	84	12,9	653
Juízo Cível S. Filipe	624	57,3	465	42,7	1 089
Juízo Cível Ribeira Grande	279	74,4	96	25,6	375
Juízo Cível Sal	575	56,2	448	43,8	1 023
Juízo Cível Tarrafal	420	70,9	172	29,1	592
Juízo Cível S. Domingos	74	54,0	63	46,0	137
Juízo Cível Maio	73	51,0	70	49,0	143
Juízo Cível Mosteiros	78	37,7	129	62,3	207
Juízo Cível Brava	284	84,0	54	16,0	338
Juízo Cível Porto Novo	112	48,9	117	51,1	229
Juízo Cível Paul	42	48,8	44	51,2	86
Juízo Cível S. Nicolau	78	46,7	89	53,3	167
Juízo Cível Boa Vista	206	51,4	195	48,6	401

Fonte: Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ)



População e Condições Sociais

Tabela 2.59 – Número e percentagem de processos-cíveis julgados, por tribunal (2015-2016)

	Efetivo	%
Cabo Verde	5 622	41,0
1º Juízo Cível Praia	230	38,5
2º Juízo Cível Praia	198	23,5
3º Juízo Cível Praia	231	29,0
4º Juízo Cível Praia	287	43,5
Juízo de Família e Menores	719	46,9
Juízo de Trabalho	462	37,6
1º Juízo Cível S. Vicente	392	41,1
2º Juízo Cível S. Vicente	329	31,8
Juízo Cível Santa Catarina	360	58,4
Juízo Cível Santa Cruz	199	30,5
Juízo Cível S. Filipe	453	41,6
Juízo Cível Ribeira Grande	99	26,4
Juízo Cível Sal	566	55,3
Juízo Cível Tarrafal	193	32,6
Juízo Cível S. Domingos	53	38,7
Juízo Cível Maio	113	79,0
Juízo Cível Mosteiros	130	62,8
Juízo Cível Brava	196	58,0
Juízo Cível Porto Novo	117	51,1
Juízo Cível Paul	62	72,1
Juízo Cível S. Nicolau	88	52,7
Juízo Cível Boa Vista	145	36,2

Fonte: Conselho Superior de Magistratura Judicial (CSMJ)



Indicadores e forma de cálculo

Taxa de crescimento médio anual

É a variação populacional observada num determinado período de tempo, relativamente à população média desse período, expressa em 100 habitantes, ou seja, expressa em percentagem.

$$TCMA = \left[\left(\frac{P_t}{P_0} \right)^{\frac{1}{n}} - 1 \right] \times 100$$

TCMA – Taxa de Crescimento Médio Anual

P_0 – População no momento inicial

P_t – População no momento final

n – Número de anos

Taxa de crescimento Natural

É o saldo natural observado num determinado período, relativamente à população média desse período. É também expressa em 100 habitantes, ou seja, em percentagem.

$$TCN = \frac{SN}{[P_0 + P_t]/2} \times 100$$

SN é o saldo natural entre o momento inicial e o final.

Esperança de vida ao nascer

É o número médio de anos que uma pessoa, à nascença, pode esperar viver, se as taxas de mortalidade por idade observadas no momento se mantiverem.

Relação de masculinidade

É o quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino. É expressa por 100 mulheres, ou seja, em percentagem.

$$RM = \frac{H}{M} \times 100$$

H corresponde à população do sexo masculino e M à do sexo feminino.



Índice de Dependência Total

É a relação entre a população jovem e idosa (população dependente) e a população em idade ativa (adulta), definida, habitualmente, como o quociente entre o número de pessoas de 0 a 14 anos, conjuntamente com as pessoas de 65 anos ou mais e o número de pessoas com idades compreendidas entre 15 e 64 anos.

$$IDT = \frac{Pop < 15 \text{ anos} + Pop \geq 65 \text{ anos}}{Pop 15 - 64 \text{ anos}} \times 100$$

Índice de dependência de jovens

É a relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida, habitualmente, como o quociente entre o número de pessoas de 0 a 14 anos e o número de pessoas com idade compreendida entre 15 e 64 anos.

$$IDJ = \frac{Pop < 15 \text{ anos}}{Pop 15 - 64 \text{ anos}} \times 100$$

Índice de dependência de idosos

É a relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida, habitualmente, como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais e o número de pessoas com idade compreendida entre 15 e 64 anos.

$$IDI = \frac{Pop \geq 65 \text{ anos}}{Pop 15 - 64 \text{ anos}} \times 100$$

Índice de Envelhecimento

É o número de indivíduos com 65 ou mais anos que existem por cada 100 indivíduos com menos de 15 anos. Ou seja, é a relação entre idosos e jovens.

$$IE = \frac{Pop \geq 65 \text{ anos}}{Pop < 15 \text{ anos}} \times 100$$



Índice de Longevidade

É a relação entre dois grupos de população idosa, um com idade igual ou superior a 65 anos e outro com idade igual ou superior a 75 anos. Habitualmente, é definido como o quociente entre o número de pessoas com idade igual ou superior a 75 anos e o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

$$IL = \frac{Pop \geq 75 \text{ anos}}{Pop \geq 65 \text{ anos}} \times 100$$

Saldo Migratório

É a diferença entre o número de pessoas que entram no país e o número de pessoas que saem, durante o ano.

População Ativa

A população ativa é o conjunto de pessoas (empregadas e desempregadas), de 15 ou mais anos de idade.

População Ocupada (emprego)

É a população de 15 anos ou mais, empregada, ou seja, que exerceu uma atividade económica durante o período de referência da pesquisa.

Taxa de Desemprego

É a relação entre o número total de desempregados e a população economicamente ativa (soma de ocupados e desempregados).

$$Taxa \text{ Desemprego} = \frac{População \text{ Desempregada}}{População \text{ Ativa}} \times 100$$

Taxa de Desemprego dos jovens

É a relação entre a população jovem desempregada (15 a 24 anos) e a população ativa, na mesma idade.

$$Taxa \text{ de desemprego jovem} = \frac{População \text{ Desempregada de 15 a 24 anos}}{População \text{ Activa 15 a 24 anos}} \times 100$$



Taxa de Ocupação (rácio emprego/população)

Representa a relação entre a população ativa ocupada e a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais).

$$\text{Taxa ocupação} = \frac{\text{População activa ocupada}}{\text{População 15 anos ou mais}} \times 100$$

Taxa de Atividade

É a relação entre a população empregada e desempregada e a população em idade de trabalhar (15 anos ou mais).

$$\text{Taxa de Atividade} = \frac{\text{População activa}}{\text{População de 15 anos ou mais}} \times 100$$

Despesas de Consumo

As despesas de consumo integram as despesas monetárias de consumo alimentar e não alimentar, valorização do autoconsumo alimentar e do autoabastecimento, valorização de todos os recebimentos gratuitos a título de oferta ou a título de salário, o aluguel imputado dos agregados familiares proprietários dos seus próprios alojamentos ou gratuitos e valor imputado de utilização dos bens duráveis e meios de transporte. Exclui Despesas de investimento e Despesas com aquisição de bens e equipamentos duráveis.

Indicadores de Medição da Pobreza

Os indicadores de medição da pobreza mais conhecidos são os Índices de Foster, Greer et Thorbecke (FGT):

$$FGT_{\alpha} = \frac{1}{n} * \sum_{i=1}^q \left(\frac{z - y_i}{z} \right)^{\alpha}$$

Incidência da pobreza

Conhecida por taxa de pobreza, a incidência da pobreza representa a percentagem de indivíduos que vivem abaixo do limiar de pobreza, ou a percentagem da população pobre.



Profundidade da pobreza

Este indicador mede a gravidade da situação dos pobres, o quão abaixo da linha de pobreza se encontram os seus níveis de despesas ou de rendimento. Esta medida é, usualmente, designada por “gap” da pobreza, uma vez que mede a insuficiência do rendimento em relação à linha de pobreza.

Esta medida especifica os recursos necessários para que todos os pobres cheguem à linha da pobreza. Dito de outra forma, constitui o montante mínimo para se erradicar a pobreza.

Intensidade ou gravidade/severidade da pobreza

Admite-se que a gravidade da situação de privação cresce mais do que proporcionalmente com a distância a que o rendimento/consumo está da linha de pobreza.

Ao considerar-se que a gravidade cresce com o quadrado da distância proporcional do rendimento/consumo à linha de pobreza, pretende-se medir a intensidade da pobreza dos que se encontram mais afastados da linha da pobreza – os que sofrem de maiores carências. Em resumo, este indicador tem como objetivo medir a variabilidade do consumo entre os pobres.

A racionalidade inerente é que existem também desigualdades entre os pobres, o que não deve ser descurado na análise de políticas públicas, sob pena de se melhorar apenas as condições de vida dos que se encontram mais próximos da linha da pobreza.

Índice de GINI

O índice de desigualdade de Gini, derivado da curva de Lorentz, é um valor entre zero e um, em que 0 (zero) é atribuído em caso de perfeita igualdade e 1 (um) em caso de extrema desigualdade.

À medida que o índice de Gini se aproxima de zero, menor é a desigualdade total de rendimento/consumo (todas as famílias têm o mesmo rendimento/consumo). No outro extremo, quanto mais o índice de Gini se aproxima do valor 1, maior é a desigualdade do rendimento/consumo das famílias.



Para mais informações, consultar:

Publicações:

Relatórios QUIBB 2001/2002 e QUIBB 2007

Projeções Demográficas de Cabo Verde 2010 – 2030

Relatórios dos módulos do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC 2012 a 2016 –
Condições de Vida, Migrações, Mercado de Trabalho)

Relatórios Anuais do INPS

Relatórios Anuais sobre a situação da Justiça em Cabo Verde

Estatísticas da Criminalidade (MAI)

Websites:

www.ine.cv

www.inps.cv

www.mai.gov.cv



Saúde





3 Saúde

Este tema aborda os indicadores do setor da saúde, setor que, em Cabo Verde, sempre mereceu atenção especial por parte dos decisores, tendo-se verificado uma nítida evolução nos diversos indicadores apresentados neste Anuário Estatístico.

A melhoria contínua dos indicadores sanitários traduz a importância que o setor da saúde representa no quadro do desenvolvimento geral do país, desde os primórdios da sua existência.

Com efeito, a evolução dos principais indicadores de saúde, designadamente a mortalidade infantil dos menores de 5 anos, materna e geral, as evoluções dos níveis de cobertura vacinal das crianças menores de 1 ano, bem como a melhoria dos cuidados de saúde prestados à mulher, às crianças e aos adolescentes, entre outros, foram determinantes para a elevação de Cabo Verde a País de Rendimento Médio.

Os indicadores de saúde apresentados neste anuário retratam a fase de transição epidemiológica em que o país ainda se encontra, pela coexistência duma significativa prevalência das doenças transmissíveis, a par de uma crescente prevalência das doenças crónicas não transmissíveis, que se refletem claramente nas principais causas da mortalidade da população em geral, nos últimos anos, tendo à cabeça as doenças do aparelho circulatório, seguidas dos tumores malignos.

Relativamente às doenças transmissíveis - o Paludismo, a Tuberculose e o VIH-SIDA -, consideradas prioritárias no Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário 2012-2016, registou-se uma evolução do ponto de vista da incidência e prevalência em 2015, em comparação com o ano de 2013.



3.1 Infraestruturas e Recursos Afetos aos Serviços de Saúde

A rede de infraestruturas de saúde é constituída por dois hospitais centrais (concelhos da Praia e de São Vicente) e quatro hospitais regionais (concelhos de Ribeira Grande, Sal, Santa Catarina e São Filipe).

Quanto aos centros de Saúde, houve um aumento de três infraestruturas, distribuídas pelos concelhos de Sal, Praia e São Filipe. As Unidades Sanitárias de Base, embora tendo diminuído em uma unidade, em relação ao ano de 2013, encontram-se instaladas em todos os concelhos, sendo infraestruturas imprescindíveis na implementação da política de saúde no país.

Figura 3.1 – Rede de infraestruturas de saúde

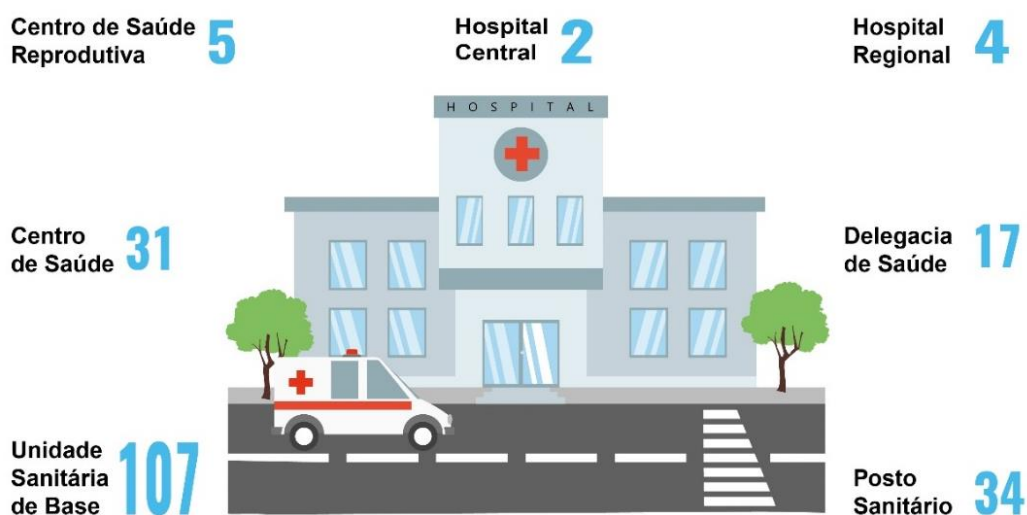




Tabela 3.1 – Distribuição das infraestruturas de saúde, segundo as principais estruturas sanitárias, por concelho (2011-2015)

	Estruturas Sanitárias				
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	Delegacia de Saúde	Centro de Saúde Reprodutiva
2011	2	3	17	17	5
2012	2	3	17	17	5
2013	2	4	28	17	5
2014	2	4	28	17	5
2015					
Cabo Verde	2	4	31	17	5
Ribeira Grande	0	1	0	1	1
Paul	0	0	1	1	0
Porto Novo	0	0	1	1	0
S. Vicente	1	0	5	1	1
Ribeira Brava	0	0	1	1	0
Tarrafal de S. Nicolau	0	0	1	0	0
Sal	0	1	2	1	1
Boa Vista	0	0	1	1	0
Maio	0	0	1	1	0
Tarrafal	0	0	1	1	0
Santa Catarina	0	1	1	1	1
Santa Cruz	0	0	1	1	0
Praia	1	0	6	1	1
S. Domingos	0	0	1	1	0
S. Miguel	0	0	1	1	0
S. Salvador do Mundo	0	0	1	0	0
S. Lourenço dos Órgãos	0	0	1	0	0
Ribeira Grande de Santiago	0	0	1	0	0
Mosteiros	0	0	1	1	0
S. Filipe	0	1	1	1	0
Santa Catarina do Fogo	0	0	1	0	0
Brava	0	0	1	1	0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Analisando os dados da tabela 3.2, a nível dos concelhos, pode-se verificar que, comparativamente ao ano 2013, a razão de médicos e enfermeiros por 10 mil habitantes evoluiu tanto em São Vicente (12,12 em relação a médicos por 10 mil habitantes e 19,37 enfermeiros por 10 mil habitantes) como na Praia (12,22 médicos por 10 mil habitantes e 14,99 enfermeiros por 10 mil habitantes). Entretanto, mantêm-se as diferenças regionais, que têm a ver com o tipo de infraestruturas existentes e cuidados prestados nos concelhos com menos população.

Tabela 3.2 – Razão de médicos e enfermeiros (*) por 10 mil habitantes, por concelho (2015)

	Número de Médicos	Razão Médico/hab.	Número de Enfermeiros	Razão Enfermeiros/hab.
Cabo Verde	410	7,81	654	12,75
Ribeira Grande	13	7,64	37	21,74
Paul	1	1,64	7	11,48
Porto Novo	4	2,29	15	8,61
S. Vicente	97	12,12	155	19,37
Ribeira Brava	2	2,78	14	19,49
Tarrafal de S. Nicolau	1	1,91	5	9,54
Sal	12	3,56	17	5,04
Boavista	4	2,77	9	6,23
Maio	2	2,87	9	12,89
Tarrafal	5	2,73	12	6,55
Santa Catarina	42	9,31	56	12,41
Santa Cruz	9	3,41	16	6,07
Praia	185	12,22	227	14,99
S. Domingos	3	2,14	7	4,99
S. Miguel	5	3,41	7	4,77
S. Salvador do Mundo	1	1,16	5	5,78
S. Lourenço dos Órgãos	1	1,40	4	5,61
Ribeira Grande de Santiago	1	1,19	2	2,38
Mosteiros	3	3,20	7	7,48
S. Filipe	16	7,55	33	15,57
Santa Catarina do Fogo	1	1,89	3	5,68
Brava	2	3,51	7	12,29

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



A despeito do número de camas hospitalares nas estruturas sanitárias, constatou-se, por concelho, uma redução do número de camas, passando de 561, em 2011, para 525, em 2015, o que representa um decréscimo médio de 1,6% por ano. Em 2015, os hospitais regionais totalizavam 239 camas e os centros de saúde (com internamento) 304 camas (Tabela 3.3).

Tabela 3.3 – Número de camas hospitalares, segundo as estruturas sanitárias, por concelho (2011-2015)

	Nº de Camas			Total
	Hospitais Centrais	Hospitais Regionais	Centros de Saúde	
2011	561	201	319	1 081
2012	563	211	345	1 119
2013	526	244	302	1 072
2014	525	238	289	1 052
2015				
Cabo Verde	525	239	304	1 068
Ribeira Grande	n/a	64	0	64
Paul	n/a	n/a	15	15
Porto Novo	n/a	n/a	28	28
S. Vicente	200	n/a	0	200
Ribeira Brava	n/a	n/a	27	27
Tarrafal de S. Nicolau	n/a	n/a	30	30
Sal	n/a	41	0	41
Boavista	n/a	n/a	31	31
Maio	n/a	n/a	28	28
Tarrafal	n/a	n/a	30	30
Santa Catarina	n/a	90	0	90
Santa Cruz	n/a	n/a	30	30
Praia	325	n/a	0	325
S. Domingos	n/a	n/a	17	17
S. Miguel	n/a	n/a	19	19
S. Salvador do Mundo	n/a	n/a	0	0
S. Lourenço dos Órgãos	n/a	n/a	0	0
Ribeira Grande de Santiago	n/a	n/a	0	0
Mosteiros	n/a	n/a	32	32
S. Filipe	n/a	44	0	44
Santa Catarina do Fogo	n/a	n/a	0	0
Brava	n/a	n/a	17	17

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.2 Atenção à Mulher e à Criança

A vacina antitetânica é recomendada a partir do início da idade fértil, independentemente da mulher estar grávida ou não. A tabela 3.4 traduz as doses de vacinas aplicadas às grávidas em 2015.

Tabela 3.4 – Cobertura vacinal de grávidas que receberam vacina antitetânica, por concelho (2015)

	Grávidas estimadas	Cobertura vacinal (%)				
		VAT 1	VAT 2	VAT 3	VAT 4	VAT 5
Cabo Verde	10 635	34,4	29,8	14,1	10,4	10,0
Ribeira Grande	242	16,5	21,9	26,9	18,6	10,7
Paul	87	47,1	39,1	5,7	3,4	6,9
Porto Novo	313	24,0	22,0	8,6	8,0	9,9
S. Vicente	1 414	16,2	15,0	11,7	10,2	9,1
Ribeira Brava	108	77,8	36,4	3,0	9,1	27,3
Tarrafal de S. Nicolau	99	25,0	20,4	18,5	7,4	11,1
Sal	831	11,9	13,2	8,8	9,3	8,5
Boavista	295	23,7	22,4	14,9	15,3	9,8
Maio	107	47,7	43,9	19,6	11,2	15,0
Tarrafal	359	38,2	38,7	13,9	8,4	7,2
Santa Catarina	906	37,1	34,1	10,0	12,3	13,1
Santa Cruz	545	27,0	32,3	11,4	10,6	5,9
Praia	3 478	43,4	36,5	15,5	10,6	9,9
S. Domingos	282	25,5	15,6	5,0	3,9	3,2
S. Miguel	284	56,7	42,3	38,4	1,8	25,7
S. Salvador do Mundo	176	27,3	17,0	5,7	9,1	6,8
S. Lourenço dos Órgãos	122	154,9	85,2	30,3	9,8	5,7
Ribeira Grande de Santiago	161	50,9	39,1	11,2	9,3	8,1
Mosteiros	196	26,5	27,6	4,6	6,1	4,6
S. Filipe	403	36,7	39,2	22,1	16,6	13,9
Santa Catarina do Fogo	115	22,6	22,6	11,3	9,6	7,0
Brava	112	40,2	19,6	25,9	21,4	10,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Figura 3.2 – Médicos e enfermeiros e indicadores da saúde reprodutiva (2015)



Globalmente, o número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiros), nas estruturas de saúde, tem vindo a decrescer desde 2011, conforme mostra a tabela 3.5. Entre 2013 e 2015, houve um ligeiro decréscimo médio anual de 0,7%, passando de 9.745 para 9.602. Pode-se verificar que este decréscimo não se regista em todos os concelhos. É evidente que os concelhos com mais assistência de profissionais da saúde são aqueles onde existem os hospitais centrais e regionais.



Tabela 3.5 – Número de partos assistidos por profissionais qualificados (médicos e enfermeiros) nas estruturas de saúde (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	10 200	9 840	9 745	10 145	9 602
Ribeira Grande	391	344	342	375	415
Paul	39	24	22	0	0
Porto Novo	173	188	157	119	136
S. Vicente	1 647	1 688	1 522	1 913	1 458
S. Nicolau	148	126	118	149	99
Sal	615	596	550	617	635
Boa Vista	60	60	77	85	76
Maio	60	56	76	71	60
Tarrafal	196	191	186	155	139
Santa Catarina	1 406	1 287	1 421	1 478	1 533
Santa Cruz	349	338	300	264	271
Praia	4 190	3 983	4 135	4 097	3 938
S. Domingos	35	32	35	4	16
S. Miguel	87	70	66	58	63
S. Lourenço dos Órgãos	-	4	-	0	0
Mosteiros	150	133	116	95	85
S. Filipe	538	604	505	572	577
Santa Catarina do Fogo		22	17	18	12
Brava	116	94	100	75	89

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

De acordo com os dados da tabela 3.6, o número de nascimentos passou de 10.339, em 2011, para 10.502, em 2015, representando um ligeiro aumento médio de 0,4% por ano. De igual modo, a cobertura de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde sofreu uma ligeira diminuição (1,5%), no mesmo período. Com estes dados, verifica-se, nitidamente, que a relação percentual entre o número de partos assistidos e o número de nascimentos também decresceu de 98,7%, em 2011, para 91,4%, em 2015.

Tabela 3.6 – Número de nascimentos, partos assistidos e percentagem de partos assistidos por profissionais qualificados de saúde – médicos e enfermeiros (2011-2015)

	Nascimentos	Partos assistidos	(%)
2011	10 339	10 200	98,7
2012	10 465	9 840	94,0
2013	10 556	9 745	92,3
2014	10 613	10 145	95,6
2015	10 502	9 602	91,4

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.2.1 Natalidade e Fecundidade

Os indicadores de Natalidade e Fecundidade, em 2016 - Índice Sintético de Fecundidade (ISF), Taxa Bruta de Natalidade (TBN), Taxa Bruta de Reprodução (TBR) e Taxa Líquida de Reprodução (TLR) -, indicados na tabela 3.7, revelam uma ligeira diminuição quando comparados com os últimos cinco anos desta série temporal. A nível dos concelhos, São Vicente é o concelho que apresentou o valor mais baixo, tanto no ISF (1,95%), como no TBR (0,95%) e TLR (0,93%). No que se refere á TNB, Ribeira Grande foi o concelho que registou o valor mais baixo, ficando nos 14,35%. No outro extremo, situa-se o concelho de Santa Catarina do Fogo, com o valor mais alto no tocante ao ISF (2,94%), TBR (1,43%) e TLR (1,40%), e a ilha do Sal com o mais alto valor a nível do TBN (24,08%), de acordo com as projeções demográficas feitas pelo INE, de 2010 a 2030.

Tabela 3.7 – Índice Sintético de Fecundidade, Taxa Bruta de Natalidade, Taxa Bruta de Reprodução e Taxa Líquida de Reprodução (2012-2016)

	Índice Sintético de Fecundidade (ISF)	Taxa Bruta de Natalidade (TBN)	Taxa Bruta de Reprodução (TBR)	Taxa Líquida de Reprodução (TLR)
2012	2,37	20,56	1,16	1,13
2013	2,36	20,56	1,15	1,12
2014	2,34	20,48	1,14	1,11
2015	2,32	20,34	1,13	1,11
2016				
Cabo Verde	2,31	20,14	1,13	1,10
Ribeira Grande	2,58	14,35	1,26	1,23
Paul	2,79	14,39	1,36	1,33
Porto Novo	2,51	18,05	1,22	1,19
S. Vicente	1,95	17,37	0,95	0,93
Ribeira Brava	2,32	15,08	1,13	1,10
Tarrafal de S. Nicolau	2,71	18,98	1,32	1,29
Sal	2,64	24,08	1,29	1,26
Boa Vista	2,29	19,68	1,11	1,09
Maio	2,07	15,23	1,01	0,99
Tarrafal	2,19	19,62	1,07	1,04
Santa Catarina	2,13	19,99	1,04	1,02
Santa Cruz	2,37	20,70	1,16	1,13
Praia	2,34	22,68	1,14	1,11
S. Domingos	2,58	20,03	1,26	1,23
S. Miguel	2,26	19,46	1,10	1,07
S. Salvador do Mundo	2,70	20,37	1,32	1,29
S. Lourenço dos Órgãos	2,30	17,20	1,12	1,09
Ribeira Grande de Santiago	2,37	19,15	1,16	1,13
Mosteiros	2,29	20,95	1,21	1,09
S. Filipe	2,38	19,12	1,16	1,13
Santa Catarina do Fogo	2,94	21,80	1,43	1,40
Brava	2,57	19,81	1,25	1,22

Fonte: INE, Projeções Demográficas 2010-2030



3.2.2 Gravidez na Adolescência

Em 2015, foram atendidas nos serviços de saúde reprodutiva um total de 10.169 grávidas, das quais 1.938 em idade precoce (19,1%). Do total de casos em idade precoce (e em relação ao total de grávidas), registaram-se 16 grávidas na faixa etária 10-13 anos (que corresponde a 0,2%), 405 na faixa etária 14-16 anos (equivalente a 4,0%) e 1.517 na faixa etária dos 17-19 anos (que corresponde a 14,9%).

De realçar que dos 16 casos de gravidez ocorridos na faixa etária 10-13 anos, 10 são do concelho de São Vicente, correspondente a 62,5% na referida faixa.

Tabela 3.8 – Número de grávidas captadas, grávidas e proporção de grávidas por faixa etária (10-19 anos) segundo as delegacias de saúde, por concelhos (2015)

	Grávidas Captadas	Idade das Grávidas (Gravidez Precoce)					
		10 - 13 Anos		14 - 16 Anos		(17 - 19 Anos)	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Cabo Verde	10 169	16	0,2	405	4,0	1 517	14,9
Ribeira Grande	197	0	0,0	10	5,1	37	18,8
Paul	75	0	0,0	9	12,0
Porto Novo	304	0	0,0	12	3,9	41	13,5
S. Vicente	1 325	10	8,0	59	4,5	171	12,9
Ribeira Brava	115	0	0,0	5	4,3	12	10,4
Tarrafal de S. Nicolau	81	9	11,1	16	19,8
Sal	649	0	0,0	19	2,9	60	9,2
Boa Vista	347	4	1,2	35	10,1
Maio	99	0	0,0	5	5,1	10	10,1
Tarrafal	378	0	0,0	9	2,4	72	19,0
Santa Catarina	1 034	0	0,0	57	5,5	180	17,4
Santa Cruz	413	25	6,1	98	23,7
Praia	3 487	118	3,4	498	14,3
S. Domingos	134	0	0,0	6	4,5	33	24,6
S. Miguel	309	0	0,0	6	1,9	23	7,4
S. Salvador do Mundo	121	0	0,0	7	5,8	17	14,0
S. Lourenço dos Órgãos	134	0	0,0	4	3,0	16	11,9
Ribeira Grande de Santiago	109	0	0,0	7	6,4	16	14,7
Mosteiros	150	0	0,0	5	3,3	49	32,7
S. Filipe	505	0	0,0	21	4,2	85	16,8
Santa Catarina do Fogo	70	0	0,0	5	7,1	17	24,3
Brava	135	0	0,0	9	6,7	22	16,3

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



A Taxa de cobertura das consultas pré-natal e partos, em 2015, manteve-se praticamente nos mesmos níveis, situando-se em 95,6% e 47,9%, respetivamente, quando comparada com o ano de 2013. A situação não é a mesma quando comparada com a de 2011. Relativamente à média das consultas de pré-natal, nota-se um aumento de 1,8 pontos percentuais, passando de 4,4%, em 2013, para 6,2%, em 2015.

Tabela 3.9 – Taxa de cobertura de consulta pré-natal e pós-parto (2011-2015)

	Consultas Pré-natal		Consultas Pós-
	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta
2011	90,9	4,4	44,3
2012	77,1	4,3	36,4
2013	94,7	4,4	48,8
2014	99,3	4,4	47,6
2015			
Cabo Verde	95,6	6,2	47,9
Ribeira Grande	81,4	6,3	87,8
Paul	86,2	6,3	64,0
Porto Novo	97,1	5,7	59,2
S. Vicente	93,7	9,2	27,8
Ribeira Brava	116,2	7,9	40,0
Tarrafal de S. Nicolau	75,0	6,7	39,5
Sal	78,1	3,1	34,8
Boa Vista	117,6	5,6	18,2
Maio	92,5	7,9	74,7
Tarrafal	105,3	7,5	56,9
Santa Catarina	113,9	6,8	53,0
Santa Cruz	75,8	5,0	78,9
Praia	100,3	5,9	43,6
S. Domingos	47,5	4,0	153,7
S. Miguel	108,8	7,3	80,6
S. Salvador do Mundo	68,8	5,0	70,2
S. Lourenço dos Órgãos	109,8	4,9	98,5
Ribeira Grande de Santiago	67,7	3,1	26,6
Mosteiros	76,5	5,4	46,0
S. Filipe	125,3	7,0	39,8
Santa Catarina do Fogo	60,9	4,5	51,4
Brava	120,5	7,1	35,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.2.3 Cobertura Vacinal

Em 2015, a proporção de crianças menores de um ano de idade (< 1 ano) completamente vacinadas foi de 90,2%. Relativamente à vacina BCG, tendo em conta que ela é aplicada ao nascimento (logo após o parto), registaram-se taxas acima dos 100%, na estrutura/concelho onde o parto ocorreu. Por exemplo, no Centro de Saúde do Paul, não se realizam partos. No outro extremo, Santa Catarina regista uma taxa de 152,8% de vacinas BCG, pois a grande maioria das grávidas da região sanitária de Santiago Norte fazem o parto no hospital que cobre a região.

Considerando as outras vacinas (Pólio 3, Pentavalente 3 e Sarampo), registaram-se, em 2015, taxas de cobertura acima de 90%, conforme a tabela 3.10.

Tabela 3.10 – Proporção de crianças menores de 1 ano de idade vacinadas, segundo tipos de vacina por concelho (2015)

	Crianças <1 ano	Cobertura vacinal (%)				Compl. Vacinados*
		BCG ³	Pólio 3	Pentavalente3 ^[4]	Sarampo	
Cabo Verde	10 502	93,5	93,3	93,3	91,6	90,2
Ribeira Grande	256	143,8	90,6	90,6	101,6	103,1
Paul	93	0,0	87,1	87,1	84,9	84,9
Porto Novo	315	62,3	87,9	87,9	82,5	83,5
S. Vicente	1 407	102,1	81,4	81,4	80,8	79,2
Ribeira Brava	110	45,4	87,0	87,0	94,4	94,0
Tarrafal S. Nicolau	100	53,5	124,5	124,5	118,2	118,2
Sal	814	73,5	75,1	75,1	78,5	74,7
Boa Vista	300	32,5	110,7	110,7	116,3	126,3
Maio	109	73,8	125,7	125,7	126,6	126,6
Tarrafal	354	56,8	97,7	97,7	103,7	103,7
Santa Catarina	878	152,8	98,9	98,9	105,6	105,2
Santa Cruz	544	58,2	107,7	107,7	106,3	106,1
Praia	3 375	116,9	93,0	93,0	87,3	84,0
S. Domingos	281	10,3	76,9	76,9	78,6	78,6
S. Miguel	279	72,9	105,7	105,7	106,5	106,5
S. Salvador do Mundo	177	21,6	68,4	68,4	68,9	68,9
S. Lourenço dos Órgãos	123	14,8	161,0	161,0	129,3	129,3
Ribeira Grande de Santiago	163	10,6	64,4	64,4	49,1	47,2
Mosteiros	187	77,6	110,2	110,2	87,2	87,7
S. Filipe	407	117,1	111,3	111,3	108,1	103,2
Santa Catarina do Fogo	117	53,9	82,1	82,1	97,4	97,4
Brava	113	93,8	117,7	117,7	108,0	108,0

*Completamente vacinados

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

³ A vacina pentavalente (DTP+Hib+HB) protege

⁴ A vacina pentavalente (DTP+Hib+HB) protege contra Difteria, Tétano, Pertussis (coqueluche), infeções graves pelo Haemophilus influenzae tipo b (inclusive meningite) e hepatite B



A taxa de cobertura da 1ª consulta das crianças de menor de 1 ano decresceu de 110,6%, em 2011, para 99,3%, em 2012. Esta diminuição também se constata no mesmo período, em relação aos outros indicadores da tabela 3.11. A partir de 2013, verifica-se uma retoma, passando de 98,3% para 101,2%, em 2015, situação que se regista em relação à média de consultas (9,9% em 2013 para 10,4% em 2015). No que concerne às consultas de pré-natal, os indicadores revelam algumas oscilações de 2013 a 2015. Contudo, os valores de 2015 são superiores aos de 2013 (Tabela 3.11).

Tabela 3.11 – Consultas de crianças menores de 1 ano e consultas pré-natal, por concelho (2011-2015)

	Consultas de Crianças < 1 ano		Consultas de Pré-natal	
	Taxa cobertura da 1ª consulta	Média Consultas	Taxa cobertura 1ª consulta	Média Consultas
2011	110,6	10,9	90,9	4,4
2012	99,3	10,5	77,1	4,3
2013	98,3	9,9	94,7	4,4
2014	98,7	10,2	99,4	4,4
2015				
Cabo Verde	101,2	10,4	95,6	6,2
Ribeira Grande	155,9	12,7	81,4	6,3
Paul	115,1	9,9	86,2	6,3
Porto Novo	38,4	7,9	97,1	5,7
S. Vicente	102,4	10,3	93,7	9,2
Ribeira Brava	39,1	13,6	116,2	7,9
Tarrafal de S. Nicolau	50,0	12,0	75,0	6,7
Sal	52,9	8,2	78,1	3,1
Boa Vista	49,0	11,1	117,6	5,6
Maio	92,7	10,3	92,5	7,9
Tarrafal	65,0	10,2	105,3	7,5
Santa Catarina	173,6	12,5	113,9	6,8
Santa Cruz	87,1	12,4	75,8	5,0
Praia	109,8	10,3	100,3	5,9
S. Domingos	76,9	8,0	47,5	4,0
S. Miguel	94,3	10,2	108,8	7,3
S. Salvador do Mundo	87,6	7,5	68,8	5,0
S. Lourenço dos Órgãos	104,1	7,3	109,8	4,9
Ribeira Grande de Santiago	127,6	3,5	67,7	3,1
Mosteiros	86,1	11,8	76,5	5,4
S. Filipe	129,5	12,0	125,3	7,0
S. Catarina do Fogo	59,0	8,1	60,9	4,5
Brava	110,6	15,0	120,5	7,1

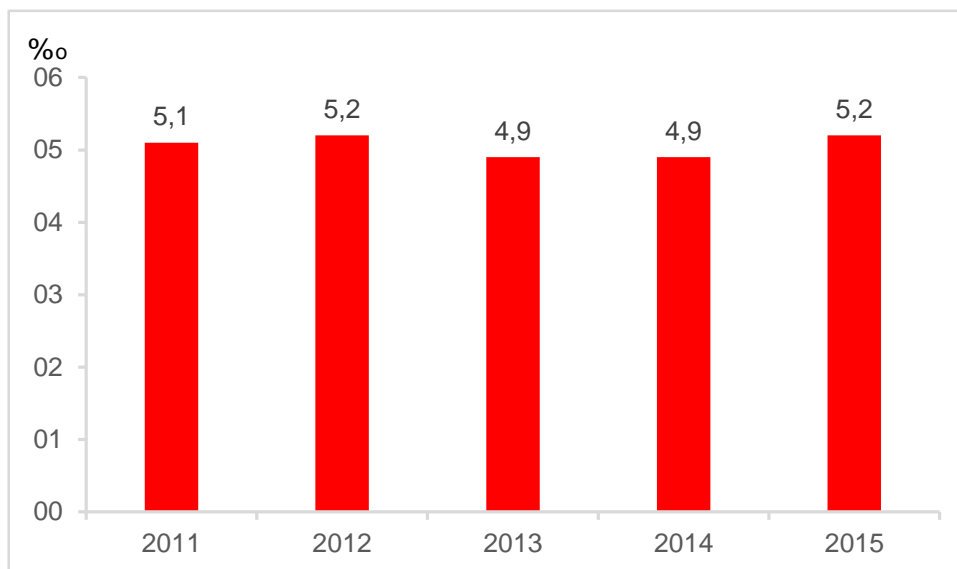
Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.3 Mortalidade

Analisando os dados do gráfico 3.1, constata-se que a taxa de mortalidade passou de 5,1%, em 2011, para 5,2%, em 2015, tendo registado 4,9%, em 2013. Esses dados evidenciam nitidamente um aumento da taxa de mortalidade no período em análise. Em alguns períodos, nota-se que essa taxa mantém-se praticamente nos mesmos níveis.

Gráfico 3.1 – Taxa bruta de mortalidade (2011-2015)



Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A taxa de mortalidade materna, no período em análise, registou uma oscilação acentuada, como se pode constatar na tabela 3.12. Sendo considerado um indicador volátil, tendo em conta o número de óbitos maternos a ela subjacente, verificou-se que, em 2012, a taxa de 9,6/100.000 nascidos vivos traduziu-se no registo de 1 óbito materno, enquanto em 2015, a taxa de 47/100.000 nascidos vivos representa a ocorrência de 5 óbitos maternos.

Tabela 3.12 – Taxa de mortalidade materna (2011-2015)

Taxa de Mortalidade Materna (por 100.000 nascidos vivos)	
2011	48,4
2012	9,6
2013	37,9
2014	9,4
2015	47,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



A taxa de mortalidade infantil registou uma diminuição acentuada, no período em análise, passando de 23,0, em 2011, para 15,3, em 2015 por 1.000 nascidos vivos (em 2013 era de 21,4), graças, particularmente, à componente neonatal precoce que sofreu um decréscimo de 14,1 para 8,1 (em 2013 era de 13,4) por 1.000 nascidos vivos. Isto deveu-se, essencialmente, a melhorias implementadas na atenção ao parto. E, por conseguinte, a taxa de mortalidade nos menores de 5 anos também registou uma redução significativa, passando de 26,2 para 17,5 por 1.000 nascidos vivos (23,6 em 2013) - Tabela 3.13 -.

Tabela 3.13 – Taxa de mortalidade infantil e suas componentes (neonatal precoce, neonatal tardia, pós Neonatal) e mortalidade nos menores de 5 anos (2011-2015)

	Taxa de Mortalidade				
	Infantil (*)	Neonatal Precoce (0 a 6 dias)*	Neonatal Tardia (7 a 27 dias)*	Pós-Neonatal (28 a 364 dias) *	< de 5 Anos *
2011	23,0	14,1	2,3	6,6	26,2
2012	22,3	11,7	3,7	7,0	26,3
2013	21,4	13,4	2,7	5,4	23,6
2014	20,3	10,8	4,4	5,0	22,5
2015	15,3	8,1	2,0	5,3	17,5

* por 1 000 nascidos vivos, segundo as projeções demográficas do INE

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

As afeções perinatais continuaram a ser as principais causas da mortalidade infantil em Cabo Verde, seguidas das anomalias congénitas e infecciosas e parasitárias, tanto em 2011 como em 2015. No entanto, nota-se um decréscimo em relação às afeções perinatais passando de 61,8%, em 2011, para 50,9%, em 2015, tendo-se verificado o contrário em relação às anomalias congénitas (12,2%, em 2011, para 17,5%, em 2015) - Tabela 3.14 -.

Tabela 3.14 – Mortalidade infantil (em proporção), segundo principais causas (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Afeções perinatais	61,8	60,5	65,9	63,3	50,9
Anomalias congénitas	12,2	9,4	10,6	11,6	17,5
Infecciosas e parasitárias	10,9	12,9	9,3	6,5	8,6
Afeções respiratórias	6,3	3,4	5,8	5,1	10,4
Sintomas e sinais mal definidos	2,1	3,9	0,9	3,7	3,7
Doenças do aparelho circulatório	1,7	0,4	1,3	2,3	0,6
Doenças do sistema nervoso central	1,3	2,6	1,3	1,4	1,2
Traumatismos e envenenamentos	1,3	4,3	2,2	2,3	1,8
Doenças metabólicas endócrinas e nutricionais	0,8	1,7	0,9	0,9	1,8
Outras causas	1,7	1,3	1,8	2,8	3,6

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Tabela 3.15 – Óbitos infantis e suas componentes (neonatal precoce, neonatal tardio e pós-neonatal), por concelho (2015)

	Óbito						
	Infantil	Neonatal Precoce		Neonatal Tardio		Pós-Neonatal	
	N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cabo Verde	163	86	52,8	21	12,9	56	34,4
Ribeira Grande	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Paul	1	0	0,0	0	0,0	1	100,0
Porto Novo	3	1	33,3	2	66,7	0	0,0
S. Vicente	25	17	68,0	0	0,0	8	32,0
Ribeira Brava	3	2	66,7	0	0,0	1	33,3
Tarrafal de S. Nicolau	2	1	50,0	0	0,0	1	50,0
Sal	13	6	46,2	1	7,7	6	46,2
Boa Vista	3	1	33,3	0	0,0	2	66,7
Maio	3	1	33,3	0	0,0	2	66,7
Tarrafal	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
Santa Catarina	13	12	92,3	0	0,0	1	7,7
Santa Cruz	11	2	18,2	1	9,1	8	72,7
Praia	48	21	43,8	14	29,2	13	27,1
S. Domingos	4	3	75,0	0	0,0	1	25,0
S. Miguel	4	2	50,0	0	0,0	2	50,0
S. Salvador do Mundo	1	1	100,0	0	0,0	0	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	3	1	33,3	1	33,3	1	33,3
Ribeira Grande de Santiago	4	1	25,0	0	0,0	3	75,0
Mosteiros	2	1	50,0	1	50,0	0	0,0
S. Filipe	8	5	62,5	0	0,0	3	37,5
S. Catarina do Fogo	7	4	57,1	1	14,3	2	28,6
Brava	3	2	66,7	0	0,0	1	33,3

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Analisando o número de óbitos, constata-se que, em 2015, ocorreram 2.744, traduzindo-se num aumento de 217 óbitos (8,6%), quando comparado com o ocorrido em 2011. Observando os dados em relação aos sexos, no mesmo período, verifica-se um aumento do número de óbitos tanto no masculino (passando de 1.486 para 1.517) como no feminino (de 1.041 para 1.227) - Tabela 3.16 -.



Tabela 3.16 – Mortalidade (Óbitos e Taxa de Mortalidade), segundo os sexos, por concelho (2011-2015)

	Total		Masculino		Feminino	
	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas	Óbitos	Taxas
2011	2 527	5,1	1 486	6,0	1 041	4,1
2012	2 639	5,2	1 405	5,6	1 234	4,8
2013	2 531	4,9	1 443	5,7	1 088	4,2
2014	2 559	4,9	1 439	5,6	1 120	4,3
2015						
Cabo Verde	2 744	5,2	1 517	5,8	1 227	4,7
Ribeira Grande	136	8,0	83	9,1	53	6,8
Paul	45	7,4	25	7,2	20	7,6
Porto Novo	88	5,0	53	5,8	35	4,2
S. Vicente	490	6,0	275	6,7	215	5,4
Ribeira Brava	80	11,1	39	10,3	41	12,1
Tarrafal de S. Nicolau	34	6,5	19	7,0	15	6,0
Sal	105	3,1	67	3,7	38	2,4
Boavista	44	3,0	27	3,2	17	2,9
Maio	37	5,3	15	4,4	22	6,2
Tarrafal	105	5,7	64	7,7	41	4,1
Santa Catarina	254	5,6	129	6,0	125	5,3
Santa Cruz	143	5,4	75	5,8	68	5,1
Praia	589	3,9	335	4,5	254	3,3
S. Domingos	75	5,3	43	6,2	32	4,5
S. Miguel	105	7,2	50	7,5	55	6,9
S. Salvador do Mundo	53	6,1	30	7,2	23	5,2
S. Lourenço dos Órgãos	45	6,3	14	4,0	31	8,6
Ribeira Grande de Santiago	50	5,9	30	7,3	20	4,6
Mosteiros	59	6,3	27	6,0	32	6,6
S. Filipe	131	6,2	72	7,0	59	5,4
Santa Catarina do Fogo	25	4,7	15	5,7	10	3,8
Brava	38	6,7	17	6,1	21	7,2
De outro país	13		13		0	

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

As doenças do aparelho circulatório continuam a ser a principal causa de mortalidade em ambos os sexos, tendo o sexo feminino apresentado maior taxa (156,3%) do que o masculino (140,6%). Como segunda causa de mortalidade, encontram-se os sintomas mal definidos (69,2%). Nestes, notam-se também diferenças significativas por sexo, ou seja, a taxa de mortalidade devido a sintomas mal definidos foi de 79,3% para o sexo feminino e 59% para o masculino. A terceira causa de mortalidade corresponde aos tumores ou neoplasias (66,3%), verificando-se uma situação



contrária às anteriores, em que o sexo masculino apresenta maior taxa (masculino 73,5% e feminino 59,1%) - Tabela 3.17 -.

Tabela 3.17 – Óbitos e taxa de mortalidade, segundo o sexo, por principais causas de mortalidade (2015)

	CID	Total		Masculino		Feminino	
		Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
Doenças do aparelho circulatório	I00-I99	779	148,4	369	140,6	410	156,3
Tumores ou neoplasias	C00-D48	348	66,3	193	73,5	155	59,1
Afeções Respiratórias	J00-J99	318	60,6	176	67,0	142	54,1
Sintomas mal definidos	R00-R99	363	69,2	155	59,0	208	79,3
Infeciosas e parasitárias	A00-B99	222	42,3	133	50,7	89	33,9
Afeções perinatais	P00-P96	83	15,8	48	18,3	35	13,3
Causas externas	V01-Y98	134	25,5	117	44,6	17	6,5
Traumatismos e envenenamentos	S00-T98	108	20,6	86	32,8	22	8,4
Doenças do aparelho digestivo	K00-K93	92	17,5	71	27,0	21	8,0
Doenças metab/endoc/nutricionais	E00-E90	78	14,9	37	14,1	41	15,6
Doenças mentais e comportamento	F00-F99	66	12,6	58	22,1	8	3,0
D. do aparelho gênito urinário	N00-N99	61	11,6	29	11,0	32	12,2
Doenças do sistema nervoso	G00-G99	42	8,0	24	9,1	18	6,9
Malformações congênitas	Q00-Q99	29	5,5	16	6,1	13	5,0
D. sangue e órgãos hematopoéticos	D50-D89	7	1,3	2	0,8	5	1,9
Gravidez Parto e puerpério	O00-O99	5	1,0	-	-	5	1,9
D. da pele e do tecido subcutâneo	L00-L99	8	1,5	3	1,1	5	1,9

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

De acordo com os dados da tabela 3.18, a taxa de mortalidade para a população de 65 anos e mais ronda os 55%, com nítidas diferenças por sexo (63,9% para o sexo masculino e 49,7% para o feminino). Globalmente, a estrutura etária da mortalidade geral mantém a mesma configuração dos anos anteriores, refletindo a fase de transição epidemiológica em que o país se encontra.

Tabela 3.18 – Óbitos e taxa de mortalidade, segundo o sexo, por grupos etários (2015)

	Masculino		Feminino		Total	
	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa	Óbitos	Taxa
0-4 anos	109	4,1	77	3,1	186	3,6
5-9 anos	5	0,1	6	0,2	11	0,2
10-14 anos	8	0,3	3	0,1	11	0,2
15-49 anos	398	2,6	128	0,9	526	1,8
50-64 anos	293	12,7	140	4,9	433	8,4
65 anos +	704	63,9	873	49,7	1 577	55,1
Total	1 517	5,8	1 227	4,7	2 744	5,2

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.4 Morbidade – Doenças Prioritárias (Paludismo, Tuberculose e VIH-SIDA)

A incidência do paludismo, em 2015, comparativamente ao ano de 2011, sofreu uma diminuição, passando de 7,2 para 5,1 por 100 mil, não se tendo registado nenhum óbito. Dos 27 casos de paludismo registados no ano de 2015, 7 eram autóctones e 20 importados (Tabela 3.19).

Tabela 3.19 – Número de casos, Incidência (por 100.000), Óbitos, Taxa de Mortalidade e Taxa de letalidade associado ao Paludismo (2011-2015)

	População	Nº Casos	Incidência (por 100.000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)	Taxa de letalidade (%)
2011	499 929	36	7,2	3	0,6	8,3
2012	505 983	36	7,1	1	0,2	2,8
2013	512 173	46	9,0	0	0,0	0,0
2014	518 467	46	8,9	1	0,2	4,3
2015	524 833	27	5,1	0	0,0	0,0

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

No que diz respeito à tuberculose, em 2015, registou-se, também, uma diminuição da incidência (novos casos), passando de 74,6 para 47,0 por 100 mil, relativamente ao ano de 2011. A prevalência (todos os casos) também sofreu uma diminuição de 80 para 52 por 100 mil, assim como os óbitos (de 22 para 11) – (Tabela 3.20).

Tabela 3.20 – Incidência (por 100.000), prevalência (por 100.000), Óbitos e Taxa de Mortalidade (por 100.000) associado à tuberculose (2011-2015)

	População	Casos novos	Casos em registo	Incidência (por 100.000)	Prevalência (por 100.000)	Óbitos	Taxa mortalidade (por 100.000)
2011	499 929	373	400	74,6	80,0	22	4,4
2012	505 983	402	418	79,4	82,6	16	3,2
2013	512 173	281	314	55,0	61,0	15	2,9
2014	518 467	265	292	51,0	56,0	6	1,2
2015	524 833	247	271	47,0	52,0	11	2,1

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Em 2015, a maior incidência da tuberculose foi registada nos concelhos da Praia e de São Vicente, com 89 e 44 por 100 mil, respetivamente. Brava (105%) é o concelho com maior prevalência de tuberculose, seguida de São Nicolau (97%), contrapondo-se a Santa Catarina (11%) e São Miguel (14%) – (Tabela 3.21).

Tabela 3.21 – Taxas de incidência e prevalência, por 100.000 associado à tuberculose, por concelho (2015)

	Taxa Incidência (por 100.000)	Taxa Prevalência (por 100.000)
Cabo Verde	47	52
Ribeira Grande	8	47
Paul	4	66
Porto Novo	4	29
S. Vicente	44	70
S. Nicolau	12	97
Sal	14	41
Boa Vista	7	62
Maio	3	43
Tarrafal	5	27
Santa Catarina	5	11
Santa Cruz	16	57
Praia	89	63
S. Domingos	3	21
S. Miguel	2	14
Mosteiros	2	21
S. Filipe	14	57
Brava	6	105

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

Em 2015, a taxa de deteção do VIH (novos casos) foi de 62,3 por 100 mil habitantes, tendo diminuído em relação ao ano de 2011(79,8 por 100 mil habitantes). A taxa de mortalidade associada ao VIH passou de 12, em 2011, para 14,7 por 100 mil habitantes, em 2015, tendo sido de 16,4 por 100 mil habitantes, em 2013 (Tabela 3.22).



Tabela 3.22 – Taxa de detecção e de mortalidade do VIH (2011-2015)

	População	Casos Novos	Taxa de detecção (por 100.000)	Óbitos	Taxa de mortalidade (por 100.000)
2011	499 929	399	79,8	60	12,0
2012	505 983	351	69,4	79	15,6
2013	512 173	447	87,3	84	16,4
2014	518 467	409	78,9	75	14,5
2015	524 833	327	62,3	77	14,7

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social

A tabela 3.23 indica o número de casos do VIH notificados, por faixa etária, em 2015. Mais de metade (70,2%) dos casos notificados ocorreu no grupo etário dos 25 aos 54 anos, ou seja, 26,7% de 25 a 34, 25,7% de 35 a 44 e 17,8% de 45 a 54 anos de idade. Isto mostra que estas faixas etárias são as mais afetadas, e que coincidem com as sexualmente mais ativas. Por sexo, nota-se maior incidência do VIH nas mulheres nas faixas etárias mais jovens (15 aos 34 anos), em decorrência dos testes de despistagem realizados nas consultas de rotina do Pré-natal. Os casos registados na faixa etária 0-14 são de transmissão de mãe para filho (Tabela 3.23).

Tabela 3.23 – Infecção VIH casos notificados, por grupo etário e sexo (2015)

	Sexo		Total	
	Masculino	Feminino	N.º	(%)
0 - 14 (anos)	3	4	7	2,1
15 - 24 (anos)	13	33	46	14,1
25 - 34 (anos)	39	45	84	26,7
35- 44 (anos)	48	36	84	25,7
45 - 54 (anos)	28	30	58	17,8
55 - 64 (anos)	18	19	37	11,3
65 e + (anos)	8	3	11	3,4
Total	157	170	327	100

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



3.5 Rede de Distribuição e Venda de Medicamentos

Em termos de unidades de venda de medicamentos, em 2015, o país contou com 74 unidades, das quais 71 farmácias (32 públicas e 39 privadas) e 3 postos de venda, distribuídos por todos os concelhos (Tabela 3.24).

Tabela 3.24 – Postos de venda de medicamentos e farmácias (pública e privada) e unidades de saúde, por concelho (2011-2015)

	Postos de Venda	Farmácia			Unidades de Saúde Privadas
		Pública	Privada	Total	
2011	7	33	34	67	142
2012	7	33	34	67	147
2013	2	32	37	69	147
2014	3	32	37	69	-
2015					
Cabo Verde	3	32	39	71	-
Ribeira Grande	0	1	1	2	-
Paul	1	1	0	1	-
Porto Novo	0	1	2	3	-
S. Vicente	0	5	6	11	-
Ribeira Brava	0	1	1	2	-
Tarrafal de S. Nicolau	0	1	1	2	-
Sal	0	1	3	4	-
Boa Vista	0	1	1	2	-
Maio	0	1	1	2	-
Tarrafal	0	1	2	3	-
Santa Catarina	1	1	4	5	-
Santa Cruz	0	1	1	2	-
Praia	0	7	9	16	-
S. Domingos	0	1	1	2	-
S. Miguel	0	1	1	2	-
S. Salvador do Mundo	0	1	1	2	-
S. Lourenço dos Órgãos	0	1	1	2	-
Ribeira Grande de Santiago	0	1	1	2	-
Mosteiros	0	1	1	2	-
S. Filipe	0	1	1	2	-
Santa Catarina do Fogo	0	1	0	1	-
Brava	1	1	0	1	-

Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Segundo os dados da tabela 3.25, as despesas públicas com medicamentos, em 2015, foram de 268,106 milhões de escudos. As percentagens de despesas mais elevadas foram registadas nos concelhos da Praia (20,96%), São Vicente (14,07%) e São Filipe (9,38%). As mais baixas verificaram-se nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (0,73%), Santa Catarina do Fogo (1,39%), Tarrafal de São Nicolau (1,64%) e Paul (1,67%).

Tabela 3.25 – Despesas públicas (em milhões ECV e proporção) realizadas com medicamentos, por concelho (2015)

	Valor (milhões ECV)	(%)
Cabo Verde	268,106	100,00
Ribeira Grande	13,863	5,17
Paul	4,486	1,67
Porto Novo	14,572	5,44
S. Vicente	37,722	14,07
Ribeira Brava	6,500	2,42
Tarrafal de S. Nicolau	4,408	1,64
Sal	12,914	4,82
Boavista	7,671	2,86
Maio	5,442	2,03
Tarrafal	8,241	3,07
Santa Catarina	9,461	3,53
Santa Cruz	12,888	4,81
Praia	56,205	20,96
S. Domingos	7,915	2,95
S. Miguel	6,608	2,46
S. Salvador do Mundo	7,573	2,82
S. Lourenço dos Órgãos	8,720	3,25
Ribeira Grande de Santiago	1,961	0,73
Mosteiros	6,690	2,50
S. Filipe	25,147	9,38
Santa Catarina do Fogo	3,723	1,39
Brava	5,387	2,01

Obs.: Excluem-se os Hospitais Centrais e Hospital Regional Santiago Norte
Fonte: Ministério da Saúde e Segurança Social



Indicadores

Designação

Cálculo

Taxa de Mortalidade Infantil (ODM)

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade}}{\text{N.º total de nascidos vivos}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Neonatal Precoce

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças de 0 a 6 dias de vida completos}}{\text{N.º total de nascidos vivos}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Neonatal Tardia

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças de 7 a 27 dias de vida completos}}{\text{N.º total de nascidos vivos}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Perinatal

$$\frac{\text{Soma do n.º de óbitos fetais (22 semanas de gestação e mais)} \\ \text{e de óbitos de crianças de 0-6 dias de vida completos}}{\text{N.º de nascimentos totais (nascidos vivos mais} \\ \text{óbitos fetais de 22 semanas e mais de gestação)}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Pós-Neonatal (Taxa de Mortalidade Infantil Tardia)

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças de 28 a 364 dias de vida completos}}{\text{N.º de nascidos vivos}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Juvenil

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças de 1 a 4 anos de idade}}{\text{N.º total de crianças de 1 a 4 anos de idade}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos (ODM)

$$\frac{\text{N.º de óbitos de crianças menores de 5 anos}}{\text{N.º total de nascidos vivos}} \times 1.000$$

Taxa de Mortalidade Materna (ODM)

$$\frac{\text{N.º de óbitos femininos por causas obstétricas diretas}}{\text{Nascidos vivos}} \times 100.000$$

Taxa Bruta de Mortalidade ou Mortalidade Geral

$$\frac{\text{N.º total de óbitos residentes}}{\text{População total residente}} \times 1.000$$

Taxa Bruta de Natalidade

$$\frac{\text{N.º total de Nascidos Vivos residentes}}{\text{População total residente}} \times 1.000$$

Taxa de Incidência de SIDA

$$\frac{\text{N.º de casos novos de sida, confirmados em residentes}}{\text{População total residente}} \times 100.000$$

Taxa de Prevalência de SIDA

$$\frac{\text{N.º total de casos de Sida em registo (acumulado)}}{\text{População total residente}} \times 100.000$$

Taxa de Mortalidade por SIDA

$$\frac{\text{N.º de óbitos por Sida}}{\text{População total residente}} \times 100.000$$

Taxa de Incidência de Tuberculose (ODM)

$$\frac{\text{N.º de casos novos de tuberculose (todas as formas)}}{\text{População total residente}} \times 100.000$$



Indicadores

Designação	Cálculo
Taxa de Prevalência da Tuberculose (ODM)	$\frac{\text{N.º total de casos de tuberculose em registo (todas as formas)}}{100.000} \times \text{População total residente}$
Taxa de Mortalidade por Tuberculose (ODM)	$\frac{\text{N.º de óbitos de residentes por tuberculose}}{\text{População total residente}} \times 100.000$
Taxa de Incidência de Paludismo (ODM)	$\frac{\text{N.º de casos novos de paludismo}}{\text{População total residente}} \times 100.000$
Taxa de Mortalidade por Paludismo (ODM)	$\frac{\text{N.º de óbitos por paludismo}}{\text{População total residente}} \times 100.000$
Taxa de Letalidade do Paludismo	$\frac{\text{n.º de óbitos por paludismo}}{\text{total de casos de paludismo}} \times 100$
Taxa de Cobertura de 1ª s Consultas no 1º ano de vida	$\frac{\text{N.º de 1ªs consultas dadas a crianças menores de um ano de idade}}{100} \times \text{Total de crianças menores de um ano de idade}$
Taxa de Cobertura de pelo menos 1 consulta de pré-natal (ODM)	$\frac{\text{N.º de 1ªs consultas efetuadas a mulheres grávidas}}{\text{Total de mulheres grávidas estimado}} \times 100$
Taxa de Cobertura de consultas pós-natal	$\frac{\text{N.º de 1ªs consultas efetuadas a mulheres no pós-parto}}{\text{Total de mulheres grávidas estimado}} \times 100$
Proporção de Partos Assistidos por Pessoal especializado de Saúde (ODM)	$\frac{\text{N.º de partos assistidos por técnicos (médicos, enfermeiras ou parteiras)}}{\text{N.º total de nascimentos}} \times 100$
Taxa de crianças completamente vacinadas (cobertura Vacinal no Primeiro Ano de Vida)	$\frac{\text{N.º de crianças menores de um ano de idade com esquema básico de vacinação completo}}{\text{Total de crianças menores de um ano de idade}} \times 100$

Para mais informações, consultar:

Publicações:

Relatório Estatístico 2012 a 2015: Situação Sanitária da População (Ministério da Saúde)

www.minsaude.gov.cv

www.ine.cv





4 Educação e Formação Profissional

A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia do país. Os sucessivos Governos, desde a independência, não pouparam esforços para que o país possa, atualmente, ostentar uma notável reputação de “caso de sucesso na África Subsaariana”, em relação aos indicadores da educação.

Desafiado pelas Nações Unidas, o país cumpriu todos os Objetivos do Milénio para a área da educação e, atualmente, os indicadores da educação põem em evidência todos os esforços implementados. Apesar dos ganhos conseguidos, o país pretende alcançar patamares mais elevados, pelo que o próprio Programa do Governo 2017-2021 preconiza, a curto prazo, o desenho e implementação de uma nova matriz curricular, focalizada, designadamente, no ensino de línguas estrangeiras em todas as fases e ciclos e introdução de novas tecnologias no ensino básico. Outro dos grandes desafios tem a ver com a implementação efetiva da atual Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada desde 2010.

Este tema apresenta um quadro atual do país sobre o nível de instrução, a taxa de alfabetização, o número dos estabelecimentos, os profissionais do setor, a escolarização, o abandono e a reprovação, aspetos que constituem alguns dos principais indicadores que permitem aferir sobre a evolução do setor da educação.

4.1 Nível de Instrução da População

O nível de instrução é um indicador importante para se aferir sobre a educação no país. Os dados de 2016 indicam que, em termos de percentagem da população que nunca frequentou a escola, houve uma redução de 2,1 pontos percentuais, entre 2012 e 2016.

Em 2016, apenas 7,2% da população afirmou nunca ter frequentado a escola. Em relação ao pré-escolar, nota-se uma ligeira diminuição, tendo em consideração que 3,3% da população estava a frequentar este nível de ensino, quando comparado com os 3,4% registados em 2015. Já em relação à percentagem da população que está a frequentar o ensino básico, ao contrário do que se verificou em 2015, os dados de 2016 apontam que a população a frequentar o ensino básico aumentou 1,3 pontos



percentuais, enquanto os ensinos secundário e superior tiveram aumentos de 5,1 e 0,1 pontos percentuais, respetivamente.

Os dados da tabela 4.1 indicam que persistem diferenças em termos de género e meio de residência da população. Comparando os dados por sexo, constatou-se que, no que tange à proporção da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino, as mulheres estão em desvantagem em relação aos homens, pois a taxa de mulheres (10,4%) nestas condições é quase o triplo, em relação à dos homens (3,9%). O mesmo acontece em relação à população do meio rural, onde a taxa de 11,3% é nitidamente superior à taxa de 5,1% registada no meio urbano.

Estas diferenças não são tão evidentes em relação à percentagem da população matriculada nos ensinos básico e secundário. Porém, nota-se que a população do meio rural apresenta maiores taxas em relação à população que frequenta o pré-escolar e o ensino básico. Esta situação é invertida no meio urbano para os ensinos secundário e médio. No ensino superior, a maior taxa foi registada no meio rural.

Comparativamente ao que se registou no AECV-2015, em que o concelho que apresentava maior percentagem da população que nunca frequentou um estabelecimento de ensino era o de Ribeira Grande (14,6%), em 2016 passou a ser o concelho de São Miguel a registar a maior taxa (14,4%), seguido pelo concelho de Tarrafal (13,5%) – (Tabela 4.1).



Tabela 4.1 – Nível de instrução da população, por sexo, meio de residência e concelho (2012-2016)

	Nunca frequentou	Está a frequentar ou alguma vez frequentou					
		Pré-escolar	Alfabetização	Básico	Secundário	Médio	Superior
2012	9,3	3,2	1,4	44,4	33,7	1,3	6,7
2013	8,5	3,3	1,5	42,5	35,3	1,7	7,2
2014	8,3	3,4	1,7	44,7	40,3	1,0	8,8
2015	8,0	3,4	1,4	41,9	36,3	0,8	8,0
2016							
Cabo Verde	7,2	3,3	1,6	43,2	41,7	0,9	9,3
Sexo							
Masculino	3,9	3,2	1,1	45,6	41,2	0,9	8,1
Feminino	10,4	3,3	2,2	40,7	42,2	1,0	10,6
Meio de Residência							
Urbano	5,1	3,1	1,3	39,5	43,0	1,1	12
Rural	11,3	3,7	2,3	51,2	38,9	0,5	3,5
Concelho							
Ribeira Grande	13,7	3,5	2,6	54,0	34,0	1,5	4,4
Paul	10,2	2,9	6,0	52,4	35,0	0,3	3,4
Porto Novo	8,5	4,0	9,7	39,2	42,1	1,5	3,6
S. Vicente	5,3	2,0	1,4	45,4	38,2	2,0	11,0
Ribeira Brava	9,2	1,5	0,0	62,5	31,9	0,3	3,7
Tarrafal de S. Nicolau	7,2	3,1	3,7	55,4	33,6	1,0	3,2
Sal	2,8	3,6	1,1	43,0	44,9	1,0	6,3
Boa Vista	2,0	3,1	1,0	46,4	43,2	0,6	5,6
Maio	8,5	2,6	9,3	45,7	35,7	1,3	5,3
Tarrafal	13,5	4,6	1,5	43,2	44,1	0,4	6,2
Santa Catarina	10,0	3,8	0,8	40,5	45,4	1,3	8,3
Santa Cruz	9,8	3,6	0,1	47,2	43,8	0,1	5,3
Praia	4,5	3,3	0,7	35,9	44,0	0,6	15,5
S. Domingos	8,0	3,4	2,0	45,7	41,7	0,5	6,7
S. Miguel	14,4	4,0	2,6	42,8	42,4	0,4	7,8
S. Salvador do Mundo	11,2	3,1	2,3	43,1	46,0	0,5	5,0
S. Lourenço dos Órgãos	9,0	3,4	0,2	45,9	41,8	0,3	8,4
Ribeira Grande de Santiago	11,7	2,9	1,4	50,6	41,5	0,1	3,5
Mosteiros	8,8	5,3	1,3	53,5	37,8	0,7	1,4
S. Filipe	9,9	3,7	2,0	55,2	37,0	0,5	1,7
Santa Catarina do Fogo	8,9	4,5	5,7	52,8	34,0	0,5	2,4
Brava	11,2	4,0	0,3	58,0	34,3	1,5	1,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A taxa de alfabetização, percentagem de alfabetização (capacidade de ler e escrever) da população de maior de 15 anos, indica que, em 2016 (87,6%), houve um aumento de 2,3 pontos percentuais, em comparação com o ano de 2012 (85,3%). Analisando por sexo, constatou-se que esta taxa é maior nos homens (92,5%) do que nas mulheres (82,8%), o que evidencia uma desigualdade de acesso à educação.



Relativamente à população dos 15-24 anos, esta desigualdade por sexo é praticamente inexistente, ao longo dos cinco últimos anos. Estes resultados indicam um esforço de redução das assimetrias no acesso à educação. Além de ter aumentado ligeiramente entre 2012 e 2016 (0,5 pontos percentuais), apresenta uma informação qualitativa importante e que merece ser realçada, que é o facto de as taxas serem iguais para homens e mulheres, em 2016, refletindo o esforço implementado no sentido de se alcançar maior equidade de género e do meio de residência na educação (Tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Taxa de alfabetização da população (15 anos ou mais) e taxa de alfabetização juvenil (15-24 anos), segundo o sexo, por meio de residência e concelho (2012-2016)

	Taxa de Alfabetização			Taxa de Alfabetização Juvenil		
	(População 15 anos ou mais)			(População 15-24 anos)		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2012	85,3	90,5	80,5	98,1	97,9	98,4
2013	87,2	91,0	83,4	97,8	97,2	98,4
2014	86,5	91,0	82,1	97,8	97,4	98,3
2015	87,4	91,4	83,5	98,1	97,6	98,7
2016						
Cabo Verde	87,6	92,5	82,8	98,6	98,6	98,6
Meio Residência						
Urbano	90,8	94,7	87,0	99,1	99,5	98,7
Rural	80,9	88,0	73,9	97,8	97,3	98,4
Concelho						
Ribeira Grande	76,3	82,3	68,9	98,4	98,2	98,6
Paul	75,2	83,7	63,5	97,0	96,0	98,5
Porto Novo	76,8	81,6	71,4	97,8	96,7	99,1
S. Vicente	89,7	93,9	85,5	99,2	99,2	99,3
Ribeira Brava	90,7	95,2	85,4	98,5	97,3	100,0
Tarrafal de S. Nicolau	84,0	88,8	78,7	98,5	97,5	100,0
Sal	95,1	97,7	92,2	99,5	100,0	99,0
Boa Vista	97,3	98,7	95,4	99,4	98,9	100,0
Maio	84,6	90,7	78,8	98,6	98,7	98,4
Tarrafal	80,0	88,7	72,7	96,8	95,0	99,0
Santa Catarina	83,8	92,0	76,5	97,4	97,1	97,6
Santa Cruz	86,6	91,5	81,6	99,5	100,0	98,9
Praia	91,9	95,1	88,9	99,1	100,0	98,3
S. Domingos	88,1	93,7	82,7	98,9	99,0	98,7
S. Miguel	79,4	89,4	71,6	98,7	98,0	99,3
S. Salvador do Mundo	79,8	87,9	72,5	98,1	96,9	99,5
S. Lourenço dos Órgãos	87,4	93,0	82,0	99,1	98,9	99,3
Ribeira Grande de Santiago	78,4	85,1	72,3	98,0	97,5	98,7
Mosteiros	82,6	88,9	76,8	97,1	96,6	97,5
S. Filipe	81,4	89,1	74,3	97,5	98,4	96,7
Santa Catarina do Fogo	84,2	91,9	76,4	97,8	97,0	98,9
Brava	83,5	88,0	79,4	96,9	94,0	100,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



4.2 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário

No ano letivo 2015/2016, foram registados 543 estabelecimentos de educação/ensino pré-escolar, 413 unidades de ensino básico e 44 de ensino secundário em funcionamento. Considerando os dados referentes ao ano 2013/2014, apresentados no último anuário estatístico de 2015, constatou-se um aumento em 17 unidades de ensino pré-escolar, uma diminuição de sete unidades de ensino básico e também uma diminuição de 6 estabelecimentos de ensino secundário. A diminuição do número desses estabelecimentos está relacionada com a não contabilização das escolas que lecionaram apenas o 7º e 8º anos de escolaridade, nesse ano letivo.

Figura 4.1 – Indicadores do ensino básico e secundário

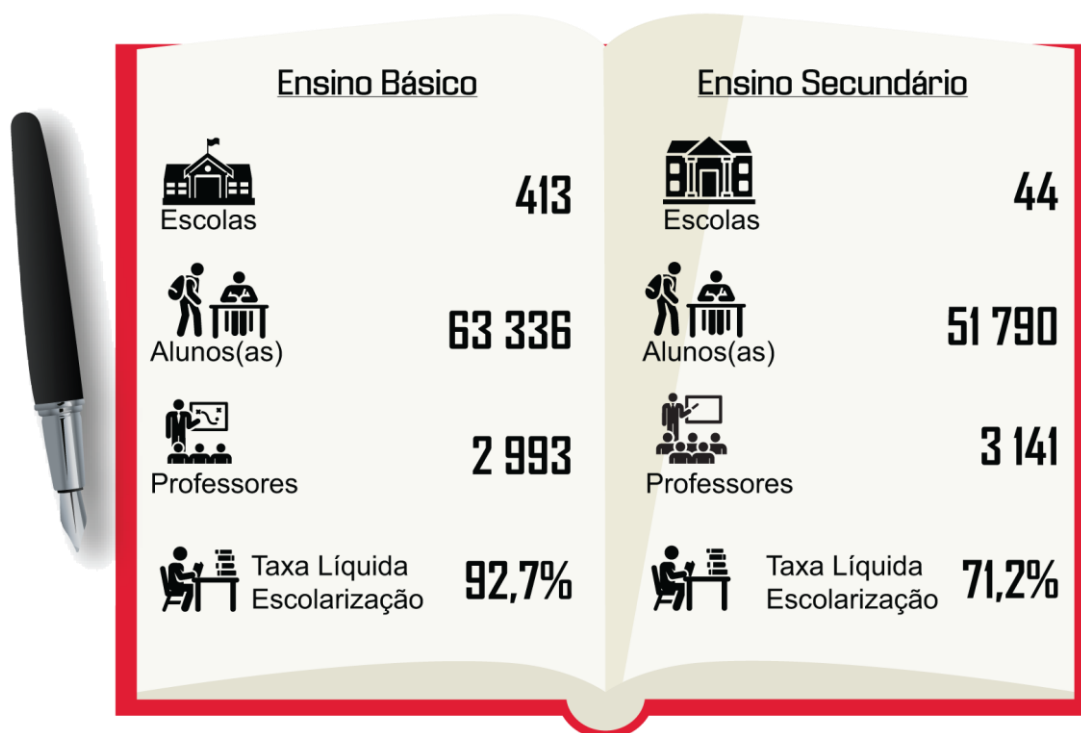




Tabela 4.3 – Estabelecimentos de educação/ensino, segundo o nível de ensino (2012-2016)

	Nível de ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2011/12	507	420	48
2012/13	516	417	49
2013/14	526	420	50
2014/15	540	415	50
2015/16			
Cabo Verde	543	413	44
Ribeira Grande	31	28	2
Paul	12	14	1
Porto Novo	23	26	2
S. Vicente	29	31	5
Ribeira Brava	7	15	1
Tarrafal de S. Nicolau	7	6	1
Sal	13	8	2
Boa Vista	13	9	1
Maio	12	12	1
Tarrafal	24	21	2
Santa Catarina	52	42	3
Santa Cruz	38	23	1
Praia	119	45	11
S. Domingos	32	25	1
S. Miguel	25	16	2
S. Salvador do Mundo	11	13	1
S. Lourenço dos Órgãos	18	10	1
Ribeira Grande de Santiago	14	14	1
Mosteiros	14	11	1
S. Filipe	29	24	2
Santa Catarina do Fogo	10	9	1
Brava	10	11	1

Fonte: Ministério da Educação

Analisando os dados referentes ao número de profissionais/professores, segundo o nível de ensino, pode-se verificar que a diminuição do número de estabelecimentos de ensino básico e secundário não influenciou o consequente aumento de 37 professores no ensino básico e de 231 no secundário, comparativamente ao ano letivo de 2011/2012, como se pode comprovar na tabela 4.4.



Tabela 4.4 – Profissionais/professores, segundo o nível de ensino (2012-2016)

	Nível de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2011/12	1 113	2 956	2 910
2012/13	1 212	2 955	2 932
2013/14	1 251	2 965	2 989
2014/15	1 234	2 988	3 073
2015/16			
Cabo Verde	1 283	2 993	3 141
Ribeira Grande	40	145	126
Paul	17	54	42
Porto Novo	34	135	136
S. Vicente	150	334	488
Ribeira Brava	18	62	54
Tarrafal de S. Nicolau	20	36	36
Sal	65	128	109
Boa Vista	41	58	47
Maio	23	53	44
Tarrafal	57	129	145
Santa Catarina	106	278	341
Santa Cruz	66	194	124
Praia	357	615	803
S. Domingos	52	129	109
S. Miguel	44	131	128
S. Salvador do Mundo	15	64	56
S. Lourenço dos Órgãos	24	54	63
Ribeira Grande de Santiago	22	59	52
Mosteiros	28	66	43
S. Filipe	62	165	128
Santa Catarina do Fogo	18	50	25
Brava	24	54	42

Fonte: Ministério da Educação

Em 2015/2016, a análise por concelho revela que os concelhos da Praia, São Vicente e Santa Catarina continuam a albergar a maior percentagem de profissionais/professores de todos os níveis de ensino (47,8% para o pré-escolar, 41% para o básico e 52% para o secundário), contrariamente ao concelho de São Salvador do Mundo, com menor percentagem no pré-escolar (1,2%), Tarrafal de São Nicolau, com 1,2% no básico e Santa Catarina do Fogo, com 0,8% no secundário (Tabela 4.4).



Os dados indicam que, em relação aos alunos matriculados no ano letivo 2015/2016, comparativamente a 2013/2014, registou-se um aumento do efetivo de inscritos no ensino pré-escolar, passando de 22.144 para 23.633 alunos, enquanto no ensino básico e secundário houve uma diminuição, passando de 65.954 para 63.336 alunos e de 52.427 para 51.790 alunos matriculados, respetivamente. Em relação a 2011/2012, constatou-se que no ensino pré-escolar houve um aumento na ordem dos 8%, enquanto nos ensinos básico e secundário uma diminuição de 6,7% e 3,3%, respetivamente. De realçar que os dados do ensino secundário se referem somente aos estabelecimentos públicos, enquanto o pré-escolar e o básico incluem estabelecimentos privados (Tabela 4.5).

Tabela 4.5 – Alunos matriculados, por nível de ensino (2012-2016)

	Níveis de Ensino		
	Pré-escolar	Básico	Secundário
2011/12	21 933	67 903	53 545
2012/13	22 052	66 665	53 632
2013/14	22 144	65 954	52 427
2014/15	23 316	64 591	52 294
2015/16			
Cabo Verde	23 633	63 336	51 790
Ribeira Grande	694	1 979	1 624
Paul	204	762	604
Porto Novo	706	2 155	1 814
S. Vicente	3 307	8 373	6 850
Ribeira Brava	329	986	752
Tarrafal de S. Nicolau	314	732	492
Sal	1 448	3 677	2 228
Boa Vista	819	1 206	734
Maio	345	855	748
Tarrafal	800	2 328	2 144
Santa Catarina	1 817	5 543	5 499
Santa Cruz	1 299	3 856	2 713
Praia	7 231	17 610	14 428
S. Domingos	753	2 124	1 628
S. Miguel	735	1 986	2 217
S. Salvador do Mundo	281	1 164	883
S. Lourenço dos Órgãos	321	956	1 122
Ribeira Grande de Santiago	333	1 058	906
Mosteiros	438	1 263	892
S. Filipe	879	3 115	2 408
Santa Catarina do Fogo	216	774	524
Brava	364	834	580

Fonte: Ministério da Educação



4.2.1 Indicadores de Escolarização

A taxa bruta de escolarização, para o ensino básico, foi de 102,4%, no ano letivo 2015/2016, sendo este valor inferior ao registado em 2011/2012.

Em relação ao ensino secundário, a taxa bruta de escolarização, apesar de ter aumentado e comparado com 2011/2012, apresentou um valor percentual de 84,5% e, por ser menor do que 100%, indica uma certa dissonância entre a procura e a oferta de vagas para os alunos na faixa etária correspondente ao ensino secundário. O menor valor foi registado no concelho de Santa Catarina do Fogo (66,2%) – Tabela 4.6.

Tabela 4.6 – Taxa escolarização (Bruta e Líquida), segundo o nível de ensino, por concelho (2012-2016)

	Taxa Bruta de Escolarização		Taxa Líquida de Escolarização	
	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Básico	Ensino Secundário
2011/12	108,5	79,9	94,2	68,3
2012/13	106,5	82,3	93,1	69,4
2013/14	105,4	82,9	92,9	70,1
2014/15	103,4	84,1	92,8	70,8
2015/16				
Cabo Verde	102,4	84,5	92,7	71,2
Ribeira Grande	100,9	78,2	92,8	67,4
Paul	111,6	78,3	99,1	63,7
Porto Novo	102,4	84,7	91,6	71,6
S. Vicente	103,7	83,5	94,0	72,0
Ribeira Brava	121,0	90,2	103,7	78,1
Tarrafal de S. Nicolau	114,9	77,0	101,4	68,3
Sal	99,5	75,5	90,6	68,9
Boa Vista	92,6	72,5	84,3	62,4
Maio	101,5	84,7	90,3	70,5
Tarrafal	93,3	81,8	86,1	65,9
Santa Catarina	101,0	93,3	90,9	71,8
Santa Cruz	101,9	73,2	92,0	65,0
Praia	101,5	89,2	93,4	77,1
S. Domingos	112,5	82,8	101,1	69,4
S. Miguel	103,2	97,8	90,1	78,9
S. Salvador do Mundo	105,6	67,6	92,8	55,8
S. Lourenço dos Órgãos	105,6	111,5	94,7	90,4
Ribeira Grande de Santiago	97,8	73,7	88,4	53,3
Mosteiros	92,9	73,6	87,0	61,3
S. Filipe	110,4	81,9	95,8	68,4
Santa Catarina do Fogo	100,9	66,2	85,3	53,2
Brava	112,1	83,1	101,7	72,6

Fonte: Ministério da Educação



Avaliando a taxa líquida de escolarização no ensino básico, pode-se afirmar que houve uma diminuição à volta de 2%, passando de 94,2%, em 2011/2012, para 92,7%, em 2015/2016. De igual modo, foi também registada uma ligeira diminuição na referida taxa, segundo o sexo (Tabela 4.7).

Contrariamente ao ensino básico, a taxa líquida de escolarização no ensino secundário aumentou 2,9%, passando de 68,3% para 71,2%, entre 2011/2012 e 2015/2016, tendo-se verificado a mesma situação ao desagregar essas informações por sexo (Tabela 4.8).

Tabela 4.7 – Taxa líquida de escolarização no ensino básico, por sexo (2012-2016)

	Anos letivos				
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Ambos	94,2	93,1	92,9	92,8	92,7
Feminino	92,6	91,7	91,3	91,3	90,8
Masculino	95,7	94,6	94,5	94,3	94,6

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 4.8 – Taxa líquida de escolarização no ensino secundário, por sexo (2012-2016)

	Anos letivos				
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Ambos	68,3	69,4	70,1	70,8	71,2
Feminino	73,0	74,1	74,8	75,0	75,6
Masculino	63,7	64,7	65,5	66,6	66,9

Fonte: Ministério da Educação

Em relação à paridade da escolarização nos ensinos básico e secundário, pode-se constatar que a participação dos alunos do sexo masculino no ensino básico, nos anos em análise, foi sempre superior à dos do sexo feminino, isto é, em 2015/2016, para cada 100 alunos do sexo masculino escolarizados, encontram-se 92 do sexo feminino escolarizados. Situação inversa foi verificada no ensino secundário, em que a participação dos estudantes do sexo feminino continua a ser superior, conforme os dados que se seguem na tabela 4.9. A nível dos concelhos, no que concerne ao ensino básico, apenas Paul apresenta maior participação dos alunos do sexo



feminino, em relação aos do sexo masculino, enquanto no ensino secundário, Tarrafal e Brava registaram maior participação dos estudantes do sexo masculino.

Tabela 4.9 – Paridade na taxa bruta de escolarização, por concelho (2012-2016)

	Nível de Ensino	
	Básico	Secundário
2011/12	0,91	1,14
2012/13	0,91	1,13
2013/14	0,91	1,12
2014/15	0,92	1,10
2015/16		
Cabo Verde	0,92	1,10
Ribeira Grande	0,89	1,13
Paul	1,05	1,24
Porto Novo	0,91	1,19
S. Vicente	0,93	1,18
Ribeira Brava	0,90	1,22
Tarrafal de S. Nicolau	0,97	1,18
Sal	0,90	1,10
Boa Vista	0,92	1,08
Maio	0,83	1,06
Tarrafal	0,94	0,98
Santa Catarina	0,91	1,01
Santa Cruz	0,94	1,16
Praia	0,93	1,11
S. Domingos	0,97	1,04
S. Miguel	0,92	1,07
S. Salvador do Mundo	0,80	1,06
S. Lourenço dos Órgãos	0,87	1,05
Ribeira Grande de Santiago	0,86	1,13
Mosteiros	0,91	1,13
S. Filipe	0,89	1,03
Santa Catarina do Fogo	0,85	1,19
Brava	0,92	0,93

Fonte: Ministério da Educação



4.2.2 Transição

A Taxa de Transição demonstra a percentagem dos alunos que transitaram do ensino básico para o secundário. Os dados da tabela 4.10 indicam que, em termos gerais, cerca de 89% dos alunos transitaram do ensino básico para o secundário, no ano letivo 2015/2016. A taxa mais baixa foi registada no concelho de São Salvador do Mundo (63,1%) e, no sentido inverso, Boa Vista (96,4%) obteve a maior taxa de transição entre esses dois níveis de ensino, em comparação com outros concelhos, no mesmo ano letivo.

Tabela 4.10 – Taxa de transição do ensino básico para o secundário (2012-2016)

	Anos letivos				
	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16
Cabo Verde	87,0	86,3	87,4	89,7	88,5
Ribeira Grande	83,7	81,8	81,4	84,8	84,6
Paul	76,1	79,5	71,2	71,5	79,0
Porto Novo	78,7	82,4	85,0	84,6	82,7
S. Vicente	89,6	89,5	87,6	92,2	90,9
Ribeira Brava	80,0	79,6	83,4	84,8	82,7
Tarrafal de S. Nicolau	66,9	75,4	79,4	85,4	83,6
Sal	89,8	87,6	90,5	91,0	89,1
Boa Vista	95,9	101,6	88,4	84,4	96,4
Maio	74,4	87,7	82,8	95,0	82,3
Tarrafal	96,3	83,0	86,8	80,0	78,0
Santa Catarina	96,8	85,8	96,0	94,7	95,0
Santa Cruz	80,6	82,3	84,0	77,9	81,8
Praia	93,5	95,3	94,0	99,5	95,2
S. Domingos	84,9	75,8	76,5	82,5	78,2
S. Miguel	93,4	94,2	93,3	91,5	91,8
S. Salvador do Mundo	70,0	71,5	72,8	78,5	63,1
S. Lourenço dos Órgãos	94,9	75,0	84,0	87,2	95,0
Ribeira Grande de Santiago	63,8	71,3	63,3	69,8	67,2
Mosteiros	84,6	85,1	80,6	83,3	88,0
S. Filipe	67,8	78,9	81,5	87,0	82,0
Santa Catarina do Fogo	70,1	63,7	69,0	66,1	82,5
Brava	83,6	86,3	86,0	90,7	94,5

Fonte: Ministério da Educação



4.2.3 Abandono e Reprovação

A taxa de abandono referente ao ano letivo 2015/2016, no ensino básico, foi de 1,1%, demonstrando uma variação de 0,5 pontos percentuais, comparativamente ao ano letivo 2011/2012 (1,6%). No que tange ao ensino secundário, foi verificado um aumento de 0,1 pontos percentuais, passando de 6,9% para 7,0%, no mesmo período. Analisando por sexo, constata-se que a taxa de abandono no ensino básico é maior em relação ao sexo masculino (1,4%) do que ao sexo feminino (0,7%), o que leva a salientar que a percentagem dos alunos do sexo masculino que abandonam o ensino básico é o dobro em comparação com os do sexo feminino. No ensino secundário, a maior taxa de abandono também se verifica no seio dos estudantes do sexo masculino (8,4%), quando comparado com os do sexo feminino (5,5%) – Tabela 4.11.

A análise por concelho revela que as taxas de abandono mais altas, no ensino básico, foram registadas nos concelhos de São Filipe (1,9%) e Ribeira Brava (1,8%) e as mais baixas em Santa Catarina do Fogo (0,1%). De realçar que o concelho do Maio não apresenta nenhum caso de abandono, em 2015/2016. No ensino secundário, São Filipe (14,4%) e Ribeira Grande de Santiago (13,7%) detêm as taxas de abandono mais elevadas, estando o concelho de Santa Cruz no extremo oposto, com 1,2%. Importa sublinhar que São Filipe do Fogo é o concelho do país com maior taxa de abandono, no referido ano letivo, quer no ensino básico, quer no secundário (Tabela 4.11).



Tabela 4.11 – Taxa de abandono, segundo o nível de ensino e sexo, por concelho (2012-2016)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2011/12	1,6	2,0	1,3	6,9	8,2	5,7
2012/13	1,6	1,9	1,3	7,4	8,8	6,1
2013/14	1,1	1,4	0,9	5,8	6,9	4,8
2014/15	1,0	1,3	0,8	6,4	7,6	5,3
2015/16						
Cabo Verde	1,1	1,4	0,7	7,0	8,4	5,5
Ribeira Grande	0,5	0,5	0,6	7,3	8,4	6,4
Paul	1,2	0,8	1,6	11,1	13,7	8,6
Porto Novo	0,8	1,2	0,4	6,3	7,4	5,4
S. Vicente	1,4	1,7	1,1	5,6	5,7	5,5
Ribeira Brava	1,8	3,2	0,2	7,0	9,2	5,1
Tarrafal de S. Nicolau	1,4	2,7	0,0	2,4	3,5	1,5
Sal	1,1	1,8	0,2	6,5	9,7	3,6
Boa Vista	0,5	0,8	0,2	11,3	15,1	7,8
Maio	0,0	0,0	0,0	4,3	5,3	3,3
Tarrafal	0,6	0,8	0,4	7,7	9,4	6,2
Santa Catarina	1,5	2,1	1,0	6,7	8,4	5,1
Santa Cruz	0,7	1,0	0,3	1,2	1,5	1,0
Praia	1,0	1,2	0,7	6,8	7,8	6,0
S. Domingos	0,8	1,1	0,4	4,3	5,6	3,2
S. Miguel	1,0	1,4	0,6	9,6	14,0	5,5
S. Salvador do Mundo	0,7	0,6	0,8	2,9	4,8	1,3
S. Lourenço dos Órgãos	0,6	0,8	0,5	5,6	6,6	4,5
Ribeira Grande de Santiago	0,4	0,5	0,2	13,7	19,6	8,0
Mosteiros	1,1	0,6	1,7	10,1	11,7	8,5
S. Filipe	1,9	2,5	1,3	14,4	16,1	12,5
Santa Catarina do Fogo	0,1	0,3	0,0	8,8	10,5	7,1
Brava	1,4	1,6	1,3	11,7	12,5	10,9

Fonte: Ministério da Educação

Relativamente à taxa de reprovação, em 2015/2016, comparativamente ao ano de 2011/2012, tanto no ensino básico como no secundário verificaram-se diminuições, sendo no ensino básico 0,9 pontos percentuais e 2,2 pontos percentuais no ensino secundário. No que concerne ao sexo, constata-se a mesma tendência em relação ao abandono escolar, com maior número de reprovações entre os alunos do sexo masculino.

O concelho do Sal apresentou o valor mais elevado da taxa de reprovação no ensino básico (13,6%), enquanto no secundário foi o concelho de Ribeira Grande de Santiago (32,2%). A taxa de reprovação mais baixa foi registada no concelho dos Mosteiros (4,4%), no ensino básico, e no Maio (10,4%), a nível do ensino secundário, em 2015/2016 (Tabela 4.12).



Tabela 4.12 – Taxa de reprovação, segundo o nível de ensino e sexo, por concelho (2012-2016)

	Ensino Básico			Ensino Secundário		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
2011/12	9,8	11,9	7,5	25,6	28,5	22,9
2012/13	9,3	11,4	6,9	24,7	27,4	22,3
2013/14	8,6	10,8	6,2	24,0	27,1	21,2
2014/15	8,8	11,0	6,3	24,1	27,9	20,7
2015/16						
Cabo Verde	8,9	11,3	6,2	23,4	27,4	19,7
Ribeira Grande	8,0	9,7	5,9	19,3	21,3	17,6
Paul	8,7	5,5	11,8	25,3	33,0	18,2
Porto Novo	9,7	7,1	12,0	12,0	16,5	8,3
S. Vicente	11,0	7,7	14,0	30,1	34,5	26,1
Ribeira Brava	10,4	6,6	13,7	21,9	28,2	16,2
Tarrafal de S. Nicolau	6,4	7,0	5,9	17,9	20,1	16,0
Sal	13,6	9,1	17,6	16,2	19,9	12,9
Boa Vista	9,4	5,2	13,3	27,4	29,4	25,5
Maio	7,8	10,2	4,8	10,4	13,1	7,9
Tarrafal	7,0	9,3	4,8	25,3	30,2	20,5
Santa Catarina	8,4	10,9	5,8	27,2	31,5	22,9
Santa Cruz	9,7	12,9	6,3	25,2	30,2	20,7
Praia	6,6	8,3	4,7	23,9	27,4	20,6
S. Domingos	8,9	5,8	11,6	23,5	27,4	20,1
S. Miguel	12,6	8,7	16,5	19,5	23,4	15,9
S. Salvador do Mundo	9,0	11,5	5,9	21,7	28,4	15,8
S. Lourenço dos Órgãos	12,1	15,4	8,3	14,7	18,6	10,5
Ribeira Grande de Santiago	7,1	10,3	3,6	32,2	36,0	28,6
Mosteiros	4,4	4,6	4,2	18,5	20,9	16,1
S. Filipe	11,3	13,6	8,8	19,2	22,8	15,2
Santa Catarina do Fogo	7,1	8,9	5,2	12,0	14,5	9,7
Brava	8,2	10,0	6,1	26,2	31,5	20,4

Fonte: Ministério da Educação



4.3 Ensino Superior

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano de 2010, o ensino superior compreende o ensino universitário e o ensino politécnico, visando assegurar uma preparação científica e cultural, além de proporcionar uma formação técnica, fomentando o desenvolvimento das capacidades de conceção, de inovação, análise crítica e de compreensão e solução de problemas concretos, com vista ao exercício de atividades profissionais nas mais diversas áreas. Por conseguinte, o AECV-2016 inclui esse novo subtema com abordagens e indicadores a níveis institucionais e profissionais.

Os dados do ensino superior referentes aos estabelecimentos de ensino mostram que o país conta com dois estabelecimentos de ensino público, sendo eles a Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e o Instituto Universitário da Educação (IUE), ambos com sede na cidade da Praia.

Ambas as instituições têm polos universitários noutros concelhos/ilhas. A UNI-CV tem um Pólo em São Vicente e o IUE tem também um Pólo na ilha de São Vicente e outro no concelho de Santa Catarina.

Em relação às instituições privadas, são oito no total: a Universidade do Mindelo (Uni-Mindelo), a Universidade Lusófona (UL), o Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais (ISCEE) e a Mindelo Escola Internacional de Arte (M_EIA), sediadas na ilha de São Vicente; a Universidade Jean Piaget (Uni Piaget), o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), a Universidade Intercontinental de Cabo Verde (UNICA), com sede na cidade da Praia, e a Universidade de Santiago (US), com sede na cidade de Assomada. De se referir que a Uni Piaget tem Pólo em São Vicente, o ISCEE, na cidade da Praia e a US, nas cidades da Praia e do Tarrafal (Tabela 4.13).

As duas universidades públicas empregavam, no ano letivo 2014/2015, um total de 578 docentes, enquanto as instituições privadas, 788 docentes, no mesmo ano letivo (Tabela 4.14).



Tabela 4.13 – Estabelecimentos de ensino superior, segundo a natureza institucional (2010-2015)

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2010/11	1	8
2011/12	1	8
2012/13	2	8
2013/14	2	8
2014/15	2	8

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 4.14 – Docentes no ensino superior, segundo a natureza institucional (2010-2015)

	Natureza institucional	
	Pública	Privada
2010/11	520	739
2011/12	476	840
2012/13	528	861
2013/14	567	848
2014/15	578	788

Fonte: Ministério da Educação

O número de estudantes no ensino superior no país passou de 11.769, em 2010/2011, para 12.538, em 2014/2015, registando um crescimento médio anual de 1,6%. Entre 2013/2014 e 2014/2015, houve uma diminuição de 859 estudantes, o que representa um decréscimo de 6,4% (Tabela 4.15).

Analisando o número de estudantes inscritos nas instituições de ensino superior públicas e privadas sediadas no país, verifica-se que, em 2014/2015, dos 12.538 estudantes, 5.197 frequentavam as instituições públicas e 7.341, as privadas (Tabela 4.15). Tal como no ensino secundário, existiam no ensino superior mais estudantes do sexo feminino (7.370) do que masculino (5.168) - Tabela 4.16 -. Nesse mesmo ano letivo, foram diplomados 1.784 estudantes, dos quais 723 homens e 1.061 mulheres (Tabela 4.17).



Tabela 4.15 – Estudantes no ensino superior, segundo a natureza institucional, no país (2010-2015)

	Natureza institucional		
	Total	Público	Privado
2010/11	11 769	4 549	7 220
2011/12	11 800	4 438	7 362
2012/13	13 068	5 134	7 934
2013/14	13 397	5 748	7 649
2014/15	12 538	5 197	7 341

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 4.16 – Estudantes no ensino superior, segundo o sexo, no país (2010-2015)

	Total	Sexo	
		Masculino	Feminino
2010/11	11 769	5 086	6 683
2011/12	11 800	5 041	6 759
2012/13	13 068	5 413	7 655
2013/14	13 397	5 514	7 883
2014/15	12 538	5 168	7 370

Fonte: Ministério da Educação

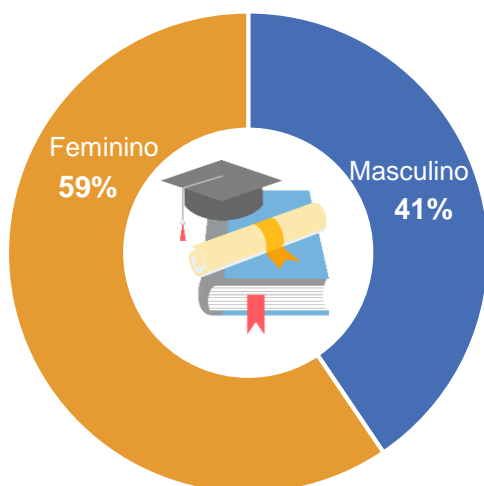
Tabela 4.17 – Diplomados no ensino superior, segundo o sexo, no país (2011-2015)

	Sexo		
	Ambos	Masculino	Feminino
2011/12	309	116	193
2012/13	720	232	488
2013/14	1 555	529	1 026
2014/15	1 784	723	1 061

Fonte: Ministério da Educação



Gráfico 4.1 – Proporção de diplomados no ensino superior, segundo o sexo (2015)



Relativamente às áreas de estudo, nota-se que, ao longo dos anos, as ciências económicas, jurídicas e políticas têm dominado em relação ao número de estudantes inscritos, atingindo 4.358, o que representa cerca de 35%, em 2014/2015. Em termos de evolução de efetivos, constata-se que a percentagem de estudantes da área das ciências da vida, ambiente e saúde aumentou de 8,8%, em 2010/2011, para 14,5%, em 2014/2015 (Tabela 4.18).

Tabela 4.18 – Estudantes inscritos no ensino superior, por áreas de estudo, no país (2010-2015)

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Ciências sociais, humanas, letras e línguas	3 571	3 513	3 957	4 380	3 958
Ciências da vida, ambiente e saúde	1 034	1 384	1 409	1 502	1 822
Ciências económicas, jurídicas e políticas	4 484	4 565	4 759	4 687	4 358
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	2 680	2 338	2 943	2 828	2 400
Total	11 769	11 800	13 068	13 397	12 538

Fonte: Ministério da Educação

A tabela 4.19 mostra que, de 2011/2012 para 2014/2015, o número de diplomados aumentou de 309 para 1.784, representando um crescimento médio anual de 79,4%. A área das ciências sociais, humanas, letras e línguas apresenta o maior número de diplomados (844), o que corresponde a 47,3% do total.



Tabela 4.19 – Diplomados no ensino superior, por áreas de estudo, no país (2011-2015)

	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Ciências sociais humanas letras e línguas	170	243	523	844
Ciências da vida, ambiente e saúde	-	91	318	241
Ciências económicas, jurídicas e políticas	88	223	512	493
Ciências exatas, engenharias e tecnologias	51	163	202	206
Total	309	720	1 555	1 784

Fonte: Ministério da Educação

A disparidade de frequência ao ensino superior em Cabo Verde continuou nos últimos quatro anos, conforme mostram os dados apresentados na tabela 4.20. Os estudantes do sexo feminino continuam com clara vantagem sobre os do sexo masculino, com um índice de paridade acima de 1,40, de 2011/2012 a 2014/2015. Em 2014/2015, este indicador era de 1,46, o que significa que por cada 100 estudantes do sexo masculino a participarem no ensino superior, 146 eram do sexo feminino.

Tabela 4.20 – Paridade no ensino superior em Cabo Verde (2010-2015)

	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Paridade	1,37	1,42	1,48	1,47	1,46

Fonte: Ministério da Educação



4.4 Formação Profissional

A formação profissional representa um importante instrumento para o desenvolvimento de Cabo Verde, constituindo, em particular para os jovens, uma forma de potencializar a sua inserção profissional, facilitando a sua empregabilidade.

A aposta na formação profissional vem sendo assumida pelos sucessivos governos como uma das estratégias fundamentais para aumentar a qualificação profissional dos cabo-verdianos, favorecendo, desta forma, a empregabilidade e a sustentabilidade da mão-de-obra, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) tem assumido, nos últimos anos, o desafio de alargar e diversificar a formação profissional, enquanto principal medida de promoção de inserção no mercado de trabalho, com uma oferta direcionada especialmente para os grupos com maior dificuldade no acesso ao mercado de trabalho.

Sendo uma das inovações do AECV-2016, pretende-se, com este subtema, apresentar um quadro sobre o número de ações e formandos, por sexo, por concelho, por famílias profissionais, por níveis de qualificação, por entidade formativa, que são os principais indicadores que podem permitir aferir sobre a evolução das ações da formação profissional, ministradas sob a responsabilidade do IEFP.

Ao longo dos últimos seis anos foram realizadas 771 ações de formação, beneficiando 15.208 formandos. De 2015 a 2016, registou-se uma diminuição de 17 ações e 331 formandos. Em 2016, foram efetuadas 145 ações que permitiram beneficiar 2.847 formandos, tendo o concelho da Praia o maior número tanto de ações como do total de formandos, o que é expectável, tendo em conta o peso do concelho em termos de concentração da população (Tabela 4.21).



Tabela 4.21 – Número de ações de formação e número de formandos, por concelho (2011-2016)

	N.º de Ações	N.º Formandos
2011	132	2 380
2012	117	2 517
2013	107	2 171
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016		
Cabo Verde	145	2 847
Ribeira Grande	7	133
Paul	0	0
Porto Novo	3	32
S. Vicente	20	434
Ribeira Brava	1	16
Tarrafal de S. Nicolau	0	0
Sal	11	242
Boa Vista	1	44
Maio	0	0
Tarrafal	1	9
Santa Catarina	10	205
Santa Cruz	26	480
Praia	42	844
S. Domingos	10	185
S. Miguel	0	0
S. Salvador do Mundo	0	0
S. Lourenço dos Órgãos	1	22
Ribeira Grande de Santiago	2	12
Mosteiros	1	17
S. Filipe	9	172
Santa Catarina do Fogo	0	0
Brava	0	0

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)



Entre os anos 2011 e 2016, dos 15.208 formandos, 52,3% foram do sexo feminino e 47,6% do masculino. Constatou-se que a formação beneficiou ligeiramente mais indivíduos do sexo feminino, tendo em conta que esta camada apresenta maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e isto mostra a preocupação com a questão de género nas ações de formação do IEFP (Tabela 4.22).

Tabela 4.22 – Número de formandos de formação profissional, segundo o Sexo (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ambos	2 380	2 517	2 171	2 115	3 178	2 847
Feminino	1 169	1 280	1 108	1 117	1 778	1 515
Masculino	1 211	1 237	1 063	998	1 400	1 332

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Do total dos formandos durante o período em análise, aproximadamente 8.370 foram aprovados (55% do total), sendo 51% do sexo feminino e 49% do masculino. Portanto, há praticamente equilíbrio entre os sexos, em relação à taxa de aprovação (Tabela 4.23).

Tabela 4.23 – Número de formandos aprovados, segundo o Sexo (2012-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ambos	818	1 413	1 237	1 086	1 986	1 830
Feminino	407	621	702	620	883	1 055
Masculino	411	792	535	466	1 103	775

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Entre 2011 e 2016, no que diz respeito à formação por nível de qualificação, predominou a formação de nível 3, com 146 ações, seguido do nível 2, com 101 ações. No geral, constatou-se que aproximadamente 48% das formações ministradas não conferem nenhum nível de formação ou qualificação (S/N – Sem Nível) - Tabela 4.24.



Tabela 4.24 – Número de ações, por nível de qualificação/formação profissional (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
N1	19	23	12	6	6	6
N2	20	16	17	18	14	16
N3	35	25	21	17	27	21
N4	8	14	12	13	19	14
N5	0	4	0	0	0	0
S/N	50	35	45	54	96	88

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Ao analisar o ano de 2016, percebe-se que apenas cerca de 39% das formações ministradas conferem nível de qualificação.

Tabela 4.25 – Número de ações e formandos, por nível de formação (2016)

	Nº Ações	Nº Formandos
N1	6	127
N2	16	323
N3	21	412
N4	14	263
N5	0	0
S/N	88	1 722

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

De 2011 a 2016, as 771 ações desenvolvidas tiveram o envolvimento de 101 entidades formadoras, entre as estruturas do IEFP e os parceiros (Tabela 4.26).

Tabela 4.26 – Número de entidades formadoras, ações e formandos (2011-2016)

	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Entidades Formadoras	25	13	12	13	19	19
Número de Ações	132	117	107	108	162	145
Número de Formandos	2 380	2 517	2 171	2 115	3 178	2 847

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)



As famílias profissionais representam o conjunto de qualificações, tendo em conta os critérios de afinidade de competências profissionais dos diferentes setores produtivos. Em 2016, as 4 famílias profissionais: Hotelaria Restauração e Turismo, Administração e Gestão, Formação de Formadores e Imagem Pessoal representam cerca de 59%, em termos de ações, e 61%, em termos de formandos (Tabela 4.27).

Tabela 4.27 – Número de ações e de formandos, por famílias profissionais (2011-2016)

	N.º Ações	N.º Formandos
2011	132	2 380
2012	117	2 517
2013	107	2 171
2014	108	2 115
2015	162	3 178
2016	145	2 847
Agrária	4	87
Marítimo Pesqueira	0	0
Indústrias Extrativas	0	0
Construção e Obra Civil	7	127
Madeira e Móvel	1	20
Produção, Transporte e Distribuição de Energia Elétrica	1	30
Instalação e Manutenção	12	217
Metalomecânica	1	20
Manutenção de Veículos	5	111
Confeção Têxtil e Pele.	0	0
Indústria de Processo	4	92
Hotelaria, Restauração e Turismo	24	572
Comércio, Transportes e Logística	1	22
Administração e Gestão	23	465
Tecnologias de Informação e Comunicação	11	197
Gráficas, Imagens e Sons	0	0
Serviços Sociais, Culturais e Comunitários	0	0
Saúde	0	0
Imagem Pessoal	17	268
Desporto, Atividades Físicas e de Lazer	0	0
Artes Plásticas e Artesanato, Música e Artes da Representação	10	130
Formação de Formadores	22	442
Meio Ambiente e Segurança	2	47

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)



Observando os custos médios por ações e por formandos, constatou-se que o custo médio da ação Inicial tem diminuído ao longo dos seis anos da série temporal analisada, passando de 2.294.164, em 2011, para 1.593.935 escudos, em 2016. O custo médio da ação contínua tem tido oscilações ao longo dos primeiros três anos da série temporal, registando um aumento acentuado de 2011 para 2012 e, a partir de 2013, vem registando diminuições, passando de 616.262, em 2012, para 289.490 escudos, em 2016.

Em relação ao custo médio por formando, verificou-se que há mais gastos na formação Inicial do que na formação contínua, mesmo tendo diminuído de 113.385, em 2011, para 80.759 escudos, em 2016, na formação Inicial (Tabela 4.28).

Tabela 4.28 – Custo médio (em ECV) das ações de formação e por formando, segundo as categorias de formação (2011-2016)

	Custo Médio/Ação		Custo Médio/Formandos	
	Inicial	Contínua	Inicial	Contínua
2011	2 294 164	215 557	113 385	11 157
2012	2 030 848	616 262	90 010	36 870
2013	1 859 944	413 382	292 513	10 939
2014	1 717 300	381 718	82 069	22 065
2015	1 730 419	350 931	81 228	19 130
2016	1 593 935	289 490	80 759	14 793

Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)



Indicadores do Ensino Básico, Secundário e Superior

Designação	Cálculo
Taxa de transição	$= \frac{\text{N.º de alunos matriculados (novas entradas) no 1º ano do ensino secundário}}{\text{N.º de alunos do último ano do Ensino Básico}}$
Taxa Bruta de Escolarização (TBE)	$= \frac{\text{Total de alunos que frequentam um determinado nível de ensino (EB, SEC) independentemente da idade}}{\text{População do grupo etário oficial para frequentar esse nível}}$
Taxa Líquida de Escolarização (TLE)	$= \frac{\text{Total de alunos do grupo etário teoricamente recomendável para frequentar um determinado nível}}{\text{População do grupo etário correspondente}}$
Índice Paridade (F/M) TBE	$= \frac{\text{TLE Raparigas}}{\text{TLE Rapazes}}$
Percentagem de reprovação	$= \frac{\text{Total de reprovados num determinado ano de estudo}}{\text{Total de matriculados no mesmo ano de estudo}}$
Percentagem de abandono	$= \frac{\text{Total de abandonos num determinado ano de estudo}}{\text{Total de matriculados no mesmo ano de estudo}}$

Indicadores de Formação Profissional

Designação	Cálculo
Custo médio por formando	$= \frac{\text{Total de custo de formação}}{\text{Total de formandos com a formação}}$
Custo médio por ação	$= \frac{\text{Total de custos de formação}}{\text{Total de ação ministrada}}$



Conceitos

Ações de formação

São atividades de formação organizadas para que os formandos alcancem os resultados de aprendizagem previamente definidos.

Custos da Formação

São despesas suportadas com o desenvolvimento de uma formação.

Entidades Formadoras

Trata-se de Instituições públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, regularmente constituídas e com personalidade jurídica, que preencham todos os requisitos de acreditação para desenvolverem cursos ou ações de formação inicial e/ou contínua em qualquer ponto do território nacional. A acreditação é concedida por áreas de formação, com indicação dos níveis de formação, sempre que se trate de formação profissional inicial.

Formando

É o indivíduo que frequenta um curso ou ação de formação profissional.

Famílias Profissionais

É o conjunto de profissões afins que exigem conhecimentos, aptidões e qualificações semelhantes, permitindo agrupamento e estruturação de atividades e ocupações com conhecimentos afins e que demandam formação básica análoga, podendo ser setoriais ou intersetoriais (quando se enquadram em mais do que um setor produtivo).

Formação Inicial

É uma modalidade de formação que visa a aquisição das capacidades indispensáveis para se poder iniciar o exercício duma profissão. É o primeiro programa completo de formação que habilita ao desempenho das tarefas que constituem uma função ou profissão.



Formação Contínua

É uma modalidade de formação que visa complementar, atualizar conhecimentos e desenvolver capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento, no âmbito das profissões exercidas.

Nível de Formação

É o patamar da estrutura de níveis de formação em relação ao qual é definido o posicionamento de uma determinada ação de formação, em função do nível de habilitações académicas e profissionais exigido à entrada, das condições e grau de autonomia no exercício profissional e das competências conferidas pela frequência com aproveitamento dessas ações de formação. Os níveis são definidos em função das etapas de formação concluídas.

Para mais informações consultar:

Publicações:

Anuários da Educação (Ministério da Educação e Desporto)

Principais Indicadores da Educação (Ministério da Educação e Desporto)

Relatórios dos módulos do Inquérito Multiobjectivo Contínuo (IMC 2012 a 2016 – Estatísticas das condições de vida dos agregados familiares e Estatísticas do emprego e mercado de trabalho)

Relatórios de atividades do IEFP

Websites:

www.minedu.gov.cv

www.ine.cv

www.iefp.cv





5 Economia e Finanças

Este tema apresenta dados e indicadores sobre a economia e finanças que permitem caracterizar e identificar as mudanças estruturais ocorridas no país, nos últimos cinco anos, com maior realce para 2016. São disponibilizadas ainda informações sobre a dinâmica económica, captada através do Produto Interno Bruto (PIB). Os demais indicadores, relacionados com o investimento, poupança, dinâmica empresarial, inflação, setor monetário, indicadores bancários e contas externas do país, são descritos em diversas tabelas.

5.1 Contas Nacionais

5.1.1 Contas nacionais anuais

As estimativas disponíveis das contas nacionais trimestrais mostram que, em 2016, o PIB cresceu 3,0%, em termos nominais (corrente), e 3,8%, em termos reais (em volume), relativamente ao ano 2015.

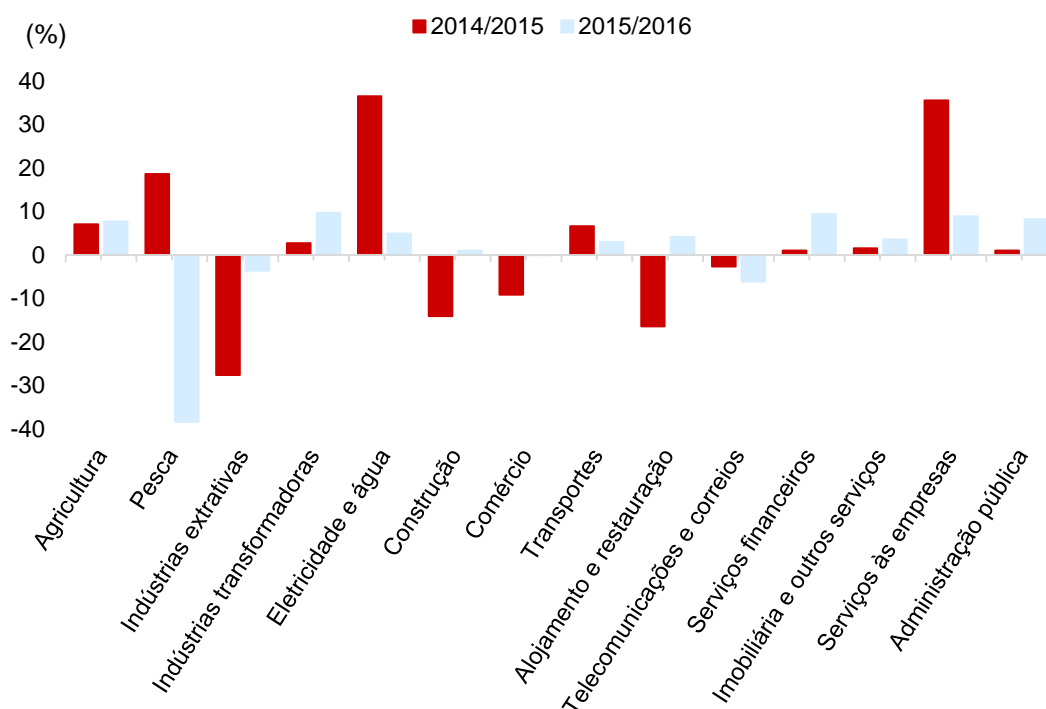
Esse crescimento é devido, essencialmente, à evolução positiva dos ramos de Indústria Transformadora (9,7%), Serviços Financeiros (9,4%), Serviços às Empresas (8,9%), Administração Pública (8,3%) e Agricultura (7,7%).

A análise do total do Valor Acrescentado Bruto (VAB) indica um crescimento de 2,4%, em valor, e 4,0% em volume, enquanto os impostos líquidos de subsídios sobre os produtos se fixaram nos 6,6% e 2,5%, em valor e em volume, respetivamente.

O setor que mais contribuiu para essa evolução foi o dos serviços que, com um peso de cerca de 61% na estrutura do PIB, cresceu 3,8% em valor e 4,2% em volume.



Gráfico 5.1 – Variação acumulada (%) do VAB, em volume, dos ramos de atividade (2015-2016)



Em termos de contribuição para o PIB nominal, nota-se que, em 2016, o setor terciário contribuiu com 61%, enquanto o setor primário e o secundário contribuíram com 8,8% e 17,1%, respetivamente (Tabela 5.4).

Tabela 5.1 – Produto Interno Bruto, a preços correntes, em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	13 249	13 322	13 089	14 432	14 370
Setor Secundário	25 017	26 330	28 212	28 192	27 927
Setor Terciário	93 464	95 045	94 563	96 043	99 731
Total VAB	131 730	134 697	135 865	138 667	142 028
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 621	19 026	18 571	20 032	21 354
PIB	150 351	153 723	154 436	158 699	163 381

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 5.2 – Produto Interno Bruto, a preços de mercado (preços do ano anterior), em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	13 091	13 108	13 345	13 931	14 623
Setor Secundário	25 222	25 644	28 051	28 031	29 581
Setor Terciário	93 016	93 938	94 734	93 901	100 030
Total VAB	131 330	132 690	136 130	135 862	144 234
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	18 195	18 868	18 533	20 128	20 524
PIB	149 525	151 558	154 663	155 991	164 757

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 5.3 – Produto Interno Bruto encadeado em volume (preços constantes de 2007), em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	13 134	12 994	13 016	13 853	14 036
Setor Secundário	21 589	22 130	23 576	23 425	24 579
Setor Terciário	86 263	86 701	86 417	85 811	89 374
Total VAB	120 762	121 642	122 936	122 934	127 869
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	16 276	16 492	16 065	17 412	17 839
PIB	136 955	138 054	138 898	140 297	145 652

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 5.4 – Estrutura do PIB, por sector de atividade (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	8,8	8,7	8,5	9,1	8,8
Setor Secundário	16,6	17,1	18,3	17,8	17,1
Setor Terciário	62,2	61,8	61,2	60,5	61,0
Impostos líquidos de subsídios sobre os produtos	12,4	12,4	12,0	12,6	13,1
PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais



Tabela 5.5 – Taxa de variação do PIB nominal e real (2012-2016)

	PIB nominal (%)	PIB real (%)
2012	1,6	1,1
2013	2,2	0,8
2014	0,5	0,6
2015	2,8	1,0
2016^P	3,0	3,8

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

Analisando os dados da tabela 5.6, nota-se que a contribuição dos setores primário e secundário diminuiu na composição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) em 2016, enquanto o setor terciário aumentou a sua contribuição em 1,0 ponto percentual, quando comparado com 2015.

Tabela 5.6 – Composição percentual do VAB nominal (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016 ^P
Setor Primário	10,1	9,9	9,6	10,4	10,1
Setor Secundário	19,0	19,5	20,8	20,3	19,7
Setor Terciário	71,0	70,6	69,6	69,3	70,2
Total VAB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

P – provisórios

Fonte: INE, Contas nacionais

De acordo com os dados da tabela 5.7, constatou-se uma diminuição do investimento, medido pelo indicador Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), passando de 69.128, em 2011, para 45.681 milhões de escudos, em 2015, o que representa um decréscimo médio de 9,8% por ano. De igual modo, a poupança sofreu uma queda de 3,0% no mesmo período (Tabela 5.8).

Relacionando a FBCF com o PIB, constata-se que, no período em análise, a mais alta taxa de investimento para o total de economia ocorreu em 2011, com 46,7%, e a mais baixa, em 2015, que rondou os 29%. Em média, registou-se uma taxa de investimento para o total da economia em torno dos 35%, no período 2011-2015. O consumo final, em 2015, comparativamente ao ano de 2011, obteve um aumento, passando de 120.265, em 2011, para 133.410 milhões de escudos, em 2015, representando um crescimento médio de 2,6% por ano (Tabela 5.7).



Tabela 5.7 – Formação Bruta de Capital fixo, em percentagem do PIB (FBCF /PIB) e Despesas de consumo final, em percentagem do PIB (CF /PIB), (2011-2015)

	FBCF	CF	PIB	FBCF/PIB (%)	CF /PIB (%)
2011	69 128	120 265	147 924	46,7	81,3
2012	52 844	123 619	150 351	35,1	82,2
2013	46 337	127 167	153 723	30,1	82,7
2014	53 317	128 676	154 436	34,5	83,3
2015	45 681	133 410	158 699	28,8	84,1

Fonte: INE, Contas nacionais

Tabela 5.8 – Rendimento Disponível Bruto (RNDB), Rendimento Disponível Bruto per capita e Poupança Nacional (2011-2015)

	RNDB (Milhões de ECV)	RNDB per capita US\$	Poupança nacional	
			Valor (Milhões de ECV)	(%)
2011	170 784	4 309,2	50 519,2	29,6
2012	166 136	3 825,1	42 517,2	25,6
2013	171 151	4 022,5	43 984,5	25,7
2014	168 783	3 918,6	40 107,0	23,8
2015	178 174	3 415,8	44 664,0	25,1

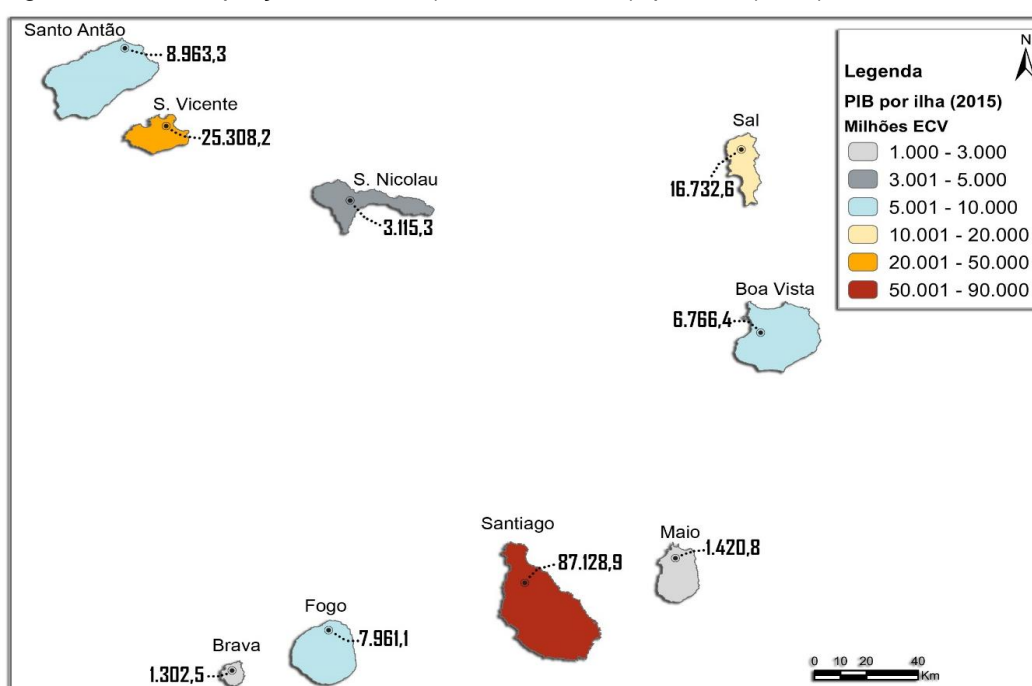
Fonte: INE, Contas nacionais



5.1.2 Produto Interno Bruto, por Ilha

Entre 2011 e 2015, o PIB apresentou uma variação positiva, em cinco ilhas (São Vicente, Sal, Boa Vista, Santiago e Fogo), e negativa, nas restantes ilhas (Santo Antão, São Nicolau, Maio e Brava). A ilha de Santiago apresentou a maior variação (13,0%). Em termos de participação relativa, nota-se que a ilha de Santiago contribuiu com 54,9% para o PIB de 2015, seguida da ilha de São Vicente, com 15,9%, o que traduz numa contribuição conjunta dessas duas ilhas, em cerca de 71% (Tabela 5.9).

Figura 5.1 – PIB a preços correntes (milhões de ECV), por Ilha (2015)



Fonte: (Limites das Ilhas – INGT) - Dados Contas Nacionais 2015

Tabela 5.9 – PIB por Ilha (em milhões ECV) (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	147 924	150 351	153 723	154 436	158 699
Santo Antão	9 626	9 297	9 241	9 342	8 963
S. Vicente	24 015	22 905	23 622	24 648	25 308
S. Nicolau	3 415	3 137	3 174	3 305	3 115
Sal	16 388	16 258	16 059	16 057	16 733
Boa Vista	6 368	7 851	7 854	7 693	6 766
Maio	1 917	1 871	1 798	1 621	1 421
Santiago	77 124	79 954	83 238	83 021	87 129
Fogo	7 702	7 834	7 517	7 446	7 961
Brava	1 368	1 244	1 220	1 303	1 303

Fonte: INE, Contas nacionais



De acordo com os dados da tabela 5.10, o PIB *per capita* de Cabo Verde passou de 295.890, em 2011, para 302.381 escudos, em 2015, representando um ligeiro aumento médio de 0,5% por ano. Nesse período, as ilhas de São Vicente, Santiago e Fogo apresentaram taxas positivas do seu PIB *per capita*, sendo o aumento mais expressivo registado na ilha de Santiago (7,1%). As restantes ilhas apresentaram taxas negativas, tendo a ilha do Maio registado a mais baixa (-26,2%).

De 2011 a 2014, Boa Vista detinha o maior PIB *per capita* do país, seguida da ilha do Sal, situação que foi invertida em 2015. Efetivamente, são duas ilhas em que o turismo tem maior dinamismo. O PIB *per capita* de 495.827 escudos, obtido na ilha do Sal, em 2015, é quase duas vezes e meio do valor registado na ilha do Maio (203.553 escudos), nesse mesmo ano. Esta constatação indica nitidamente a existência de fortes assimetrias regionais, em termos de crescimento económico no país (Tabela 5.10).

Tabela 5.10 – PIB *per capita* (em ECV), por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	295 890	297 147	300 139	297 870	302 381
Santo Antão	222 463	218 479	220 754	226 790	221 060
S. Vicente	310 318	292 437	298 107	307 561	312 391
S. Nicolau	267 408	247 248	251 850	264 177	250 749
Sal	595 209	558 758	523 864	498 558	495 827
Boa Vista	622 722	697 162	637 904	575 090	468 225
Maio	275 739	269 850	259 378	233 294	203 553
Santiago	276 459	282 865	290 601	286 019	296 222
Fogo	208 936	214 163	207 005	206 444	222 146
Brava	229 865	211 311	209 532	226 168	228 598

Fonte: INE, Contas nacionais



5.2 Empresas

A dinâmica do sector empresarial é um indicador importante na economia. Analisando os dados da tabela 5.11, pode-se verificar que, de 2011 a 2015, o número de empresas aumentou em 4,5% e o volume de negócios diminuiu em 2,7%. Em 2015, a maior parte das empresas estava localizada nas ilhas de Santiago (45,2%) e de São Vicente (19,6%) - Tabela 5.12 -.

Tabela 5.11 – Empresas segundo tipo de organização de contabilidade e volume de negócios, por ilha (2011-2015)

	Empresas			Volume de negócios (Milhões ECV)
	Com Contabilidade	Sem Contabilidade	Total	
2011	3 197	5 760	8 957	258 441
2012	3 067	6 110	9 177	250 822
2013	3 125	5 924	9 049	252 599
2014	3 206	5 979	9 185	246 753
2015				
Cabo Verde	3 193	6 164	9 357	251 562
Santo Antão	82	688	770	3 643
S. Vicente	665	1 168	1 833	69 096
S. Nicolau	37	317	354	865
Sal	545	358	903	51 050
Boa Vista	228	122	350	6 949
Maio	31	202	233	398
Santiago	1 555	2 678	4 233	117 139
Fogo	40	497	537	1 889
Brava	10	134	144	532

Fonte: INE, Estatísticas empresariais

Tabela 5.12 – Número de empresas, por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	8 957	9 177	9 049	9 185	9 357
Santo Antão	608	804	757	767	770
S. Vicente	1 719	1 807	1 790	1 812	1 833
S. Nicolau	313	328	359	339	354
Sal	932	910	914	934	903
Boa Vista	303	373	389	416	350
Maio	215	211	147	146	233
Santiago	4 056	4 062	3 988	4 088	4 233
Fogo	665	553	578	572	537
Brava	146	129	127	110	144

Fonte: INE, Estatísticas empresariais



Da tabela 5.13, observou-se que o número de pessoal ao serviço das empresas diminuiu 1,1% de 2011 a 2015. Porém, este resultado não foi homogéneo no país, pois as ilhas da Boa Vista e Sal apresentaram variações positivas em cerca de 37% e 15%, respetivamente. A ilha do Maio apresentou maior variação negativa, no período analisado (-35,5%).

Tabela 5.13 – Pessoal ao serviço das empresas, por ilhas (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	53 394	51 411	50 975	52 524	52 783
Santo Antão	1 749	1 833	1 763	1 741	1 740
S. Vicente	12 334	12 249	12 218	12 083	12 039
S. Nicolau	924	712	706	679	730
Sal	8 100	7 508	8 436	9 516	9 292
Boa Vista	2 376	1 965	2 119	2 798	3 294
Maio	627	458	361	336	405
Santiago	25 474	25 011	23 779	23 863	23 724
Fogo	1 518	1 411	1 364	1 284	1 312
Brava	292	264	229	224	247

Fonte: INE, Estatísticas empresariais

Os dados da tabela 5.14 indicam que, em 2015, 73,8% eram Empresas em Nome Individual (ENI). Constatou-se ainda que 85,8% do total de empresas tinham entre 1 e 5 pessoas ao serviço. Este padrão foi encontrado em todas as ilhas do país.

Tabela 5.14 – Empresas segundo tipo de forma jurídica (2011-2015)

	Tipo de forma jurídica		
	ENI	SPQ	SARL e Outras
2011	6 699	1 898	360
2012	6 884	1 899	394
2013	6 750	1 915	384
2014	6 829	1 926	430
2015			
Cabo Verde	6 906	2 040	411
Santo Antão	684	78	8
S. Vicente	1 338	423	72
S. Nicolau	324	29	1
Sal	494	337	72
Boa Vista	165	168	18
Maio	206	25	2
Santiago	3 071	937	225
Fogo	493	32	12
Brava	132	11	2

ENI – Empresas em Nome Individual

SPQ – Sociedade por Quota

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada



Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 5.15 – Empresas segundo o escalão de pessoal ao serviço, (2011-2015)

	Escalão de pessoal ao serviço			
	1-5	6-10	11-20	21 e mais
2011	7 738	587	319	312
2012	7 907	648	328	294
2013	7 847	614	302	286
2014	8 001	575	311	298
2015				
Cabo Verde	8 032	669	332	324
Santo Antão	729	24	13	4
S. Vicente	1 509	167	81	76
S. Nicolau	339	12	1	2
Sal	706	97	54	46
Boa Vista	268	44	17	21
Maio	223	6	3	1
Santiago	3 620	289	154	170
Fogo	504	23	6	4
Brava	134	7	3	0

Fonte: INE, Estatísticas empresariais

Tabela 5.16 – Proporção de empresas em nome individual e de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (2011-2015)

	Proporção de empresas em nome individual (% no efetivo total)	Proporção de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (%)
2011	75	93
2012	75	93
2013	75	94
2014	74	93
2015		
Cabo Verde	74	93
Santo Antão	89	98
S. Vicente	73	91
S. Nicolau	92	99
Sal	55	89
Boa Vista	47	89
Maio	88	98
Santiago	73	92
Fogo	92	98
Brava	91	98

Fonte: INE, Estatísticas empresariais



Os dados do IV Recenseamento Empresarial indicam que, em 2012, Cabo Verde contava com 9.177 empresas ativas, empregando cerca de 51.411 pessoas e gerando um volume de negócios de 250.822 milhões de escudos.

A assimetria entre os concelhos é visível nas estatísticas empresariais, onde a concentração da atividade empresarial cabo-verdiana nos concelhos da Praia, São Vicente e Sal é marcante. Isto é, em 2012, cerca de 57 % do total de empresas ativas, 80% do pessoal ao serviço e 92% do volume de negócios total estão nesses três concelhos (Tabela 5.17).

Tabela 5.17 – Número de empresas, pessoal ao serviço e volume de negócios por concelho, (Recenseamento Empresarial 2012)

	Nº de Empresas		Pessoal ao Serviço		Volume Negócios	
	Efetivo	(%)	Efetivo	(%)	Milhões de ECV	(%)
Cabo Verde	9 177	100	51 411	100	250 822	100
Ribeira Grande	356	3,9	789	1,5	1 505	0,6
Paul	139	1,5	226	0,4	310	0,1
Porto Novo	306	3,3	803	1,6	1 532	0,6
S. Vicente	1 808	19,7	12 256	23,8	72 154	28,8
Ribeira Brava	203	2,2	432	0,8	646	0,3
Tarrafal de S. Nicolau	125	1,4	280	0,5	537	0,2
Sal	910	9,9	7 508	14,6	38 910	15,5
Boa Vista	373	4,1	1 965	3,8	7 688	3,1
Maio	211	2,3	458	0,9	688	0,3
Tarrafal	264	2,9	539	1,0	605	0,2
Santa Catarina	527	5,7	1 313	2,6	2 139	0,9
Santa Cruz	261	2,8	713	1,4	557	0,2
Praia	2 485	27,1	21 231	41,3	119 504	47,6
S. Domingos	157	1,7	414	0,8	828	0,3
S. Miguel	183	2,0	386	0,8	450	0,2
S. Salvador do Mundo	54	0,6	90	0,2	34	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	64	0,7	159	0,3	139	0,1
Ribeira Grande de Santiago	68	0,7	173	0,3	190	0,1
Mosteiros	158	1,7	263	0,5	269	0,1
S. Filipe	325	3,5	1 026	2,0	1 722	0,7
Santa Catarina do Fogo	71	0,8	123	0,2	88	0,0
Brava	129	1,4	264	0,5	326	0,1

Fonte: INE, Estatísticas empresariais



Em algumas secções da Classificação de Atividades Económicas de Cabo Verde (CAE CV – Rev1.), nomeadamente A, B e H, em que ainda predominam as unidades familiares não constituídas em empresas, é evidente a sua fraca representatividade ao nível das estatísticas empresariais. No entanto, a organização das secções por setor de atividade económica dá uma boa indicação da estrutura da economia cabo-verdiana, onde o setor dos serviços (secções G a S) é responsável por mais de 2/3 do total do volume de negócios, à semelhança do que acontece com o VAB deste setor, em relação ao PIB. Nota-se ainda que as secções G e I têm maior relevância (Tabela 5.18).

Tabela 5.18 – Empresas, pessoal ao serviço das empresas e volume de negócios das empresas segundo a CAE CV – Rev.1 (2011-2015)

	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de negócios
2011	8 957	53 394	258 441
2012	9 177	51 411	250 822
2013	9 049	50 975	252 599
2014	9 185	52 524	246 753
2015			
Cabo Verde	9 357	52 783	251 562
A - Agricultura, Produção Animal, Caça, Floresta e Pesca	27	328	684
B - Indústria Extrativa	15	131	347
C - Indústria Transformadora	959	6 736	23 570
D - Eletricidade, Gás, Vapor, Água Quente e Fria e Ar Frio	16	850	10 323
E - Captação, Tratamento e Distribuição de Água, Saneamento, Gestão de Resíduos e Despoluição	23	341	2 303
F - Construção	266	3 905	17 581
G - Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos	4 379	12 296	95 316
H - Transportes e Armazenagem	134	3 876	17 849
I - Alojamento e Restauração	1 428	9 960	32 489
J - Atividades de Informação e Comunicação	182	1 839	12 231
K - Atividades Financeiras e de Seguros	38	1 548	17 977
L - Atividades Imobiliárias	241	812	6 746
M - Atividades de Consultoria, Científicas, Técnicas e Similares	407	1 433	2 912
N - Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio	259	5 055	7 814
P - Educação	149	1 490	1 281
Q - Saúde Humana e Ação Social	157	692	947
R - Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativas	95	505	530
S - Outras Atividades de Serviços	582	986	663

Fonte: INE, Estatísticas empresariais



5.3 Preços

A variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é interpretada como um indicador da inflação e permite aferir sobre a evolução do custo de vida no país. O IPC foi de 117,9, em 2016, e 119,6, em 2015, correspondendo a uma variação média anual negativa de 1,4%. Portanto, o país registou uma deflação, em 2016, o que significa que as classes de produtos com maior peso no cabaz terão sofrido baixas de preços (Tabelas 5.19 e 5.20).

Tabela 5.19 – Índice de Preços no Consumidor – Base 2007 (2012-2016)

	Índice (IPC)
2012	117,9
2013	119,7
2014	119,4
2015	119,6
2016	
Cabo Verde	117,9
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	123,1
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	124,8
03 - Vestuário e calçado	119,9
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	109,9
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	131,3
06 - Saúde	120,4
07 - Transportes	104,8
08 - Comunicações	79,6
09 - Lazer, recreação e cultura	92,9
10 - Ensino	97,3
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	136,4
12 - Bens e serviços diversos	144,5

Fonte: INE, Estatísticas de preços



Tabela 5.20 – Taxa de inflação – Base 2007 (2012-2016)

	Taxa de Inflação
2012	2,5
2013	1,5
2014	-0,2
2015	0,2
2016	
Cabo Verde	-1,4
01 - Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	-0,6
02 - Bebidas alcoólicas e tabaco	0,8
03 - Vestuário e calçado	-0,4
04 - Rendas de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	-8,3
05 - Acessórios, equipamento doméstico, manutenção corrente da habitação	2,4
06 - Saúde	2,0
07 - Transportes	-3,2
08 - Comunicações	0,0
09 - Lazer, recreação e cultura	2,0
10 - Ensino	0,0
11 - Hotéis, restaurantes, cafés e similares	2,2
12 - Bens e serviços diversos	2,5

Fonte: INE, Estatísticas de preços



5.4 Setor Monetário e Financeiro

Segundo os dados da tabela 5.21, os depósitos bancários mantiveram uma tendência crescente ao longo dos últimos cinco anos, tendo crescido 44,5%, nesse período. Para o crescimento registado em 2016, contribuíram tanto os outros depósitos (39,2%) como os depósitos à prazo e de poupança de emigrantes (35,6%) e de residentes (25,2%).⁵

Tabela 5.21 – Depósitos bancários em milhões de ECV (2012-2016)

	Depósitos			
	Total	Depósitos a prazo e de poupança dos quais:		Outros Depósitos
		Emigrantes	a prazo de Residentes	
2012	106 854	40 305	25 992	40 557
2013	121 889	43 632	31 271	46 985
2014	132 638	46 944	33 415	52 279
2015	141 047	49 754	36 010	55 284
2016*	154 439	52 160	39 023	63 256

*Dados provisórios para 2016

Fonte: Banco de Cabo verde

Em 2016, o Crédito Interno Líquido (CIL) cresceu a um ritmo mais acelerado, em 3,7%, quando comparado com os crescimentos dos anos anteriores. Esta situação é explicada pelo assinalável crescimento do crédito à economia, o qual cresceu 3,6%, valor mais elevado desde 2012, tendo contribuído em cerca de 77% para o aumento do CIL (Tabela 5.22).

Tabela 5.22 – Crédito bancário em milhões de ECV, por ano (2012-2016)

	Crédito Interno Líquido		
	Total	Crédito Líquido SPA	Crédito à Economia
2012	116 444	23 775	92 668
2013	120 302	26 195	94 107
2014	123 689	29 347	94 342
2015	126 413	29 494	96 919
2016*	131 088	30 689	100 398

SPA – Setor Público Administrativo

*Dados provisórios para 2016

Fonte: Banco de Cabo verde

⁵Outros depósitos incluem os depósitos à ordem em moeda nacional, depósitos em divisas de residentes e outros quase depósitos.



As taxas de juro⁶ apresentaram ligeiras oscilações, ao longo dos últimos anos. Em 2016, as taxas com maturidade de 181 dias a 1 ano das operações de crédito mantiveram-se inalteradas, em relação ao ano anterior, enquanto as taxas das operações de depósitos reduziram 0,4 pontos percentuais. Por sua vez, as taxas com maturidade de um a dois anos reduziram nas operações de crédito, em 0,6 pontos percentuais, e de depósitos, em 0,4 pontos percentuais. De igual modo, a taxa de juros dos emigrantes, com maturidade de 181 dias a 1 ano, reduziu de 4,2% para 4,0%, ou seja, -0,2 pontos percentuais (Tabela 5.23).

Tabela 5.23 – Taxas de juro, médias ponderadas em % (2010-2016)

	Taxa de Juros				
	Crédito		Depósitos		
	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos	181 dias - 1 ano	1 - 2 anos	Emigrantes (181 dias - 1 ano)
2010	9,2	10,3	4,4	4,3	4,1
2011	8,7	10,2	4,3	4,5	4,2
2012	9,5	9,7	4,2	4,8	4,1
2013	9,1	10,6	4,3	5,2	4,2
2014	8,9	11,0	4,4	4,8	4,2
2015	8,7	10,4	4,3	4,6	4,2
2016*	8,7	9,8	3,9	4,2	4,0

* Dados provisórios para 2016

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente à tabela 5.24, constatou-se que os ativos externos líquidos do país aumentaram 18,6%, em 2016, comparativamente a 2015, refletindo o incremento das reservas internacionais líquidas do país na ordem dos 19%.

A massa monetária também manteve o perfil ascendente, registando um crescimento de 8,4%, em 2016 (5,9%, em 2015), determinado sobretudo pela evolução das disponibilidades líquidas sobre o exterior e do crédito à economia (Tabela 5.24).

⁶A partir de 5 de fevereiro 1996, as taxas de juro foram completamente liberalizadas. Antes da liberalização, as taxas praticadas nas contas de emigrantes (em ECV) eram iguais às dos residentes, acrescidas de uma margem de 0,5%.



Tabela 5.24 – Síntese monetária⁷ (2012-2016)

	Ativos Externos Líquidos			Ativo Interno Líquido	Outros Ativos Líquidos	Massa Monetária
	Total	Banco de Cabo Verde	Bancos Comerciais			Total
2012	26 197	32 288	-6 091	96 393	-20 051	122 590
2013	36 067	38 006	-1 939	99 418	-20 884	135 484
2014	44 061	46 366	-2 304	101 944	-21 745	146 005
2015	49 950	50 018	-69	104 637	-21 776	154 586
2016*	59 264	459 717	-453	108 245	-22 842	167 510

Fonte: Banco de Cabo Verde

5.4.1 Atividade da rede “Vinti4”

A evolução dos meios e instrumentos de pagamentos em Cabo Verde tem sido marcada por uma alteração contínua no comportamento associado a pagamentos, facto evidente na mudança do padrão de utilização destes instrumentos nos últimos 10 anos, com uma clara preferência pelos instrumentos eletrónicos.

O rácio de caixas automáticas por 10.000 habitantes manteve-se, praticamente, em 3,2, nos últimos cinco anos, e o número de cartões da rede vinti4 emitidos aumentou 6,4%, passando de 188.581, em 2015, para 200.636 unidades, em 2016. Convém destacar que, de 2012 para 2016, foram emitidos 37.312 cartões da rede vinti4, no país (Tabela 5.25).

Tabela 5.25 – Caixas automáticas, por 10 000 habitantes e cartões produzidos (2012-2016)

	Caixas automáticas por 10 000 hab.	Nº de cartões Vinti4 emitidos
2012	3,2	163 324
2013	3,2	169 418
2014	3,3	177 861
2015	3,2	188 581
2016	3,2	200 636

Fonte: Banco de Cabo Verde e SISP

⁷ Até dezembro de 2009, a Síntese Monetária integrava as informações das cinco instituições financeiras bancárias. A partir de dezembro de 2010, para além das informações do banco central, passou-se a incluir as informações de sete dos oito bancos comerciais que fazem parte do sistema bancário nacional. Entretanto, a partir de dezembro de 2012, passou-se a abranger os dados de todas as instituições bancárias do sistema.



Tabela 5.26 – Transações com cartão de débito nos terminais de caixa automático (ATM) e dos terminais de pagamento automático (POS) em milhões de ECV (2012-2016)

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Com Cartão Vinti4	9 104 270	39 816	10 605 027	43 989	12 300 308	47 374	14 450 183	56 200	17 286 476	64 493
Levantamentos	4 686 930	24 739	4 962 101	25 866	5 264 674	25 695	5 559 633	29 141	5 950 881	30 974
Transferências	20 460	583	25 964	715	30 219	849	36 135	1 086	44 931	1 328
Carregamento móvel	948 379	356	988 728	359	89 1515	333	765 262	323	675 425	259
Pagamentos de serviços	4 450	144	6 457	106	13 783	171	27 733	814	65 190	1 388
Pagamento nos POS	3 421 099	13 978	4 621 777	16 943	6 100 117	20 326	8 061 363	24 836	10 550 049	30 543
Com Cartão Internacional	313 422	3 878	388 318	4 742	444 521	9 030	510 013	6 313	620 521	7 382
Levantamentos	220 240	2 588	269 142	3 162	288 010	3 351	307 288	3 705	357 650	4 261
Pagamento nos POS	93 182	1 290	119 176	1 581	156 511	1 971	202 725	2 608	262 871	3 121

Fonte: SISP

De 2012 para 2016, o número de balcões/agências passou de 111 para 117 e o número de caixas automáticas (ATM) de 162 para 171. Entre 2015 e 2016, o número de balcões/agências e de caixas ATM aumentou ligeiramente (0,9% e 1,2%), respetivamente, enquanto o número de terminal POS aumentou significativamente (23,8%). Constatou-se ainda que o número de transações com cartões de débito aumentou 6,0%, tendo as transações, através do ATM, crescido 8,3% (Tabela 5.27).

Tabela 5.27 – Estatísticas financeiras (2012-2016)

	Rede vinti4					
	Instituições de Crédito	Balcões/Agências	Caixa		Transações com Cartão de Débito (milhões de ECV)*	
			ATM	Terminal POS	POS	ATM
Nº	Nº	Nº	Nº			
2012	8	111	162	2 990	14 211	25 641
2013	8	113	163	3 687	16 866	26 840
2014	8	114	171	4 324	20 277	28 546
2015	8	116	169	5 167	28 852	30 866
2016	8	117	171	6 395	30 569	33 413

Notas: Inclui levantamento (ATM), transferências, pagamentos de serviços, carregamento de telemóvel e outras operações.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Tabela 5.28 – Síntese de meios e instrumentos de pagamento (2012-2016)

	2012		2013		2014		2015		2016	
	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor	Volume	Valor
Transferências	2 134 391	256 670	2 972 810	450 998	3 077 048	376 714	2 537 293	459 286	2 702 502	410 758
Interbancárias	272 845	82 845	419 938	87 084	453 053	93 341	503 763	111 539	559 553	118 289
Interbancárias	1 861 546	173 825	2 552 872	363 914	2 623 995	283 373	2 033 530	347 748	2 142 949	292 470
Cartões de crédito										
Uso nos ATM	5 463 403	25 641	5 964 143	27 052	5 951 334	28 546	6 343 058	640 848	6 653 699	33 731
Levantamento	4 688 415	24 739	4 969 359	25 866	5 264 674	27 353	5 559 633	28 888	5 950 881	30 974
Transferências	19 438	573	25 964	715	28 052	812	36 135	34 028	42 721	1 284
Pagamento de Serviços	2 565	10	6 457	106	12 447	133	27 598	23 328	25 913	960
Carregamento Telemóvel	748 735	284	960 094	347	646 161	249	719 692	554 604	476 619	194
Outras operações	4 250	34	2 269	18					157 565	319
Uso nos POS	3 670 156	14 211	4 612 696	16 866	6 102 468	20 277	8 105 844	24 853	10 600 951	30 569
Cartões Internacionais	322 635	3 775	383 963	4 732	439 199	5 481	510 010	6 313	620 524	7 382

Fonte: Banco de Cabo Verde, SISP

No ano de 2016, foram processadas 2.702.502 transferências bancárias no valor de 410.758 milhões de escudos, o que, comparativamente a 2015, corresponde a uma redução em valor de 10,6% e um aumento em quantidade de 6,5% (Tabela 5.28).

No tocante à utilização de cartões por funcionalidade, em 2016, à semelhança do ano anterior, os pagamentos realizados nos POS continuaram em número superior aos levantamentos, confirmando a tendência relativa à utilização dos cartões como um instrumento de pagamento e não um simples meio de acesso ao numerário.



5.5 Setor Externo

A Balança de Pagamentos regista todas as transações realizadas entre os residentes e os não residentes. Cabo Verde apresenta um défice estrutural na Balança Corrente, devido, principalmente, à grande expressão das importações de bens, o que, mesmo com o saldo positivo na Balança de Serviços (devido ao dinamismo do turismo) e na Balança de Transferências Correntes, não chega a ser compensado.

A Balança de Capital e Financeira que representa o canal através do qual se processa o financiamento externo da economia registou uma evolução positiva, principalmente pelo aumento do Investimento Direto Externo.

As contas externas registaram um comportamento muito favorável, em 2016, tendo a balança global registado um excedente de 83 milhões de euros, em função da redução das necessidades de financiamento da economia (défice conjunto das balanças correntes e de capital), numa conjuntura de aumento de influxos de financiamento da economia.

O défice da balança corrente diminuiu 22%, depois de ter contraído 44%, em 2015, em resultado da dinâmica das exportações de serviços e das transferências unilaterais privadas.

Não obstante a redução das necessidades de financiamento do país, o excedente da balança financeira aumentou 28%, determinando o alargamento do rácio de cobertura das importações pelas reservas de 6,4 para 6,9 meses de importação.

Tabela 5.29 – Balança de Pagamentos (2012-2016)

	Balança Corrente				Balança de Capital e Financeira		Erros e Omissões	Balança Global
	Total	Bens e Serviços	Rendimentos	Transferências Correntes	Balança de Capital	Balança Financeira		
2012	-21 053	-36 923	-6 438	22 308	1 122	26 271	-2 283	4 058
2013	-8 898	-26 326	-5 367	22 795	533	14 085	-117	5 604
2014	-14 042	-28 389	-7 692	22 039	659	22 762	-1 534	7 845
2015	-7 861	-27 236	-5 870	25 244	1 884	11 675	-2 174	3 524
2016	-6 114	-30 488	-5 634	30 007	1 316	14 901	-945	9 158

Apresentação normalizada de acordo com o 6º Manual do FMI

* Dados provisórios 2012-2016

Fonte: Banco de Cabo Verde



As remessas dos emigrantes desempenham um papel muito importante na economia de Cabo Verde. Globalmente, os dados apontam para um crescimento de cerca de 32%, nos últimos cinco anos (Tabela 5.30).

Tabela 5.30 – Remessa dos emigrantes, por país de residência em milhões de ECV (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	14 423	13 740	14 764	17 264	19 042
Alemanha	199	160	180	209	1 395
Espanha	247	209	217	280	501
EUA	2 083	2 208	2 153	2 582	2 259
França	3 400	3 125	3 145	3 736	3 331
Itália	898	926	883	1 095	1 273
Luxemburgo	419	402	423	578	1 456
Países Baixos	1 341	1 186	1 501	1 426	1 054
Portugal	4 627	4 342	4 785	5 538	5 997
Reino Unido	265	248	322	353	216
Suíça	462	491	526	651	664
Outros	435	405	562	816	896

Fonte: Banco de Cabo Verde

Relativamente aos países europeus, os dados indicam um aumento de 34%, de 2012 a 2016. No período em análise, os fluxos provenientes da Área do Euro representaram, em média, cerca de 82% do total das remessas (Tabela 5.31).

Tabela 5.31 – Remessa dos emigrantes provenientes dos países Europeus (2012-2016)

	Países Europeus	
	Valor (Milhões ECV)	Peso no total (%)
2012	11 856	82,5
2013	11 089	80,9
2014	11 981	81,5
2015	13 866	80,3
2016	15 887	83,4

Fonte: Banco de Cabo Verde



5.6 Finanças Públicas

De modo geral, as receitas públicas aumentaram de 20,8%, entre 2014 e 2015, justificado, essencialmente, pelo acréscimo dos impostos (12,8%), das transferências (42,0%) e de outras receitas (50,4%). De realçar ainda que, no período de 2011 a 2015, se registou um crescimento médio anual de 3,0% (Tabela 5.32).

Tabela 5.32 – Receitas públicas - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Impostos	29 580,7	27 572,8	28 099,5	27 060,6	30 516,4
Impostos sobre o rendimento	8 678,3	8 615,5	8 595,7	7 748,0	9 669,3
Impostos sobre bens e serviços	13 839,6	12 511,9	13 135,6	12 869,9	14 047,0
Impostos sobre transações internacionais	6 227,7	5 777,7	5 699,7	5 754,4	6 081,6
Outros impostos	835,1	667,6	668,0	688,4	718,6
Segurança Social	36,5	41,3	43,1	55,7	45,7
Transferências	4 361,9	4 202,5	4 023,6	2 786,9	3 958,3
Outras Receitas	3 956,1	4 871,6	5 550,2	5 424,2	8 157,1
Rendimentos de propriedade	339,0	383,9	476,1	209,2	1 021,8
Venda de bens e serviços	3 142,8	3 873,9	3 896,7	4 009,7	4 651,8
Multas e outras penalidades	257,3	332,4	510,9	706,2	404,2
Outras transferências	84,9	195,2	31,9	128,1	36,0
Outras receitas diversas e não especificadas	132,2	86,1	634,5	371,0	2 043,3
Receitas totais	37 935,3	36 688,2	37 716,4	35 327,4	42 677,7

Fonte: Ministério das Finanças

No que diz respeito a despesa, verificou-se um aumento de 9,4%, em 2015, face ao período anterior, provocado, essencialmente, pela subida das seguintes rubricas: aquisição de bens e serviços (29,4%), juros correntes (20,0%), transferências correntes (8,3%) e benefícios sociais (8,9%). De frisar ainda que, no período em análise, se registou um crescimento médio anual de 4,6% (Tabela 5.33).



Tabela 5.33 – Despesas públicas - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Despesas com Pessoal	15 679,3	15 885,9	16 600,7	17 171,5	17 529,9
Remunerações Certas e Permanentes	14 917,4	15 114,0	15 666,9	16 027,9	16 345,4
Segurança Social	761,9	771,9	933,8	1 143,6	1 184,6
Aquisição de bens e serviços	5 247,5	4 994,9	5 061,5	5 744,1	7 433,3
Juros correntes	2 276,3	2 857,7	3 383,3	3 444,0	4 134,2
Dívida externa	851,5	1 142,4	1 438,2	1 518,3	1 723,5
Dívida interna	1 424,8	1 715,3	1 877,7	1 909,7	2 374,0
Outros Encargos	0,0	0,0	67,3	16,0	36,7
Subsídios	994,1	274,5	101,0	106,5	161,3
Transferências correntes	4 308,6	4 057,2	4 074,5	4 389,2	4 754,7
Para Governos estrangeiros	0,0	254,2	223,4	108,9	142,4
Organismos Internacionais	204,1	277,4	247,6	80,0	153,3
Administração Pública	4 104,6	3 525,6	3 603,4	4 200,4	4 459,0
Benefícios Sociais	3 797,7	3 917,9	4 150,4	4 347,9	4 735,1
Outras despesas correntes	2 025,1	2 421,1	2 052,7	2 339,1	2 319,6
Despesas	34 328,7	34 409,2	35 424,1	37 542,3	41 068,1
Valor a regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Pagamento por conta dos Fundos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Despesas totais	34 328,7	34 409,2	35 424,1	37 542,3	41 068,1

Fonte: Ministério das Finanças

Tabela 5.34 – Resumo das operações financeiras do Estado - valores acumulados em milhões de ECV (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Receitas totais	37 935,3	36 688,2	37 716,4	35 327,4	42 677,7
Receitas Correntes	33 658,3	32 638,3	33 947,2	32 835,2	39 348,6
Receitas de Capital	4 277,0	4 049,9	3 769,2	2 492,2	3 329,1
Despesas totais	34 328,7	34 409,2	35 424,1	37 542,4	41 068,1
Despesas de funcionamento	28 813,9	29 740,8	30 953,4	32 044,2	34 333,5
Despesas correntes de investimento	5 514,8	4 668,4	4 470,7	5 498,2	6 734,6
Resultado Operacional Bruto	3 606,6	2 279,0	2 292,4	-2 215,0	1 609,6
Ativos não Financeiros	17 158,7	20 878,0	16 601,0	9 540,8	8 838,6
Compra de ativos não financeiros	17 208,8	20 879,7	16 614,6	9 850,4	9 122,5
Venda de ativos não financeiros	50,1	1,6	13,6	309,6	283,8
Saldo Global	-13 552,1	-18 599,1	-14 308,6	-11 755,8	-7 229,1
Financiamento	13 826,0	19 106,5	14 090,0	11 606,3	7 359,2
Ativos Financeiros	-2 568,3	-2 551,7	-6 817,2	-5 035,8	-5 091,6
Passivos Financeiros	16 394,2	21 658,2	20 907,2	16 642,0	12 450,9
Interno líquido	2 157,5	3 907,6	1 199,2	1 037,1	1 872,0
Externo líquido	14 236,8	17 750,6	19 707,9	15 604,9	10 578,9
Diferencial de financiamento/ discrepância	273,9	507,4	-218,6	-149,5	130,2

Fonte: Ministério das Finanças



Indicadores e definição

Balança de pagamento

Consiste no registo contabilístico dos fluxos financeiros relativos a todas as transações de um país com o resto do mundo, durante um determinado período de tempo (geralmente um ano).

Balança Comercial

Regista todas as transações de mercadorias entre residentes e não-residentes de um país processadas durante um período de tempo determinado (normalmente, um ano)

Consumo final

É o valor de todos os bens e serviços individuais adquiridos, adicionado ao valor dos serviços coletivos fornecidos pelas administrações públicas à comunidade ou a grandes grupos da comunidade.

Consumo final efetivo das administrações públicas

São as despesas efetuadas pelo governo com serviços de caráter coletivo.

Consumo final efetivo das famílias

São as despesas de consumo das famílias mais o consumo realizado por transferências sociais em espécie das unidades das administrações públicas ou das instituições sem fins lucrativos, ao serviço das famílias.

Exportação de bens e serviços

São bens vendidos (avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias) e os serviços prestados a não residentes.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Engloba as aquisições líquidas de cessões efetuadas por produtores residentes de ativos fixos durante um determinado período, bem como determinados acréscimos



ao valor de ativos não produzidos, obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais.

Importação de bens e serviços

São bens adquiridos (valorizados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete) e serviços prestados pelos países que compõem o resto do mundo.

Impostos

São pagamentos obrigatórios sem contrapartida, em numerário ou em espécie, efetuados por unidades institucionais às unidades de administração pública.

Impostos sobre a produção e importação

São os impostos, taxas e contribuições pagos pelas unidades de produção, na base de normas legais estabelecidas, e que incidem sobre a produção, a comercialização, a importação e a exportação de bens e serviços e sobre a utilização dos fatores de produção.

Impostos sobre os produtos

Trata-se de impostos, taxas e contribuições que incidem sobre os bens e serviços quando são produzidos ou importados, distribuídos, vendidos, transferidos ou de outra forma disponibilizados pelos seus proprietários.

Impostos sobre a produção

São os impostos que sustentam os agentes económicos, devido à sua atividade, independentemente da quantidade ou valor dos bens e serviços produzidos ou vendidos.

Impostos sobre o rendimento

É o valor de Imposto anual que se aplica sobre os rendimentos, lucros e ganhos de capital efetivos ou presumidos de pessoas singulares, das sociedades, famílias ou administrações privadas. Incluem os impostos que incidem sobre a propriedade, terrenos ou imóveis, desde que os mesmos sejam usados como base de estimativa do rendimento dos seus proprietários.



Impostos sobre o valor acrescentado

É um imposto sobre bens e serviços, cobrado por etapas pelas empresas e que, em última instância, é cobrado integralmente aos consumidores finais.

Intermediação financeira

É a atividade pela qual uma unidade institucional adquire ativos e incorre, por sua própria conta, em passivos, através de operações financeiras no mercado. Os ativos e os passivos dos intermediários financeiros apresentam características diferentes, já que, no processo de intermediação financeira, os fundos se transformam ou reagrupam segundo o prazo de vencimento, volume, risco, etc.

Preços correntes

São os preços de produção ou aquisição no momento da transação.

Produto interno bruto a preços de mercado

Corresponde à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos. Pode ser definido de três formas:

- 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos;
- 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços;
- 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia).

Produto Interno Bruto (PIB) per capita

É o rácio entre o PIB no ano pelo total da população média desse ano.



Poupança

É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se for negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Rendimento Nacional Bruto

Corresponde ao produto interno bruto mais os rendimentos líquidos dos fatores de produção, enviados(recebidos) ao (do)resto do mundo.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) a preços de mercado

Representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Taxa de Investimento

Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de Poupança das Famílias

Mede a parte do rendimento disponível que não é utilizada em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Transferências

São as operações nas quais uma unidade institucional provê um bem, serviço ou ativo a outra unidade institucional, sem receber desta, bens, serviços ou ativos, como contrapartida.



Transferências Correntes

São as transferências não classificadas como de capital, afetando diretamente a renda disponível, podendo influenciar o consumo de bens e serviços.

Transferências de Capital

São as transferências, em espécie ou numerário, na qual a propriedade de um ativo é transferida de uma unidade institucional para outra ou quando o numerário é transferido para permitir que o recebedor adquira um ativo.

Valor Acrescentado

É o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. É a contribuição ao produto interno bruto, pelas diversas atividades económicas, obtida pela diferença entre o valor da produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades.

Empresa

É uma entidade (correspondendo a uma unidade jurídica ou a mais pequeno agrupamento de unidades jurídicas ou institucionais) dotada de autonomia de organização e de decisão na afetação de recursos às suas atividades de produção, exercendo uma ou várias atividades, num ou vários locais.

Atividade Económica Principal

Entende-se como a atividade que representa a maior importância no conjunto das atividades exercidas pela atividade económica. A determinação da atividade económica é feita com base nos seguintes critérios:

1. Volume de Negócios;
2. Pessoal ao Serviço;
3. Produção.

Volume de negócios

É o total das importâncias faturadas (em ECV) durante o período de referência, correspondente ao somatório das vendas de mercadorias e/ou produtos e das prestações de serviços.



Número de Trabalhadores da Empresa

Corresponde ao número de pessoas que, no período em referência, participaram efetivamente na atividade da empresa, independentemente do vínculo que tenham, quer recebam ou não um salário.

Índice de Preços no Consumidor

O índice de Preços no Consumidor (IPC) é um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente em Cabo Verde. O IPC não é, desta forma, um indicador do nível de preços registado entre períodos diferentes, mas antes um indicador da sua variação. A estrutura de consumo da atual série do IPC (2007 = 100), bem como os bens e serviços que constituem o cabaz do indicador, foram inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias, realizado entre outubro de 2001 e outubro de 2002. O IPC encontra-se classificado em doze classes de produtos (Classificação do Consumo Individual por Objetivo), e a sua compilação resulta da agregação de três índices de preços regionais (Santiago, São Vicente e Santo Antão). Mais informações sobre a presente série do IPC podem ser obtidas através da consulta da nota metodológica do indicador: “Índice de Preços no Consumidor Base 2007 (IPC07), Metodologia”, contactando a Direção de Estatísticas Económicas e Empresariais do Instituto de Estatística de Cabo Verde.

Ativos Externos Líquidos

Incluem os ativos externos brutos e os passivos externos de curto, médio e longo prazos do Banco de Cabo Verde e das sociedades de depósitos.

Crédito Interno Líquido, inclui:

Crédito Líquido ao Governo, o qual abarca o crédito bruto ao Governo Central, incluindo os Títulos de Consolidação e Mobilização Financeira deduzidos dos empréstimos e depósitos do Governo Central e local, bem como dos Institutos e serviços autónomos e do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

Crédito à Economia

Contempla o crédito concedido às empresas não financeiras privadas pelas sociedades de depósitos, às empresas públicas não financeiras, aos



particulares, às outras instituições financeiras não monetárias, bem como às instituições não financeiras sem fins lucrativos, ao serviço das famílias.

Outros Ativos Líquidos

Registam outros ativos e passivos, contas de capital, fluxos interbancários e flutuações de valores.

Massa Monetária (M2) = M1+ Passivos Quase Monetários

Passivos Monetários (M1)

Incluem notas e moedas em circulação (em poder do público), emissão monetária, menos caixa, nas sociedades de depósitos e os depósitos à ordem de empresas não financeiras privadas, empresas públicas não financeiras, particulares, emigrantes, outras instituições financeiras não monetárias.

Passivos Quase Monetários (Quasi- Moeda)

São depósitos de poupança e depósitos a prazo, em moeda nacional de residentes, incluindo emigrantes, os depósitos a prazo em moeda estrangeira de emigrantes, os depósitos em divisas de residentes, os acordos de recompra de títulos da dívida pública, os depósitos para caução de operações, os cheques e ordens a pagar.

Taxas de Juro praticadas nas Operações passivas e ativas dos Bancos Comerciais

São taxas de juro efetivas calculadas como uma média ponderada das taxas de referência pelos montantes respetivos. São classificadas por tipo e por prazo e estão expressas em percentagem. Estas informações são reportadas ao Banco de Cabo Verde, mensalmente, pelos bancos comerciais.

Taxas de Juro dos Títulos do Tesouro

São taxas expressas em percentagem, resultantes de uma média ponderada das taxas de colocação dos títulos no mercado primário.

Para mais informações, consultar:

www.minfin.gov.cv

www.bcv.cv

www.ine.cv





6 Indústria, Comércio e Serviços

O presente tema é constituído por estatísticas relacionadas aos subtemas indústrias, comércio, turismo, transporte, informação, comunicação, ciência e tecnologia. Deste modo, são apresentados os principais indicadores, por forma a permitir uma análise mais profunda das características de cada setor e, ao mesmo tempo, conhecer a evolução dos indicadores mais pertinentes.

6.1 Indústria

As empresas do setor das indústrias aumentaram 24,1%, de 2011 a 2015, tendo atingido 974 empresas em 2015 (um aumento de 189 empresas). Das 974 empresas de indústria em 2015, 24% trabalhavam na fabricação de mobiliário e de colchões, 18,7%, no ramo de indústrias alimentares e 12,3%, na fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 – Empresas de setor de indústria, por divisão da CAE CV – Rev.1 (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	785	995	938	962	974
08 - Outras Indústrias Extrativas	13	12	13	15	15
10 - Indústrias Alimentares	141	169	173	174	182
11 - Indústrias das Bebidas	82	123	91	90	97
12 - Indústrias do Tabaco	1	1	1	1	1
13 - Fabricação de Têxteis	1	1	1	1	0
14 - Indústria do Vestuário	56	80	81	87	83
15 - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro e Indústria do calçado	2	4	1	1	1
16 - Indústria da Madeira, Exceto Mobiliário, da Cortiça e Obras	103	109	111	112	113
17 - Indústria da Pasta, Papel, Cartão e seus Artigos	0	0	1	1	1
18 - Impressão e Reprodução de Suportes Gravados	31	43	37	36	45
19 - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e...	1	1	1	1	0
20 - Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas	15	11	11	11	10
21 - Fabricação de Produtos Farmacêuticos de Base e de Preparação	1	1	1	1	1
22 - Fabricação de Artigos de Borracha e de Materiais Plásticos	3	3	2	2	1
23 - Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	40	40	37	34	34
24 - Indústrias Metalúrgicas de Base	0	0	0	0	1
25 - Fabricação de Produtos Metálicos, Exceto Máquinas e Equipamentos	99	110	109	119	120
26 - Fabricação de Equipamentos Informáticos, Equipamentos para Construção	2	2	1	2	2
27 - Fabricação de Equipamento Elétrico	0	0	0	0	3
31 - Fabricação de Mobiliário e de Colchões	170	261	238	244	234
32 - Indústrias Transformadoras	7	6	6	6	7
33 - Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamento	17	18	22	24	23

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Indústria, Comércio e Serviços

De 2011 a 2015, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na indústria alimentar (+ 388 pessoas ao serviço). Nota-se, ainda, que na indústria do vestuário, o pessoal ao serviço ultrapassou o dobro, entre 2011 e 2015 (+ 250 pessoas ao serviço). Em 2015, as indústrias alimentares empregaram cerca de 36% do pessoal ao serviço que labora no setor da indústria (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Pessoal ao serviço nas Empresas de setor de indústria, por Divisão da CAE CV – Rev.1 (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	6 670	6 792	6 856	7 140	6 867
08 - Outras Indústrias Extrativas	116	107	106	109	131
10 - Indústrias Alimentares	2 068	1 987	2 172	2 373	2 456
11 - Indústrias das Bebidas	593	758	724	739	744
12 - Indústrias do Tabaco
13 - Fabricação de Têxteis
14 - Indústria do Vestuário	245	336	321	505	495
15 - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro e Indústria do calçado	...	236
16 - Indústria da Madeira, Exceto Mobiliário, da Cortiça e Obras	488	326	295	283	392
17 - Indústria da Pasta, Papel, Cartão e seus Artigos
18 - Impressão e Reprodução de Suportes Gravados	341	338	309	268	284
19 - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e...
20 - Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas	205	190	184	204	201
21 - Fabricação de Produtos Farmacêuticos de Base e de Preparação
22 - Fabricação de Artigos de Borracha e de Materiais Plásticos	69	68	...	63	55
23 - Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	453	401	422	391	408
24 - Indústrias Metalúrgicas de Base
25 - Fabricação de Produtos Metálicos, Exceto Máquinas e Equipamentos	771	837	807	735	421
26 - Fabricação de Equipamentos Informáticos, Equipamentos para Construção
27 - Fabricação de Equipamento Elétrico
31 - Fabricação de Mobiliário e de Colchões	662	808	720	753	527
32 - Indústrias Transformadoras	23	15	15	18	24
33 - Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamento	230	260	300	315	328

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Indústria, Comércio e Serviços

Os dados da tabela 6.3 mostram que a indústria alimentar vem fortalecendo o seu peso, no tocante ao volume de negócios do setor da indústria. Entre 2011 e 2015, a indústria alimentar aumentou 63,5% do total do volume de negócios (4.767.788 escudos).

Tabela 6.3 – Volume de negócios (em mil ECV) das empresas do setor de indústria, por divisão da CAE CV– Rev.1 (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	19 878 474	19 708 702	19 376 874	19 613 175	23 916 682
08 - Outras Indústrias Extrativas	429 762	294 353	183 710	229 440	346 840
10 - Indústrias Alimentares	7 513 787	7 319 500	7 541 194	8 058 619	12 281 575
11 - Indústrias das Bebidas	3 686 111	3 727 885	3 791 507	3 679 882	4 008 366
12 - Indústrias do Tabaco
13 - Fabricação de Têxteis
14 - Indústria do Vestuário	381 689	319 228	353 571	436 617	493 708
15 - Indústria do Couro e dos Produtos do Couro e Indústria do calçado	...	394 955
16 - Indústria da Madeira, Exceto Mobiliário, da Cortiça e Obras	283 231	345 661	252 327	247 968	267 629
17 - Indústria da Pasta, Papel, Cartão e seus Artigos
18 - Impressão e Reprodução de Suportes Gravados	572 148	429 385	423 456	386 636	467 942
19 - Fabricação de Coque, Produtos Petrolíferos Refinados e...
20 - Fabricação de Produtos Químicos e de Fibras Sintéticas	1 166 774	1 610 087	1 674 453	1 243 874	1 203 981
21 - Fabricação de Produtos Farmacêuticos de Base e de Preparação
22 - Fabricação de Artigos de Borracha e de Materiais Plásticos	140 507	140 632
23 - Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	1 463 500	1 199 342	976 658	1 245 382	1 018 443
24 - Indústrias Metalúrgicas de Base					
25 - Fabricação de Produtos Metálicos, Exceto Máquinas e Equipamentos	1 424 559	1 460 600	1 248 191	1 195 652	834 420
26 - Fabricação de Equipamentos Informáticos, Equipamentos para Construção
27 - Fabricação de Equipamento Elétrico
31 - Fabricação de Mobiliário e de Colchões	807 568	633 503	628 365	630 897	573 718
32 - Indústrias Transformadoras	11 358	5 239	5 914	7 422	6 592
33 - Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamento	497 605	527 033	468 176	409 319	511 981

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Indústria, Comércio e Serviços

As empresas das indústrias alimentares e das bebidas, em 2015, contribuíram 51,4% e 16,8%, respetivamente, no volume de negócio total da atividade industrial. Em conjunto, estas empresas representam mais de dois terços (68,2%) do volume de negócios da referida atividade, conforme ilustra o gráfico 6.1.

Gráfico 6.1 – Proporção do volume de negócios do setor de indústria (2015), segundo as principais divisões da CAE CV – Rev.1



Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



6.2 Comércio Interno

Em 2015, das 4.379 empresas que se dedicavam ao comércio, 88% das mesmas encontravam-se no comércio a retalho. Empregavam cerca de 72% do total de pessoal ao serviço e detinham 37% do volume de negócios. Contudo, as empresas do comércio a grosso possuíam maior volume de negócios do setor (59%) - Tabela 6.4 -.

Tabela 6.4 – Estrutura do tecido empresarial do setor do comércio (2015)

	Efetivo		Pessoal ao serviço		Volume de negócios	
	N.º	%	N.º	%	Valor (Milhões de ECV)	%
Cabo Verde	4 379	100	12 296	100	95 316	100
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	268	6	1 029	8	3 392	4
46 - Comércio por Grosso	272	6	2 440	20	56 429	59
47 - Comércio a Retalho	3 839	88	8 827	72	35 495	37

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Da tabela 6.5, constata-se que 80,3% das empresas de comércio são consideradas microempresas, 13,5%, pequenas empresas e cerca de 6%, médias e grandes empresas. Verifica-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) representava cerca de 91% das microempresas, 76% das pequenas empresas e 64% das médias e grandes empresas.

Tabela 6.5 – Unidades comerciais segundo a dimensão das empresas (2015)

	Dimensão das unidades comerciais		
	Micro	Pequena	Média & Grande
Cabo Verde	3 516	593	270
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	191	58	19
46 - Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	111	84	77
47 - Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	3 214	451	174

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Em 2015, cerca de 85% das empresas do setor do comércio eram Empresas em Nome Individual (ENI). Nota-se ainda que o comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos) albergava 91,8% das ENI, 66,1% das empresas de Sociedade Por Quotas (SPQ) e 50% das empresas de Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada (SARL) - Tabela 6.6 -.

Tabela 6.6 – Empresas do setor do comércio, segundo a forma jurídica (2015)

	Forma jurídica		
	ENI	SPQ	SARL e Outras
Cabo Verde	3 718	595	66
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	201	60	7
46 - Comércio por Grosso	104	142	26
47 - Comércio a Retalho	3 413	393	33

ENI – Empresas em Nome Individual

SPQ – Sociedade por Quota

SARL – Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Analisando a tabela 6.7, constata-se que 92,1% das empresas que se dedicam ao comércio têm até 5 pessoas ao serviço. Destas empresas, a maioria (89,7%) pertencia ao ramo de comércio a retalho (exceto de veículos automóveis e motociclos).

Tabela 6.7 – Empresas do setor do comércio, segundo escalões de pessoal ao serviço (2015)

	Escalão de pessoal ao serviço			
	1-5	6-10	11-20	21 e mais
Cabo Verde	4 032	206	83	58
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	225	28	8	7
46 - Comércio por Grosso	189	39	21	23
47 - Comércio a Retalho	3 618	139	54	28

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em 2015, no tocante ao volume de negócios do setor do comércio, 15,1% pertenciam às empresas com número inferior ou igual a 5 pessoas ao serviço e 64,7% às com número superior ou igual a 21 pessoas ao serviço. Estas empresas acumularam cerca de 80% da totalidade do volume de negócios do referido setor (Tabela 6.8).



Indústria, Comércio e Serviços

Tabela 6.8 – Volume de negócios (em milhões de ECV) das empresas de comércio, por grupos da CAE – Rev. 1 e por escalões de pessoal ao serviço (2015)

	Escalão de pessoal ao serviço			
	1-5	6-10	11-20	21 e mais
Cabo Verde	14 370	9 614	9 696	61 636
45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	1 209	392	204	1 587
46 - Comércio por Grosso, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	3 604	4 531	2 424	45 870
47 - Comércio a Retalho, Exceto de Veículos Automóveis e Motociclos	9 558	4 691	7 067	14 179

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Em 2015, a maior parte das empresas (65,5%) esteve envolvida com o comércio (a retalho e grosso), com predominância alimentar (73,4% em 2011), empregando cerca de 53% do total do pessoal ao serviço do setor (45% em 2011) e contribuindo com 45,6% no volume de negócio total da atividade comercial (44% em 2011) - Tabelas 6.9, 6.10 e 6.11 -

Tabela 6.9 – Empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	4 502	4 366	4 281	4 329	4 379
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	3 138	2 801	2 813	2 815	2 743
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	168	128	115	109	125
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	63	73	59	74	68
Restantes Empresas do Comércio	1 133	1 364	1 294	1 331	1 443

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

Tabela 6.10 – Pessoal ao serviço das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	14 351	12 847	12 253	11 926	12 296
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	5 049	5 378	5 112	4 876	5 356
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	1 413	1 611	1 437	1 236	1 168
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	246	239	154	208	132
Restantes Empresas do Comércio	7 643	5 619	5 550	5 606	5 640

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Indústria, Comércio e Serviços

Tabela 6.11 – Volume de negócios (em milhões ECV) das empresas de comércio a grosso e a retalho, com e sem predominância alimentar (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	103 228	97 308	93 843	96 259	95 316
Empresas de Comércio a Retalho com predominância alimentar	18 412	13 870	13 552	13 331	17 539
Empresas de Comércio a Grosso com predominância alimentar	26 981	27 570	27 827	27 256	25 896
Empresas de Comércio a Retalho sem predominância alimentar	220	306	311	450	476
Restantes empresas do Comércio	57 615	55 562	52 153	55 223	51 405

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No geral, registou-se uma diminuição de 2,7% no número de empresas comerciais, entre 2011 e 2015, isto é, uma redução de 123 empresas. A ilha do Fogo apresentou maior diminuição, tanto em termos absolutos (- 167 empresas) como em termos relativos (-42%), no mesmo período. Em 2015, excetuando as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Maio e Santiago, todas as demais apresentaram uma redução no número de empresas que se dedicam ao comércio (Tabela 6.12).

Tabela 6.12 – Empresas do setor do comércio, por ilhas (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	4 502	4 366	4 281	4 329	4 379
Santo Antão	422	464	450	453	454
S. Vicente	944	899	887	891	888
S. Nicolau	171	188	233	175	200
Sal	329	315	308	323	316
Boa Vista	91	120	117	161	87
Maio	136	103	58	25	167
Santiago	1 929	1 926	1 878	1 940	1 962
Fogo	397	296	312	304	230
Brava	83	55	38	57	75

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

No período de 2011 a 2015, em termos gerais, registou-se uma diminuição de 14,3% no total de pessoas ao serviço, no comércio. Das 12.296 pessoas ao serviço no setor do comércio em 2015, 47,3% estavam na ilha de Santiago, que também albergava 44,8% das empresas comerciais do país (Tabela 6.13).



Tabela 6.13 – Pessoal ao serviço nas empresas do sector do comércio, por ilhas (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	14 351	12 847	12 253	11 926	12 296
Santo Antão	928	790	740	732	842
S. Vicente	3 131	3 033	3 027	2 813	3 056
S. Nicolau	362	357	385	240	329
Sal	1 491	966	992	942	998
Boa Vista	326	270	253	446	342
Maio	375	197	120	75	245
Santiago	6 774	6 513	6 074	6 046	5 810
Fogo	769	604	573	496	525
Brava	195	117	89	136	148

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

De 2011 a 2015, o volume de negócios do setor do comércio teve uma diminuição de 7,7% e, em 2015, atingiu 95.316 milhões de escudos. O volume de negócios das empresas deste setor apresenta grande heterogeneidade regional. Em 2015, as ilhas de Santiago e São Vicente representaram, conjuntamente, 85% do volume de negócios na área do comércio do país (Tabela 6.14).

Tabela 6.14 – Volume de negócios (em milhões de ECV) das empresas de comércio, por ilhas (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	103 228	97 308	93 843	96 259	95 316
Santo Antão	2 419	1 903	1 963	2 132	2 103
S. Vicente	42 648	42 613	39 389	39 719	37 018
S. Nicolau	764	554	696	549	465
Sal	7 822	7 290	7 533	7 395	8 663
Boa Vista	1 015	1 042	1 161	1 240	1 086
Maio	465	364	305	166	271
Santiago	46 201	41 936	41 172	43 555	44 013
Fogo	1 587	1 346	1 379	1 217	1 245
Brava	307	260	245	286	454

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Tabela 6.15 – Empresas do setor do comércio, por concelhos (2015)

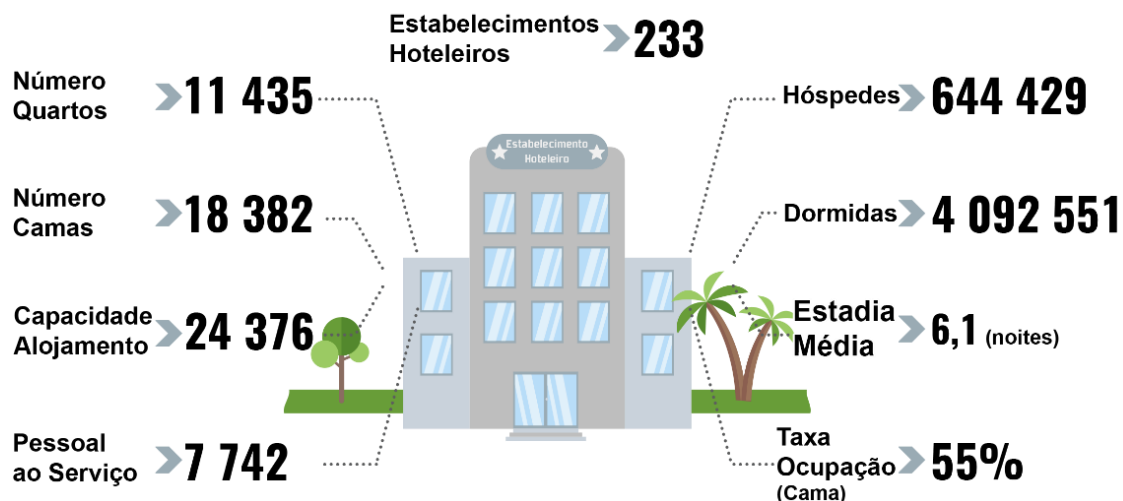
	45 - Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automóveis	46 - Comércio por Grosso	47 - Comércio a Retalho
Cabo Verde	268	272	3 839
Ribeira Grande	5	1	209
Paul	3	2	93
Porto Novo	7	4	128
S. Vicente	52	57	780
Ribeira Brava	8	6	121
Tarfal de S. Nicolau	3	1	60
Sal	20	35	261
Boa Vista	6	7	74
Maio	4	1	162
Tarfal	6	0	162
Santa Catarina	26	33	189
Santa Cruz	4	2	158
Praia	95	118	864
S. Domingos	5	0	101
S. Miguel	3	1	102
S. Salvador do Mundo	3	0	45
S. Lourenço dos Órgãos	0	1	23
Ribeira Grande de Santiago	0	0	23
Mosteiros	3	1	43
S. Filipe	14	2	138
Santa Catarina do Fogo	1	0	28
Brava	0	0	75

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



6.3 Turismo

Figura 6.1 – Indicadores da oferta e procura turística (2016)



6.3.1 Oferta Turística

No período de 2012 a 2016, o número de estabelecimentos hoteleiros passou de 207 para 233, correspondendo a um acréscimo de 12,6% (+ 26 estabelecimentos hoteleiros) - Tabela 6.16 -.

Tabela 6.16 – Número de estabelecimentos, quartos, camas, capacidade de alojamento e pessoal ao serviço (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
N.º Estabelecimentos	207	222	229	226	233
N.º de Quartos	8 522	9 058	10 839	10 626	11 435
N.º de Camas	14 999	15 995	18 188	18 055	18 382
Capacidade de Alojamento	18 194	19 428	23 171	22 954	24 376
Pessoal ao Serviço	5 385	5 755	6 282	6 426	7 742

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro



Analisando a tabela 6.17, por tipo de estabelecimentos de alojamento, observam-se aumentos significativos nos dados das residenciais (+ 19 estabelecimentos) e dos hotéis (+ 16 estabelecimentos). A maior diminuição, de 2012 a 2016, ocorreu nas pensões (- 10 estabelecimentos).

Tabela 6.17 – Número de estabelecimentos por tipo de estabelecimento de alojamento (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	207	222	229	226	233
Hotéis	48	54	54	59	64
Pensões	69	71	70	64	59
Pousadas	7	12	8	6	8
Hotéis-apartamentos	14	14	21	19	17
Aldeamentos turísticos	11	11	7	7	8
Residenciais	58	60	69	71	77

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

O pessoal ao serviço aumentou 43,8%, de 2012 a 2016. Os hotéis continuaram a empregar o maior número de pessoas, representando, em 2016, cerca de 84% do total do pessoal, seguindo-se as pensões e as residenciais, com, respetivamente, 4,6% e 4,2% (Tabela 6.18).

Tabela 6.18 – Pessoal ao serviço, por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	5 385	5 755	6 282	6 426	7 742
Hotéis	4 252	4 651	5 042	5 266	6 517
Pensões	397	382	390	384	357
Pousadas	46	67	54	48	57
Hotéis-apartamentos	146	147	271	193	183
Aldeamentos turísticos	286	275	262	245	304
Residenciais	258	233	263	290	324

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

Os dados da tabela 6.19 mostram, em termos gerais, um aumento do número de estabelecimentos turísticos em 13%, de 2012 a 2016. A ilha de Santo Antão apresentou maior evolução (31,3%), enquanto a do Sal foi a única a registar uma diminuição, passando de 30 para 29 estabelecimentos hoteleiros, no mesmo período. Boa Vista manteve o mesmo número que tinha em 2012.



Tabela 6.19 – Número de estabelecimentos hoteleiros, por Ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	207	222	229	226	233
Santo Antão	32	39	41	42	42
S. Vicente	33	32	37	40	41
S. Nicolau	8	7	9	9	9
Sal	30	31	30	28	29
Boa Vista	22	20	21	20	22
Maio	7	7	8	9	9
Santiago	46	50	51	49	50
Fogo	21	26	23	22	22
Brava	8	10	9	7	9

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro

De 2012 a 2016, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do pessoal ao serviço foi registado na ilha do Sal (+ 1.966). Em 2016, as ilhas do Sal e da Boa Vista empregaram, juntas, cerca de 77% do pessoal ao serviço. Registou-se uma diminuição no pessoal ao serviço na ilha do Fogo (de 114, em 2011, para 110, em 2016, quando, em 2015, era de 116 (Tabela 6.20).

Tabela 6.20 – Pessoal ao serviço nos estabelecimentos de alojamento turístico, por ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	5 385	5 755	6 282	6 426	7 742
Santo Antão	209	213	203	227	230
S. Vicente	369	384	425	473	515
S. Nicolau	35	28	35	38	37
Sal	2 104	2 469	2 938	2 914	4 070
Boa Vista	1 802	1 766	1 768	1 794	1 910
Maio	23	25	21	25	25
Santiago	705	712	755	818	819
Fogo	114	130	110	116	110
Brava	24	28	27	21	26

Fonte: INE, Inventário Anual de Estabelecimento Hoteleiro



6.3.2 Procura Turística

O número de hóspedes, no ano de 2016, atingiu o valor de 664.429, correspondendo a um aumento de 20,7%, quando comparado com o ano de 2012.

Em 2016, observou-se que os hotéis continuaram sendo os estabelecimentos de alojamento turístico mais procurados, representando 84,3% do total das entradas. Seguem-se os aldeamentos turísticos e as residenciais, com cerca de 6% e 4%, respetivamente (Tabela 6.21).

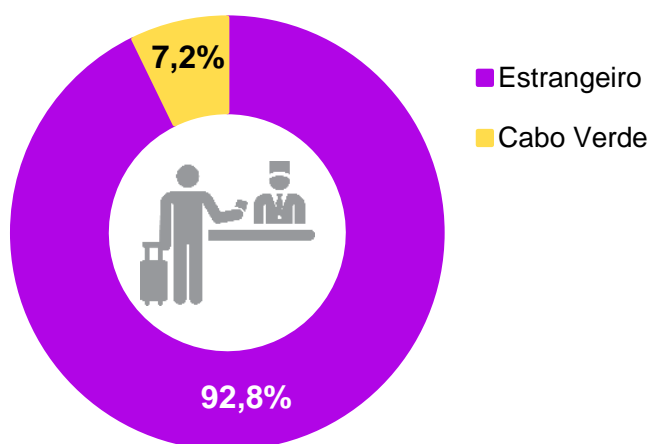
Tabela 6.21 – Hóspedes por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	533 877	552 144	539 621	569 387	644 429
Hotéis	453 589	476 552	468 341	497 743	543 128
Pensões	27 805	27 161	22 109	18 977	20 051
Pousadas	5 034	4 722	4 330	4 394	4 743
Hotéis-apartamentos	7 658	8 653	8 415	10 054	13 482
Aldeamentos turísticos	14 379	9 822	15 983	11 921	35 672
Residenciais	25 412	25 234	20 443	26 298	27 353

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Dos 664.429 hóspedes registados em 2016, 92,8% residem habitualmente no estrangeiro e apenas 7,2% residem em Cabo Verde (Gráfico 6.2).

Gráfico 6.2 – Hóspedes segundo residência habitual (2016)





Indústria, Comércio e Serviços

Os hóspedes que visitaram Cabo Verde, em 2016, provieram, essencialmente, do Reino Unido (20,5%), Alemanha (11,1%), França (10,1%) e Portugal (10,1%). Nota-se, ainda uma certa diversificação dos hóspedes, pelo facto de que os “outros países” aumentaram significativamente a sua contribuição, em termos de hóspedes e, em 2016, já participavam com 20,1% do total das entradas de turistas (Tabela 6.22).

Tabela 6.22 – Hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	533 877	552 144	539 621	569 387	644 429
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	49 358	46 981	44 018	47 999	44 942
Estrangeiros	2 252	2 289	1 871	1 666	1 455
Estrangeiros					
África do Sul	278	1 321	351	232	611
Alemanha	67 306	74 238	68 834	76 451	71 448
Áustria	1 571	1 980	2 215	2 351	1 562
Bélgica +Holanda	34 608	46 556	50 943	60 473	62 391
Espanha	12 714	9 741	8 165	9 412	10 732
Estados Unidos	4 906	4 209	3 401	4 282	4 874
França	69 593	74 239	61 992	56 458	64 861
Reino Unido	115 238	94 709	96 865	126 685	131 793
Itália	30 345	30 769	28 029	27 086	48 824
Portugal	67 790	58 070	60 161	61 979	64 899
Suíça	3 767	4 134	5 260	5 450	6 767
Outros países	74 151	102 908	107 516	88 863	129 270

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 6.23 – Hóspedes por habitante, proporção de hóspedes estrangeiras/os, e proporção de dormidas nos principais estabelecimentos de alojamento (2012-2016)

	Hóspedes por habitante	Hóspedes estrangeiras/os (%)	Dormidas nos hotéis (%)
2012	1,06	91,03	91,76
2013	1,08	90,75	91,52
2014	1,04	91,84	91,30
2015	1,08	91,28	93,47
2016	1,21	92,80	91,09

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



Indústria, Comércio e Serviços

As dormidas apresentaram uma tendência semelhante à do número de hóspedes. No período de 2012 a 2016, verificou-se um aumento de 22,7% nas dormidas.

Em 2016, o Reino Unido também permaneceu no primeiro lugar, com 30,0% do total, seguido de Alemanha, Países Baixos (Bélgica + Holanda), França e Portugal, com 12,9%, 11,7%, 8,0% e 7,8%, respetivamente (Tabela 6.24).

Tabela 6.24 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por país de residência habitual dos hóspedes (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	3 334 275	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	141 693	142 568	122 688	130 069	122 423
Estrangeiros	8 058	13 615	7 873	7 053	5 835
Estrangeiros					
África do Sul	851	3 796	1 653	658	1 082
Alemanha	495 341	528 136	511 329	575 541	529 586
Áustria	9 282	10 877	13 172	13 227	7 489
Bélgica + Holanda	245 814	326 580	385 717	458 957	478 660
Espanha	62 873	45 758	37 905	42 311	43 356
Estados Unidos	12 286	12 837	9 605	11 380	14 174
França	300 622	317 955	285 160	279 617	325 497
Reino Unido	1 057 852	836 425	839 485	1 148 335	1 225 913
Itália	215 113	218 026	199 474	189 959	259 806
Portugal	318 099	323 956	316 365	322 948	318 095
Suíça	18 060	29 943	28 319	27 559	35 989
Outros países	448 331	625 639	656 087	502 386	724 646

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Relativamente às dormidas por tipo de estabelecimento, em 2016, os hotéis representaram 91,1%, os aldeamentos turísticos, 3,5% e as residenciais, 2,1% (Tabela 6.25). A Ilha do Sal continua a ter mais dormidas, com 50,4% do total, seguida da Boa Vista (40,7%) e Santiago (3,7%) - Tabela 6.26 -.



Tabela 6.25 – Dormidas por tipo de estabelecimentos de alojamento turístico (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	3 334 275	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551
Hotéis	3 059 596	3 144 564	3 117 767	3 467 877	3 728 012
Pensões	70 764	93 240	68 899	51 524	57 767
Pousadas	9 696	16 078	13 728	12 215	12 719
Hotéis-apartamentos	28 050	39 414	46 355	36 097	62 864
Aldeamentos turísticos	93 941	62 073	105 912	69 423	144 159
Residenciais	72 228	80 742	62 171	72 864	87 030

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 6.26 – Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico, por Ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	3 334 275	3 436 111	3 414 832	3 710 000	4 092 551
S. Vicente	86 380	99 328	98 622	102 095	109 526
Sal	1 406 543	1 481 980	1 577 406	1 823 603	2 062 034
Boa Vista	1 579 412	1 553 125	1 470 899	1 544 378	1 664 983
Santiago	145 864	173 620	161 339	143 786	150 830
Restantes Ilhas	116 076	128 058	106 566	96 138	105 178

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 6.27 – Taxa de variação anual de hóspedes e dormidas (2012-2016)

	Hóspedes	Dormidas
2012	12,3	17,9
2013	3,4	3,1
2014	-2,3	-0,6
2015	5,5	8,6
2016		
Total	13,2	10,3
Hotéis	9,1	7,5
Pensões	5,7	12,1
Pousadas	7,9	4,1
Hotéis-apartamentos	34,1	74,2
Aldeamentos turísticos	199,2	107,7
Residenciais	4,0	19,4

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

De 2012 a 2016, constatou-se um ligeiro aumento nas estadias, que passaram de 6 para 6,1 noites, traduzindo-se num aumento de 1,7%. Os turistas do Reino Unido foram os que tiveram maior permanência média em Cabo Verde e, no ano 2016, permaneceram 9,1 noites (Tabela 6.28).



Tabela 6.28 – Estadia média de hóspedes, por país de residência habitual (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	6,0	5,9	6,0	6,3	6,1
Cabo Verde					
Cabo-verdianos	2,7	2,8	2,6	2,6	2,6
Estrangeiros	3,3	5,4	3,6	3,8	3,7
Estrangeiros					
África do Sul	2,9	2,7	3,9	2,7	1,7
Alemanha	7,2	6,5	7,1	7,3	7,1
Áustria	5,6	5,2	5,7	5,4	4,4
Bélgica + Holanda	7,0	6,8	7,3	7,4	7,4
Espanha	4,6	4,4	4,4	4,3	3,9
Estados Unidos	2,4	2,9	2,7	2,5	2,8
França	4,1	4,0	4,2	4,7	4,8
Reino Unido	9,1	8,8	8,6	8,9	9,1
Itália	6,7	6,6	6,7	6,6	5,2
Portugal	4,4	5,2	5,0	4,9	4,7
Suíça	4,5	6,4	5,0	4,8	5,0
Outros países	5,7	5,7	5,7	5,4	5,4

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

Tabela 6.29 – Estadia média nos estabelecimentos hoteleiros, por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	6,0	5,9	6,0	6,3	6,1
Hotéis	6,5	6,3	6,4	6,7	6,6
Pensões	2,5	3,1	2,9	2,6	2,7
Pousadas	1,9	3,1	2,9	2,6	2,5
Hotéis-apartamentos	3,4	4,1	4,8	3,3	4,3
Aldeamentos turísticos	5,1	5,4	6,5	5,7	4,0
Residenciais	2,5	3,0	2,8	2,6	2,9

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes

A taxa de ocupação-cama apresentou uma diminuição de 3,5%, no período de 2012 a 2016. Em 2016, os hotéis foram os estabelecimentos hoteleiros com maior taxa de ocupação – cama (64%). Surgem, depois, os aldeamentos turísticos e as pousadas com 36% e 24%, respetivamente (Tabela 6.30).

Tabela 6.30 – Taxa de ocupação-cama (%), por tipo de estabelecimento de alojamento turístico (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	57	56	53	49	55
Hotéis	66	65	62	57	64
Pensões	18	22	16	11	14
Pousadas	20	28	23	21	24
Hotéis-apartamentos	23	28	24	15	21
Aldeamentos turísticos	23	23	28	19	36
Residenciais	21	23	18	17	18

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



Indústria, Comércio e Serviços

Em 2016, em média, a taxa de ocupação-cama, a nível geral, foi de 55%, superior à registada em 2015 (49%). As ilhas da Boa Vista e do Sal tiveram as maiores taxas de ocupação – cama com 82% e 58%, respetivamente (Tabela 6.31).

Tabela 6.31 – Taxa de ocupação-cama (%), por Ilha (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	57	56	53	49	55
S. Vicente	23	25	24	24	23
Sal	57	58	56	49	58
Boa Vista	82	81	76	76	82
Santiago	26	25	23	21	20
Restantes Ilhas	18

Fonte: INE, Inquérito mensal à movimentação de hóspedes



6.4 Transportes

6.4.1 Transportes Terrestres

De 2012 a 2015, as licenças de condução emitidas diminuíram 7,7%, tendo atingido 2.765 licenças de condução, em 2015. Das licenças emitidas em 2015, cerca de 71% correspondiam à categoria dos veículos ligeiros não profissionais e 17,2%, ligeiros profissionais (Tabela 6.32).

Tabela 6.32 – Licença de condução emitida, por tipo de veículos (2012-2015)

		2012	2013	2014	2015
Total		2 996	2 739	3 004	2 765
Ligeiros	Profissional	224	219	237	475
	Não Profissional	2 425	2 264	2 600	1 973
	Troca Com Estrangeiro	0	0	27	0
Pesados	Profissional	310	134	68	236
	Troca Com Estrangeiro	0	0	0	0
Motociclo		37	122	72	81

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

No período de 2012 a 2015, em termos gerais, registou-se um aumento de 12,4%, no total dos veículos matriculados. Em 2015, cerca de 70% foram veículos ligeiros, 20% motociclos/quadriciclos e 10,4% veículos pesados (Tabela 6.33).

Tabela 6.33 – Veículos matriculadas, por tipo (2012-2015)

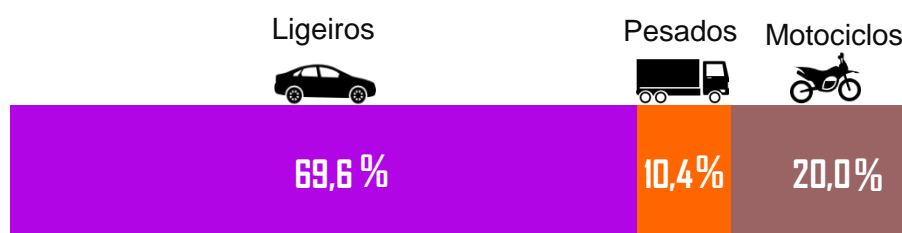
	2012	2013	2014	2015
Total	2 107	1 742	2 004	2 368
Ligeiros	1 450	1 200	1 330	1 647
Pesados	221	183	184	247
Motociclo/ Quadriciclo	436	359	490	474

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)



Indústria, Comércio e Serviços

Gráfico 6.3 – Proporção de veículos matriculados, por tipo (2015)



Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

De 2012 a 2015, o crescimento mais significativo, em termos absolutos, das viaturas inspecionadas, foi registado na ilha de Santiago (+ 4.270 viaturas inspecionadas). As ilhas de Santiago e São Vicente representaram, cumulativamente, 75,1% do total das viaturas inspecionadas, no ano 2015 (Tabela 6.34).

Tabela 6.34 – Veículos inspeccionados, por ilha (2012-2015)

	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	22 515	26 045	28 196	29 551
Santo Antão	1 264	898	1 609	1 722
S. Vicente	4 040	4 714	5 000	5 206
S. Nicolau	712	596	224	977
Sal	1 845	2 415	1 759	2 746
Boa Vista	180	797	838	10
Santiago	12 709	14 765	16 891	16 979
Maio	372	231	199	213
Fogo	928	1 189	1 676	1 505
Brava	465	440	0	193

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

Os dados da tabela 6.35 mostram que, de 2011 a 2015, as diminuições mais expressivas, em termos absolutos, do número de acidentes, foram registadas nos concelhos da Praia (-269 acidentes), de São Filipe (-71 acidentes) e de São Vicente (-41 acidentes). Em 2015, as ilhas de Santiago e São Vicente registaram 61,5% e 11,8%, respetivamente, do número de acidentes ocorridos.

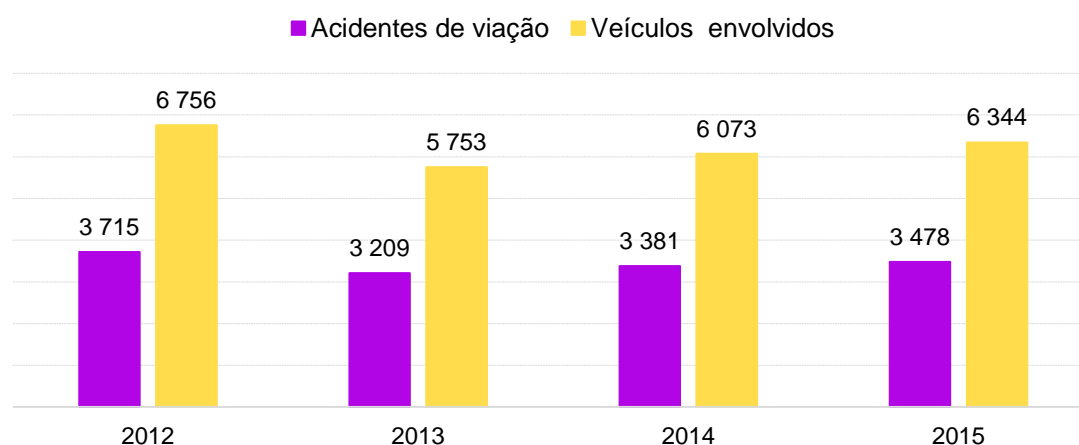


Tabela 6.35 – Número de acidentes de viação, por concelho (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	3 911	3 715	3 209	3 381	3 478
Ribeira Grande	47	40	29	43	39
Paul	7	17	17	26	13
Porto Novo	46	44	45	44	36
S. Vicente	453	484	452	438	412
Ribeira Brava	23	33	15	16	23
Tarrafal de S. Nicolau	12	7	15	15	17
Sal	153	173	132	149	170
Boa Vista	54	49	82	95	59
Maio	18	16	14	17	9
Tarrafal	36	31	23	33	48
Santa Catarina	169	151	106	120	135
Santa Cruz	124	122	84	97	89
Praia	2 407	2 197	1 914	2 010	2 138
S. Domingos	83	88	59	63	62
S. Miguel	37	25	23	33	35
S. Salvador do Mundo	33	34	34	33	48
S. Lourenço dos Órgãos	38	32	28	39	43
Ribeira Grande de Santiago	15	17	17	15	9
Mosteiros	16	27	27	17	31
S. Filipe	120	93	75	71	49
Santa Catarina do Fogo	13	24	11	10	6
Brava	7	11	7	9	13

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

Gráfico 6.4 – Acidentes de viação e veículos envolvidos (2012-2015)



Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)



Tabela 6.36 – Condutores envolvidos em acidentes de viação, por faixa etária e sexo (2012-2015)

		2012	2013	2012	2015
Total	Masculino	6 204	5 523	6 204	5 851
	Feminino	404	437	404	447
Menor 18 anos	Masculino	20	9	20	11
	Feminino	1	1	1	0
18 - 31 anos	Masculino	2 329	2 061	2 329	2 061
	Feminino	95	101	95	99
32 - 45 anos	Masculino	2 461	2 195	2 461	2 359
	Feminino	180	212	180	217
Maior 45 anos	Masculino	1 394	1 258	1 394	1 420
	Feminino	128	123	128	131

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

De 2011 a 2015, registou-se uma diminuição de 27,1% no número de mortos em acidentes de viação. Em 2015, o maior aumento ocorreu no concelho do Sal (+5 mortos em acidentes). De um modo geral, foram observadas diminuições no número de mortos em acidente de viação, na maioria dos concelhos do país (Tabela 6.37).

Tabela 6.37 – Número de mortos em acidentes de viação, por concelho (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	48	50	41	43	35
Ribeira Grande	3	1	1	1	2
Paul	0	0	0	0	0
Porto Novo	1	0	1	0	0
S. Vicente	10	7	6	4	4
Ribeira Brava	2	2	1	1	0
Tarrafal de S. Nicolau	0	2	0	0	0
Sal	0	2	1	4	5
Boa Vista	0	3	0	2	2
Maio	1	0	1	0	0
Tarrafal	1	6	2	1	2
Santa Catarina	7	3	8	0	1
Santa Cruz	0	1	1	2	1
Praia	13	10	13	13	10
S. Domingos	0	2	1	3	2
S. Miguel	1	1	1	1	0
S. Salvador do Mundo	1	1	0	4	3
S. Lourenço dos Órgãos	2	2	0	3	2
Ribeira Grande de Santiago	1	1	2	1	0
Mosteiros	0	0	0	0	1
S. Filipe	4	3	0	1	0
Santa Catarina do Fogo	1	3	1	1	0
Brava	0	0	1	1	0

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)



Indústria, Comércio e Serviços

De 2011 a 2015, as diminuições mais expressivas, em termos absolutos, do número de feridos foram registadas nos concelhos de Ribeira Grande de Santiago (- 12 feridos) e de Porto Novo (- 29 feridos). Em 2015, os concelhos da Praia e de São Vicente representaram 42,5% do total do número de feridos ocorridos (Tabela 6.38).

Tabela 6.38 – Número de feridos em acidentes de viação, por concelho (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	890	1 026	815	962	871
Ribeira Grande	40	28	34	31	37
Paul	9	21	14	11	12
Porto Novo	44	23	43	46	15
S. Vicente	139	191	150	169	158
Ribeira Brava	9	24	8	8	6
Tarfal de S. Nicolau	6	8	4	7	11
Sal	29	27	25	31	47
Boa Vista	41	13	23	20	20
Maio	14	11	16	9	6
Tarfal	6	57	10	15	19
Santa Catarina	70	47	38	72	37
Santa Cruz	57	66	39	109	68
Praia	193	251	241	249	212
S. Domingos	21	73	39	29	35
S. Miguel	37	32	26	15	28
S. Salvador do Mundo	21	15	31	35	35
S. Lourenço dos Órgãos	37	32	6	29	65
Ribeira Grande de Santiago	12	31	3	19	0
S. Filipe	63	55	22	27	31
Santa Catarina do Fogo	22	13	28	15	10
Mosteiros	18	7	12	10	18
Brava	2	1	3	6	1

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)

Tabela 6.39 – Vítimas de acidentes de viação, por faixa etária e sexo (2012-2015)

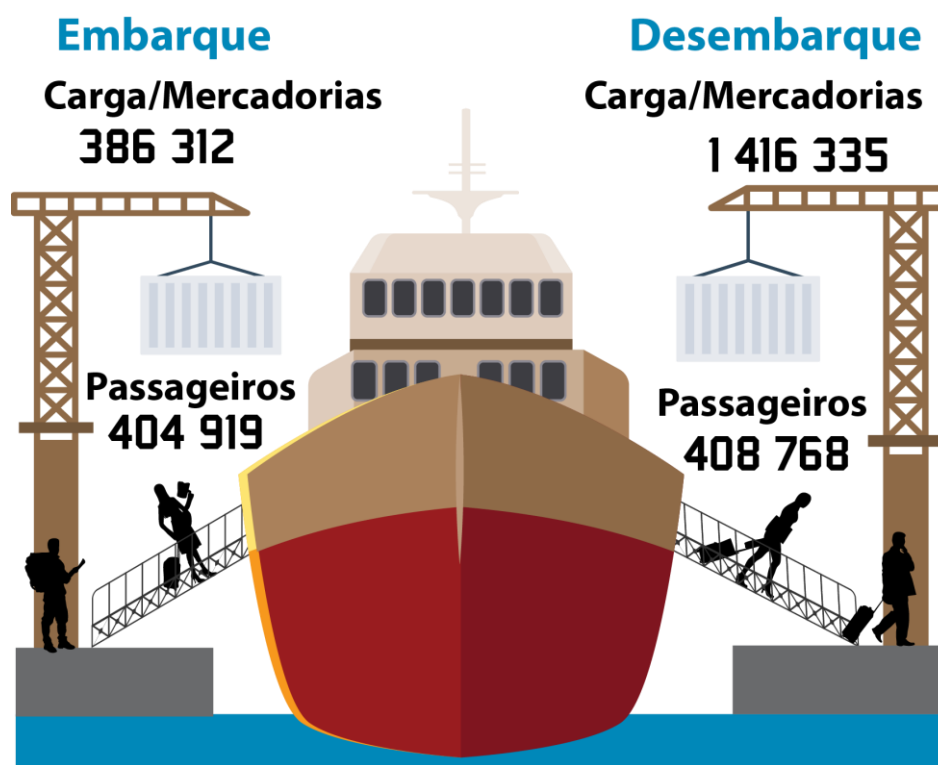
		2012	2013	2014	2015
Total	Masculino	684	603	683	657
	Feminino	385	255	285	226
Menor 18 anos	Masculino	38	46	60	47
	Feminino	82	27	33	33
18 - 31 anos	Masculino	115	92	111	95
	Feminino	76	71	57	50
32 - 45 anos	Masculino	421	365	411	414
	Feminino	172	116	130	92
Maior 45 anos	Masculino	110	100	101	101
	Feminino	55	41	65	51

Fonte: Direção Geral de Viação e Segurança Rodoviária (DGVSR)



6.4.2 Transportes Marítimos

Figura 6.2 – Movimento de carga/mercadorias e passageiros nos portos nacionais (2016)



O movimento de passageiros, nos portos nacionais, aumentou em 5,1%, passando de 773.869, em 2012, para 813.687, em 2016. No mesmo período, verificaram-se aumentos de passageiros, tanto no embarque (4,6%) como no desembarque (5,7%) - Tabela 6.40 -.

Tabela 6.40 – Movimento de passageiros nos portos nacionais (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	773 869	760 267	797 687	756 915	813 687
Desembarcados	386 882	380 650	399 864	377 866	408 768
Embarcados	386 987	379 617	397 823	379 049	404 919

Fonte: ENAPOR

Em relação ao movimento de mercadorias, verificou-se que, em 2016, a maior parte das mercadorias movimentadas nos portos estava associada ao desembarque (78,6%), valor coerente com a estrutura da economia nacional, fortemente dependente da importação de bens. No geral, o movimento de mercadorias teve um aumento de 14,1%, de 2012 a 2016,



com destaque para o movimento de embarque que aumentou 17,6%, e para o desembarque que aumentou cerca de 13%, no mesmo período (Tabela 6.41).

Tabela 6.41 – Movimento de cargas/mercadorias nos portos nacionais (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	1 579 769	1 532 271	1 627 573	1 674 783	1 802 647
Carregamento	328 592	321 539	327 239	338 268	386 312
Descarregamento	1 251 177	1 210 732	1 300 334	1 336 515	1 416 335

Fonte: ENAPOR

6.4.3 Transportes Aéreos

O movimento de passageiros nos aeroportos registou um aumento de 12,5%, de 2012 a 2016. Entretanto, neste mesmo período, o movimento nos voos domésticos diminuiu 8,2%, aumentando 27,6%, nos internacionais (Tabela 6.42).

Tabela 6.42 – Movimento de passageiros, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2010-2016)

	Natureza	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	Doméstico	864 549	885 921	832 470	704 928	713 072	698 785	764 285
	Internacional	836 153	1 009 180	1 137 413	1 200 427	1 202 213	1 288 097	1 451 607
	Total	1 700 702	1 895 101	1 969 883	1 905 355	1 915 285	1 986 882	2 215 892
AIAC – Sal	Doméstico	216 690	212 824	199 083	164 715	165 187	163 061	161 116
	Internacional	388 924	457 037	504 342	546 545	555 415	617 677	753 580
	Total	605 614	669 861	703 425	711 260	720 602	780 738	914 696
AINM – Praia	Doméstico	285 324	299 060	277 894	244 385	254 292	250 726	286 083
	Internacional	221 481	231 655	220 261	227 032	232 096	246 511	236 501
	Total	506 805	530 715	498 155	471 417	486 388	497 237	522 584
AIAP – Boa Vista	Doméstico	71 369	83 546	69 648	52 662	53 316	56 955	65 382
	Internacional	214 363	297 194	371 109	374 471	360 890	365 068	399 667
	Total	285 732	380 740	440 757	427 133	414 206	422 023	465 049
AICE – S. Vicente	Doméstico	179 137	173 572	168 703	151 802	155 121	149 769	157 563
	Internacional	11 385	23 294	41 701	52 379	53 812	58 841	61 859
	Total	190 522	196 866	210 404	204 181	208 933	208 610	219 422
AD S. Filipe	Doméstico	69 159	71 051	74 471	58 148	51 818	46 921	55 168
AD S. Nicolau	Doméstico	25 934	26 659	26 519	23 230	22 068	21 570	26 476
AD Maio	Doméstico	16 936	19 209	16 152	9 986	11 270	9 783	12 497

Nota: os resultados de 2010 a 2014 foram republicados, pois a série inclui os passageiros em trânsito (no anuário 2015, os resultados não incluíam os passageiros em trânsito).

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Em relação ao movimento de aeronaves, de 2012 a 2016, constatou-se, em termos gerais, uma diminuição na ordem dos 14%. No mesmo período, registaram-se diminuições de aeronaves nos voos domésticos (-30,9%) e aumentos nos voos internacionais (16,5%) - Tabela 6.43 -.

Tabela 6.43 – Movimento de aeronaves, por natureza do tráfego, segundo os aeroportos (2012-2016)

	Natureza	2012	2013	2014	2015	2016
Total	Doméstico	23 039	15 945	15 533	14 901	15 920
	Internacional	12 268	12 784	12 630	12 789	14 289
	Total	35 307	28 729	28 163	27 690	30 209
AIAC – Sal	Doméstico	5 944	3 892	3 808	3 692	3 655
	Internacional	6 015	6 219	6 247	6 333	7 509
	Total	11 959	10 111	10 055	10 025	11 164
AINM – Praia	Doméstico	7 195	5 196	5 049	4 858	5 576
	Internacional	308	3 139	2 980	3 030	3 065
	Total	10 275	8 335	8 029	7 888	8 641
AIAP – Boa Vista	Doméstico	2 568	1 508	1 507	1 509	1 508
	Internacional	2 724	2 874	2 839	2 803	3 092
	Total	5 292	4 382	4 346	4 312	4 600
AICE – S. Vicente	Doméstico	3 802	2 859	2 966	2 914	3 273
	Internacional	449	552	564	623	623
	Total	4 251	3 411	3 530	3 537	3 896
AD S. Filipe	Doméstico	2 247	1 643	1 367	1 184	1 052
AD S. Nicolau	Doméstico	819	578	538	492	604
AD Maio	Doméstico	464	269	298	252	252

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Relativamente ao movimento de cargas, houve uma diminuição de 14,9%, de 2012 a 2016. No mesmo período, registaram-se diminuições de cargas nos voos domésticos (-30,2%) e aumentos nos voos internacionais (7,7%) - Tabela 6.44 -.

Em relação ao movimento de correios, registou-se, de 2012 a 2016, um incremento na ordem dos 19%. Constatou-se ainda, no mesmo período, variações positivas nos movimentos dos correios, tanto nos voos domésticos (16,8%) como nos internacionais (21%) - Tabela 6.45 -.



Tabela 6.44 – Movimento de cargas (em Kg), por aeroportos (2012-2016)

	Natureza	2012	2013	2014	2015	2016
Total	Doméstico	1 918 981	1 806 830	1 911 352	1 617 087	1 339 505
	Internacional	1 298 107	1 266 072	1 412 006	1 214 666	1 398 489
	Total	3 217 088	3 072 902	3 323 358	2 831 753	2 737 994
AIAC – Sal	Doméstico	634 791	592 006	599 353	481 252	393 360
	Internacional	287 932	270 011	456 782	316 961	422 941
	Total	922 723	862 017	1 056 135	798 213	816 301
AINM – Praia	Doméstico	679 894	68 892	709 573	620 031	486 278
	Internacional	741 412	620 768	655 965	597 281	623 569
	Total	1 421 306	1 309 688	1 365 538	1 217 312	1 109 847
AIAP – Boa Vista	Doméstico	183 102	149 668	200 212	172 757	153 927
	Internacional	62 105	101 215	56 334	44 916	54 793
	Total	245 207	250 883	256 546	217 673	208 720
AICE – S. Vicente	Doméstico	299 784	285 272	313 292	273 982	242 857
	Internacional	206 658	274 078	242 925	255 508	297 186
	Total	506 442	55 935	556 217	529 490	540 043
AD S. Filipe	Doméstico	67 143	51 974	45 622	34 342	25 562
AD S. Nicolau	Doméstico	3 519	27 594	27 987	21 744	23 570
AD Maio	Doméstico	19 077	11 396	15 313	12 979	13 951

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)

Tabela 6.45 – Movimento de correios (em Kg), por aeroportos (2012-2016)

	Natureza	2012	2013	2014	2015	2016
Total	Doméstico	149 291	156 702	198 935	181 250	174 409
	Internacional	118 205	129 523	136 405	136 787	143 055
	Total	267 496	286 225	335 340	318 037	317 464
AIAC – Sal	Doméstico	41 736	3 737	60 321	50 078	35 734
	Internacional	28 657	29 242	57 522	47 118	33 080
	Total	70 393	66 612	117 843	97 196	68 814
AINM – Praia	Doméstico	50 728	65 384	81 276	72 506	73 342
	Internacional	75 401	80 264	58 896	70 728	83 498
	Total	126 129	145 648	140 172	143 234	156 840
AIAP – Boa Vista	Doméstico	6 603	6 432	7 572	8 524	9 686
	Internacional	0	81	51	106	8
	Total	6 603	6 513	7 623	8 630	9 694
AICE – S. Vicente	Doméstico	36 855	33 719	36 718	38 311	42 115
	Internacional	14 147	19 936	19 936	18 835	26 469
	Total	51 002	53 655	56 654	57 146	68 584
AD S. Filipe	Doméstico	5 247	5 277	475	4 409	4 876
AD S. Nicolau	Doméstico	5 095	5 346	5 302	4 815	5 380
AD Maio	Doméstico	3 027	3 174	2 996	2 607	3 276

Fonte: Aeroportos e Segurança Aérea (ASA)



Tabela 6.46 – Acidentes aéreos e vítimas

Data		Local do acidente	Tripulação	Passageiros	Ocupantes	Vítimas	
Mês	Ano					Feridos	Mortais
Agosto	1999	Santo Antão	2	16	18	0	
Setembro	1998	Praia (Santiago)	3	19	22	4	
Novembro	1959	S. Filipe (Fogo)	-	-	-	-	

<http://aviation-safety.net>



6.5 Indicadores de Acesso e Utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)

6.5.1 As famílias e o acesso às TIC's

A tabela 6.47, referente à proporção de agregados familiares com acesso ao serviço telefónico fixo, indica que, de 2012 a 2016, houve um decréscimo de 16,2 pontos percentuais, passando de 40,6% para 24,4%. Em 2016, a percentagem mais baixa dos agregados com acesso ao serviço telefónico fixo verificou-se no concelho de Santa Cruz (8,7%) e a mais alta, em Ribeira Brava (53,8%).

Tabela 6.47 – Proporção de agregados familiares com acesso ao serviço telefónico fixo, por meio de residência e concelho (2012-2016)

	Telefone fixo (%)
2012	40,6
2013	35,6
2014	31,0
2015	25,3
2016	
Cabo Verde	24,4
Meio de Residência	
Urbano	25,2
Rural	22,8
Concelho	
Ribeira Grande	47,4
Paul	31,1
Porto Novo	25,1
S. Vicente	33,3
Ribeira Brava	53,8
Tarrafal de S. Nicolau	45,2
Sal	23,8
Boa Vista	21,1
Maio	33,4
Tarrafal	16,1
Santa Catarina	18,1
Santa Cruz	8,7
Praia	20,6
S. Domingos	10,5
S. Miguel	17,1
S. Salvador do Mundo	9,4
S. Lourenço dos Órgãos	10,8
Ribeira Grande de Santiago	19,2
Mosteiros	30,0
S. Filipe	23,5
Santa Catarina do Fogo	36,1
Brava	36,3

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Indústria, Comércio e Serviços

O acesso aos meios de comunicação faz parte das exigências para melhorar a qualidade de vida da população. Em 2016, 78,2% dos agregados tinham televisão, 19,6% televisão por assinatura, 31,2% computador, 17,1% tablet/Ipod e cerca de 49% tinham acesso à internet (Tabela 6.48).

Neste contexto, os dados da tabela 6.48 evidenciam que existem disparidades entre o meio rural e o urbano. Por outro lado, a análise por concelho revela que as disparidades, em termos do acesso aos meios de comunicação, são mais evidentes.

Tabela 6.48 – Proporção de agregados familiares, segundo o acesso/posse de Televisão, TV por assinatura, Computador, Tablet/Ipod e acesso a Internet (no alojamento), por meio de residência e concelho (2012-2016)

	Televisão	TV por assinatura	Computador	Tablete / Ipod	Acesso a internet (no alojamento)
2012	81,8	7,3	29,3	-	20,3
2013	80,3	7,4	30,2	-	22,8
2014	77,4	9,4	31,9	11,2	32,2
2015	77,1	11,6	31,0	14,6	58,4
2016					
Cabo Verde	78,2	19,6	31,2	17,1	48,8
Meio de Residência					
Urbano	83,2	22,8	37,7	20,8	51,2
Rural	67,1	10,8	16,6	8,9	43,5
Concelho					
Ribeira Grande	71,5	11,6	17,7	10,0	29,4
Paul	66,5	7,3	12,7	8,8	53,8
Porto Novo	71,2	3,4	19,1	9,7	51,2
S. Vicente	80,7	18,4	34,8	15,3	45,6
Ribeira Brava	87,5	24,6	33,4	16,6	44,5
Tarrafal de S. Nicolau	80,6	11,2	29,1	17,1	56,2
Sal	85,6	16,8	36,6	21,6	77,8
Boa Vista	75,7	54,2	28,8	27,7	58,7
Maio	73,7	3,5	18,1	10,2	55,6
Tarrafal	59,8	19,7	19,5	10,1	31,0
Santa Catarina	68,6	12,3	25,2	12,6	67,8
Santa Cruz	66,7	9,1	15,6	4,2	50,5
Praia	88,2	26,6	42,4	25,1	38,6
S. Domingos	77,2	6,5	24,9	9,2	43,3
S. Miguel	61,0	8,8	23,0	6,2	44,1
S. Salvador do Mundo	77,1	3,0	19,4	11,7	53,1
S. Lourenço dos Órgãos	81,4	7,1	27,3	6,7	63,1
Ribeira Grande de Santiago	70,7	19,2	17,8	10,9	35,8
Mosteiros	63,1	11,8	22,0	14,3	53,1
S. Filipe	66,2	14,8	22,3	15,4	57,8
Santa Catarina do Fogo	69,7	14,1	24,2	23,0	55,7
Brava	86,5	39,9	35,9	24,2	55,6

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



6.5.2 População e utilização das TIC's

Em 2016, a proporção da população com 10 anos ou mais que utilizou computador (laptop, desktop, Ipad ou tablet) , nos últimos três meses, foi, no geral, de 32,5%. Entretanto, no meio urbano, esta percentagem ascende a 39% e, no rural, 19,6%. No concelho de Ribeira Grande de Santiago, onde 17,3% da população com 10 anos ou mais utilizou computador nos últimos três meses, registou-se a mais baixa percentagem, contrastando com o Sal, onde esta percentagem atingiu o valor mais alto (42,8%).

Nota-se que, em 2016, a percentagem da população com 10 anos ou mais que utilizou Internet, nos últimos três meses, foi de 57,4% e a discrepância é visivelmente notória, tanto nas zonas rurais e urbanas como em relação aos concelhos. Observou-se, ainda, que 31,2% da população de São Lourenço dos Órgãos com 10 anos ou mais tiveram acesso à internet nos últimos três meses, enquanto na Ilha do Sal esta percentagem foi de 70,6% (Tabela 6.49).

Tabela 6.49 – Proporção da população com 10 anos ou mais que utilizou um computador (laptop, desktop, Ipad ou tablet) ou que utilizou Internet (a partir de “qualquer dispositivo”) nos últimos três meses, segundo meio de residência e concelho (2016)

	Utilização de computador			Utilização de internet		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Cabo Verde	32,5	34,1	31,0	50,4	50,9	49,8
Meio de Residência						
Urbano	39,0	40,9	37,1	57,4	57,1	57,6
Rural	19,6	20,7	18,4	36,2	38,6	33,7
Concelho						
Ribeira Grande	27,7	25,3	30,6	38,4	38,5	38,2
Paul	26,0	28,5	22,7	36,3	39,4	32,3
Porto Novo	23,7	23,9	23,5	39,8	39,8	39,7
S. Vicente	36,4	37,7	35,1	52,7	50,5	54,9
Ribeira Brava	37,2	37,1	37,2	52,3	52,2	52,3
Tarrafal de S. Nicolau	26,6	24,5	29,0	45,5	45,2	45,9
Sal	42,8	43,8	41,8	70,6	70,2	71,1
Boa Vista	27,9	27,8	28,0	63,7	63,7	63,7
Maio	25,5	24,4	26,6	46,0	48,3	43,9
Tarrafal	21,8	27,0	17,7	35,2	39,6	31,6
Santa Catarina	32,3	33,9	30,9	54,3	60,3	48,9
Santa Cruz	23,5	24,1	22,9	36,6	39,4	34,1
Praia	39,6	42,1	37,2	57,2	55,7	58,7
S. Domingos	22,8	22,6	23,1	33,8	34,6	33,1
S. Miguel	29,6	33,2	26,6	40,3	44,6	36,7
S. Salvador do Mundo	21,3	21,5	21,2	38,5	42,1	35,0
S. Lourenço dos Órgãos	18,0	17,4	18,6	31,2	29,8	32,5
Ribeira Grande de Santiago	17,3	20,3	14,4	35,2	39,2	31,5
Mosteiros	19,0	20,1	18,1	35,3	35,2	35,5
S. Filipe	20,3	24,8	15,9	39,0	41,9	36,2
Santa Catarina do Fogo	22,5	25,9	18,9	41,6	47,2	35,7
Brava	34,3	33,6	35,0	43,4	42,5	44,1

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Conceitos

Empresa

É uma entidade (correspondendo a uma unidade jurídica ou ao mais pequeno agrupamento de unidades jurídicas ou institucionais) dotada de autonomia de organização e de decisão na afetação de recursos às suas atividades de produção, exercendo uma ou várias atividades, num ou em vários locais.

Volume de negócios

Por volume de negócios entende-se o total das importâncias faturadas (em ECV) durante o período de referência, correspondente ao somatório das vendas de mercadorias e/ou produtos e das prestações de serviços.

Pessoal ao serviço

É o número de pessoas que, no período em referência, participaram efetivamente na atividade da empresa, independentemente do vínculo que tenham, quer recebam ou não um salário.

Turismo

São atividades realizadas por indivíduos durante as suas viagens e estadias em lugares distintos da sua residência habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com fins de lazer, negócios ou outros motivos.

Turista

É o visitante que permanece, pelo menos uma noite, num estabelecimento hoteleiro coletivo ou particular, no lugar visitado.



Estabelecimentos hoteleiros

São os estabelecimentos destinados a proporcionar alojamento, mediante remuneração, com ou sem fornecimento de refeições e outros serviços complementares. Os estabelecimentos hoteleiros de interesse para o turismo **classificam-se**, nos termos regulamentares, nos seguintes grupos e categorias:

Grupo 1: Hotéis de cinco, quatro, três e duas estrelas;

Grupo 2: Pensões de quatro, três, duas e uma estrela;

Grupo 3: Pousadas de quatro e três estrelas;

Grupo 4: Hotéis – apartamentos de quatro, três e duas estrelas;

Grupo 5: Aldeamentos turísticos de luxo, 1^a e 2^a.

Hotéis

Para que um estabelecimento seja classificado como hotel deverá ocupar a totalidade de um edifício ou uma parte dele, completamente independente, constituindo as suas instalações um todo homogêneo e dispor de acesso aos andares para uso exclusivo dos clientes.

Para ser classificado de hotel, o estabelecimento tem de possuir, no mínimo, vinte quartos.

Pensões

As pensões são estabelecimentos hoteleiros que, pelas suas instalações, equipamento, aspeto geral, localização e capacidade, não obedecem às normas estabelecidas para a classificação como hotel e satisfaçam os requisitos constantes das disposições estabelecidas pelos diplomas sobre a indústria e similar.

Para que um estabelecimento seja classificado como pensão, deverá ocupar a totalidade de um edifício ou fração autónoma dele e ter, no mínimo, dez quartos.

Residenciais

São hotéis e pensões que ofereçam apenas hoteleiro e pequeno-almoço, serão classificados de residências.



Pousadas

Pousadas são estabelecimentos hoteleiros situados fora dos centros urbanos, em edifício próprio, oferecendo boas condições de conforto e comodidade, destinados a fornecer aos turistas hoteleiro e, se necessário, alimentação.

Hotéis – apartamentos

Hotéis-Apartamentos são os estabelecimentos constituídos por um conjunto de apartamentos mobilados e independentes, instalados em edifício próprio e explorados em regime hoteleiro.

Aldeamentos turísticos

São classificados como aldeamentos turísticos os estabelecimentos constituídos por um conjunto de instalações interdependentes e contíguas, objeto de uma exploração turística integrada que se destinem, mediante remuneração, a proporcionar aos seus utilizadores hoteleiro, acompanhado de serviços acessórios e com equipamento complementar e de apoio.

Capacidade hoteleira

É o número máximo de indivíduos que os estabelecimentos podem alojar, num determinado momento ou período. Na hotelaria, é determinado através do número de camas, considerando como duas as camas de casal. Esta capacidade é a existente ou a disponível, visto que não se consideram os estabelecimentos encerrados.

Dormida

É a permanência num estabelecimento que fornece alojamento, permanência considerada em relação a cada indivíduo, e por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.



Hóspede

Trata-se do indivíduo que efetua, pelo menos, uma dormida num estabelecimento hoteleiro. Ainda que se trate do mesmo estabelecimento, o mesmo indivíduo é contado, no período de referência tantas vezes quantos os períodos que nele permanecer (novas inscrições).

Taxa de ocupação - cama

É um indicador que permite avaliar a capacidade média hoteleira utilizada durante o período de referência. Corresponde à relação entre o número de dormidas e o número de camas utilizadas, considerando como duas as camas de casal.

$$T. O. (cama) = \frac{N.º \text{ de dormidas durante o período de referência}}{N.º \text{ de camas} \times N.º \text{ de dias do período de referência}} \times 100$$

Estadia média por hospedagem

Mede-se pela relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas.

Visitante

Considera-se visitante o indivíduo que se desloca a um lugar diferente de sua residência habitual, por uma duração inferior a 6 meses, desde que o motivo principal da viagem não seja o de exercer uma atividade remunerada no lugar visitado.

Aeronave

É um aparelho com meios próprios de propulsão, tripulável e manobrável em voo e no solo, apto para o transporte de pessoas ou coisas, e capaz de se sustentar na atmosfera devido a reações do ar que não sejam contra a superfície da terra ou do mar.



Aeroporto ou Aeródromo

É a superfície terrestre ou aquática (incluindo edifícios, instalações e equipamentos) destinada a ser utilizada, na totalidade ou em parte, para a chegada, partida e movimento de aeronaves no solo.

Carga

Abarca todas as mercadorias, jornais, malas diplomáticas e encomendas postais, com exceção das bagagens dos passageiros e do correio.

Passageiro

Trata-se da pessoa que é transportada por avião, à exceção dos membros da tripulação, incluindo crianças de colo.

Passageiros Desembarcados

São passageiros cuja viagem aérea termine no aeroporto inquirido ou passageiros que continuem a sua viagem num voo com número diferente do de chegada.

Passageiros Embarcados

São passageiros pagantes, não pagantes e em trânsito direto, cuja viagem aérea começa no aeroporto inquirido ou continuam a sua viagem numa aeronave diferente.

Passageiro transportado por via marítima

Refere-se a qualquer pessoa que efetue uma viagem por mar num navio mercante. O pessoal afeto ao serviço dos navios mercantes não é considerado como fazendo parte dos passageiros. Excluem-se os membros da tripulação não portadores de título de transporte válido que viajem, mas que não estejam em serviço, assim como as crianças transportadas ao colo.

Passageiro por via marítima embarcado

É o passageiro que embarca num navio mercante para realizar uma viagem como passageiro por via marítima. O transbordo de um navio mercante para outro é considerado como embarque após desembarque. Excluem-se os passageiros de navios de cruzeiro numa excursão.



Passageiro por via marítima desembarcado

É o passageiro desembarcado de um navio mercante, no final de uma viagem de passageiro por via marítima. O transbordo de um navio mercante para outro é considerado como desembarque antes de novo embarque. Excluem-se os passageiros de cruzeiro numa excursão de passageiros de cruzeiro.

Passageiros por via marítima em trânsito

Refere-se a passageiros que, vindo a bordo de navios que chegam ao porto, continuam a sua viagem nos mesmos, podendo, durante a respetiva escala, desembarcar e reembarcar.

Agregado Familiar

É um conjunto formado por uma ou mais pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente debaixo do mesmo teto, sob a responsabilidade de um representante, partilhando em comum a satisfação das necessidades essenciais, ou seja, a despesa da habitação, alimentação e/ou vestuário.

Para mais informações consultar:

www.ine.cv

www.mai.gov.cv

www.asa.cv

www.aac.cv

www.enapor.cv

<http://aviation-safety.net>



Comércio Externo





7 Comércio Externo

Este tema visa apresentar os principais indicadores do comércio externo, nomeadamente as importações e exportações de bens e serviços, assim como as empresas associadas às atividades do referido comércio. Também, são apresentados os valores do saldo da balança comercial de bens e serviços e os da taxa de cobertura.

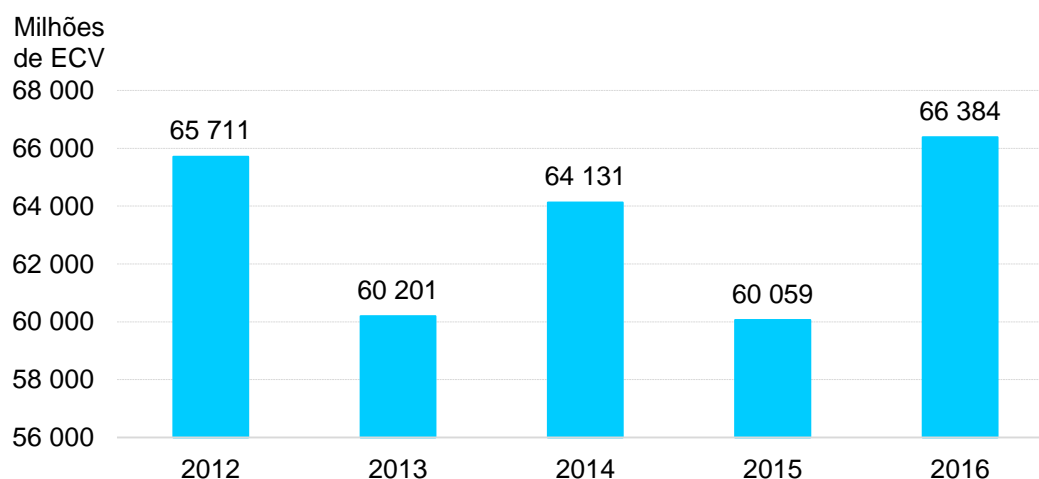
7.1 Importações

7.1.1 Importação de Bens

De um modo geral, as importações aumentaram 1%, de 2012 a 2016, em termos de valor, e apresentaram uma diminuição de 10,7%, no mesmo período, em termos de peso.

Em 2016, as importações de bens totalizaram 66.384 milhões de escudos cabo-verdianos, correspondendo a um acréscimo de 10,5%, face a 2015. Esta variação representa uma aceleração relativamente às variações registadas nos anos anteriores (Gráfico 7.1).

Gráfico 7.1 – Importação de bens em milhões de ECV (2012-2016)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Tendo em conta a Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), observou-se que, em 2016, as importações de bens de consumo representaram 45,3% do valor total importado e dos Bens Intermédios (33,4%). Estas categorias acumularam cerca de 79% do valor total das importações de bens, em 2016 (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Importações de bens, por Classificação por Grandes Categorias Económicas - CGCE (2012-2016)

	Valor (Milhões de ECV)	Peso (Ton.)
2012	65 711	952 740
2013	60 201	779 192
2014	64 131	770 574
2015	60 059	768 385
2016		
Cabo Verde	66 384	850 836
Bens de Consumo	30 098	219 545
Bens Intermédios	22 190	459 146
Bens de Capital	8 257	9 440
Combustíveis	5 839	162 704

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2015, Cabo Verde contava com 829 empresas importadoras, correspondendo a um aumento de 10% em relação a 2011 em que existiam 754 empresas importadoras. Entre 2014 e 2015, registou-se um aumento de 12,2% de empresas importadoras.

Analisando os dados por ilha, relativamente ao número de empresas importadoras, verificou-se que o maior aumento ocorreu na ilha da Boa Vista, passando de 8 para 41 empresas importadoras, de 2011 a 2015, traduzindo-se num crescimento absoluto de 33 empresas, no período de quatro anos. Em 2015, as empresas, na sua maioria (89,5%), estavam concentradas nas ilhas de Santiago (48,2%), São Vicente (25,9%) e Sal (15,4%) - Tabela 7.2 -.

Tabela 7.2 – Empresas importadoras de bens, por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	754	730	690	739	829
Santo Antão	16	21	14	21	27
S. Vicente	216	209	189	195	215
S. Nicolau	6	8	8	7	9
Sal	106	89	95	103	128
Boa Vista	8	27	37	35	41
Maio	1	1	1	2	3
Santiago	398	368	338	369	400
Fogo	3	7	8	7	7
Brava	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais



Em 2016, o continente europeu foi o principal fornecedor de Cabo Verde, com 79,0% do valor total importado e 79,5% do peso total importado. O continente africano é a zona económica com menor contribuição (3,2%) no valor total das importações (Tabela 7.3).

Tabela 7.3 – Importação de bens, segundo as zonas económicas (2012-2016)

	Valor (Milhões de ECV)	Peso (Ton.)
2012	65 711	952 740
2013	60 201	779 192
2014	64 131	770 574
2015	60 059	768 385
2016		
Cabo Verde	66 384	850 836
África	2 151	54 012
América	3 997	52 633
Ásia/ Oceânia	6 286	60 602
Europa	52 419	676 563
Resto do Mundo*	1 531	7 025

*Ver publicação das Estatísticas do Comércio Externo para identificar os países do Resto do Mundo (outros países ND): <http://ine.cv/wp-content/uploads/2017/04/estatisticas-comercio-externo-2016.pdf>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

De acordo com os dados da tabela 7.4, os principais países fornecedores de bens a Cabo Verde continuaram a ser Portugal (46,5%), Espanha (11,3%) e Países Baixos (6,4%) que, juntos, representaram 64,2% dos valores das importações, em 2016. Nota-se, ainda, que Portugal representa 51,5% do peso total importado. Destes dados, pode-se afirmar que Portugal continua a ser o maior fornecedor de bens a Cabo Verde (Tabela 7.4).



Tabela 7.4 – Importações de bens, por principais países de origem (2012-2016)

	Valor (Milhões de ECV)	Peso (Ton.)
2012	65 711	952 740
2013	60 201	779 192
2014	64 131	770 574
2015	60 059	768 385
2016		
Cabo Verde	66 384	850 836
Alemanha	992	3 298
Bélgica	2 052	9 328
Brasil	2 281	27 526
China	3 177	28 201
Espanha	7 482	30 944
Federação da Rússia	698	29 521
França	1 604	28 316
Reino Unido	302	900
Itália	1 227	12 524
Japão	993	961
Marrocos	356	28 754
Países Baixos	4 232	79 995
Portugal	30 873	438 493
Tailândia	850	14 989
Estados- Unidos	1 099	10 327
Restantes países	8 168	106 758

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 7.5 – Proporção das importações, por categoria de fornecedores (2012-2016)

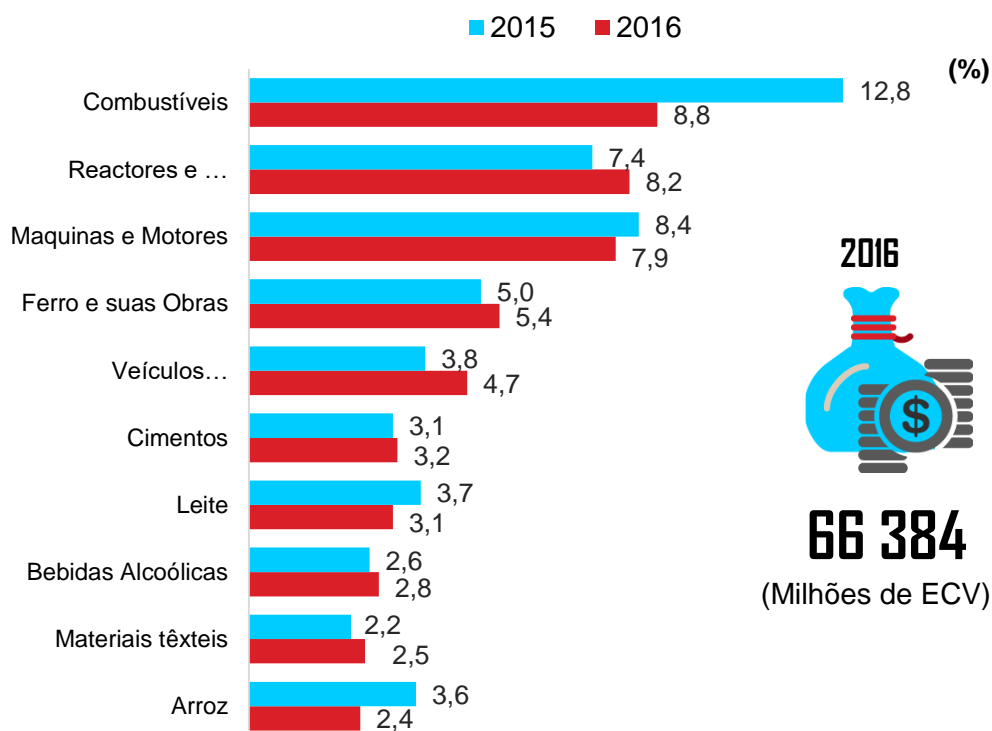
	Proporção das Importações			
	10 Principais Fornecedores	Principal país de origem	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2012	82,14	39,85	2,08	1,22
2013	82,94	40,24	2,00	1,08
2014	83,60	39,02	1,79	0,67
2015	83,23	43,52	1,05	2,22
2016	83,69	46,51	3,24	1,85

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

A contribuição dos dez maiores produtos importados, em 2016, representa 48,9% do montante total das importações desse ano. A contribuição de cada um desses produtos no total das importações, de 2015 a 2016, está ilustrada no gráfico 7.2.



Gráfico 7.2 – Proporção dos 10 principais produtos importados em Cabo Verde (2015-2016)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

De 2012 a 2016, o aumento mais expressivo, em termos absolutos, do valor importado, foi registado na delegação aduaneira de Palmeira, na ilha do Sal (aumento de 4.206 milhões de escudos). Nota-se, ainda, que na alfândega dos Espargos o valor importado mais do que triplicou, entre 2012 e 2016 (aumento de 1.473 milhões de escudos). As maiores diminuições, no período em análise, ocorreram nas delegações aduaneiras da Assomada (-100%) e do aeroporto da Praia (-67,1%) - Tabela 7.6 -.

Em 2016, cerca de 75% do total de bens importados foram despachados nas estâncias aduaneiras de Santiago (49,8%) e de São Vicente (25,0%) - Tabela 7.6 -.



Tabela 7.6 – Importações (milhões ECV) por, estância aduaneira (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	65 711	60 201	64 131	60 059	66 384
D.A. da Furna	105	58	48	64	66
D.A. de Sal-Rei	2233	2237	2346	2 242	3 935
D.A. de S. Filipe	765	695	414	1 054	570
D.A. dos Mosteiros	32	35	26	28	48
D.A. Porto Novo	498	406	415	700	417
Alfândega de Espargos	439	397	579	480	1 912
D.A. da Palmeira	5312	4053	5763	5 811	9 518
D.A. do Tarrafal	258	221	274	442	219
Alfândega da Praia	29 894	28 574	29 553	28 588	30 517
D.A. Aeroporto da Praia	7625	2705	2797	2 891	2 512
D.A. da Assomada	188	80	2	0	0
Alfândega do Mindelo	18 009	20 334	21 458	17 190	16 170
D.A. do Porto Inglês	0	0	0	1	20
Aeroporto de S. Pedro	354	407	456	568	479

D.A. – Delegação Aduaneira

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

7.1.2 Importação de Serviços

As importações de serviços têm oscilado, consideravelmente, nos últimos cinco anos. A redução de 9,8%, em 2013, pode ser explicada, essencialmente, pela diminuição das importações de serviços de transporte (-18,3%), seguros (-26,2%), informática e informação (-17,3%). Em 2015, houve uma nova redução (-1,3%) devido à diminuição das importações dos serviços de comunicação (-67,5%) e dos serviços financeiros (-48,6%). Por sua vez, em 2016, registaram-se aumentos, reflexo do crescimento das importações de serviços de transporte (14,8%), financeiros (63,1%) e de outros serviços empresariais (64,0%) - Tabela 7.7 -.

Os principais serviços importados do país, nos últimos anos, foram: transporte, viagens e outros serviços empresariais.



Tabela 7.7 – Importação (milhões de ECV) , por tipo de serviços (2012-2016)

	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
Serviços	30 379	27 397	29 230	28 855	35 220
Transportes	8 589	7 020	7 842	7 602	8 726
Viagens	10 993	9 937	9 099	10 022	6 719
Serviços de comunicações	382	422	1 005	327	905
Serviços de construção e obras públicas	1 147	1 908	129	205	352
Serviços de seguros	1 561	1 152	1 036	1 201	1 287
Serviços financeiros (excluindo seguros)	209	198	1 062	546	890
Serviços de informática e de informação	844	697	880	1 256	1 715
Royalties e licenças	6	9	398	802	243
Outros serviços empresariais	5 830	5 230	7 174	6 289	10 314
Serviços pessoais, culturais e de lazer	25	32	24	21	31
Serviços governamentais, n.i. o. p.	792	791	581	583	1 231

Apresentação normalizada, de acordo com o 5º Manual do FMI

Nota: Dados provisórios..

Fonte: Banco de Cabo Verde

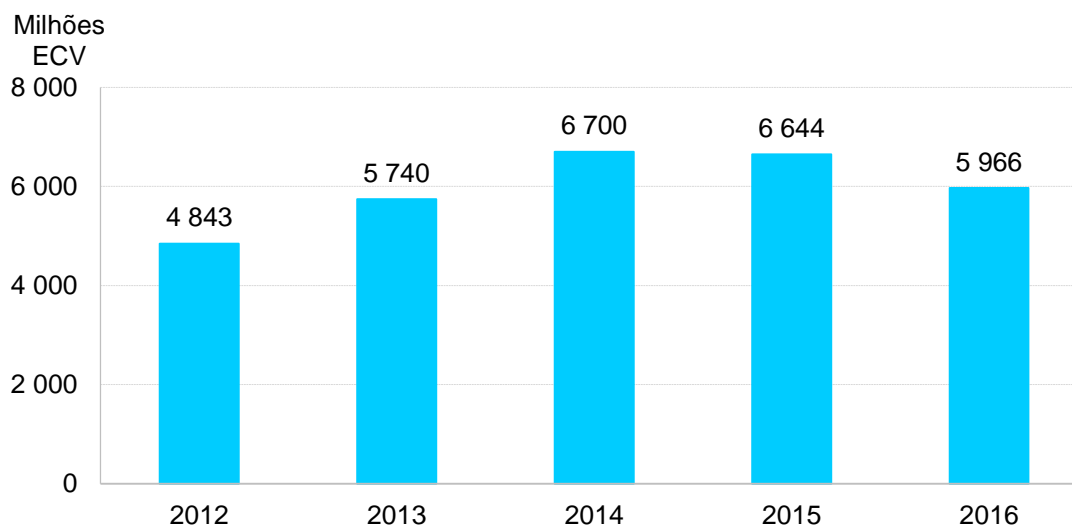
7.2 Exportações

7.2.1 Exportações de Bens

No período de 2012 a 2016, as exportações de bens aumentaram 23,3% em valor e 69,1% em termos de peso (Tabela 7.8).

Em 2016, as exportações de bens para os mercados externos atingiram 5.966 milhões de escudos, o que representa uma diminuição de 10,2%, face a 2015 (- 678 milhões de escudos) - Gráfico 7.3 -.

Gráfico 7.3 – Exportação de bens (milhões de ECV) (2012-2016)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



As exportações de Cabo Verde estão concentradas nos Bens de Consumo, com um peso de 99,1% do valor exportado, e nos Bens Intermédios (peso de 0,9%). Estas categorias, conjuntamente, representaram as categorias de bens exportados em 2016.

As exportações de bens estão concentradas nos bens de consumo, representando, em 2016, 99,1% do valor total e 97,6% do peso total importado (Tabela 7.8).

Tabela 7.8 – Exportações de bens, por classificação das Grandes Categorias Económicas (2012-2016)

	Valor (Milhões ECV)	Peso (Ton)
2012	4 837	20 261
2013	5 723	18 425
2014	6 700	38 314
2015	6 644	31 353
2016		
Cabo Verde	5 966	33 819
Bens de Consumo	5 913	33 018
Bens Intermédios	53	801
Bens de Capital	0	0
Combustíveis	0	0

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

As empresas exportadoras encontram-se desigualmente distribuídas no país, apesar de se ter verificado um aumento de 40,8%, entre 2011 e 2015. Os dados indicam que, em 2015, cerca de 83% das empresas estavam concentradas em Santiago (49%) e São Vicente (33,9%) - Tabela 7.9 -.

Em 2015, existiam 159 empresas exportadoras no país, ou seja, mais 46 empresas do que em 2011. Este acréscimo foi regular, ao longo do período de 2011 a 2015 (Tabela 7.9).



Tabela 7.9 – Empresas exportadoras de bens, por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	113	115	131	148	159
Santo Antão	1	1	3	2	2
S. Vicente	29	33	37	46	54
S. Nicolau	3	4	5	3	2
Sal	15	14	9	10	9
Boa Vista	11	11	4	12	12
Maio	0	0	0	0	0
Santiago	53	50	71	73	78
Fogo	2	2	2	2	2
Brava	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas Empresariais

O continente europeu continua a ser o principal cliente de Cabo Verde, com 97,4% do valor total exportado e 72,2%, em termos de peso total exportado. O continente africano, à semelhança das importações, é a zona económica com menor peso na estrutura das exportações (Tabela 7.10).

Tabela 7.10 – Exportação de bens, segundo zonas económicas (2012-2016)

	Valor (Milhões ECV)	Peso (Ton)
2012	4 843	20 261
2013	5 740	18 425
2014	6 700	38 314
2015	6 644	31 353
2016		
Cabo Verde	5 966	33 819
África	36	358
América	67	179
Ásia/ Oceânia	46	501
Europa	5 813	24 424
Resto do Mundo*	4	8 357

*Ver publicação das Estatísticas do Comércio Externo para identificar os países do Resto do Mundo (outros países ND):

<http://ine.cv/wp-content/uploads/2017/04/estatisticas-comercio-externo-2016.pdf>

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2016, os principais destinos externos dos bens nacionais continuaram a ser Espanha e Portugal, tendo, no seu conjunto, concentrado 91,6% das exportações. Espanha reforçou a sua posição como principal cliente (peso de 72,4%). As exportações para Portugal aumentaram 21,9% (+206 milhões de escudos, com maior aumento na globalidade dos países) - Tabela 7.11 -.



Tabela 7.11 – Exportações de bens, por principais países de destino (2012-2016)

	Valor (Milhões de ECV)	Peso (Ton)
2012	4 843	20 261
2013	5 740	18 425
2014	6 700	38 314
2015	6 644	31 353
2016		
Cabo Verde	5 966	33 819
Espanha	4 322	20 170
Itália	73	394
Marrocos	19	153
Países Baixos	23	34
Portugal	1 144	1 898
Turquia	248	1 911
Estados-Unidos	67	179
Restantes países	70	9 081

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 7.12 – Proporção das exportações para os principais tipos/classificação de clientes no total das exportações (2012-2016)

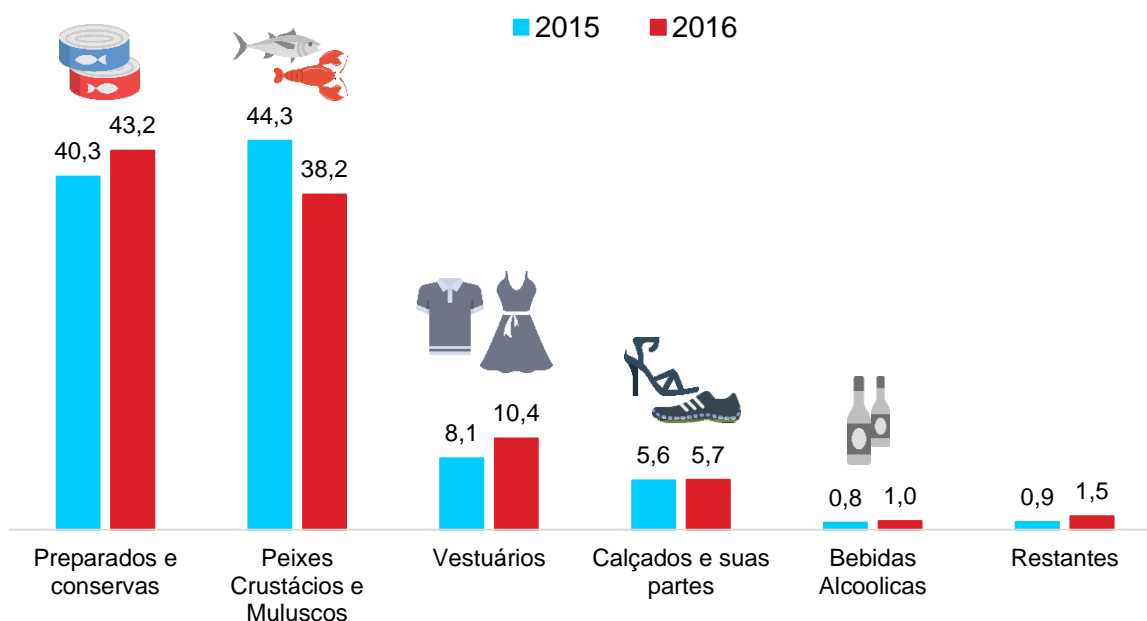
	Proporção das Exportações			
	5 Principais clientes	Principal país de destino	Países do Continente Africano	Intra CEDEAO
2012	88,22	71,92	1,21	0,17
2013	89,66	66,68	1,15	0,21
2014	89,76	63,74	6,74	0,03
2015	92,07	68,99	3,95	0,31
2016	98,12	72,44	0,61	0,18

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Em 2016, os preparados e conservas; peixes, crustáceos e moluscos bem como vestuários constituem os principais grupos de produtos exportados. Estes grupos representaram, em conjunto, 91,8% do valor total das exportações de bens. Os preparados e conservas permaneceram como o principal grupo de produtos vendidos ao exterior (43,2%), tendo, contudo, registado um decréscimo (-3,6%), em termos de valor, em relação a 2015 (Gráfico 7.4).



Gráfico 7.4 – Estrutura das exportações (em %), por principais bens (2015-2016)



Em 2016, cerca de 88% das exportações saíram da alfândega do Mindelo, onde se encontra a sede das maiores empresas exportadoras e onde, também, estão albergadas as infraestruturas de frio e logística direcionadas à exportação (Tabela 7.13).

Tabela 7.13 – Exportações (milhões ECV) , por estância aduaneira (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	4 843	5 740	6 700	6 644	5 966
D.A. da Furna	0	0	0	2	3
D.A. de S. Filipe	8	3	10	0	0
D.A. Porto Novo	7	0	0	0	0
Alfândega de Espargos	0	10	0	1	0
D.A. da Palmeira	0	0	14	0	0
Alfândega da Praia	29	34	23	35	10
D.A. Aeroporto da Praia	17	10	6	8	7
Alfândega do Mindelo	4 372	5 060	5 892	5 955	5 231
Aeroporto de S. Pedro	409	623	753	643	716

D.A. – Delegação Aduaneira

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



7.2.2 Exportação de Serviços

As exportações de serviços apresentaram uma tendência ascendente, de 2012 a 2013 (5,1%). Esta tendência foi invertida, em 2014 (-2,5%), devido à redução das exportações de serviços de transporte (-15,2%) e de viagens (-3,9%). Em 2016, o aumento (16,6%) pode ser explicado pelo crescimento das exportações de serviços de viagens (6,5%) e de outros serviços empresariais (259%) - Tabela 7.14 -.

Os principais serviços exportados do país, nos últimos anos, foram: transporte, viagens e serviços de comunicação.

Tabela 7.14 – Exportação (milhões de ECV) , por tipo de Serviços (2012-2016)

	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
Serviços	50 850,2	53 436,0	52 125,2	50 489,4	58 845,6
Transportes	10 957,0	11 234,5	9 526,4	9 478,2	10 397,3
Viagens	34 007,5	34 983,2	33 619,0	34 476,4	36 712,9
Serviços de comunicações	2 062,8	2 263,8	4 389,5	2 276,4	2 690,1
Serviços de construção e obras públicas	531,7	377,1	89,8	46,2	352,3
Serviços de seguros	318,8	441,7	665,2	371,8	275,7
Serviços financeiros (excluindo seguros)	179,2	195,5	48,5	208,3	400,5
Serviços de informática e de informação	14,2	24,1	33,5	94,7	175,5
Royalties e licenças	0,1	0,0	0,0	0,0	1,5
Outros serviços empresariais	918,1	1 883,7	1 684,7	1 455,1	5 219,5
Serviços pessoais, culturais e de lazer	11,7	68,2	17,2	28,4	64,8
Serviços governamentais, n.i. o. p.	1 849,3	1 964,2	2 051,4	2 054,1	1 707,1

P - Dados provisórios.

Fonte: Banco de Cabo Verde

Em 2015, o défice das transações comerciais de bens com o exterior fixou-se em 60.418 milhões de escudos, representando uma redução de 113.833 milhões de escudos, face ao ano anterior.

A taxa de cobertura das importações pela exportação de bens aumentou 3,7 pontos percentuais, de 2012 a 2015, tendo registado uma diminuição, em 2016 (-2,1 pontos percentuais, face a 2015). De um modo global, de 2012 a 2016, a taxa de cobertura teve um aumento de 1,6 pontos percentuais, passando de 7,4%, em 2012, para 9,0%, em 2016 (Tabela 7.15).

As exportações são, de longe, superiores às importações nos serviços, ainda assim insuficientes para cobrir o défice verificado na parte dos bens.



Tabela 7.15 – Saldo da balança comercial de bens e taxa de cobertura das importações pelas exportações (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Importação	65 711,0	60 201,0	64 131,0	60 059,0	66 384,2
Exportação	4 843,0	5 740,2	6 699,5	6 644,3	5 966,0
Reexportação	24 324,1	21 831,1	22 977,8	14 657,7	11 960,5
Balança Comercial	-60 868,0	-54 460,8	-57 431,5	-53 414,7	-60 418,1
Taxa de Cobertura	7,4	9,5	10,4	11,1	9,0

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Tabela 7.16 – Saldo da balança comercial de serviços (2012-2016)

	2012 ^P	2013 ^P	2014 ^P	2015 ^P	2016 ^P
Balança Comercial	20 470,7	26 038,5	22 895,0	21 634,8	23 625,5
Importação	30 379,5	27 397,5	29 230,2	28 854,6	35 220,1
Exportação	50 850,2	53 436,0	52 125,2	50 489,4	58 845,6

Apresentação normalizada de acordo com o 5º Manual do FMI

Fonte: Banco de Cabo Verde



Indicadores e definição

Comércio geral

Esta designação inclui todas as mercadorias que entram e saem do país, com exceção das de trânsito direto. Todas as mercadorias que passam pelas alfândegas são contabilizadas, seja qual for o seu destino.

Comércio Especial

O Comércio Especial compreende:

1. Na importação:

- a) Mercadoria despachada para consumo interno;
- b) Mercadorias entradas em regime de admissão temporária, a fim de sofrerem transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra;
- c) Mercadorias em regime de armazém para, posteriormente, serem submetidas à transformação ou complemento de mão-de-obra;
- d) Mercadoria destinada à navegação nacional, embora não despachada para consumo.

2. Na exportação:

- a) Mercadorias produzidas em Cabo Verde;
- b) Mercadorias nacionalizadas, isto é, as mercadorias importadas, postas à livre disposição dos importadores depois de haverem sido liquidadas por quaisquer direitos de que sejam passíveis ou que tenham recebido a transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra, em virtude de que haviam sido admitidas com isenção temporária;
- c) Mercadorias nacionais e nacionalizadas destinadas à navegação estrangeira.

Estão excluídos destes apuramentos:

1. Na importação

- a) Mercadorias entradas em regime temporário normal (importação temporária);
- b) Mercadorias que regressam doutro país para onde haviam sido expedidas em regime temporário (reimportação).



2. Na exportação

- a) Mercadorias saídas temporariamente;
- b) Mercadorias devolvidas em consequência de uma importação temporária, isto é, as reexportadas;
- c) Mercadorias nacionais e nacionalizadas destinadas á navegação nacional.

Importação de bens e serviços

São bens adquiridos (valorizados a preços CIF, ou seja, incluindo no preço das mercadorias os custos com seguro e frete) e serviços prestados pelos países que compõem o resto do mundo.

Exportação de bens e serviços

São bens vendidos (avaliados a preços FOB, ou seja, incluindo somente o custo de comercialização interna até o porto de saída das mercadorias) e os serviços prestados a não residentes.

Pais de origem

As importações são apuradas segundo o país de origem. Se se tratar de um produto natural, há que ter em conta o país onde foi produzido. Se se tratar de produto em obra, deve-se levar em conta o país onde recebeu a forma sob a qual foi introduzido no país importador.

Pais de Consumo

As exportações são apuradas segundo o país de consumo, isto é, onde a mercadoria deve ter a aplicação para qual foi produzida ou fabricada, ou onde deve ser transformada ou sujeita a complemento de mão-de-obra.

Quantidades

Consideram-se os pesos líquidos das mercadorias, expressos em toneladas.



Valores

Na importação, considera-se o valor CIF, e na exportação o valor FOB, expressos em mil escudos e mil contos.

Arredondamentos

As quantidades e os valores das mercadorias são apurados em submúltiplos das unidades da publicação, pelo que, devido aos arredondamentos, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Classificação

As mercadorias foram classificadas segundo a nomenclatura do Sistema Harmonizado (S.H.). Utiliza-se, neste anuário, para classificar os países, a Classificação das Nações Unidas - ISO II.

Sistema Harmonizado (Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias)

É uma nomenclatura internacional, sob responsabilidade da OMA (Organização Mundial de Alfândegas), utilizada para padronização de código de produtos importados e exportados.

Classificação por Grandes Categorias Económicas de bens (CGCE)

Esta classificação faz referência ao destino económico dos bens, isto é, segundo a forma de utilização dos bens que entram no processo de intercâmbio e, está dividida em 4 grandes categorias:

1. **Bens de Consumo** são os bens utilizados pelos indivíduos ou famílias, em que se destacam os seguintes: produtos alimentares primários, produtos alimentares transformados e outros bens de consumos duradouros, semi duradouros e não duradouros;
2. **Bens intermédios** são utilizados no processo de produção para serem transformados em bens finais. Incluem produtos transformados para as indústrias alimentares e tabaco, construção e carpintaria, etc.;



3. **Bens de Capital** ou bens de produção são os equipamentos e instalações, bens ou serviços necessários para a produção de outros bens ou serviços. Incluem máquinas, automóveis para uso particular e motores para material de transporte;
4. **Combustíveis**, engloba os combustíveis primários, Gasolina para avião, Gasóleo e diesel-óleo, Fuel-oil, Jet A1 e petróleo para iluminação, Gases liquidificados, Lubrificantes, Metanol e outras gasolinas e combustíveis.

Balança Comercial

O termo balança comercial refere-se à diferença monetária entre exportações e importações por parte de um país, em um determinado período de tempo.

$$\text{Saldo da Balança Comercial} = \text{Exportações} - \text{Importações}$$

Taxa de Cobertura

A razão entre as exportações e importações dá-nos a taxa de cobertura das importações pelas exportações, ou, simplesmente, taxa de cobertura. Esta taxa indica-nos em que percentagem as exportações pagam as importações.

$$\text{Taxa de Cobertura} = \frac{\text{Valor das exportações}}{\text{Valor das importações}} \times 100$$

Para mais informações:

Publicações das Estatísticas do Comércio Externo (INE)

www.ine.cv

www.bcv.cv



Agricultura e Pesca





8 Agricultura e Pesca

No AECV-2016, com o tema Agricultura e Pesca pretende-se fazer o retrato da produção agrícola e dos seus fatores, cujos dados se baseiam essencialmente nas informações produzidas pelos serviços do Ministério da Agricultura. De referir que, devido ao tempo de divulgação deste documento, apenas foi possível integrar alguns dados do Recenseamento Geral da Agricultura (RGA) de 2015.

Este tema apresenta, ainda, informações referentes ao setor das pescas, tais como a frota pesqueira nacional, as capturas e a exportação de pescado. De salientar que estes setores são os pilares da segurança alimentar e nutricional do país e fonte de rendimento e oportunidade de emprego em todas as ilhas. Com efeito, estes setores contemplam atividades que empregam grande contingente de mão-de-obra e participam, de forma considerável, na exportação de bens do país.

8.1 Agricultura

Cabo Verde, país arquipelágico e saheliano, é extremamente vulnerável aos fenómenos naturais, particularmente às secas. Contudo, o setor agropecuário, apesar das suas fragilidades estruturais, tem desempenhado um papel de grande relevo para o país, permitindo a subsistência de um grande número de famílias, cujo sustento e organização da vida familiar estão estreitamente associados à terra.

Não obstante as insuficiências, o setor agrícola constituiu um importante fator de desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. Esta situação deverá continuar a acontecer na medida em que tem vindo a registar diversos investimentos na modernização da agricultura (irrigação gota-a-gota, novas tecnologias de produção, culturas protegidas e hidropónicas, capacitação profissional, na investigação agrária e transferência de conhecimentos aos agricultores, na diversificação e no escalonamento da produção) e, em especial, na mobilização e captação de água (construção de barragens, diques, perfurações, reservatórios, na melhoria da gestão dos recursos hídricos, nas energias renováveis, na bombagem de água, etc.), em articulação com outros setores económicos, particularmente o turismo, para que o setor agrícola possa responder, de forma satisfatória e sustentável, aos desafios e às novas oportunidades e paradigmas, em particular no domínio do agronegócio.



8.1.1 População Agrícola

Considerando os resultados do RGA de 2015, no que respeita à população agrícola, constatou-se que esta representava, em 2015, 34,8% do total da população residente em Cabo Verde, sendo São Lourenço dos Órgãos, São Salvador do Mundo e São Domingos os concelhos com maior proporção de população agrícola.

Comparando os resultados do RGA de 2004 com os de 2015, verificou-se uma diminuição de pessoas que pertenciam a agregados agrícolas.

Considerando, ainda, os dados do RGA de 2015, em termos de repartição por sexo, observou-se, na população agrícola, uma ligeira vantagem do sexo feminino (50,9%) quando comparado com o sexo masculino (49,1%) - Tabela 8.1 -. De salientar, igualmente, que de 1988 para 2015, registou-se uma diminuição do tamanho médio das famílias agrícolas, em todas as ilhas, correspondendo a uma variação de -20,4%, sendo a variação mais acentuada nas ilhas de São Vicente, Sal, Santo Antão e Brava (Tabela 8.2).



Tabela 8.1 – Proporção dos representantes dos agregados familiares das Explorações Agrícolas Familiares, segundo o sexo, por ilha (1988, 2004 e 2015)

	1988			2004			2015		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Cabo Verde	81 762	90 601	172 363	106 031	116 223	222 254	89 560	92 836	182 396
Santo Antão	15 684	14 172	29 856	16 539	15 237	31 776	11 339	9 565	20 904
Ribeira Grande	4 872	4 398	14 832	7 570	6 988	14 558	4 647	4 025	8 672
Paul	3 078	2 676	5 754	3 049	2 584	5 633	1 934	1 468	3 402
Porto Novo	7 734	7 098	9 270	5 920	5 665	11 585	4 758	4 072	8 830
S. Vicente	515	449	964	5 369	5 271	10 640	3 138	2 868	6 006
S. Nicolau	4 118	4 080	8 198	4 569	4 653	9 222	4 119	3 738	7 857
Ribeira Brava	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	2 442	2 186	4 628
Tarrafal de S. Nicolau	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	1 677	1 552	3 229
Sal	953	891	1 844	1 017	1 074	2 091	1 236	1 114	2 350
Boa Vista	1 245	1 122	2 367	1 109	1 001	2 110	903	754	1 657
Maio	1 521	1 597	3 118	2 095	2 447	4 542	1 545	1 622	3 167
Santiago	43 118	52 274	95 392	58 803	68 928	127 731	54 206	60 280	114 486
Tarrafal	10 064	13 256	23 320	6 042	7 731	13 773	5 401	6 605	12 006
Santa Catarina	14 984	19 260	34 244	16 290	19 914	36 204	11 793	13 690	25 483
Santa Cruz	8 962	10 084	19 046	12 686	14 266	26 952	8 739	9 208	17 947
Praia	9 108	9 674	18 782	12 125	13 287	25 412	8 479	9 107	17 586
S. Domingos	n.a	n.a	n.a	5 715	6 238	11 953	5 432	5 690	11 122
S. Miguel	n.a	n.a	n.a	5 945	7 492	13 437	4 824	5 757	10 581
S. Salvador do Mundo	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	3 388	3 792	7 180
S. Lourenço dos Órgãos	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	3 100	3 146	6 246
Ribeira Grande de Santiago	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	3 050	3 285	6 335
Fogo	12 156	13 376	25 532	13 834	14 857	28 691	11 397	11 350	22 747
Mosteiros	n.a	n.a	n.a	3 676	4 126	7 802	2 891	2 878	5 769
S. Filipe	n.a	n.a	n.a	10 158	10 731	20 889	6 625	6 602	13 227
Santa Catarina do Fogo	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a	1 881	1 870	3 751
Brava	2 452	2 640	5 092	2 696	2 755	5 451	1 677	1 545	3 222

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) Censo Agrícola 1988, 2004 e 2015



Tabela 8.2 – Proporção da população agrícola, segundo o sexo e tamanho médio das famílias agrícolas, por ilha (1988, 2004 e 2015)

	1988		Tamanho médio família	2004		Tamanho médio família	2015		Tamanho médio família
	Masculino (%)	Feminino (%)		Masculino (%)	Feminino (%)		Masculino (%)	Feminino (%)	
Cabo Verde	47,0	53,0	5,4	47,7	52,3	5,0	49,1	50,9	4,3
Santo Antão	53,0	47,0	5,8	52,0	48,0	4,7	54,2	45,8	3,8
S. Vicente	53,0	47,0	7,1	50,5	49,5	5,2	52,2	47,8	3,7
S. Nicolau	50,0	50,0	4,9	49,5	50,5	4,6	52,4	47,6	4,1
Sal	52,0	48,0	6,7	48,6	51,4	5,1	52,6	47,4	4,4
Boa Vista	53,0	47,0	4,9	52,6	47,4	4,3	54,5	45,5	3,4
Maio	49,0	51,0	4,5	46,1	53,9	4,1	48,8	51,2	3,8
Santiago	45,0	55,0	5,3	46,0	54,0	5,2	47,3	52,7	4,5
Fogo	48,0	52,0	5,2	48,2	51,8	5,0	50,1	49,9	4,3
Brava	48,0	52,0	5,4	49,5	50,5	4,4	52,0	48,0	3,6

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) Censo Agrícola 1988, 2004 e 2015



Tabela 8.3 – Proporção dos representantes dos agregados familiares das Explorações Agrícolas Familiares, segundo o sexo, por ilha (1988, 2004 e 2015)

	1988		2004		2015	
	Masc.(%)	Fem.(%)	Masc.(%)	Fem.(%)	Masc.(%)	Fem.(%)
Cabo Verde	64	36	49,5	50,5	54,02	45,98
Santo Antão	82	18	68,9	31,1	72,90	27,10
S. Vicente	-	-	34,4	65,6	65,82	34,18
S. Nicolau	67	33	56,1	43,9	61,94	38,06
Sal	-	-	54,4	45,6	73,83	26,17
Boa Vista	68	32	66,5	33,5	77,98	22,02
Maio	57	43	42,3	57,7	50,12	49,88
Santiago	58	42	43,0	57,0	45,36	54,64
Fogo	65	35	54,4	45,6	64,01	35,99
Brava	59	41	60,5	39,5	64,87	35,13

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) Censo Agrícola 1988, 2004 e 2015

8.1.2 Estrutura das Explorações Agrícolas

Em termos da estrutura das explorações agrícolas, nota-se que, em 2015, a esmagadora maioria (99,7%) das mesmas, são Explorações Agrícolas Familiares (EAF). Das poucas explorações (0,3%) que não são familiares, a maioria é explorada por escolas (hortas escolares) e entidades públicas (Governo ou Câmaras). Nota-se, ainda, a baixa frequência de entidades como cooperativas ou associações de produtores agrícolas (Tabela 8.4).

De se notar que 73,4% das explorações estavam voltadas para a agricultura de sequeiro, detendo as três principais ilhas agrícolas em conjunto - Santiago (59,1%), Fogo (13,3%) e Santo Antão (12,8%) - cerca de 85% das EAF (Tabela 8.5).



Tabela 8.4 – Explorações agrícolas, segundo o tipo, por ilha (2015)

	Total	Familiar	Tipo de Exploração Agrícola							
			Não Familiar							
			Total	Empresa Agrícola	Cooperativa	Associação de Produtores	Entidade Pública (Estado/Câmara)	Escola	Igrejas	Outro
Cabo Verde	45 539	45 399	140	9	3	5	23	65	8	27
Santo Antão	5 838	5 822	16	0	0	0	3	10	1	2
S. Vicente	1 730	1 701	29	2	0	1	3	9	1	13
S. Nicolau	2 104	2 096	8	0	0	0	1	7	0	0
Sal	549	544	5	1	1	1	1	1	0	0
Boa Vista	514	509	5	1	0	0	0	2	0	2
Maio	898	898	0	0	0	0	0	0	0	0
Santiago	26 908	26 841	67	4	2	1	13	31	6	10
Fogo	6 030	6 023	7	1	0	2	2	2	0	0
Brava	968	965	3	0	0	0	0	3	0	0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) Censo Agrícola 1988, 2004 e 2015

Tabela 8.5 – Explorações agrícolas familiares, segundo as atividades e respetivas proporções, por ilha (2015)

	Total	Atividades Agrícolas							
		Sequeiro		Regadio		Pecuária		Agro-florestal	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Cabo Verde	45 399	33 309	73,37	8 580	18,90	38 748	85,35	14 380	31,67
Santo Antão	5 822	3 648	62,66	2 203	37,84	4 571	78,51	54	0,93
S. Vicente	1 701	227	13,35	301	17,70	1 445	84,95	47	2,76
S. Nicolau	2 096	1 427	68,08	542	25,86	1 730	82,54	6	0,29
Sal	544	274	50,37	15	2,76	383	70,40	3	0,55
Boa Vista	509	107	21,02	65	12,77	500	98,23	0	0,00
Maio	898	467	52,00	103	11,47	836	93,10	147	16,37
Santiago	26 841	20 803	77,50	5 093	18,97	23 752	88,49	11 361	42,33
Fogo	6 023	5 506	91,42	154	2,56	4 946	82,12	2 645	43,91
Brava	965	850	88,08	104	10,78	585	60,62	117	12,12

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA) Censo Agrícola 2015



8.1.3 Produção Agrícola (em sentido estrito)

O setor hortícola tem registado uma grande evolução, com ganhos visíveis no aumento da produção e da produtividade, provocando uma mudança gradual na estrutura do setor primário e desempenhando um papel económico cada vez mais importante.

Os dados produzidos nos últimos anos (estimativas da produção de Culturas Hortícolas, de Raízes e Tubérculos, entre 2012 e 2016) mostram que houve uma ligeira diminuição (-0,6%) na produção de produtos hortícolas. No entanto, verificou-se um aumento á volta de 6%, na produção de raízes e tubérculos (Tabela 8.6).

O tomate é o produto com maior representatividade nas culturas hortícolas, tendo apresentado uma participação em 31,2% do total, em 2016 e 28,8% em 2012. (Tabela 8.6).

As estimativas das quantidades de produtos Hortícolas, de Raízes e Tubérculos (R&T), produzidas nos últimos 5 anos, mostram que a produção média anual ronda as 50.000 toneladas de hortícolas e 23.500 de Raízes e Tubérculos. Nota-se uma ligeira descida das produções, em 2015, na ordem de 11%, no que se refere às hortícolas e 24% nas Raízes e Tubérculos, decorrente do rescaldo do mau ano agrícola registado em 2014.

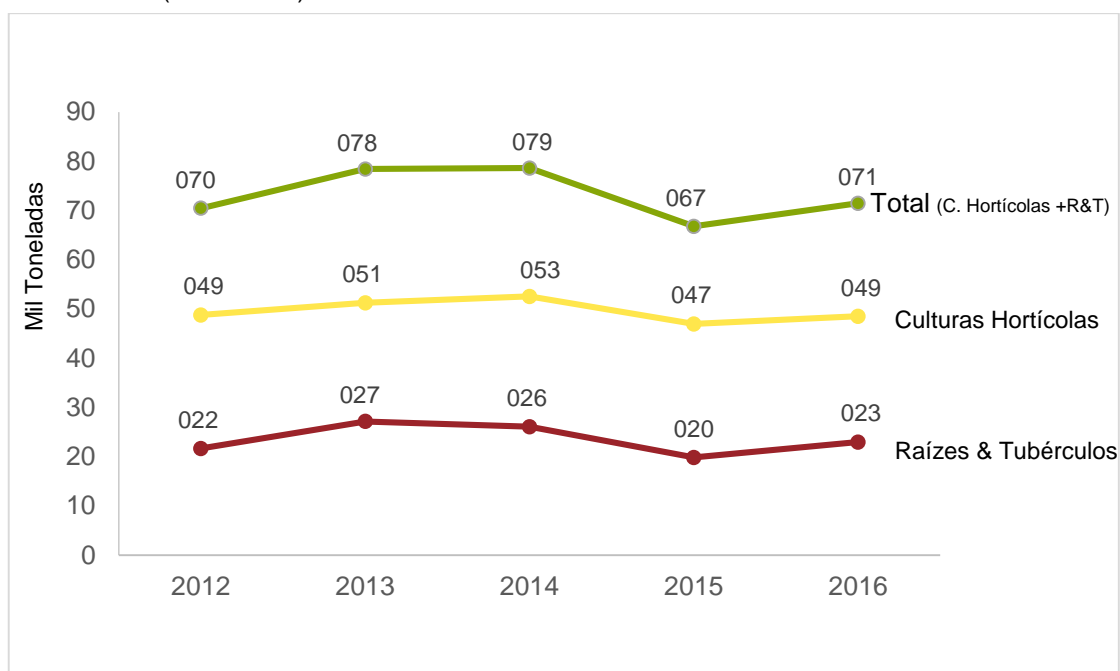
Tabela 8.6 – Estimativas da produção (em toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Culturas Hortícolas	48 785	51 266	52 544	46 957	48 512
Tomate	14 045	16 684	15 611	14 597	15 133
Pimentão	3 849	3 683	3 842	3 121	4 775
Repolho	8 508	9 028	9 962	8 816	8 698
Cenoura	5 573	5 266	6 078	4 596	3 953
Melancia	1 252	1 278	1 537	1 550	1 557
Alface	1 215	1 302	1 856	1 411	1 325
Couve	2 270	2 293	3 551	3 080	3 015
Cebola	6 822	6 548	4 842	4 696	5 066
Diversos	5 251	5 184	5 265	5 090	4 990
Raízes e Tubérculos (R&T)	21 671	27 163	26 093	19 833	22 963
Batata-doce	7 231	8 816	8 770	5 959	6 262
Mandioca	7 003	8 123	7 640	5 322	5 667
Abóbora (sequeiro)	1 500	1 900	1 520	800	549
Batata-comum	5 938	8 324	8 164	7 752	10 485

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



Gráfico 8.1 – Estimativas de produção (em mil toneladas) de culturas hortícolas e de raízes e tubérculos (2012-2016)



Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

No que concerne à produção de frutas, as estimativas da produção anual de 2016 apontam para 15.840 toneladas, constituída, essencialmente, por banana, (aproximadamente 66% do total produzido), seguida de papaia (20,7%). De se referir que as estimativas da produção frutícola no país apontam que no período de 2012 a 2016, a produção média anual tem rondado as 16.000 toneladas, não obstante as oscilações observadas, devido, sobretudo, à(s) variação(ões) das condições naturais do país (precipitação, vento etc.) - Tabela 8.7 -.

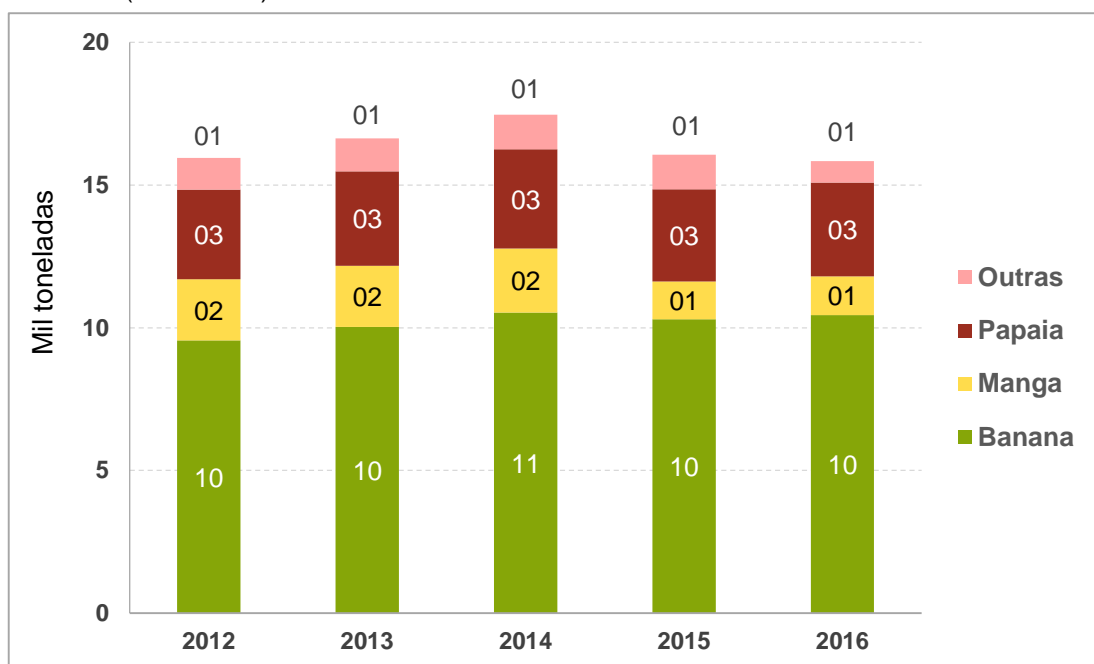
Tabela 8.7 – Estimativas de produção (em toneladas) , por tipo de culturas frutícolas (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	15 950	16 639	17 470	16 065	15 840
Banana	9 555	10 033	10 534	10 300	10 443
Manga	2 142	2 140	2 247	1 328	1 363
Papaia	3 150	3 308	3 473	3 232	3 284
Outras	1 103	1 158	1 216	1 205	750

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



Gráfico 8.2 – Estimativas de produção (em mil toneladas), segundo as principais culturas frutícolas (2012-2016)



Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Em relação às estimativas de produção das chamadas culturas de renda, a saber cana-de-açúcar, vinha e café (as duas últimas com maior especificidade territorial e com maior expressão na ilha do Fogo), nota-se a predominância da cana-de-açúcar, com uma produção média anual à volta de 28.375 toneladas (cerca de 99% da produção total das culturas de renda).

Tabela 8.8 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de renda (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	28 740	28 783	28 812	28 604	28 753
Café	88	62	52	52	69
Vinha	277	346	385	177	309
Cana-de-Açúcar	28 375	28 375	28 375	28 375	28 375

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



Agricultura e Pesca

As estimativas de produção das culturas tradicionais de sequeiro - milho e feijões - têm registado flutuações, em função, essencialmente, da pluviometria anual. De 2012 a 2016, a produção total passou de 12.174 para 9.739 toneladas, tendo ocorrido 14.076, em 2015.

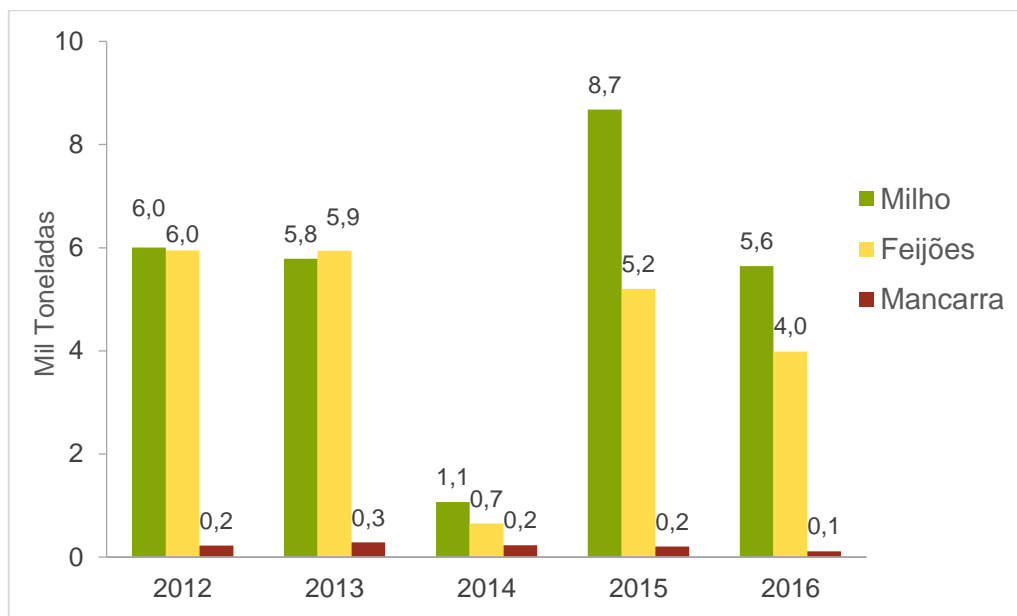
Em 2016, constatou-se uma grande redução na produção total (-30,8%), comparativamente ao ano de 2015, isto devido ao mau ano agrícola de 2016. Em relação às culturas, registaram-se também diminuições na produção das principais culturas de sequeiro, ou seja, milho (-35%), feijões (-23,3%) e mancarra (-45%) - Tabela 8.9 -.

Tabela 8.9 – Estimativas de produção (em toneladas) de culturas de sequeiro (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Total	12 174	12 008	1 941	14 076	9 739
Milho	6 001	5 785	1 065	8 677	5 642
Feijões	5 950	5 943	650	5 199	3 987
Mancarra	223	280	226	200	110

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Gráfico 8.3 – Produção (em mil toneladas) de culturas de sequeiro, por ano (2012-2016)



Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

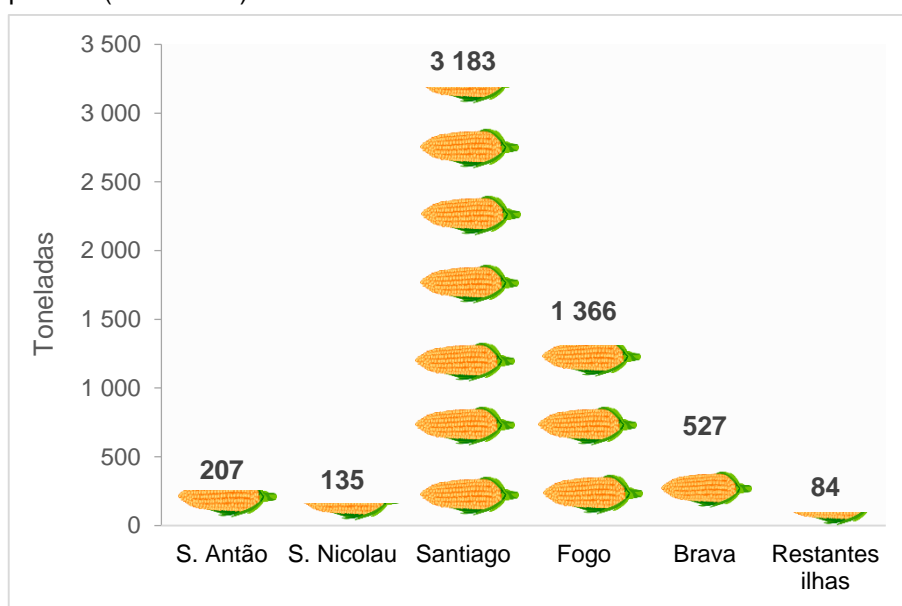


Tabela 8.10 – Estimativa de produção e variação média de produção do milho (em toneladas) nos últimos 5 anos, por ilha (2010-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016	Varição Média nos Últimos 5 anos
Cabo Verde	6 342	5 785	1 065	8 677	5 642	-11,0
S. Antão	311	205	7	458	55	-82,3
S. Nicolau	190	171	12	187	117	-38,4
Maio	6	5	1	5	3	-50,0
Santiago	3 175	2 854	481	5 907	3 497	10,1
Fogo	1 846	1 702	360	1 497	1 423	-22,9
Brava	414	848	204	623	547	32,1

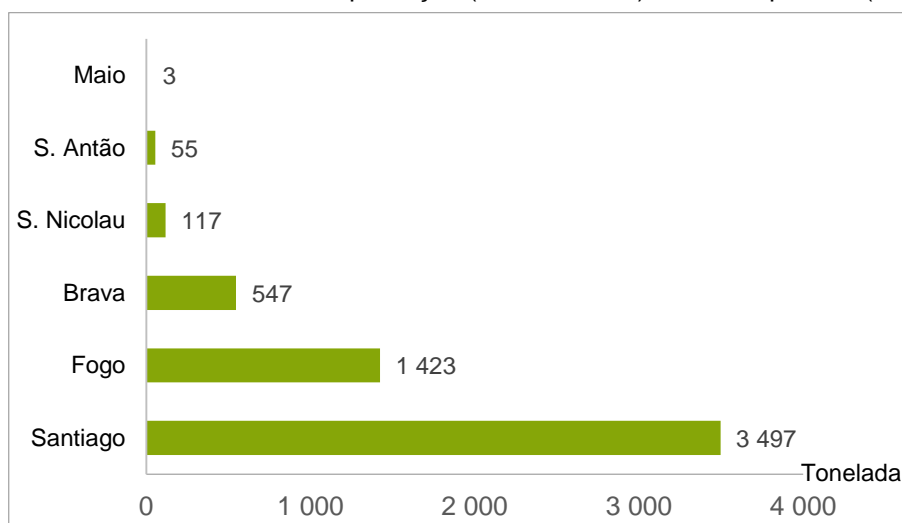
Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Gráfico 8.4 – Estimativas de produção média (em tonelada) de milho, nos últimos 5 anos, por ilha (2012-2016)



Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Gráfico 8.5 – Estimativas de produção (em toneladas) de milho, por ilha (2016)



Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



8.1.4 Produção Animal

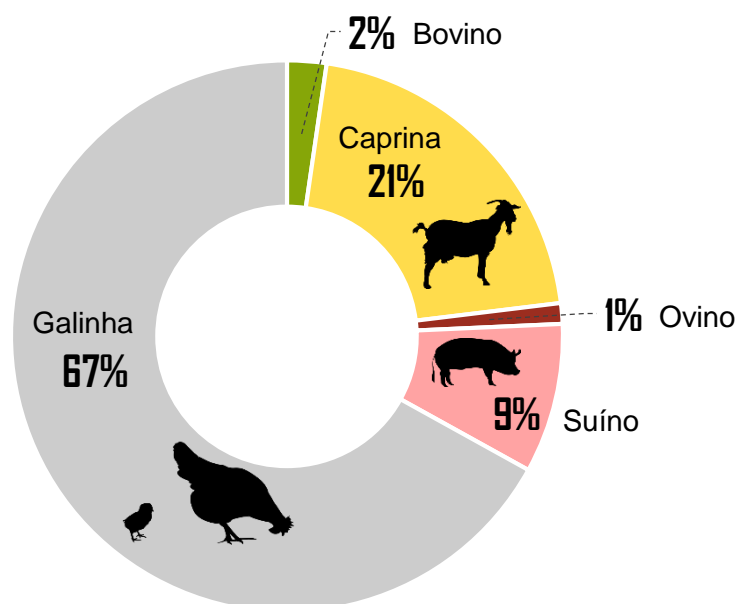
A exploração pecuária familiar representa uma componente importante dos rendimentos e da subsistência das famílias agrícolas, sendo as galinhas e os caprinos as espécies mais criadas pelas famílias agrícolas.

Tabela 8.11 – Estimativa do efetivo pecuário, por espécie e ano (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Bovinos	22 702	22 752	22 802	22 852	22 902
Caprinos	184 707	189 879	195 195	200 661	206 279
Ovinos	11 459	11 599	11 740	11 884	12 029
Suínos	83 722	84 559	85 405	86 259	87 121
Galinhas (tradicionais)	539 931	570 761	603 351	633 519	665 195

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Gráfico 8.6 – Estimativa da proporção do efetivo pecuário, por espécies



Relativamente à estimativa da produção de carnes, esta vem conhecendo uma evolução positiva nos últimos anos, embora seja muito condicionada pelas flutuações das disponibilidades forrageiras, no caso dos ruminantes, e ainda pela ocorrência



dos episódios de peste suína africana, no caso dos suínos. De 2012 a 2016, as estimativas apontam que a produção de carne bovina, caprina, ovina e suína tiveram um aumento de 5,1%.

A produção de carne de frango mostra um aumento em cerca de 24%, entre 2012 e 2016. No entanto, registou-se uma descida, de 2015 para 2016, em cerca de 5%, devido, essencialmente, a uma diminuição da produção de carne de frango na avicultura intensiva (Tabela 8.12).

Tabela 8.12 – Estimativa de produção (em toneladas) de carne (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Carne bovina, caprina, ovina, suína	4 358	4 412	4 468	4 524	4 581
Carne de frango	753	929	943	980	932

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

Tabela 8.13 – Estimativa do efetivo, taxa de abate, efetivo abatido e produção de carne (em toneladas), por principais espécies (2016)

	Efetivo	Taxa de abate	Efetivo abatido	Produção de carne (em toneladas)
Bovina	22 902	0,15	3 435	550
Caprina	206 279	0,30	61 884	928
Ovina	12 029	0,30	3 609	54
Suína	87 121	0,70	60 985	3 049

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

As estimativas da produção de leite (as quantidades indicadas referem-se às disponíveis para consumo humano após a dedução das quantidades destinadas à alimentação das crias) apontam para uma produção média anual à volta de 11.200 toneladas, de 2012 a 2016. Neste período, verificou-se um aumento de 8,2% na produção de leite. A produção estimada referente ao ano 2016 situou-se acima da média, rondando as 11.600 toneladas (Tabela 8.14).

Tabela 8.14 – Estimativa de produção (em Litros) de leite (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Leite	10 728 778	10 941 109	11 159 131	11 383 108	11 613 161

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação



Quanto à estimativa da produção anual de ovos, verificou-se uma produção média anual de cerca de 47 milhões de ovos, tendo a de 2016 atingido perto de 54,6 milhões. De 2012 a 2016, a produção aumentou cerca de 14,8% (Tabela 8.15).

Tabela 8.15 – Estimativa de produção (Unidade) de ovos (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Ovos	47 501 580	45 992 694	42 233 489	45 171 615	54 556 194

Fonte: MAA, Direção de Estatística e Gestão da Informação

8.1.5 Silvicultura

A florestação em Cabo Verde, levada a cabo de forma intensiva, desde os primórdios da independência nacional, pelos sucessivos governos, mas com o forte apoio da cooperação internacional, tem exercido, num primeiro plano, um papel crucial na luta contra a desertificação e, num segundo plano, permitido a satisfação das necessidades de uma boa parte da população.

O país dispõe, atualmente, de um património em vegetação lenhosa avaliado em 89.903 ha, dos quais 54.919,4 (61,1%) é classificado como floresta, de acordo com os padrões da FAO⁸ (Tabela 8.16).

Tabela 8.16 – Área coberta, por vegetação lenhosa e por floresta e respetivas proporções, por ilha (2012)

	Área com vegetação lenhosa (ha)	% Área com vegetação lenhosa/ilha	Área florestal (ha)	% área florestal/ ilha	% Área florestal nacional
Cabo Verde	89 903,10		54 919,4		13,60
Santo Antão	5 389,3	6,0	2 177,8	3	0,51
S. Vicente	2 745,4	3,1	2 163,1	10	0,53
S. Nicolau	5 530,5	6,2	2 464,1	7	0,61
Sal	1 714,3	1,9	356,0	2	0,08
Boavista	5 485,6	6,1	1 822,6	3	0,45
Maio	7 176,9	8,0	5 446,9	20	1,35
Santiago	50 532,3	56,1	37 328,3	38	9,25
Fogo	9 929,4	11,0	2 347,4	5	0,58
Brava	1 399,6	1,6	813,2	13	0,20

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

⁸ Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)



Tabela 8.17 – Estimativa da produção de biomassa forrageira (2013)

	Área (ha)	Rendimento MS (Toneladas)	Produção (Toneladas)
Área Silvo Pastoril	142 261	1,8	256 718
Área Cultivada de Milho	31 727	1,1	35 217
Produção Biomassa Forrageira			291 935

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)

Nos últimos anos, uma das grandes ameaças à destruição deste valioso património tem sido a ocorrência de incêndios florestais, com alguma frequência, com particular incidência de 2011 a esta parte, em que temos vindo a assistir a um crescente número de casos de fogos florestais, particularmente na ilha do Fogo. Os maiores incêndios florestais ocorridos no país têm-se registado, precisamente, na ilha do Fogo, sendo os de 2013 e 2015 os mais significativos, com 437 e 801 ha ardidos, respetivamente (Tabela 8.18).

Tabela 8.18 – Superfície florestal (em ha) ardida em incêndios florestais, por ilha (2011-2015)

	2011	2012	2013	2014	2015
Cabo Verde	73	44	437	278,4	801,2
Santo Antão	0	0	0	0	0
S. Vicente	0	0	0	0	0
S. Nicolau	0	0	0	0	0
Sal	0	0	0	0	0
Boavista	0	0	0	40	0
Maio	0	0	0	0	0
Santiago	0	44	0	80	-
Fogo	73	0	437	158,4	801,2
Brava	0	0	0	0	0

Fonte: Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA)



8.2 Pesca

A pesca sempre foi uma atividade económica importante para Cabo Verde. Este setor, juntamente com a agropecuária, tem permitido maior resiliência da população rural e reduzido a dinâmica do êxodo rural, além de constituir uma oportunidade de emprego e de rendimento para a população.

A pesca no país divide-se em artesanal, que é realizada com embarcações denominadas “embarcações de boca aberta” e direcionada para a pesca costeira e a pesca semi-industrial e industrial, que é feita com embarcações maiores, motores geralmente internos e maior autonomia.

A pesca artesanal, em 2016, contava com 1.683 embarcações e 5.078 pescadores. A Ilha de Santiago apresenta maior número, tanto de pescadores como de embarcações de pesca artesanal, representando 35,4% e 36,7%, respetivamente, do total nacional (Tabela 8.19).

Tabela 8.19 – Número de embarcações (botes), número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca artesanal, por ilha (2016)

	N.º de Botes	Nº de Pescadores	Nº médio de pescadores por embarcação
Cabo Verde	1 683	5 078	3,0
Santo Antão	156	640	4,1
S. Vicente	135	514	3,8
S. Nicolau	101	267	2,6
Sal	170	482	2,8
Boavista	140	318	2,3
Maio	107	229	2,1
Santiago	596	1 863	3,1
Fogo	172	514	3,0
Brava	106	251	2,4

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima (DNEM) e INDP

Quanto à pesca industrial, em 2016, registaram-se 122 embarcações, que empregavam 1.220 pescadores. Do total das embarcações, 39,3% encontravam-se registadas na Ilha de São Vicente e 36,9% na ilha de Santiago (Tabela 8.20).



Tabela 8.20 – Número de embarcações, número de pescadores e número médio de pescadores, por embarcação de pesca industrial/semi-industrial, por ilha (2016)

	N.º de Embarcação	N.º de Pescadores	N.º Médio de pescadores, por embarcação
Cabo Verde	122	1 220	10,0
Santo Antão	6	72	12,0
S. Vicente	48	502	10,5
S. Nicolau	5	58	11,6
Sal	7	63	9,0
Boa Vista	6	25	4,2
Maio	0	0	0,0
Santiago	45	456	10,1
Fogo	4	35	8,8
Brava	1	9	9,0

Fonte: Direção Nacional de Economia Marítima (DNEM) e INDP

Globalmente, as capturas diminuíram 7,5% entre 2012 e 2016, tendo a captura da pesca artesanal uma diminuição de 3,6%, enquanto a pesca industrial teve uma diminuição mais acentuada (-10,3%).

Em 2016, verificou-se que as capturas realizadas na pesca artesanal são mais diversificadas, concentrando-se em torno dos tunídeos (34,5%) e demersais (28,8%), enquanto na pesca industrial predominam os tunídeos (74,6%) e pequenos pelágicos (20,2%) - Tabela 8.21 -.

Tabela 8.21 – Capturas nominais de pescado (em toneladas), segundo o tipo de pesca, por principais espécies (2012-2016)

	Artesanal	Industrial	Total
2012	4 310,00	5 954,70	10 264,70
2013	4 374,20	7 714,70	12 088,90
2014	4 417,50	9 839,40	14 256,90
2015	4 574,46	10 793,73	15 368,19
2016			
Total	4 155,84	5 338,57	9 494,41
Tunídeos	1 435,59	3 985,39	5 420,98
Pequenos Pelágicos	869,44	1 078,74	1 948,17
Demersais	1 198,33	204,13	1 402,46
Diversos	618,98	36,05	655,03
Crustáceos e Moluscos	11,74	34,26	45,99
Tubarões	21,77	0,00	21,77

Fonte: Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP)

Os indicadores relativos à importação de pescado indicam um aumento entre 2012 e 2016, tanto em termos de peso (24,3%) como de valores monetários (62,5%).



De realçar que, em 2016, a grande maioria do pescado importado corresponde, basicamente, à importação de filetes de peixe e outra carne de peixe (picada), frescos, refrigerados ou congelados, representando cerca de 40% do total importado em valores e 37% do total importado em peso (Tabela 8.22).

Tabela 8.22 – Importação de pescado - peso e valor (2012-2016)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2012	660,62	289,14
2013	727,17	339,23
2014	662,43	322,50
2015	668,25	319,41
2016		
Total	821,05	469,96
Peixes vivos	0,35	0,67
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixe e outra carne	0,06	0,03
Peixes congelados, exceto os filetes de peixe e outra carne de peixe	98,40	54,46
Filetes de peixe e outra carne de peixe (picada), frescos, refrigerados ou congelados	305,69	185,58
Peixes secos, salgados ou em salmoura; peixes fumados, mesmo cozidos...	74,72	52,38
Crustáceos, mesmo sem casca, vivos frescos, refrigerados, congelados, secos	134,56	96,04
Moluscos, com ou sem concha, vivos, frescos, refrigerados, congelados, secos, salgados...	207,27	80,80

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Os produtos do mar participam significativamente na pauta de exportação do país. De 2012 a 2016, o valor de pescado exportado registou um aumento de 22,7% e, em termos de peso, 62%. No entanto, de salientar que, entre 2015 e 2016, registou-se uma diminuição considerável, tanto no valor monetário (-22,6%), como no peso (-31,4%) do pescado exportado.

De se referir ainda que, em 2016, o pescado exportado era constituído quase exclusivamente (99,9%) por peixes congelados, exceto filetes de peixes e outra carne (Tabela 8.23).



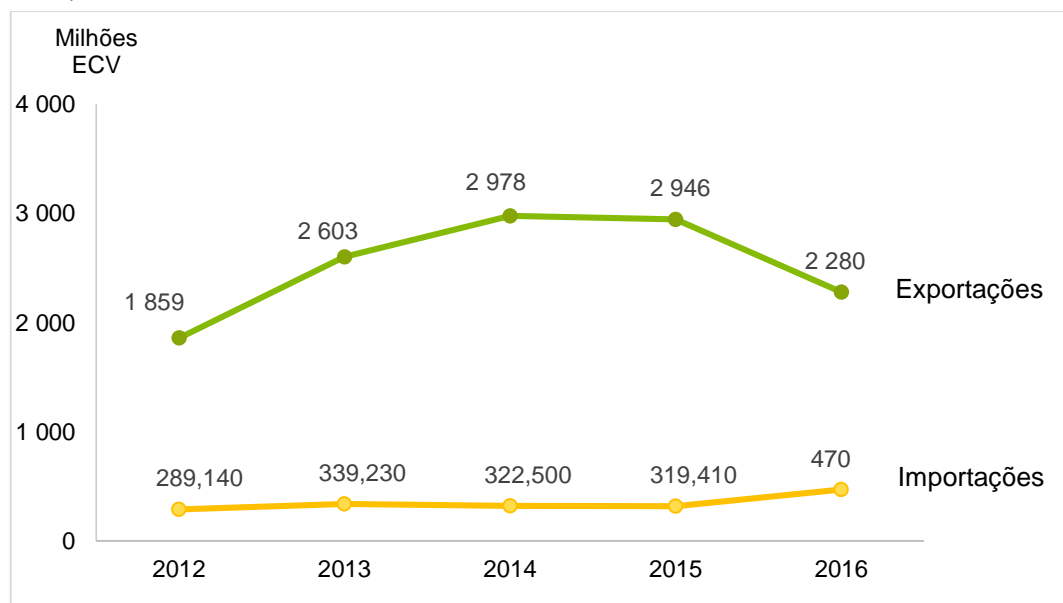
Não obstante o crescimento das importações e diminuição das exportações de pescado, a balança comercial, em relação a esses produtos, é superavitário, isto é, o país exporta muito mais do que importa, sendo a pesca um ótimo gerador de divisas para o país.

Tabela 8.23 – Exportação de pescado - peso e valor (2012-2016)

	Peso (Toneladas)	Valor (Milhões ECV)
2012	10 582,9	1 858,87
2013	13 215,9	2 602,80
2014	24 001,8	2 977,89
2015	24 975,9	2 945,60
2016		
Total	17 141,8	2 280,01
Peixes frescos ou refrigerados, exceto filetes de peixes e outra carne	0,8	0,76
Peixes congelados, exceto os filetes de peixes e outra carne de peixe	17 141,1	2 279,25

Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo

Gráfico 8.7 – Valor (em milhões de ECV) das importações e exportações de pescado (2012-2016)



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Externo



Ambiente





9 Ambiente

Cabo Verde é um Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (PEID) , de natureza arquipelágica, caracterizado pela vulnerabilidade ambiental, social e económica. É um país marcado pela existência de recursos naturais importantes, no contexto mundial e nacional, mas também, até certa escala, pela exiguidade de seus recursos. Acrescenta-se, ainda, a este cenário a exposição do país aos impactos continuados das mudanças climáticas globais. Face a este contexto, a gestão sustentável e criteriosa dos recursos naturais é crucial.

As estatísticas ambientais permitem avaliar, sistematicamente, o estado dos recursos, a pressão exercida sobre a sua exploração e uso, bem como as medidas de resposta às pressões e seus respetivos impactos. Na sua globalidade, viabilizam a avaliação fidedigna da dinâmica de implementação das políticas públicas ambientais.

Respondendo, parcialmente, a estes imperativos e necessidades, o AECV-2016 incorpora dados e informações sobre as áreas protegidas, as zonas húmidas declaradas Sítios Ramsar, as Convenções ratificadas pelo país no domínio do ambiente, assim como indicadores que associam as condições ambientais/sociais da população, tais como as condições das habitações, em termos de acesso à água, das instalações sanitárias e da habitabilidade das casas e modo de evacuação de resíduos sólidos.

O perfil dos dados e indicadores evidenciam as desigualdades territoriais, em termos de condições de vida da população do país e, embora demonstrem a tendência de melhoria, verificam-se, ainda, algumas disparidades entre ilhas e entre os espaços urbano e rural, no que se refere ao acesso aos bens e serviços ambientais.



9.1 Áreas Protegidas

Os dados da tabela 9.1 mostram que a superfície terrestre das áreas protegidas foi de 733,57 km², em 2015, representando 18,19% da totalidade da superfície terrestre em Cabo Verde. Com exceção de Santa Luzia e ilhéus Branco e Raso, que são considerados áreas protegidas na sua globalidade, as ilhas da Boa Vista (37,29%), Maio (28,24%) e Santo Antão (25,38%) são as que têm mais áreas protegidas, sendo Brava a única ilha sem área protegida.

Quanto às áreas protegidas da superfície marinha, as informações constantes da tabela 9.1 apontam para um total de 1.321,28 km², o que corresponde a 5,66% da superfície marinha total.

Tabela 9.1 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha), por ilha (2015)

	Terrestre		Marinha	
	Superfície (km ²)	%	Superfície (km ²)	%
Cabo Verde	733,57	18,19	1 321,28	5,66
Santo Antão	197,67	25,38	44,33	-
S. Vicente	3,12	1,37	0,00	-
Santa Luzia	34,27	100,00	273,18	-
Ilhéu Branco e Raso	8,54	100,00	278,37	-
S. Nicolau	22,77	6,64	0,00	-
Sal	38,27	17,72	162,16	-
Boa Vista	231,17	37,29	278,37	-
Maio	75,98	28,24	284,87	-
Santiago	36,47	3,68	0,00	-
Fogo	84,69	17,79	0,00	-
Brava	0,00	0,00	0,00	-

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)

As áreas terrestres protegidas, com instrumento de gestão aprovados, passaram de 1.726 hectares, em 2008, para 38.844,86 hectares, em 2015, tendo registado 17.792,19 hectares, em 2014. Em relação às áreas marinhas protegidas, com instrumento de gestão aprovados, o valor registado foi de 120.672,47 hectares, em 2015, e 28.487,19 hectares, em 2014 (Tabela 9.2).



Tabela 9.2 – Superfície e proporção das áreas protegidas (terrestre e marinha) com instrumento(s) de gestão aprovado(s) (2008-2015)

	Terrestre		Marinha	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
2008	1 726,00	0,43	0,00	0,00
2010	10 194,50	2,53	0,00	0,00
2014	17 792,19	4,41	28 487,19	1,26
2015	38 844,86	9,63	120 672,47	5,32

Nota: Percentagens calculadas em função das superfícies (áreas) terrestre e mar territorial de Cabo Verde

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)

Tabela 9.3 – Zonas húmidas de Cabo Verde declaradas Sítios Ramsar

Ilha	Concelho	Nome	área (ha)	Ano Inscrição
Boavista	Boa Vista	Lagoa de Curral Velho	986	2005
	Boa Vista	Lagoa de Rabil	113	2005
Maio	Maio	Salina de Porto Inglês	535	2013
Santiago	Santa Cruz	Lagoa de Pedra Badejo	666	2005

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)

9.2 População e Condições Socio-ambientais

Os dados da tabela 9,4 indicam que a proporção da população com acesso a fontes melhoradas de água potável, isto é, acesso à água através da rede pública de distribuição (água canalizada da rede pública, chafariz, ou o acesso através da casa de vizinhos) como através de “Autotanque”, aumentou ligeiramente, passando de 90,5%, em 2012, para 91,0%, em 2016.



Tabela 9.4 – Proporção da população que utiliza uma fonte melhorada de água potável (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	90,5	90,1	91,0	90,7	91,0
Sexo					
Masculino	-	90,2	91,1	90,9	91,0
Feminino	-	90,0	90,8	90,6	91,0
Meio de Residência					
Urbano	99,1	99,3	98,4	99,0	99,1
Rural	75,5	72,9	76,6	74,4	74,5
Concelho					
Ribeira Grande	95,1	94,4	91,4	95,5	92,3
Paul	91,5	88,7	89,0	89,8	90,0
Porto Novo	94,5	95,4	95,8	93,4	91,3
S. Vicente	99,3	99,3	98,1	99,4	98,2
Ribeira Brava	99,3	96,7	98,4	98,0	99,7
Tarrafal de S. Nicolau	93,2	94,1	94,3	92,0	97,3
Sal	98,5	100,0	99,3	100,0	99,9
Boavista	99,2	92,8	99,3	99,4	99,5
Maio	99,3	98,8	99,8	99,8	99,3
Tarrafal	93,4	95,6	96,0	96,8	97,8
Santa Catarina	73,5	73,9	79,1	79,8	82,6
Santa Cruz	83,7	82,5	81,6	83,2	82,6
Praia	99,0	99,5	99,1	99,0	99,7
S. Domingos	90,0	82,3	66,1	57,8	59,9
S. Miguel	78,0	67,2	60,9	69,2	63,6
S. Salvador do Mundo	42,7	42,7	46,1	37,0	40,6
S. Lourenço dos Órgãos	79,8	86,0	86,4	79,1	78,2
Ribeira Grande de Santiago	81,7	85,7	82,5	71,9	80,1
Mosteiros	54,7	51,7	60,8	63,9	63,0
S. Filipe	72,7	70,9	91,0	81,4	77,4
Santa Catarina do Fogo	56,4	44,4	61,8	62,0	69,9
Brava	97,8	99,7	98,2	98,1	95,5

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A tabela 9.5 apresenta os dados sobre a proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas, ou seja, sanita, latrina ou retrete. Entre 2012 e 2016, registou-se um acréscimo de 7,4 pontos percentuais, passando de 72,9% para 80,3% da população que utiliza instalações sanitárias melhoradas. No meio rural, nota-se que esse indicador conheceu sucessivos aumentos, no mesmo período. Situação semelhante foi registada, no meio urbano, a partir de 2014.



Tabela 9.5 – Proporção da população que usa instalações sanitárias melhoradas (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	72,9	71,8	73,9	77,2	80,3
Sexo					
Masculino	-	71,5	73,3	76,9	79,7
Feminino	-	72,1	74,5	77,5	80,9
Meio de Residência					
Urbano	83,9	81,1	83,3	86,4	87,9
Rural	53,9	54,6	55,9	58,9	64,9
Concelho					
Ribeira Grande	77,9	74,8	78,2	80,2	85,0
Paul	70,7	69,3	71,2	71,2	72,7
Porto Novo	59,8	63,3	65,4	68,7	69,9
S. Vicente	87,4	83,8	85,1	87,1	88,3
Ribeira Brava	71,0	70,4	66,3	77,7	82,7
Tarrafal de S. Nicolau	85,2	82,5	86,1	83,8	86,6
Sal	89,0	89,4	91,4	93,4	92,2
Boavista	61,5	68,1	68,0	70,2	76,6
Maio	89,2	88,6	91,9	90,5	89,9
Tarrafal	65,0	58,6	57,3	69,4	72,7
Santa Catarina	57,7	58,3	60,0	63,3	71,6
Santa Cruz	39,8	45,1	48,9	53,2	54,4
Praia	81,9	77,4	80,0	84,6	86,1
S. Domingos	54,0	52,6	52,1	53,6	64,6
S. Miguel	46,7	42,8	50,0	47,7	61,5
S. Salvador do Mundo	45,4	45,2	51,8	53,6	63,8
S. Lourenço dos Órgãos	53,3	62,1	65,2	68,5	68,6
Ribeira Grande de Santiago	41,4	48,1	45,4	49,8	55,7
Mosteiros	83,1	89,1	87,8	87,4	93,5
S. Filipe	77,1	79,1	82,1	82,8	81,5
Santa Catarina do Fogo	74,3	81,9	83,6	82,6	88,2
Brava	86,1	86,6	87,4	87,6	91,4

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

Segundo os dados da tabela 9.6, em Cabo Verde, 51,9% da população utiliza o contentor como principal modo de evacuação do lixo e 25,4% utiliza o carro de lixo. Apesar dessas formas serem as mais adequadas, 9,6% da população ainda faz o enterro/queima de lixo e 11,8% atira-o fora. No meio urbano, a maioria da população utiliza o contentor (61,1%) e o carro de lixo (34,4%), enquanto no meio rural são mais utilizados o contentor (33,3%) e a natureza (33,0%) como principal modo de evacuação de resíduos.



Tabela 9.6 – Proporção da população, segundo modo de evacuação de resíduos sólidos/lixo, por sexo, meio de residência e concelho (2016)

	Recolha do lixo					
	Colocado em contentor	Recolhido pelo carro de lixo	Enterrado/queimado	Atirado ao redor da casa	Atirado fora	Outro
Cabo Verde	51,9	25,4	9,6	1,1	11,8	0,1
Sexo						
Masculino	52,9	24,7	9,6	1,1	11,6	0,1
Feminino	51,0	26,2	9,7	1,0	12,0	0,2
Meio de Residência						
Urbano	61,1	34,4	2,7	0,2	1,4	0,2
Rural	33,3	7,1	23,7	2,9	33,0	0,0
Concelho						
Ribeira Grande	58,7	6,8	26,8	1,0	6,8	0,0
Paul	66,5	0,4	23,5	3,1	6,5	0,0
Porto Novo	74,2	4,8	8,9	0,1	12,0	0,0
S. Vicente	44,1	54,0	1,8	0,0	0,1	0,0
Ribeira Brava	7,2	83,5	8,8	0,0	0,5	0,0
Tarrafal de S. Nicolau	1,1	96,8	1,8	0,0	0,3	0,0
Sal	84,3	13,1	0,2	0,2	1,8	0,4
Boavista	80,1	19,7	0,2	0,0	0,0	0,0
Maio	93,2	3,1	0,3	0,0	3,4	0,0
Tarrafal	53,8	0,4	5,6	5,2	35,0	0,0
Santa Catarina	33,2	0,1	20,5	3,6	42,6	0,0
Santa Cruz	50,3	0,3	6,0	0,4	43,0	0,0
Praia	50,9	43,1	4,8	0,0	0,8	0,4
S. Domingos	50,3	2,1	16,9	5,0	25,6	0,0
S. Miguel	42,9	0,1	16,2	3,2	37,6	0,0
S. Salvador do Mundo	21,9	3,6	36,8	15,2	22,6	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	46,4	0,7	42,9	1,4	8,6	0,0
Ribeira Grande de Santiago	36,3	0,7	8,3	0,3	54,5	0,0
Mosteiros	73,8	0,1	18,5	0,3	7,2	0,0
S. Filipe	52,0	6,7	30,0	0,1	11,1	0,0
Santa Catarina do Fogo	61,6	1,2	28,4	0,0	8,9	0,0
Brava	75,5	10,0	13,6	0,0	0,9	0,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida

A tabela 9.7 indica que o uso de lenha para cozinhar vem diminuindo, passando de 31,0%, em 2013, para 25,2%, em 2016. Em 2012, a utilização de lenha como principal fonte de energia aumentou ligeiramente (0,9 pontos percentuais). É de notar que a lenha é mais utilizada no meio rural que no urbano. Mesmo assim, a tendência é de diminuição, neste meio de residência, passando de 70,5% em 2013 para 62,5% em 2016.



Tabela 9.7 – Proporção da população que utiliza lenha como principal fonte de energia para cozinhar, por meio de residência e concelho (2012-2016)

	2012	2013	2014	2015	2016
Cabo Verde	30,1	31,0	30,0	27,7	25,2
Meio de Residência					
Urbano	8,1	9,9	9,6	8,9	6,8
Rural	68,2	70,5	69,4	65,0	62,5
Concelho					
Ribeira Grande	48,8	53,1	51,6	46,4	42,4
Paul	46,6	54,1	53,4	43,7	50,4
Porto Novo	29,4	31,2	30,3	30,6	33,2
S. Vicente	1,1	3,2	3,4	2,6	4,2
Ribeira Brava	29,0	34,2	34,1	19,7	8,3
Tarrafal de S. Nicolau	23,1	18,2	13,8	21,6	21,8
Sal	3,1	1,7	2,3	0,5	0,0
Boa Vista	2,7	3,6	1,8	4,2	1,5
Maio	31,1	35,6	38,2	31,3	28,8
Tarrafal	59,0	62,3	63,5	50,1	50,1
Santa Catarina	63,1	62,2	65,1	56,9	57,1
Santa Cruz	64,5	64,5	56,4	61,1	53,3
Praia	7,9	8,7	7,5	8,6	4,8
S. Domingos	65,7	68,1	70,7	67,1	58,9
S. Miguel	75,6	80,0	78,4	74,2	71,3
S. Salvador do Mundo	80,4	83,5	84,6	81,5	77,5
S. Lourenço dos Órgãos	76,4	73,1	75,6	72,7	75,2
Ribeira Grande de Santiago	68,8	65,5	68,0	63,4	57,1
Mosteiros	53,6	53,1	56,0	52,6	49,6
S. Filipe	54,4	56,5	55,5	50,8	47,9
Santa Catarina do Fogo	60,9	74,7	70,6	61,8	59,8
Brava	24,7	29,7	15,6	16,3	10,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Quadro 2 – Convenções e protocolos referentes à temática ambiental ratificadas por Cabo Verde

Convenções e Protocolos	Tema	Data assinatura	Data ratificação
Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD)	Diversidade Biológica	20.10.1994 (resolução n.º 73/IV/94)	29-mar-95
Convenção Quadro das NU sobre Mudanças Climáticas	Mudanças climáticas	20.10.1994 (resolução n.º 72/IV/94)	29-mar-95
Convenção de Basileia	Controlo de movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua eliminação	20.10.1994 (resolução n.º 74/IV/94)	02-jul-99
Convenção sobre luta contra desertificação (UNCCD)	Luta contra a desertificação e a seca	08.03.1995 (resolução n.º 98/IV/95)	08-mar-95
Convenção de Viena	Proteção da camada de ozono	31.03.1997 (decreto n.º 5/97)	31-jul-01
Convenção de Rotterdam	Produtos químicos e pesticidas perigosos no comércio internacional	28.12.2005 (Decreto n.º 17/2005)	01-mar-06
Convenção de Estocolmo	Poluentes Orgânicos Persistentes	19.12.2005 (Decreto n.º 16/2005)	01-mar-06
Convenção CITES	Comércio internacional das espécies de fauna e flora selvagens ameaçadas de extinção	21.03.2005 (Decreto n.º 1/2005)	10-ago-05
Convenção CMS	Conservação das espécies migratórias pertencentes a fauna selvagem	05.12.2005 (Decreto n.º 13/2005)	18-jan-06
Convenção Minamata	Mercúrio e produtos de mercúrio		
Convenção de Abidjan (regional)	Cooperação para a proteção, gestão e desenvolvimento do Meio Marinho e Costeiro (Mauritânia e África do Sul)		
Convenção RAMSAR	Zonas Húmidas de importância Internacional, especialmente como habitat de Aves Aquáticas	18.11.2004 (Decreto n.º 4/2004)	18-nov-05
Protocolo Montreal (Convenção de Viena)	Proteção da camada do Ozono	31.03.1997 (Decreto n.º 6/97)	31-jul-01

Fonte: Direção Nacional do Ambiente (DNA)



Conceitos e definições

Fontes melhoradas de água

Em Cabo Verde, consideram-se fontes melhoradas de água potável : “Chafariz”, “Autotanque” e “Rede Pública/Canalização”... / água canalizada... (incluindo da casa dos vizinhos) .

Instalações Sanitárias melhoradas

Em Cabo Verde, são consideradas instalações sanitárias melhoradas: Latrina, Sanita ou Retrete.



Energia



10 Energia

A disponibilidade, o acesso e o consumo eficiente de energia constituem condições essenciais para o desenvolvimento económico e social de qualquer país, mormente de um país arquipelágico como Cabo Verde, que depende quase que exclusivamente dos produtos petrolíferos importados.

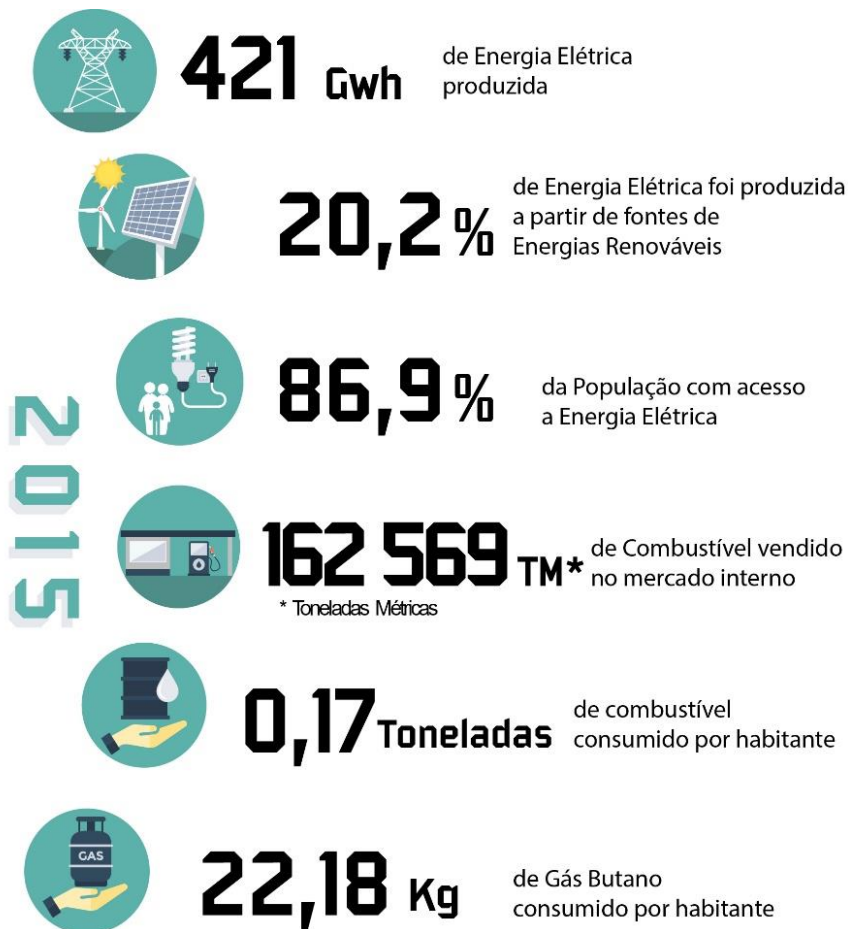
Tendo em conta a importância do tema (Energia), o AECV-2016 traz, como uma das principais inovações, a informação estatística do setor energético. Neste sentido, o objetivo é apresentar os resultados sobre os principais indicadores do setor energético, as estatísticas da energia elétrica (produção e acesso), bem como o total das vendas de combustíveis no mercado interno.

10.1 O Setor Energético

O setor energético de Cabo Verde é caracterizado por uma forte dependência da importação dos derivados do petróleo, constituídos por gasóleo, fuelóleo, Jet A1, Gás de Petróleo Liquefeito (GPL-Butano) e gasolina. Apesar do importante potencial de energias renováveis endógenas existente no país, os derivados do petróleo contribuíram, em 2015, com cerca de 80% na oferta total de energia primária, menos 0,5% do que em 2014, em que essa contribuição ficou pelos 80,3%. Esta diminuição foi motivada pela contribuição positiva das energias renováveis (solar, eólica e biomassa - essencialmente lenha), no *mix* energético, que contribuíram, em 2015, com cerca de 20,2% na oferta total da energia primária, registando um aumento de 2,24%, em relação a 2014.



Figura 10.1 – Principais indicadores de energia em Cabo Verde (2015)

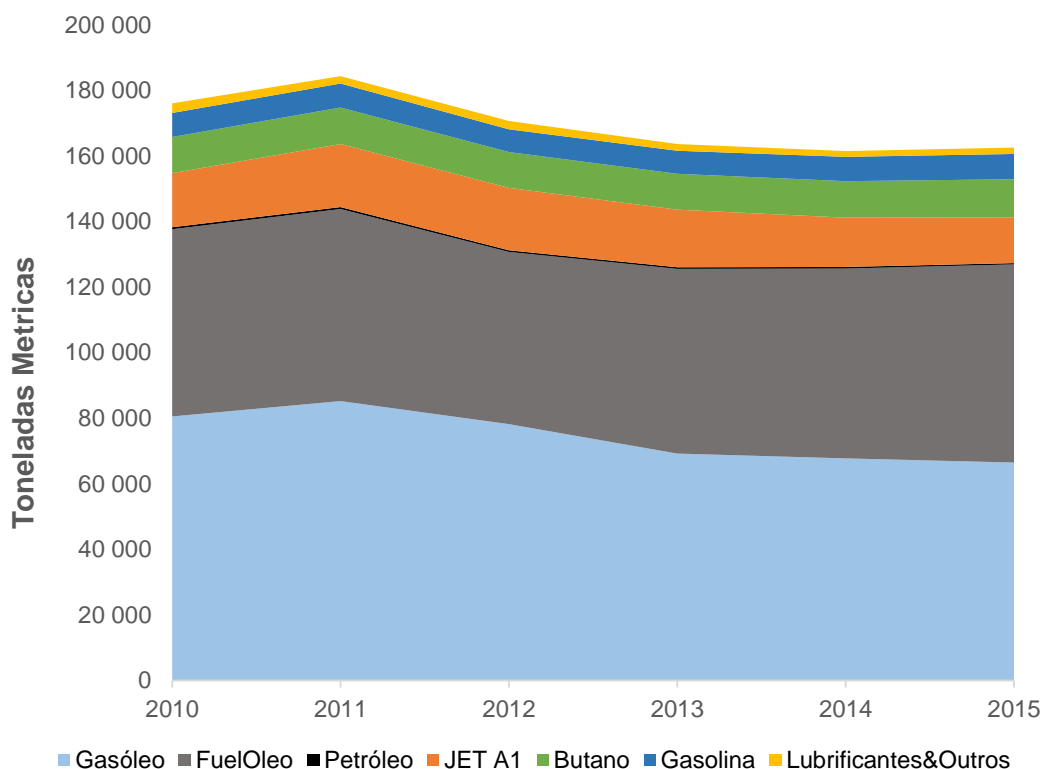


10.1.1 Combustíveis

Em 2015, o mercado interno movimentou 162.569 Toneladas Métricas (TM) de combustíveis, correspondendo a um decréscimo médio de 1,6% ao ano, em relação a 2010, que atingiu 176.068 TM. O valor máximo das vendas foi atingido em 2011 (184.311 TM). Entre 2014 e 2015, verificou-se um aumento de 0,7%. No ano de 2015, a gasolina, os lubrificantes e outros, o fuelóleo e o gás butano cresceram respetivamente, 5,6%, 4,8%, 4,5% e 4,0%, em relação a 2014. Os restantes combustíveis apresentaram uma variação negativa, com o petróleo a sofrer a maior diminuição, com cerca de 18,3%, face ao mesmo período de 2014 (Tabela 10.1).



Gráfico 10.1 – Vendas de combustíveis no mercado interno (2010-2015)



Fonte: Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)

O gasóleo com 40,9% e o fuelóleo com 37,2% foram, em 2015, os combustíveis mais comercializados no mercado interno, tendo atingido, em conjunto, cerca de 78,1% do total de combustíveis vendidos. O Jet A1 é o terceiro combustível mais comercializado, com 8,6% e o petróleo foi o menos comercializado no país, com 0,2% do total vendido (Tabela 10.1).

Tabela 10.1 – Vendas de combustíveis no mercado interno (2010-2015)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	176 068	184 311	170 690	163 633	161 507	162 569
Gasóleo	80 561	85 203	78 180	69 211	67 756	66 439
Fuelóleo	57 062	58 581	52 510	56 309	57 899	60 514
Petróleo	641	639	528	487	454	371
JET A1	16 500	19 256	19 061	17 587	15 030	13 933
Gás Butano	10 977	11 136	10 918	10 994	11 191	11 640
Gasolina	7 328	7 326	6 935	7 022	7 356	7 765
Lubrificantes e outros	2 999	2 171	2 559	2 022	1 820	1 907

Fonte: Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)

10.1.2 Energia Elétrica

Em 2015, cerca de 80% da energia elétrica produzida em Cabo Verde foi de origem térmica, representando um aumento de 7,7%, em relação ao ano anterior. A energia elétrica de origem eólica contribuiu com cerca de 18,8%, em 2015, para o total da produção de energia elétrica, tendo registado uma diminuição de 5,1% quando comparado com 2014. A contribuição da energia solar no *mix* de produção de energia elétrica foi de 1,4% (Tabela 10.2).

A taxa de penetração das Energias Renováveis (ER) na produção de energia elétrica, em 2015, foi de 20,2% e em 2014 foi de 22,4%, o que corresponde a uma diminuição de 2,2 pontos percentuais (Tabela 10.2).

Gráfico 10.2 – Energia elétrica produzida (em %), segundo origem (2015)

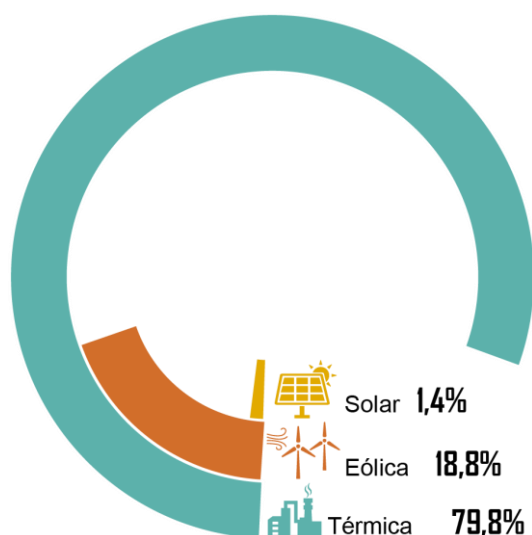


Tabela 10.2 – Produção de energia elétrica, em GWh, por fonte (2010-2015)

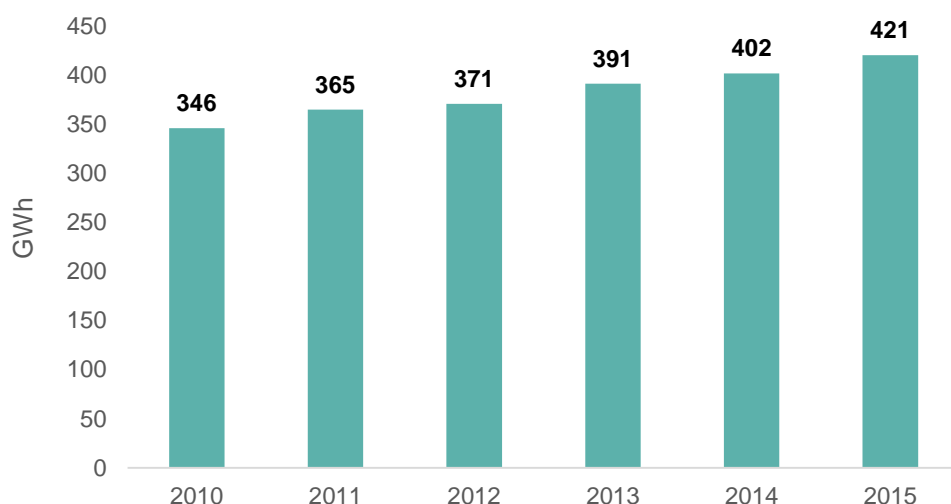
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Total	346*	365*	371*	391*	402*	421*
Solar	2	9	7	7	7	6
Eólica	2	16	61	76	83	79
Térmica	342	340	302	308	312	336

*Não inclui a produção de energia elétrica de pequenos produtores independentes

Fonte: Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)



Gráfico 10.3 – Produção de energia elétrica (em GWh) em Cabo Verde (2010-2015)



Fonte: Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)

No contexto nacional, as ilhas de São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago representaram, em conjunto, 91,1% do total da produção de energia elétrica, em 2015. Nas restantes ilhas, a produção de energia elétrica atingiu um total de 37,5 GWh, que corresponde a 8,9% do total da sua produção. Santiago é a ilha com maior produção de energia elétrica no país, com 50,5% do total da produção, seguida de São Vicente e Sal com 16,9% e 16,1%, respetivamente (Tabela 10.3).

Tabela 10.3 – Produção de energia elétrica, por ilha (2015)

	Produção Térmica (GWh)	Produção Renovável (GWh)	Total de Produção (GWh)	Taxa de Penetração ER (%)
Cabo Verde	335,6	85,0	420,7	20,2
Santo Antão	12,3	1,7	14,0	12,0
S. Vicente	52,1	19,0	71,1	26,8
S. Nicolau	6,0	0,0	6,0	0,0
Sal	46,8	21,0	67,8	30,9
Boa Vista	24,4	7,6	32,0	23,8
Maio	2,6	0,0	2,6	0,0
Santiago	176,5	35,7	212,3	16,8
Fogo	12,3	0,0	12,3	0,0
Brava	2,6	0,0	2,6	0,0

Fonte: Direção Nacional de Energia Indústria e Comércio (DNEIC) – Direção de Serviço de Energia (DSE)

Em 2015, observou-se que 86,9% da população afirmaram ter acesso à energia elétrica, embora com algumas discrepâncias entre o meio urbano (90,6%) e o rural (79,6%).



Em 2015, verificou-se que 87,4% dos representantes dos agregados do sexo feminino declararam ter acesso à energia elétrica, registando um aumento de 6,3 pontos percentuais face a 2010. No que tange ao sexo masculino, o acesso à energia elétrica aumentou 5,3 pontos percentuais, em relação a 2010. Entre 2014 e 2015, o aumento foi de 1,6 e 2,2 pontos percentuais, em relação ao sexo feminino e masculino, respetivamente.

O nível de acesso à energia elétrica mais alto, em 2015, foi registado no concelho da Brava, representando 94,9%, seguido do Sal (93,2%), Boa Vista (92,8%) e Ribeira Brava (92%). Por outro lado, observou-se que o nível de acesso à energia elétrica mais baixo foi registado no concelho do Tarrafal, com 69,6%. De salientar que, entre 2010 e 2015, os maiores acréscimos foram registados nos concelhos de São Miguel (37,7 pontos percentuais) e de Santa Catarina do Fogo (34,4 pontos percentuais) - Tabela 10,5 -.

Tabela 10.4 – Proporção da população com acesso à energia elétrica, por meio de residência, sexo e concelho (2010, 2013-2015)

	2010	2013	2014	2015
Cabo Verde	81,1	88,1	85,0	86,9
Meio de Residência				
Urbano	90,6	91,8	88,7	90,6
Rural	65,8	81,2	77,8	79,6
Sexo				
Masculino	81,1	87,6	84,2	86,4
Feminino	81,1	88,6	85,8	87,4
Concelho				
Ribeira Grande	85,6	90,0	88,2	88,9
Paul	83,3	89,5	88,2	85,2
Porto Novo	79,6	88,6	89,2	88,5
S. Vicente	90,5	92,0	88,6	91,6
Ribeira Brava	86,2	87,4	89,7	92,0
Tarrafal de S. Nicolau	86,9	83,0	84,7	80,1
Sal	91,1	90,5	92,1	93,2
Boa Vista	74,5	89,4	91,2	92,8
Maio	89,6	89,9	87,9	91,3
Tarrafal	59,8	59,7	61,5	69,6
Santa Catarina	67,8	86,0	78,1	78,5
Santa Cruz	70,4	81,2	75,8	77,7
Praia	92,3	92,5	88,0	89,7
S. Domingos	78,8	91,5	81,2	88,4
S. Miguel	50,4	86,9	77,4	88,1
S. Salvador do Mundo	71,5	89,2	89,1	91,9
S. Lourenço dos Órgãos	69,4	94,1	89,5	74,2
Ribeira Grande de Santiago	68,9	84,5	84,1	77,5
Mosteiros	69,2	83,8	87,6	86,3
S. Filipe	69,0	75,8	74,6	79,3
Santa Catarina do Fogo	48,2	79,1	79,7	82,6
Brava	88,6	93,3	97,2	94,9

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Em 2015, cerca de 87% da população residente asseguraram ter tido acesso à energia elétrica. Destes, 85,1% afirmaram que esse acesso foi através da rede pública, 1,5% através de geradores a gasóleo e 0,2% através de painel solar.

Em 2015, embora a maioria da população tenha tido acesso à energia elétrica através da rede pública, importa destacar que o concelho da Boa Vista apresenta uma percentagem significativa da população (34,2%) que recorre aos geradores a gasóleo para obter energia elétrica. Porto Novo é o concelho que apresenta a maior percentagem (2,2%) da população que teve acesso à energia elétrica através do painel solar (Tabela 10.5).

Tabela 10.5 – Proporção da população residente, com acesso a energia elétrica, segundo origem (2015)

	Pop. com acesso a energia elétrica	Origem de energia elétrica				
		Rede Pública	Painel solar	Gerador/motor a diesel/gasóleo	Eólica (vento)	Outro
Cabo Verde	86,9	85,1	0,2	1,5	0,0	0,1
Meio de Residência						
Urbano	90,6	88,7	0,0	1,8	0,0	0,1
Rural	79,6	78,0	0,6	1,0	0,0	0,0
Concelho						
Ribeira Grande	88,9	86,4	0,0	2,6	0,0	0,0
Paul	85,2	84,8	0,0	0,4	0,0	0,0
Porto Novo	88,5	81,8	2,2	4,5	0,0	0,0
S. Vicente	91,6	91,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	92,0	92,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Tarrafal de S. Nicolau	80,1	76,2	0,0	3,9	0,0	0,0
Sal	93,2	92,0	0,0	1,2	0,0	0,0
Boa Vista	92,8	58,2	0,4	34,2	0,1	0,0
Maio	91,3	91,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Tarrafal	69,6	67,7	1,6	0,3	0,0	0,0
Santa Catarina	78,5	78,2	0,3	0,0	0,0	0,0
Santa Cruz	77,7	77,7	0,0	0,0	0,0	0,0
Praia	89,7	88,9	0,0	0,6	0,0	0,2
S. Domingos	88,4	87,5	0,7	0,2	0,0	0,0
S. Miguel	88,1	87,0	1,0	0,0	0,0	0,0
S. Salvador do Mundo	91,9	91,3	0,6	0,0	0,0	0,0
S. Lourenço dos Órgãos	74,2	73,3	0,4	0,6	0,0	0,0
Ribeira Grande de Santiago	77,5	76,9	0,6	0,0	0,0	0,0
Mosteiros	86,3	86,3	0,0	0,0	0,0	0,0
S. Filipe	79,3	79,3	0,0	0,0	0,0	0,0
Santa Catarina do Fogo	82,6	82,6	0,0	0,0	0,0	0,0
Brava	94,9	94,9	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatísticas das Famílias e Condições de Vida



Indicadores

Designação

Cálculo

Taxa de penetração ER

[%]

=

Produção de energia renovável × 100

Produção total de energia elétrica



Participação Política





11 Participação Política

O tema participação política, cujo foco recai, principalmente, sobre a participação das mulheres no parlamento nacional e no poder executivo, também apresenta os principais indicadores dos resultados das eleições realizadas em 2016, em que se realizaram todas as eleições no país (legislativas, presidenciais e autárquicas), visando demonstrar a participação efetiva da população, nas últimas eleições.

As Tabelas foram elaboradas com base nos dados publicados no Boletim Oficial e permitem uma visão do quadro eleitoral Cabo-verdiano.

11.1 As Mulheres na Política

Como se pode verificar, a participação efetiva das mulheres no cenário político nacional (ocupação de um lugar no Parlamento ou no Governo) tem registado, ao longo dos anos, um comportamento positivo. Em relação aos lugares ocupados pelas mulheres no Parlamento, é de registar um aumento paulatino do número de mulheres deputadas entre 1991 e 2016 (apenas entre 1985 e 1991 houve decréscimo de mulheres que ocupavam um assento no Parlamento). Nota-se um aumento de cerca de 20 pontos percentuais, entre 1991 e 2016, passando, respetivamente, de 3 para 17 mulheres com assento parlamentar.

Em relação à participação das mulheres no poder executivo (ocupação de uma pasta governamental), não obstante o comportamento positivo deste indicador (de 1991 a 2016), em 2016 a proporção de lugares ocupados pelas mulheres no elenco governamental diminuiu de 55%, em 2015 para 25%, em 2016. De se referir que, tendo em conta o resultado das eleições legislativas de 2016, optou-se pela diminuição do número de pastas governamentais.

Tabela 11.1 – Número e proporção de assentos ocupados por mulheres no parlamento nacional (1985-2016)

	Total de assentos	Mulheres	
		Nº	%
1985	83	10	12,0
1991	79	3	3,8
2001	72	8	11,1
2006	72	11	15,3
2011	72	15	20,8
2016	72	17	23,6

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE)
www.parlamento.cv



Tabela 11.2 – Número e Proporção de mulheres no poder executivo (1991-2016)

	Total	Mulheres	
	(Pasta Governamental)	Nº	%
1991	16	1	6,3
1998	23	5	21,7
2002	17	4	23,5
2004	21	4	19,0
2006	22	7	31,8
2008	20	8	40,0
2011	20	8	40,0
2015	20	11	55,0
2016	12	3	25,0

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Governo de Cabo Verde (www.governo.cv)

11.2 Indicadores de Participação Política

Relativamente à participação política nas diferentes eleições (Presidenciais, Legislativas e Autárquicas), apresentam-se, aqui, os principais indicadores (abstenção, proporção de votos do candidato mais votado, etc.), assim como os resultados das últimas eleições ocorridas (por cada uma das categorias). Praticamente em todas as eleições realizadas em 2016, pode-se notar que a taxa de abstenção é superior a 20%, tendo-se verificado que, no círculo eleitoral da Europa e Resto do Mundo, essa taxa é mais acentuada, sendo 71,8% nas últimas legislativas e 87,9% nas presidenciais do mesmo ano.

Os votos em brancos e nulos apresentaram uma percentagem muito baixa, em todas as eleições realizadas em 2016.



Participação Política

Tabela 11.3 – Indicadores de participação nas eleições legislativas (2016)

Circulo Eleitoral	Total de votos			Abstenção	Partido mais votado (%)
	Válido	Branco	Nulo	(%)	
Total Nacional	98,35	0,82	0,83	29,71	54,99
Santo Antão	97,03	1,39	1,58	25,65	55,58
S. Vicente	98,04	1,12	0,84	31,18	45,64
S. Nicolau	96,49	1,39	2,12	30,40	59,92
Sal	98,11	1,34	0,55	36,86	61,19
Boa Vista	98,19	0,84	0,97	37,18	61,18
Maio	98,31	0,42	1,27	24,64	58,07
Santiago Norte	98,44	0,60	0,96	29,05	56,06
Santiago Sul	98,92	0,64	0,44	28,28	58,49
Fogo	99,19	0,42	0,39	32,72	49,48
Brava	98,50	0,39	1,11	34,64	48,91
Total Estrangeiro	98,39	0,59	1,02	63,31	49,45
África	97,84	0,47	1,69	46,09	56,92
Américas	98,88	0,39	0,73	48,89	56,18
Europa e resto do mundo	98,30	0,75	0,95	71,81	53,95
Total Geral	98,35	0,81	0,84	34,03	54,48

Fonte: BO N. 24 I Série de 31 de março 2016 (Deliberação n.º70/CNE/2016)

Tabela 11.4 – Indicadores de participação nas eleições presidenciais, por círculo eleitoral (2016)

Circulo Eleitoral	Total de votos			Abstenção	Candidato mais votado (%)
	Válido	Branco	Nulo	(%)	
Total Nacional	97,96	1,18	0,86	61,41	73,85
Santo Antão	95,78	2,54	1,69	52,28	71,67
S. Vicente	97,92	1,32	0,75	59,05	68,99
S. Nicolau	96,29	2,45	1,26	53,58	74,54
Sal	98,22	1,39	0,39	63,28	75,35
Boa Vista	97,95	1,55	0,50	68,57	78,29
Maio	98,88	0,36	0,76	59,17	82,33
Santiago Norte	98,17	0,78	1,05	61,43	77,12
Santiago Sul	98,49	0,89	0,62	65,37	74,50
Fogo	99,32	0,34	0,35	62,56	70,53
Brava	98,71	0,59	0,70	61,55	81,44
Total Estrangeiro	98,51	0,87	0,62	85,32	78,25
América	98,84	0,90	0,26	84,97	77,50
África	98,37	0,70	0,93	73,33	83,03
Europa e resto do mundo	98,44	0,93	0,63	87,97	76,33
Total	97,99	1,16	0,85	64,53	74,09

Fonte: BO N. 59 I Série de 14 de outubro de 2016 (Retificação do Edital n.1/PR/CNE/2016)



Tabela 11.5 – Indicadores de participação nas eleições autárquicas, por círculo eleitoral (2016)

Círculo Eleitoral	Total votos			Abstenção (%)	Partido mais votado (%)
	Válidos (%)	Nulos (%)	Branco (%)		
Paul	97,08	1,29	1,63	26,06	56,95
Ribeira Grande	95,04	2,37	2,58	35,06	64,99
Porto Novo	96,57	1,37	2,06	27,51	51,56
S. Vicente	97,32	0,94	1,74	47,27	50,32
Ribeira Brava	95,10	2,01	2,89	29,20	34,76
Tarrafal de S. Nicolau	96,53	1,27	2,20	32,01	57,91
Sal	97,63	1,21	1,15	42,47	52,10
Boa Vista	98,48	0,62	0,90	36,42	58,45
Maio	97,32	1,51	1,17	27,15	58,38
Praia	97,82	0,85	1,33	56,53	64,14
Ribeira Grande de Santiago	97,59	1,19	1,22	29,10	51,01
S. Domingos	97,41	1,05	1,54	33,85	62,85
Santa Cruz	97,74	1,03	1,23	30,56	51,46
S. Lourenço dos Órgãos	96,98	1,37	1,65	23,90	51,77
Santa Catarina	97,04	1,55	1,41	36,67	51,39
S. Salvador do Mundo	97,08	1,59	1,33	29,16	53,50
S. Miguel	96,84	1,74	1,42	36,86	71,62
Tarrafal	96,81	1,62	1,56	37,13	55,47
Mosteiros	98,46	1,09	0,46	25,20	54,79
S. Filipe	98,39	0,95	0,66	37,30	49,64
Santa Catarina do Fogo	98,71	0,78	0,51	25,59	53,75
Brava	98,17	0,99	0,85	36,05	60,09
Total	97,33	1,20	1,46	41,74	54,83

Fonte: B.O n.º 51 – Série I de 20 de setembro de 2016 – Edital n.º 4/2016



11.3 Resultados das Eleições

Tabela 11.6 – Resultado das eleições para a Presidência da República (2016)

Círculo Eleitoral	Nº. Inscritos	Nº. Votantes	Total de votos			Abstenção	Votação		
			Válido	Branco	Nulo		AEG	JJM	JCAF
Total Nacional	314 084	121 196	118 726	1 425	1 045	192 888	27 019	4 032	87 675
%		38,59	97,96	1,18	0,86	61,41	22,76	3,40	73,85
Santo Antão	30 711	14 655	14 036	372	247	16 056	3 156	821	10 059
S. Vicente	50 942	20 860	20 427	276	157	30 082	5 448	886	14 093
S. Nicolau	9 403	4 365	4 203	107	55	5 038	855	215	3 133
Sal	16 082	5 906	5 801	82	23	10 176	1 215	215	4 371
Boa Vista	6 372	2 003	1 962	31	10	4 369	325	101	1 536
Maio	4 822	1 969	1 947	7	15	2 853	310	34	1 603
Santiago Norte	71 222	27 473	26 971	214	288	43 749	5 505	667	20 799
Santiago Sul	96 222	33 321	32 818	296	207	62 901	7 476	893	24 449
Fogo	23 879	8 941	8 880	30	31	14 938	2 450	167	6 263
Brava	4 429	1 703	1 681	10	12	2 726	279	33	1 369
Total estrangeiro	47 137	6 921	6 818	60	43	40 216	1 237	246	5 335
Africa	6 424	1 713	1 685	12	16	4 711	196	90	1 399
Américas	10 290	1 547	1 529	14	4	8 743	313	31	1 185
Europa e Resto do Mundo	30 423	3 661	3 604	34	23	26 762	728	125	2 751
Total Geral	361 221	128 117	125 544	1 485	1 088	233 104	28 256	4 278	93 010
%		35,47	97,99	1,16	0,85	64,53	22,51	3,41	74,09

AEG – Albertino Emanuel Graça

JJM – José Júlio Monteiro

JCAF – Jorge Carlos Almeida Fonseca

Fonte: BO N. 59 I Série de 14 de outubro de 2016 (Retificação do Edital n.1/PR/CNE/2016)



Participação Política

Tabela 11.7 – Resultado das eleições legislativas (2016)

Circulo Eleitoral	Nº. Inscritos	Nº. Votantes	Total de votos			Abstenção	MPD	PAICV	UCID	PP	PSD	PTS
			Válido	Branco	Nulo							
Total Nacional	302 942	212 943	209 433	1 753	1 757	89 999	115 161	78 101	15 119	777	168	107
Santo Antão	30 232	22 477	21 809	313	355	7 755	12 122	8 238	1 449	n/a	n/a	n/a
S. Vicente	49 738	34 231	33 561	384	286	15 507	15 318	8 443	9 800	n/a	n/a	n/a
S. Nicolau	9 170	6 382	6 158	89	135	2 788	3 690	2 185	283	n/a	n/a	n/a
Sal	15 236	9 620	9 438	129	53	5 616	5 775	2 871	749	n/a	43	n/a
Boa Vista	5 885	3 697	3 630	31	36	2 188	2 221	1 168	241	n/a	n/a	n/a
Maio	4 703	3 544	3 484	15	45	1 159	2 023	1 353	108	n/a	n/a	n/a
Santiago Norte	68 487	48 589	47 832	291	466	19 898	26 816	19 718	883	415	n/a	n/a
Santiago Sul	92 126	66 074	65 360	425	289	26 052	38 226	25 216	1 404	282	125	107
Fogo	23 078	15 527	15 401	65	61	7 551	7 620	7 578	123	80	n/a	n/a
Brava	4 287	2 802	2 760	11	31	1 485	1 350	1 331	79	n/a	n/a	n/a
Total Estrangeiro	44 680	16 394	16 130	96	168	28 286	7 720	7 977	369	n/a	64	n/a
África	5 919	3 191	3 122	15	54	2 728	1 274	1 777	46	n/a	25	n/a
Américas	9 929	5 075	5 018	20	37	4 854	2 135	2 819	50	n/a	14	n/a
Europa e Resto do Mundo	28 832	8 128	7 990	61	77	20 704	4 311	3 381	273	n/a	25	n/a
Total Geral	347 622	229 337	225 563	1 849	1 925	118 285	122 881	86 078	15 488	777	232	107
%		65,97	98,35	0,81	0,84	34,03	53,58	37,53	6,75	0,34	0,10	0,05

MPD – Movimento Para Democracia

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

UCID – União Cabo-verdiana Independente e Democrática

PP – Partido Popular

PSD – Partido Social Democrático

PTS – Partido do Trabalho e da Solidariedade

Fonte: BO N. 24 I Série de 31 de março 2016 (Deliberação n.º70/CNE/2016)



Participação Política

Tabela 11.8 – Resultado da eleição para as Câmaras Municipais, segundo os partidos/grupos políticos, por círculo eleitoral (2016)

Círculo Eleitoral	Nº. Inscritos	Nº. Votantes	Total votos			Taxa abstenção (%)	MPD	PAICV	UCID	GIRB	PSD	BASTA	OIAM	PP	PTS	GPAIS	AMI
			Válidos	Nulos	Branco												
Paul	5 242	3 876	3 763	50	63	26,06	2 143	1 474	146	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Ribeira Grande	12 988	8 435	8 017	200	218	35,06	5 210	2 089	718	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Porto Novo	12 506	9 066	8 755	124	187	27,51	4 514	4 241	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Vicente	51082	26 935	26 213	253	469	47,27	13 191	5 405	7 617	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Ribeira Brava	5 473	3 875	3 685	78	112	29,20	1 273	1 173	n/a	1 281	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Tarrafal de S. Nicolau	3 939	2 678	2 585	34	59	32,01	1 497	1 088	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Sal	16 744	9 633	9 405	117	111	42,47	4 900	4 197	272	n/a	33	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Boa Vista	6 826	4 340	4 274	27	39	36,42	1 328	448	n/a	n/a	n/a	2 498	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Maio	4 822	3 513	3 419	53	41	27,15	1 996	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1 423	n/a	n/a	n/a	n/a
Praia	82 198	35 729	34 949	305	475	56,53	22 417	11 587	634	n/a	n/a	n/a	n/a	217	94	n/a	n/a
Ribeira Grande de Santiago	5 791	4 106	4 007	49	50	29,10	2 044	1 963	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Domingos	8 931	5 908	5 755	62	91	33,85	3 617	2 138	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Lourenço dos Órgãos	5 268	4 099	3 978	55	66	23,90	2 013	1 965	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Salvador do Mundo	5 504	3 899	3 785	62	52	29,16	2 025	1 760	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Santa Catarina	24 398	15 452	14 994	240	218	36,67	7 705	7 289	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Tarrafal	10 884	6 843	6 625	111	107	37,13	3 675	2 950	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Miguel	9 468	5 978	5 789	104	85	36,86	4 146	1 518	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	125	n/a	n/a	n/a
Santa Cruz	15 866	11 018	10 769	113	136	30,56	5 227	5 542	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
S. Filipe	14 307	8 970	8 826	85	59	37,30	4 381	2 563	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	1 882	n/a
Santa Catarina do Fogo	3 435	2 556	2 523	20	13	25,59	1 356	1 167	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Mosteiros	6 151	4 601	4 530	50	21	25,20	1 995	2 482	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	53
Brava	4 435	2 836	2 784	28	24	36,05	1 673	1 111	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Total	316 258	184 256	179 340	2 220	2 696		98 326	44 035	9 387	1 281	33	2 498	1 423	342	94	1 882	53

MPD	Movimento Para a Democracia	BASTA	Boa Vista Avante Sempre Trabalhando Arduamente
PAICV	Partido Africano para a Independência de Cabo Verde	OIAM	Onda Independente para Avanço do Maio
UCID	União Cabo-verdiana Independente e Democrática	PP	Partido Popular
GIRB	Grupo Independente para Ribeira Brava	PTS	Partido do Trabalho e da Solidariedade
PSD	Partido Social Democrático	GPAIS	Grupo Por Amor Incondicional a São Filipe
		AMI	Avançar Mosteiros Independente

Fonte: B.O N.º 51 – Série I de 20 de setembro de 2016 (Edital n.º 4/2016)